

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

DOUTORADO EM MEMÓRIA SOCIAL

Odalice Miranda Priosti

MEMÓRIA, COMUNIDADE E HIBRIDAÇÃO:

Museologia da Libertação e estratégias de resistência

RIO DE JANEIRO

2010

ODALICE MIRANDA PRIOSTI

MEMÓRIA, COMUNIDADE E HIBRIDAÇÃO:

Museologia da Libertação e estratégias de resistência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Orientadora: Profa. Dra. Josaida de Oliveira Gondar

**Rio de Janeiro
2010**

P958 Priosti, Odalice Miranda.
Memória, comunidade e hibridação : museologia da libertação e estratégias de resistência / Odalice Miranda Priosti, 2010.
xx, 245f.

Orientador: Josaida de Oliveira Gondar.
Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

1. Memória – Aspectos sociais. 2. Museus. 3. Museus comunitários. 4. Representações sociais. 5. Museologia da libertação. 6. Resistência social. 7. Patrimônio - Aspectos educacionais. 8. Comunidade. 9. Hibridação (Museologia). 10. Museologia – Séc. XXI. I. Gondar, Josaida de Oliveira. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 302

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
DOUTORADO EM MEMÓRIA SOCIAL

Odalice Miranda Priosti

MEMÓRIA, COMUNIDADE E HIBRIDAÇÃO:
Museologia da Libertação e estratégias de resistência

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____/____/____

Professora Doutora Josaida de Oliveira Gondar (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professor Doutor Wolfgang Bock
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professor Doutor Ivan Coelho de Sá
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professora Doutora Rosa Leite Pedro
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Professora Doutora Yára Mattos
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

**À comunidade de Santa Cruz, de cuja voz fiz minha cítara
e de cuja luta versos a romper fronteiras e a propagar nova ordem.**

LEGADO

Não importa o estranhamento
Do que me faz impávida guerreira
Me bastam os que souberam ler
Indecifrável esse jeito torto de ser
Invulnerável....
Doar-se não foi mais
Que responder sedenta
A regalos tantos
Em cada carinho, cada sorriso amigo
Louros, sons e cores
De uma ritual missão.
Dela brotarão aqueles
Que me continuarão a lida
De te fazer cada vez mais,
Terra minha, meu amado chão,
A Santa Cruz de muitos
Muitos mais de nós.

Deixo pela estrada
Flores rubras de paixão doída
Nascidas da angústia da busca
E esse legado de vitórias.
Derrotas, não as conheci
E se por mim passaram

Foram sempre retomadas
Ignorei , nem vi
E me levantei após
Cada queda e desatei os nós.

Legado este que não é só meu
É todo nosso
Que seguimos juntos
Tributo de uma busca insana
Pra trazer a luz
A quem no breu tateia.
Antes perder- se na trilha
Desconhecida que vai dar na luz
Que seguir largos e fáceis,
Corrompidos caminhos.

Para aqueles, discípulos ,
Muito mais mestres e amigos,
Deixo a quietude da missão
Cumprida, mas inacabada
E a trilha aberta:
Seguir sem temor a glória
de se redescobrir sem reservas
O eu nos nós, a casa pronta,
O outro eu num pouco de nós.

Odalice Miranda Priosti

Jan/2004

Agradecimentos

aos meus pais Dito e Alice, doce herança e saudades

aos meus familiares pelo afeto e apoio incondicional

aos meus mestres, em especial,

Liana Teresa Ocampo, que me cativou pelo respeito à diferença

Jô Gondar, que se fez ponte para vencermos fronteiras

Hugues de Varine, escultor de sonhos e saberes partilhados

a todos os meus companheiros do NOPH, do Ecomuseu de Santa Cruz, da 10^a

CRE / GED, da EMFA, da AMASC, da ABREMC e do MINOM

a Walter Priosti que trilhou comigo essas veredas, desbravando a

museologia popular

a Vander, rizoma de mim, por onde continuarei a atravessar crenças e

desejos

à Comunidade de Santa Cruz que encarnou o Outro, cujas fronteiras venci

a Deus por me ter dado força e vontade para buscar ...

Homenagem

Alfredo Tinoco (In memoriam)

Laís Aderne (In memoriam)

Maria Célia Moura Santos

Pierre Mayrand

Antônio Nicolau Jorge

Newton Costa

... temos necessidade de fronteiras não mais para nos deter, mas para exercermos essa livre passagem para o outro, para salientar a maravilha do aqui-lá.

GLISSANT

RESUMO

A eclosão de processos museológicos comunitários, a partir da Mesa de Santiago do Chile em 1972, apontou a necessidade de museus adaptados à realidade latinoamericana. O pioneirismo do México apresentou iniciativas saídas das comunidades, sinalizando a potência e a criatividade das subjetividades coletivas na apropriação da realidade, na preservação processual do patrimônio e na sua gestão como ferramenta de desenvolvimento local sustentável. No Brasil, experiências em franco desenvolvimento e outras ainda embrionárias confirmam a reinvenção do museu, alargando sua conceituação para além do trinômio "prédio, coleção e público" para " espaço vivido, patrimônio nele existente e comunidade participante" e se inscrevem como novos modos de memória em construção vocacionados para o enraizamento do futuro. A produção de memória por meio desses novos museus e seus novos métodos e estratégias sinaliza também a existência de outras veredas, onde a memória se afirma como potência e resistência dos grupos sociais à sociedade de controle, apostando no jogo da formação e da qualificação das comunidades que desejam gerir seus museus para "agarrar a mudança" e preparar a sustentabilidade dos processos museológicos comunitários. Contemplar uma pedagogia patrimonial comunitária que liberta as subjetividades coletivas das populações, através dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares: a isso chamaremos de Museologia da Libertação e é esta a idéia e a prática que propomos à comunidade museal, como produção de uma memória que ultrapassa o jogo de um passadismo estéril e se lança para o futuro.

Palavras-chave:

Memória - Comunidade – Hibridação - Museologia da Libertação - Resistência - Pedagogia Patrimonial

ABSTRACT

Community museology first emerged at the Round Table of Santiago, Chile in 1972, that stressed the need for museums appropriate to Latin America. The pioneering role played by Mexico had introduced the operation of museums derived from community initiatives had developed strategies and operational approaches; it highlighted the strength and creativity of collective and partnership working in the process of preserving heritage and how such resources can be utilised as a tool for sustainable local development. In Brazil, the experience of established ‘new museums’, and those still at an embryonic stage, confirm the reinvention of the museum, taking it from the concept of ‘building, collection and public’ in favour of ‘a place alive, its heritage and a participating community’. These projects adopt new approaches to building memory with the aim of establishing roots for the future. The production of memory through these new museums, using their own methods and strategies, also demonstrates the existence of other ways in which memory itself is utilised. It is used as power and strength of those social groups in society that wish to exert control, delivering training and qualifications to communities; they want to manage their own museums, using them to master change and prepare for museum-community-sustainability processes. The search for a process of community heritage education - one that liberates the collective knowledge of the people, through eco-museums, community museums and similar processes,; this approach is what I have called a ‘Museology of Liberation’. I propose that the community museum, as a producer of memory which goes well beyond a sterile traditional approach, can evolve in the future .

Key-words:

Memory - Community museology - Hybridation - Museology of Liberation -

Resistance - Heritage Education

RESUMÉ

L'apparition de processus muséologiques communautaires à partir de la Table Ronde de Santiago du Chili en 1972 a souligné la nécessité de l'émergence de musées adaptés à la réalité latino-américaine. Le rôle pionnier joué par le Mexique a présenté des initiatives issues des communautés, mettant en relief la force et la créativité des subjectivités collectives dans l'appropriation de la réalité, dans les processus de préservation du patrimoine et dans sa gestion comme outil d'un développement local soutenable. Au Brésil, des expériences à des stades avancés de développement et d'autres qui sont encore au stade embryonnaire confirment cette réinvention du musée, élargissant sa conceptualisation bien au delà du triangle "bâtiment, collection et public" au profit d'un autre "espace vécu, patrimoine existant dans cet espace et communauté participante". Elles s'inscrivent comme de nouvelles démarches pour une mémoire en construction, dans le but d'un enracinement du futur. La production de mémoire par ces musées selon leurs méthodes et stratégies propres démontre aussi l'existence d'autres voies, dans lesquelles la mémoire s'affirme comme pouvoir et résistance des groupes sociaux à la société qui veut les contrôler, se livrant au jeu de la formation et de la qualification des communautés, qui veulent gérer elles-mêmes leurs musées pour maîtriser le changement et préparer la soutenabilité des processus muséologiques communautaires. Rechercher une pédagogie patrimoniale communautaire qui libère les subjectivités collectives des populations, grâce aux écomusées, aux musées communautaires et à des processus semblables : c'est ce que nous appellerons une Muséologie de la Libération, et ce sont cette idée et cette pratique que nous proposons à la communauté muséale, comme production d'une mémoire qui se situe bien au delà d'un passéisme stérile, pour se projeter dans l'avenir.

Mots clefs :

Mémoire – Muséologie Communautaire - Hybridation - Muséologie de la libération-
Résistance- Pédagogie patrimoniale

SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABREMC - Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
- AEDIN - Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz
- ANPUH – Associação Nacional de História
- ASDIC - Agence de Services pour le développement des initiatives communautaires);
Editions ASDIC
- BASC – Base Aérea de Santa Cruz
- BESE ou BESENG – Batalhão Escola de Engenharia Villagran Cabrita
- ECO 92 – Cúpula ou Cimeira da Terra - Conferência das Nações Unidas para o Meio
Ambiente e o Desenvolvimento, 1992 , Rio de Janeiro
- EMQ – Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
- ICOM – International Council of Museums
- ICOFOM LAM – International Committee For Museology for Latin America and the
Caribbean
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- II EIE – II Encontro Internacional de Ecomuseus
- III EIEMC – III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários
- INAH – Instituto Nacional de Antropologia e História do México
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- MDCI – Museu Didático-Comunitário de Itapuã
- MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia
- MNES - Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale
- NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica
- ONU – Organização das Nações Unidas
- SBM – Sistema Brasileiro de Museus
- UFBA- Universidade Federal da Bahia
- UFF- Universidade Federal Fluminense
- UFRJ/ EICOS – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Estudos Interdisciplinares de Comunidades e
Ecologia Social
- UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFSM- Universidade Federal de Santa Maria

UIMCA - Unión Internacional de Museos Comunitários de las Américas

UMCO – Unión de Museos Comunitários de Oaxaca

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Projeto Santa Cruz Revisitada – Capela de Santa Bárbara – Original de Onild´Aquino
2. Sede da Fazenda de Santa Cruz – reprodução de óleo sobre tela de Onild´Aquino
3. Santa Cruz- Rua Felipe Cardoso- Anos 50 – Acervo NOPH
4. Matriz de N.Sra. da Conceição- 1894 – demolida em 1967
5. Carnaval – Coreto de Santa Cruz – Acervo NOPH
6. Atual Matriz de N. Sra. da Conceição. Em uma das salas das Obras Sociais instalou-se o NOPH em 1983
Sala do NOPH – Anos 80
7. I Encontro Internacional de Ecomuseus- Rio de Janeiro-1992
Logomarca do Ecomuseu de Santa Cruz
II Encontro Internacional de Ecomuseus /IX ICOFOM LAM – Santa Cruz 2000
III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários/X Atelie Int. do MINOM – Santa Cruz 2004
8. Atividades do NOPH :Sarau 430 anos de Santa Cruz -1997;Concerto Sinfônico – II EIE/IX ICOFOM LAM -2000
9. Pedagogia Patrimonial – Museologia da Libertação: Abraço ao Patrimônio – Palacete Princesa Isabel/ Ponte dos Jesuítas
10. Exposição Patrimônio Jesuítico – 250 anos - Sede da Fazenda de Santa Cruz – 1751-2001
Ruínas do Matadouro Imperial
11. Exposições no Centro Cultural Municipal de Santa Cruz Dr. Antônio Nicolau Jorge / Palacete Princesa Isabel
12. I Jornada Formação em Museologia Comunitária – Santa Cruz 2009
Logomarca / Mesa de Abertura / Apresentação O Sonho do Aviador – Escola Especial Municipal Dr. Hélio Pellegrino
13. Oficina de Facilitadores de museus Comunitários ministrada por Teresa Morales – UMCO /México
Oficina de Carimbó, ministrada pelo Ecomuseu da Amazônia – Belém/PA
14. Oficina de Elaboração de Projetos ministrado por Giane Escobar- Museu Treze de Maio- Santa Maria/RS
15. Roda de Lembranças com moradores e pescadores de Sepetiba- Atividade itinerante da I Jornada Formação em Museologia Comunitária
16. Praia de Sepetiba após o desastre ecológico
Lançamento do Movimento Ecomuseu de Sepetiba - 2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I– A MUSEOLOGIA E SEUS PROCESSOS – dimensão espaço-temporal e função social.....	19
1.1. Acerca da Museologia	19
1.2 A Museologia e o seu objeto	26
1.3. Processos e Ações museológicas	30
Capítulo II - MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEA: caminhos e percursos..	34
Panorama Histórico: Tipologias e experimentações; novas competências e perspectivas.....	34
2.1. A Declaração de Santiago - Antecedentes , impacto e ressonância.....	36
2.2. A atualidade da Museologia Comunitária no México	40
2.3. Memória da Nova Museologia	42
2.4. Museologias Sociais no contexto da globalização: <i>Práxis</i> para o desenvolvimento sustentável; questões e controvérsias .	47
Capítulo III : MUSEUS COMUNITÁRIOS – ESTUDO DE CASO : O ECOMUSEU DE SANTA CRUZ.....	51
3.1 Do Ecomuseu de Itaipu aos Ecomuseus da Serra de Ouro Preto e da Amazônia.....	51
3.1.1. Criação, gestão e sustentabilidade.....	51
3.1.2. Novas demandas, novas iniciativas comunitárias: a afirmação das singularidades e a busca do diálogo.....	53
3.2. O Ecomuseu de Santa Cruz	59
3.2.1 A Evolução/ Construção do conceito de museu comunitário e ecomuseu a partir do processo de Santa Cruz.....	59
3.2.2. Os Processos.....	63
3.2.3. A Formação de Acervo.....	65

3.2.4. As Ações.....	65
3.2.5. Inventário Participativo de Santa Cruz	67
3.2.6. Os resultados do processo museológico comunitário de Santa Cruz. .	75
3.2.7. Os retrocessos e as fragilidades	78
3.2.8. A singularidade do processo museológico de Santa Cruz.	79
 Capítulo IV : SUBJETIVIDADE , MEMÓRIA E RESISTÊNCIA	 87
4.1. Memória comunitária : resistência e criação	87
4.2. A concepção tardiana da criação e o novo museu: memória, diferença e criação	91
4.3. Memória e Diferença nos processos museológicos comunitários sob o crivo do pensamento de Nietzsche	98
4.4. Articulado Tarde e Nietzsche em torno do processo de criação.....	105
4.5. A reinvenção do museu pelas práticas comunitárias: a contribuição do pensamento de Certeau	114
 Capítulo V: MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO	 122
5.1. Servidão e libertação no mundo dos museus.....	122
5.2. O discurso da resistência pela ação libertadora	130
5.3. Liberdade e ação: a metamorfose pela criação	132
5.4. Museologia comunitária e educação.....	133
 Capítulo VI: MUSEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO – A PEDAGOGIA PATRIMONIAL LIBERTADORA DOS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS COMUNITÁRIOS	 144
6.1. Museologia da Libertação- a pedagogia patrimonial libertadora dos processos museológicos comunitários	147
6.2. Capital cultural e Memória	151

6.3.	Releitura de “Educação como prática da liberdade”, sob o ângulo da Memória Social.....	156
6.4.	A trama da subjetividade: diálogo entre Freire e Tarde	172
Capítulo VII - AS NARRATIVAS SOBRE SANTA CRUZ - MEMÓRIA HÍBRIDA?		177
7.1 .	Memória Híbrida sob a ótica do pensamento de Edouard Glissant.....	177
7.2.	Relembrando os procedimentos metodológicos	187
7.3.	As narrativas: coleta e análise.....	188
7.4.	Análise do caso de Santa Cruz.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS		232
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		240
ANEXOS		xxx

ANEXOS

ANEXO 01

Declaração de Santiago1

ANEXO 02

Estatuto Brasileiro de Museus([Lei nº 11.904/2009](#))6

ANEXO 03

Estatuto do NOPH/ Regimento Interno..... 8

ANEXO 04

Documentos do II EIE51

ANEXO 05

Rapport sur Un Voyage d'Études au Brésil – Colloque d'Itaipu, avril 1989.....52

ANEXO 06

Carta de Belém58

ANEXO 07

Benedicto Freitas.....64

ANEXO 08

Inventário Participativo de Santa Cruz – Questionários.....73

ANEXO 09

Inventário Participativo de Santa Cruz - Relatório parcial.....73

ANEXO 10

Jornal Quarteirão 85 – Centro Cultural D. Pedro II 136

ANEXO 11

Samba- enredo da Escola de Samba Mirim Unidos da Resistência Cultural..... 137

ANEXO 12

Imagem da Ponte dos Jesuítas após o roubo das colunas..... 137

ANEXO 13

Samba- enredo do GRES Acadêmicos de Santa Cruz/2004..... 138

ANEXO 14

Entrevista de Hugues de Varine 156

ANEXO 15

Entrevistas (Modelo básico)..... 189

ANEXO 16

Lista de entrevistados..... 189

ANEXO 17

Bloco de ilustrações (16 imagens)

INTRODUÇÃO

Mais de 38 anos após a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, marco documental da museologia, o repensar a repercussão das idéias novas naquele encontro sobre o museu para as populações latinoamericanas traz a responsabilidade e o compromisso de avaliar a Declaração de Santiago (**ANEXO 01**), seu impacto e eficácia junto aos museus e junto à comunidade museológica de diferentes partes do mundo. Teria a concepção de museu se alterado, a partir das questões levantadas e das reivindicações latinoamericanas ?

O fulcro dessa pesquisa vai ao encontro das indagações, muitas ainda sem respostas, outras semi-respondidas ou equivocadamente respondidas na constatação empírica de inúmeras comunidades que criaram caminhos próprios, se enveredaram por uma museologia que se diferencia não no seu escopo, mas nos métodos e estratégias de ação em diferentes situações, construídos no cotidiano das *práxis* que reinventaram o museu. Consideramos que há aqui uma reinvenção do museu, de forma criativa e comprometida com a construção de uma nova prática social, tendo como referencial uma memória singular, afirmando os valores da comunidade.

Porém, mais além dessas indagações coletivas, essa pesquisa representa minha preocupação pessoal de registrar o vivido como membro de uma comunidade no epicentro do processo museológico por ela chamado de ecomuseu, não apenas focalizando o espaço como cenário do desenvolvimento do processo, mas sobretudo analisando a construção de memória pelo viés da produção de subjetividade individual e coletiva. O que se buscou com esse trabalho foi desvelar as zonas de interseção, os pontos em comum entre diferentes processos de musealização concebidos e desenvolvidos por comunidades- em especial as que formam a atual população de Santa Cruz- a partir de suas próprias necessidades culturais, e interpretar as convergências e similitudes entre eles, aproximando- as de processos endógenos de desenvolvimento comunitário local.

Faz-se necessário iniciar o estudo pela apresentação do quadro contextual que antecipou e conduziu mudanças expressivas na trama que envolve a memória, a comunidade e

suas criações, já que a sociedade pós-globalização, com suas necessidades cada vez mais exacerbadas, abriu novas perspectivas sobre um diferente ponto de reflexão – **a dimensão local** - e trouxe esperanças renovadas de ancoragem num novo porto (“seguro” ?) para questões sociais prementes, que se espargiram também no âmbito dos museus: **a comunidade**. É aqui que detectamos como a memória passa a ser um ponto determinante, um instrumento dessas comunidades que, ao conceberem e construírem seus próprios museus, tentam mitigar os impactos negativos do desenvolvimento e da globalização nas sociedades contemporâneas, mostrando sua força de resistência, sua capacidade de criação na adversidade.

O **problema**, a partir do qual se desenvolveu esse trabalho, se originou da **dificuldade de explicar como e porque a comunidade de Santa Cruz, que, nas décadas de 70 e 80, não tinha ainda uma familiaridade com a instituição museu ou até mesmo desconhecia sua ação, chegou a ele**, apesar da distância e da conseqüente inacessibilidade aos museus existentes na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo para as famílias mais abastadas moradoras do bairro, deslocar-se cerca de 67 quilômetros nos meios de transporte disponíveis tornava difícil inserir a visita ao museu ao final de um dia de trabalho e mesmo no planejamento de um fim-de-semana ou das férias. O museu era, até então, um ilustre desconhecido para a comunidade de Santa Cruz. Provavelmente, somente o Museu Nacional fazia parte do cardápio cultural, pois se integrava ao circuito Quinta da Boa Vista, juntamente com o Jardim Zoológico, o qual constituía o passeio anual almejado por quase toda família.

No entanto, nem mesmo a rara freqüência aos museus da Cidade impediu que essa comunidade, nos anos 80, por outras razões que não o puro lazer, construísse um modo próprio de se auto-conhecer e se afirmar, buscando seus fundamentos no patrimônio local, considerados testemunhos concretos de sua história, vestígios da passagem do tempo que eram valorizados como âncoras de uma sociedade em crise.

A criação de um museu, distanciado dos padrões mais comuns de museus, ainda assim conservando todo o seu caráter de conservação, pesquisa, exposição de bens patrimoniais, e mais, uma instituição criada coletivamente e usada pelos seus criadores como um modo de apropriação e partilha de um patrimônio comum, revela a possibilidade de estudar esse caso sob dois ângulos (modos) distintos:

→ A comunidade de Santa Cruz, ante uma crise identitária e a ameaça da perda de valores, para se fazer conhecer e ouvir no contexto da Cidade, construiu para isso o seu museu.

→ A comunidade de Santa Cruz criou um museu com métodos e práticas próprias para resistir pela invenção e com ele busca afirmar-se e libertar-se, musealizando as relações cotidianas .

Nossa **hipótese** é a de que o ecomuseu e o museu comunitário - e particularmente o Ecomuseu de Santa Cruz – resistem ao poder de duas maneiras: sob sua forma vertical (imposição de um modo único de construção de memória/ sociedade disciplinar) e sob sua forma horizontal (afirmando os seus valores e formas de vida) através de uma memória que combina uma tentativa de preservar a identidade (lógica disciplinar) e a criação de modos próprios e singulares de viver, lembrar e esquecer que se espraiam e se difundem (lógica rizomática), escapando do controle em rede e construindo sua própria rede.

A pesquisa tem por **objetivo geral** analisar o modo de construção de memória em comunidades - particularmente o caso de Santa Cruz, no Município do Rio de Janeiro - que, através de processos museológicos diferenciados dos convencionais , entre os quais se destacam os museus comunitários e os ecomuseus, resistem às formas de subjetividade e de memória impostas pelo poder, seja através de uma oposição às políticas públicas impostas ou a uma forma única e hegemônica de praticar a museologia, seja através da afirmação de modos próprios de vida. Esse modo de processar a memória social, pela musealização da vida cotidiana em suas múltiplas relações, será aqui entendido e tratado como “museologia da libertação”. A memória que se produz neste processo será por nós considerada uma memória híbrida.

Não se trata aqui de oposição ou resistência à Museologia em seu sólido escopo, pois é ela quem dá o suporte às ações museológicas em diferentes situações , mas da afirmação do direito à diversidade , ao uso de conceitos e métodos diferenciados , forjados a partir das práticas que se desenvolvem nos ecomuseus e museus comunitários, portanto , à criação e ao uso de múltiplas estratégias. É possível, dessa forma, trazer novos indicadores para o enriquecimento da museologia.

Detalhando ainda mais **especificamente**, pretende-se também:

- 1) Destacar o impacto, sofrido pelas comunidades que pertencem ao “espaço vivido e praticado”¹ de Santa Cruz, das políticas públicas impostas, como, por exemplo, a implantação do Distrito Industrial e de “mega-conjuntos habitacionais”, intervindo em seu modo de vida;
- 2) Analisar o modo como essas comunidades criam processos museológicos com estratégias diferenciadas, reinventando o museu de forma criativa e comprometida com a construção de uma nova prática social. Busca-se, nesse caso, a musealização dos espaços vividos ou a musealização das situações cotidianas – tendo como referencial uma memória singular, afirmando os valores da comunidade e buscando, desse modo, soluções para uma preservação processual de sua cultura e para o desenvolvimento local e comunitário;
- 3) Apresentar a possibilidade de interação entre dois campos teóricos, a museologia e a educação, trazendo os aportes do pensamento de Paulo Freire para a Nova Museologia. Através deste atravessamento, pretende-se propor uma “Museologia da Libertação” para pensar os modos de resistência da comunidade de Santa Cruz às políticas públicas impostas.
- 4) Através dos depoimentos e narrativas dos protagonistas dos diferentes estágios deste ecomuseu, investigar como os sujeitos (as comunidades) do museu-educador-libertador criam respostas diante do poder vigente, ora imitando seus métodos e práticas, ora criando seus próprios caminhos. Inventariar aquilo que estes protagonistas consideram como seus bens patrimoniais e como sua memória;
- 5) Refletir sobre a forma peculiar como essas soluções se produzem, mesclando, por um lado, o uso estratégico do processo de musealização conforme a concepção do poder vigente e, ao mesmo tempo, o exercício de uma memória singular, capaz de afirmar os valores da comunidade;
- 6) Analisar a memória produzida neste processo e que pode ser considerada, em nossa perspectiva, uma memória híbrida.

¹ Entende-se por espaço vivido e praticado a noção espaço-temporal de vida, “ um campo de operações”, um território onde uma comunidade pratica suas relações de vida. Ver Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano- Artes de fazer*, 1994

DESENVOLVIMENTO E RELEVÂNCIA DA QUESTÃO

A relevância da questão apresentada e o seu desenvolvimento se devem, portanto, ao ineditismo dessa abordagem dos museus, onde se buscou focar o Ecomuseu de Santa Cruz naquilo que interessa à academia, na medida em que pode acrescentar algo teórico, vislumbrado em suas estratégias e métodos de ação. O ponto de interesse emerge do diálogo conceitual com os museus institucionais e com os museus comunitários.

Ratificamos, portanto, que a presente pesquisa trabalha com o conceito de **museu comunitário** na forma como é descrito e analisado no texto “O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?”², de Teresa Morales Lersch e Cuauhtémoc Camarena Ocampo, com o qual compartilhamos a partir da experiência vivida na comunidade de Santa Cruz e como é comumente entendido pelos protagonistas de diferentes processos em diversas partes do mundo:

(...)Para nós, o museu comunitário é uma ferramenta para a construção de sujeitos coletivos, enquanto as comunidades se apropriam dele para enriquecer as relações no seu interior, desenvolver a consciência da própria história, propiciar a reflexão e a crítica e organizar-se para a ação coletiva transformado. (LERSCH & OCAMPO: 2004).

Assim sendo, essa noção se afina com a idéia que construímos ao longo do processo: **um museu concebido e criado por membros de uma comunidade de origem ou de destino, fundado em interesses coletivos, com o objetivo de preservar processualmente a sua cultura viva, construir memória e usá-la para desenvolver harmônica e sustentavelmente o seu espaço- vida.**

Emanado dessa comunidade, o museu se diz comunitário primeiramente pelos que o criaram e o desenvolvem num determinado espaço praticado de memória, ou seja, pelos

² Tradução livre de OMP do original em espanhol. Lersch, T. Morales e Ocampo, C. Camarena. *O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?* Trad. Odalice Priosti. In: NOPH, Jornal Quarteirão, no. 77 – Maio/ Junho, p. 15. Rio de Janeiro: 2008

Este texto es un resumen de la ponencia "El concepto del museo comunitario: ¿historia viviente o memoria para transformar la historia?" presentada en la mesa redonda "Museos: nuestra historia viviente", en la Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 6-10 octubre, 2004

atores desse processo que se reconhecem autores e beneficiários de sua criação. Conscientes de uma realidade desfavorável, das mudanças em que desejam intervir e de sua capacidade de discernimento quanto às escolhas e tomadas de decisões para a ação, esses atores propõem a construção do museu através da participação aberta, livre e direta a qualquer membro da comunidade, em qualquer fase de sua implantação, desde a concepção à materialização do museu e sua gestão. Essas seriam as principais características que conferem a um museu o estatuto de “museu comunitário”. Em seguida, ele deverá ser reconhecido como um processo comunitário pelos demais museus já existentes, atendendo à definição de museu, segundo os ditames do ICOM- *International Council of Museums*:

“ o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento , aberta ao público e que adquire, conserva,estuda,expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu ambiente para fins de estudos, educação e prazer(ICOM: Estatutos, Artigo 3º.,2007).³ http://icom.museum/index_fr.html

referendada no Brasil pelo Estatuto Brasileiro de Museus([Lei nº 11.904/2009](#))(**ANEXO 02**) para o qual

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Estatuto Brasileiro de Museus- Art. 1º).

Criado pioneiramente no México pelos “pueblos” históricos que desejavam eles próprios fundar e gerenciar seu museu, preservando os artefatos deixados pelos antepassados nas ruínas e descobertos nas escavações dos sítios arqueológicos, o museu comunitário, para ser verdadeiramente comunitário, admite a participação de seus membros, diretamente ou representados por diferentes tipos de atores: os atores sociais (lideranças locais) , os técnicos , os eleitos (representantes do poder público) e os atores econômicos. Prioriza-se, nessa construção de museu – e de memória, a idéia de “**comunidade participante**” que estuda , pesquisa, conserva, comunica e expõe o

³ Tradução livre de OMP do texto original em francês:“Section 1. Musée. Le musée est une institution permanente sans but lucratif, au service de la société et de son développement, ouverte au public, qui acquiert, conserve, étudie, expose et transmet le patrimoine matériel et immatériel de l’humanité et de son environnement à des fins d’études, d’éducation et de délectation.”-http://icom.museum/index_fr.html

patrimônio comum (natural e cultural, material e imaterial, constituindo, em suma, o que se chama de patrimônio integral) para se auto-conhecer, se educar e desfrutar, além de usá-lo em prol do desenvolvimento local e comunitário. Essa idéia não descarta a possibilidade de um público visitante, formado por escolares, pesquisadores, turistas e outras comunidades.

O Ecomuseu de Santa Cruz, oficialmente designado Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, se enquadra nessa tipologia de museu porque emergiu como uma iniciativa cultural de membros da comunidade local, preocupada com o destino dos seus bens simbólicos e com a preservação de sua cultura viva, ante o impacto causado pela implantação de um distrito industrial em seu espaço-vida, na década de 60, que resultou numa descaracterização de seu ambiente tradicionalmente agrícola e na alteração de seus modos de vida e de construção de memória. Nessa iniciativa, a comunidade local, representada por lideranças de diversas instituições e por diferentes atores, tomou a si a responsabilidade por sua memória e por seu futuro, passando a intervir na gestão de sua cultura e de seu patrimônio através de reuniões, assembléias, campanhas, seminários, oficinas, pesquisas, exposições, incursões para o reconhecimento e identificação do patrimônio, projetos de ação educativa, entre outras atividades do NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica - origem de toda a mobilização, a partir de sua fundação em 1983.

Breve histórico

Santa Cruz era, até a década de 50, uma região de perfil agro-pecuário. Fazenda jesuítica, desde 1589, após a expulsão dos padres inacianos pelas políticas do Marquês de Pombal, em 1759, tornou-se Fazenda Real e mais tarde Imperial.

Quando o Brasil deixou de ser colônia de Portugal, o bairro que dela se formou manteve seu ar bucólico e provinciano até os anos 60, quando foi implantado o Distrito Industrial de Santa Cruz, concebido para dar suporte econômico ao recém-criado Estado da Guanabara. Esse pólo industrial trouxe com ele uma insustentável expansão demográfica e uma exacerbação dos problemas infra-estruturais que se arrastam por décadas, nessa região esquecida do contexto político-cultural da cidade. A chegada de novos habitantes, removidos das áreas de risco das favelas da cidade para os “provisórios” conjuntos habitacionais, impôs à região uma grande transformação.

A grande mudança não só descaracterizou a paisagem agro-pastoril e a fisionomia arquitetônica do bairro, como tem alterado bastante os modos de vida de sua população, agora muito avolumada com a favelização das dezenas de conjuntos habitacionais e empobrecida com a multiplicação dos problemas.

Foi nesse momento que surgiu o NOPH, núcleo a partir do qual se desenvolveu a experiência do ecomuseu. A partir da sustentação do NOPH, a comunidade se mobilizou e tomou a iniciativa de criar um instrumento político de participação e de salvaguarda de seus bens mais simbólicos- o ecomuseu comunitário, para resistir às mudanças e preparar-se para o futuro.

Para os membros dessa comunidade, o NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica - era e é reconhecido como uma organização civil comunitária sem fins lucrativos, sem vínculos políticos –partidários, fundada a 03 de agosto de 1983, a partir das lutas da comunidade de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, para a criação de um espaço cultural na década de 80, com

“a finalidade de proceder a estudos e pesquisas concernentes aos testemunhos materiais do homem e do seu ambiente, estando particularmente voltado para a História de Santa Cruz, compreendendo-se esta como a região histórica correspondentemente à jurisdição da antiga Fazenda de Santa Cruz.(NOPH, Estatuto, Artigo 2º., 1983)- (ANEXO 03)

originalmente propriedade dos Padres Jesuítas”, cuja sede deu origem ao bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. O NOPH foi, portanto, o núcleo que desenvolveu a experiência do museu comunitário. Ao longo de 27 anos, o NOPH consolidou esse museu, reconhecido mais tarde como um ecomuseu, dado o seu vínculo com o espaço onde se vive a experiência e onde se abrigam diferentes tipos de patrimônio (natural e cultural, material e imaterial, constituindo o que se chama de patrimônio integral), embutidos no cerne de todo o trabalho, e onde se constrói uma singular memória social.

Assim, o museu comunitário não é um produto acabado, elaborado por técnicos e especialistas. Em contínua construção, ele tem a comunidade como protagonista de sua ação sócio-cultural. Não é um museu feito para a comunidade, para ser consumido como um produto elaborado e colocado na vitrine do mercado . Nele a comunidade é a

autora e a beneficiária da ação, desenvolvendo métodos e práticas adequadas à realidade que se quer transformar, através dessa ação. Não se pode dizer que um museu é comunitário apenas porque fala e expõe a comunidade, mas porque essa comunidade se expressa através desse museu: indaga, questiona, decide, pesquisa, preserva, expõe, transforma a realidade ou se adapta às mudanças e assim liberta suas forças vivas e educa seus membros. Desse modo, constrói e gesta sua própria memória social.

Nos museus comunitários e nos ecomuseus, o patrimônio imaterial é sempre muito significativo, se por patrimônio imaterial entendemos “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saberes, junto aos instrumentos, objetos, artefatos e espaços a eles associados, que as comunidades, os grupos, os indivíduos reconhecem como integrantes do seu patrimônio cultural” (UNESCO: 2003), idéia que é confirmada na XX Conferência Internacional do ICOM, realizada em 2004, em Seul:

A cultura não se manifesta apenas nos seus aspectos materiais. Ela assume também formas imateriais que se transmitem de geração em geração por meio da língua, da música, do teatro, das atitudes, dos gestos, das práticas, dos costumes, entre outras formas culturais. O patrimônio imaterial se constitui de expressões, valores, costumes, línguas, tradição oral, modos de vida tradicionais, criatividade, adaptabilidade e, em suma, de tudo o que distingue um povo ou um grupo social. Esse caráter distintivo se percebe geralmente nas práticas culinárias, no vestuário, no habitat, nos saberes e fazeres, nas técnicas tradicionais, nas cerimônias religiosas, nos usos e costumes, nas artes de interpretação, nos contos etc. Durante séculos a memória coletiva dos povos se transmitia por meio dessas formas imateriais, mas só recentemente a humanidade se preocupou com a apresentação e a documentação dessas fontes que foram tanto tempo negligenciadas (ICOM – Seul, 2004)

Mas no caso dos museus comunitários e ecomuseus, podemos avançar um pouco mais: o “novo” museu pode ser pensado como uma resposta à preocupação do homem com seu patrimônio maior – a vida digna.- a vida a que todo ser humano tem direito, o de viver em seu espaço de origem ou escolhido e adotado, usufruindo de autonomia e liberdade de ação, respeitando o outro, fazendo-se por ele respeitar e compartilhando valores, experiências e saberes, necessários ao bem comum e, por fim, contribuindo para o desenvolvimento local. Nesse caso, nos processos comunitários de museus, o patrimônio imaterial inclui a própria dignidade de vida, na mesma medida em que a memória social inclui os modos de vida da comunidade, que assim procura preservar os seus bens e os traços que a singularizam.

A todo esse processo estamos chamando de “musealização dos espaços vividos”, e também “musealização das situações cotidianas”, ambos implicando relações protagonizadas pelos sujeitos coletivos. Esse processo de musealização costuma se produzir nos seio de uma luta para preservar modos próprios de viver e de gestar o que é seu, no momento em que outras formas de vida ameaçam se impor a uma comunidade, sem respeitar seu patrimônio e sua memória.

Pesquisa de campo e metodologia

Pretendemos analisar, através do estudo de caso do Ecomuseu de Santa Cruz, se estes museus de fato produzem ações museológicas libertadoras e como as produzem, dando visibilidade ao que foi proposto pelas Cartas do Chile (1972), de Quebec (1984) e de Caracas (1992), documentos, saídos de Conferências Internacionais do ICOM e que marcaram o surgimento e a consolidação da Nova Museologia, a exemplo de várias iniciativas em processo que se multiplicam no Brasil e na América. O estudo permitirá avaliar até que ponto essas “heresias” museológicas trazem contribuições fundamentais para a produção de conhecimento na área da memória, da museologia, do patrimônio e das subjetividades coletivas na apropriação desse patrimônio e sua intervenção na mudança social.

Em outras palavras: movidos por essa ação que criou o “novo museu” e fundamentados na prática de um deles - o Ecomuseu de Santa Cruz – pretendemos ver se lá, como afirma Hugues de Varine:

“ onde o seminário UNESCO- ICOM de Santiago do Chile, de 1972, continua sendo a referência mais forte, os protagonistas das novas museologias se reconhecem e buscam uma museologia que deixe aflorar as subjetividades coletivas, que faz da memória o instrumento de resistência afirmativa das comunidades, uma museologia própria para encontrar, em suas forças vivas e nas que compartilham com os que vieram de outros lugares, os meios de viver e agir como sujeitos e atores na construção de seu próprio futuro” (VARINE:2005, vol 58).

Na reflexão a que se propõe o estudo, serão colocados em correlação conceitos como ecomuseu/ museu comunitário, território, comunidade/população, memória social, patrimônio, sujeito coletivo, cultura viva, iniciativas comunitárias / educação transformadora e desenvolvimento local. Esses conceitos serão utilizados na tentativa de explicar como as comunidades se organizam e constroem sua memória em processos de subjetivação via museu, bem como o modo pelo qual se apropriam de seu espaço vivido e do patrimônio nele existente. Tal processo será aqui pensado tanto como uma

construção pedagógica que educa e liberta seus atores para a escolha e tomada de decisões quanto como ferramenta endógena de desenvolvimento local, **isto é, como um instrumento criado no seio da comunidade e por ela utilizado para transformar e desenvolver o espaço vivido, administrando assim a mudança.** A isso H. de Varine chama de **controlar a mudança** (= “*maîtriser le changement*”), **ao invés de apenas assujeitar-se a ela.** Além disso, serão estudados os problemas e situações ligados ao enraizamento /desenraizamento de um indivíduo ou de uma comunidade na localidade, o conceito de favela, em suas expansões vertical (nos morros e encostas) e horizontal, às margens de rios , incorporando a favelização dos atuais conjuntos habitacionais na Zona Oeste do Rio. A implantação dos mega-conjuntos habitacionais na região de Santa Cruz modificou o enfoque do crescimento da cidade com a produção de novas favelas, por falta de políticas de estrutura no saneamento básico, no transporte, na saúde e na educação. O transplante compulsório de grande contingente populacional para os conjuntos habitacionais em locais afastados do seu lugar de referência promoveu, conseqüentemente, o seqüestro ou apagamento de memórias. A pesquisa busca saber o que acontece com essas memórias transplantadas, simultaneamente à remoção das comunidades das áreas de risco para os conjuntos habitacionais, como ocorreu em Santa Cruz.

Assim, a pesquisa se fundamenta também no estudo das condições de moradia nos atuais conjuntos habitacionais e o uso que essa comunidade faz da memória para se afirmar no novo espaço de vida, para enraizar-se nele , aproveitando as memórias trazidas do antigo lugar onde viviam antes do transplante.

Na medida em que fazemos parte da comunidade museal que pretendemos investigar – o Ecomuseu de Santa Cruz –, integrando o processo que levou à sua construção, podemos dizer que **nossa pesquisa foi participante**, no sentido que Miriam Arroyo confere a essa proposta. Na Conferência do X Atelier Internacional do MINOM, denominado “*Cultura, Democracia Participativa y Educación Popular*” (2004), Arroyo afirma que a investigação participante é “**uma atividade em três vertentes, é um método de pesquisa social que implica a plena participação da comunidade, um processo educativo e um meio de ação para o desenvolvimento**” (ARROYO: 2004). E a pesquisa participante é, em si mesma, “um poderoso instrumento de conscientização e de promoção social que traz como coadjuvante, em todo o seu processo, a participação

consciente e crítica da comunidade, para que essa alcance formular suas próprias ações para melhorar e transformar sua realidade social” (Idem).

A concepção de Arroyo acerca da investigação participante vai além do mero reconhecimento de um pesquisador sobre o modo como participa do objeto pesquisado. Ela indica que a pesquisa realizada é também, um processo educativo e um meio de ação para o desenvolvimento. Nesse sentido, sua concepção de pesquisa participante se aproxima de idéia de pesquisa-ação, que será também por nós afirmada como uma metodologia de trabalho. Pensamos que na medida em que nossa pesquisa trata explicitamente da libertação das subjetividades coletivas, o pesquisador e os pesquisados são a um só tempo os promotores e os beneficiários da ação, ou seja, com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (THIOLLENT: 2005, p.18).

Em resumo: Percebemos que os métodos da **pesquisa-ação** e da **investigação participante** convergem para um só caminho, a participação dos envolvidos na situação, e não são excludentes. Por isso, teremos liberdade para transitar ora com uma, ora com outra, para atingir os objetivos almejados, priorizando a partir disso a ação transformadora do ecomuseu e sua sistematização, em vez de apenas constatar seu raio de influência.

Cabe frisar que essa pesquisa é um desdobramento da investigação realizada anteriormente para o Mestrado em Memória Social – *Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade* (PRIOSTI: 2000). Nesta última, recolhemos narrativas dos habitantes originais do bairro; agora, contemplaremos os que chegaram: os descendentes dos imigrantes portugueses, italianos, sírio-libaneses, austro-húngaros, espanhóis e japoneses, num primeiro momento da formação do bairro (agricultura e comércio); e, num segundo momento, os moradores das comunidades dos conjuntos habitacionais, isto é, aqueles que vieram com o transplante de comunidades das áreas de risco das favelas do Rio de Janeiro, após a implantação do Distrito Industrial, pois interessa também saber o destino das lembranças trazidas na memória dos que tiveram que abandonar seu local de origem e se instalar em outro bairro: se foram passivamente apagadas, se hibernam durante determinados períodos e emergem em outros para compor a plataforma de resistência cultural dessa comunidade, face aos conflitos iniciais entre os antigos moradores e os

que chegaram nessa leva de transplantados e para encontrar novas formas de viver e agir no novo espaço.

Portanto, trabalha-se com o conceito de **população** aqui entendida não como uma totalidade, mas como **uma amostra constituída de diferentes segmentos da sociedade de humanos** e, mais especificamente, envolvendo não só os **moradores antigos da Santa Cruz** antes da mudança (Anos 60), mas também **os novos integrantes dessa população**, moradores dos Conjuntos Habitacionais, desde os primeiros implantados na localidade aos mais recentes.

O desenho dessa investigação foi assim concebido: 1. Coleta de narrativas → Escuta através de entrevistas abertas e gravadas com imigrantes e /ou descendentes; moradores dos Conjuntos Habitacionais; moradores referência, envolvidos com a causa do Patrimônio ou que transitaram no processo museológico; 2. Análise das entrevistas, onde se investigou até que ponto o processo museológico afetou o cotidiano das pessoas, as suas relações com o lugar onde vivem, e de que modo isso se traduziu na prática. 3. Considerações finais sobre o processo museológico e a possibilidade de se realizar uma Museologia da Libertação e de se constituir de uma memória híbrida.

A **coleta de narrativas** dos descendentes dos imigrantes e dos moradores dos conjuntos habitacionais, contemporâneos das experiências museológicas comunitárias em curso, utilizadas aqui como método/ferramenta de trabalho na investigação do pensamento e da opinião de sujeitos, reforçou a atitude de escutar os protagonistas - nesse caso, os descendentes dos imigrantes e os integrantes das populações assentadas compulsoriamente nos conjuntos habitacionais - para saber deles a sua relação com seu antigo patrimônio, agora transformado em memória, e a construção de um novo patrimônio, sobre os restos do primeiro e num novo território. Com relação aos conjuntos habitacionais, a pesquisa investiu nos conjuntos habitacionais mais antigos(Antares, Cesarão e João XXIII e construções mais recentes(Urucânia e Nova Sepetiba).

Inicialmente, como moradora da região e conhecedora dos movimentos sociais e das lideranças comunitárias que os nutrem ou dinamizam, foi estabelecida uma rede de contatos que foi acrescida por sugestão e indicação dos primeiros entrevistados. A entrevista teve uma preparação onde, além de explicar o trabalho e seus objetivos, foi mostrado ao potencial entrevistado porque ele faz parte dessa seleção, a sua

representatividade como morador de um conjunto habitacional ou imigrante / descendente de imigrante morador do bairro há mais de 50 anos.

Obtendo a concordância, a entrevista se realizou na primeira opção proposta pelo entrevistado: a residência ou local de trabalho do entrevistado ou ainda na sede do NOPH / Ecomuseu. Como as entrevistas foram gravadas e constituirão fontes primárias para futuras pesquisas, será necessário firmar o Termo de Cessão da entrevista para o NOPH / Ecomuseu, o que se dará num segundo momento, quando da leitura da transcrição do conteúdo. Nessa lista, constaram moradores dos diferentes Conjuntos Habitacionais que participam ou participaram ativamente de algum movimento, cooperativa, ONG, etc, na região.

Pretendemos também, nessa coleta de narrativas, continuar o processo do inventário participativo dos bens da comunidade de Santa Cruz, iniciado formalmente em 2003 no núcleo gerador do processo - uma breve amostragem qualitativa que abrangeu algumas comunidades originais do bairro (comércio, áreas do Matadouro, entorno da antiga residência da Fazenda de Santa Cruz, Base Aérea de Santa Cruz e Sepetiba). O **inventário participativo** é uma pesquisa sobre os bens patrimoniais e a memória elencados pela comunidade, ao longo das várias décadas de ação museológica. Inspirado na experiência de Viamão, no Rio Grande do Sul, realizado entre 1998 e 1999 pela Secretaria Municipal de Cultura e já iniciado em Santa Cruz, propõe à comunidade dizer qual patrimônio quer preservar.

Através da coleta e análise dessas falas, estaremos tecendo a trama histórica do enraizamento ou não dos novos moradores no novo bairro, quer no caso dos imigrantes ou no caso dos transplantados para os conjuntos habitacionais. Por outro lado, poderemos perceber o grau de vinculação de moradores aos patrimônios locais e observar até que ponto reconhecem o patrimônio e se responsabilizam por ele. Fragmentos dessas narrativas são usadas no corpo da pesquisa para confirmar ou não se há diferenciação metodológica na construção e gestão da memória e se há ou não hibridação e, em caso afirmativo, como ocorre.

Vale observar que as narrativas coletadas serão digitalizadas e preservadas para futuras pesquisas no NOPH/ Ecomuseu, podendo ser utilizadas em futura exposição audiovisual do SALÃO DE MEMÓRIAS, na sede do NOPH.

Estrutura organizacional da pesquisa: apresentação dos capítulos

Movida pela intenção de não apenas marcar o momento histórico de emergência de processos museológicos nascidos das próprias comunidades, mas sinalizá-los como uma corrente estratégica diferenciada de reinvenção da instituição museu, o presente estudo abrange, num primeiro momento (**Capítulo I – A Museologia e seus processos - dimensão espaço-temporal e função social**), a Museologia, sua construção, inserção entre as ciências humanas aplicadas, consolidação desse conhecimento, seu objeto, seus processos e ações para, em seguida, apresentar, no **Cap. II- Museologia Contemporânea: caminhos e percursos**, a descrição da situação que fez eclodir a mudança, após a Mesa de Santiago em 1972: seus antecedentes, os protagonistas, a ressonância no mundo museal, com a fundação do MINOM – Movimento Internacional da Nova Museologia em 1984. Um panorama atualizado de sua trajetória no mundo e as tendências da museologia contemporânea desvelam as origens e os processos museológicos que consolidaram as novas trilhas da museologia, cujo campo de conhecimento foi enriquecido, partindo das constatações empíricas e fazendo-as aproximar das teorias mais atualizadas de produção de memória, de subjetivação coletiva, de comunidade e de museu. (Comunicação apresentada em Molinos – XII Atelier Internacional do MINOM-2005)

Nesse capítulo, dedicado também à museologia mexicana, contemplamos o pioneirismo dos *pueblos* na criação de museus e articulamos o fazer museológico comunitário registrado na literatura conhecida (as mais importantes descrições, análises e avaliações produzidas na época de sua aparição e agora, após três décadas e meia de desenvolvimento das experiências) e da observação *in situ* nos *pueblos* em Oaxaca, como casos concretos de museus inovadores, de comunidades que se afastaram intencionalmente ou não dos padrões normais/comuns da instituição museu da época. Registramos também o esforço dos mexicanos na formação de quadros multiplicadores com a organização da *Unión de Museos Comunitarios de Oaxaca* – a UMCO e posteriormente a ampliação de sua abrangência nos países das Américas com seu desdobramento na *Unión Internacional de Museos Comunitarios de las Américas*-UIMCA, que hoje adota a designação definitiva de RED DE MUSEOS

COMUNITARIOS DE AMÉRICA, com a oferta de estágios e realização de encontros internacionais para a reflexão e a capacitação de facilitadores de museus comunitários.

No **Capítulo III - Museus comunitários - Estudo de caso : O Ecomuseu de Santa Cruz.**, apresentamos a evolução do conceito de museu comunitário e, além disso, outros exemplos brasileiros de construção de memória na forma de ecomuseus, museus comunitários, museus de território e experiências similares. Por fim, desenvolvemos a construção do conceito de museu comunitário, a partir do processo de Santa Cruz, procurando privilegiar o ponto de vista do mediador saído da comunidade. Em seguida, descrevemos detalhadamente o Ecomuseu de Santa Cruz, designado oficialmente Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, em seus antecedentes, sua gênese, estratégias da memória, sua singularidade, seus processos e os resultados parciais de sua implantação, aproveitando a pesquisa já realizada para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da UNIRIO, defendida em 2000, *Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade*, da qual essa nova investigação é o aprofundamento de várias questões, agora sob o foco da Subjetividade, Resistência e Criação.

O Capítulo IV – Subjetividade, memória e resistência apresenta e explora o **conceito de memória** como eixo da pesquisa, apontando a relação entre a memória e a vida pelos processos de produção de memória como resistência pelas comunidades e como exercício de produção de subjetividade e criação, seu movimento ou agenciamento nos “novos museus”, seguindo o pensamento de Gabriel Tarde em *As Leis da Imitação* (1890). Nesse ponto, a abordagem privilegia diferentes processos museológicos comunitários que foram já mencionados, quer como produções de subjetividades coletivas, quer como construções diferenciadas de memória. Em seguida, traz para a discussão a reinvenção do museu pelas práticas comunitárias, que apresenta uma visão do museu à luz do pensamento de Nietzsche e Certeau, a comunidade e suas forças de resistência. A abordagem da potencialidade inovadora do museu de se recriar/reinventar a partir das práticas aprofunda o conceito de diferença sob o crivo de Nietzsche, com base na *Segunda Consideração Intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*.

O capítulo seguinte, **Capítulo V- Museologia Comunitária e Educação** pretende fazer um corte na estrutura da tese para uma reflexão aprofundada sobre a metamorfose

endógena do existir, apresentando inicialmente o conceito de servidão para definir, no seu contraponto, o que seria a libertação no mundo dos museus. Só então apresenta a relação entre os dois campos disciplinares: a Museologia Comunitária e a Educação e a contribuição de Paulo Freire para a museologia contemporânea, pela concepção da educação como ação cultural libertadora e prática da liberdade.

O Capítulo VI- Museologia da Libertação – a pedagogia patrimonial libertadora dos processos museológicos comunitários analisa a proposta da Museologia da Libertação à luz da memória social e das práxis de ecomuseus e museus comunitários, contemplando a “ pedagogia da libertação” de Paulo Freire e ouvindo os depoimentos de membros de outras experiências brasileiras de ecomuseus e museus comunitários e de redes latinoamericanas de novos museus. Apresentamos também a noção de “capital cultural” e seu uso como amálgama da memória na discussão museológica contemporânea, incluindo o ambiente natural e cultural como patrimônio e a constituição de redes de trocas entre membros protagonistas, responsáveis, dinamizadores, parceiros, no atendimento a uma necessidade desses atores de se identificar e se reconhecer. Em seguida, sob o foco dos princípios freirianos e, numa releitura de algumas de suas principais obras, pretende-se reescrever ou interpretar essa pedagogia aplicada à museologia, confirmando ou não a contribuição do pedagogo brasileiro para o avanço/ mudança da museologia, desde a Mesa de Santiago.

No **Capítulo VII – As narrativas sobre Santa Cruz - Memória Híbrida ?**, todo o estudo é analisado e complementado com base na escuta das falas dos antigos moradores do bairro, dos descendentes de imigrantes e dos atuais moradores dos conjuntos habitacionais, selecionados em diferentes faixas etárias. É a parte dedicada à pesquisa de campo, na qual se procura investigar tanto a possível efetuação de uma Museologia da Libertação quanto a produção de uma memória híbrida e as tendências e perspectivas de sua permanência/duração, transformação ou desaparecimento/esquecimento. Busca-se também entender como se dão as relações de partilha e solidariedade entre esses moradores, responder até que ponto novos núcleos de memória poderão ser ativados e integrados aos já existentes na região do bairro de Santa Cruz, e verificar se de fato eles participam ou poderão participar no desenvolvimento local e comunitário. Uma análise **do estudo de caso em interface com outras experiências brasileiras** – contempla o cruzamento da teoria com a prática, reafirmando não apenas a memória produzida pelas comunidades como também

explicitando a hibridação da memória, por meio de situações concretas comprovadas nos ecomuseus e museus comunitários brasileiros, que, ainda que sigam um princípio norteador, adotam práticas diferenciadas adequadas a cada contexto, como o Ecomuseu da Amazônia, o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e o pioneiro Ecomuseu de Itaipu em sua recente tentativa de se reinventar, avaliando sua trajetória e buscando uma aproximação mais intensa com as comunidades inseridas no seu território.

Finalmente, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, elencamos alguns pontos de vista e, à guisa de **recomendações ou novas inquietações**, sem a pretensão de esgotar toda a reflexão que o tema desta pesquisa potencializa, flexionamos as possibilidades da memória social, a partir das experiências dos ecomuseus, museus comunitários, museus de território e similares. Apontamos, por fim, os novos indicadores para a museologia e impulsionamos a reflexão para a reinvenção dos museus, considerando a hibridação das memórias partilhadas num mesmo espaço vivido.

CAPÍTULO I – A MUSEOLOGIA E SEUS PROCESSOS - dimensão espaço-temporal e função social

1.1. Acerca da Museologia

Em função de toda a reflexão que embasou a dissertação de mestrado em Memória Social-Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade- e da qual essa pesquisa pretendeu ser o aprofundamento, num primeiro movimento, ela nos exige definir agora que ciência é a **Museologia**, qual o seu objeto de estudo, quais são seus processos e que pressupostos a norteiam. Num movimento subsequente, delineamos em que momento e de que forma o eixo da museologia começa a se deslocar do objeto para a ação social, em resposta aos questionamentos de outras áreas do conhecimento coadjuvantes do fazer museológico até então construído, como a antropologia, a filosofia, a sociologia, entre outras, pois o conhecimento produzido com esse fazer- a museologia - é , portanto , cúmplice e parceiro, assim como os museus, de diversas áreas do conhecimento humano, principalmente nas Ciências Humanas.

Com essas reflexões, mostraremos a trajetória de questionamentos, práticas e experimentações muitas vezes construídos entre avanços e recuos estratégicos, amadurecendo uma articulação e um equilíbrio necessários entre ações de preservação e desenvolvimento.

Portanto, encontrar o fio de prumo entre elas é o fim último da museologia que serve assim, com sua episteme, de instrumento para o encontro entre os movimentos de conservação e transformação que regem a dinâmica da vida em sociedade.

Reportando-nos à primeira questão – a definição do que é a museologia - esclarecemos que a introdução da Museologia nessa pesquisa nos obriga a uma reflexão preliminar sobre o que essa área do conhecimento tem trazido ao saber da humanidade, qual a sua contribuição no entendimento da realidade dos grupos sociais, como vivem e como constroem memória e identidade.

Inicialmente compreendida como **estudo dos museus**, logo se descartou essa concepção, ao se perceber que, muito mais que aos museus, o novo campo estava

ligado ao entendimento da realidade pelo homem, ou seja, **a relação entre o homem e a realidade**, uma realidade que se apresenta na bidimensionalidade do espaço - tempo de um acontecimento.

Assim, o foco da museologia aponta para a relação recíproca entre o homem, o espaço onde vive e o momento em que vive, o presente. E o faz com duas preocupações principais:

-para identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem ante seu patrimônio

- para desenvolver processos técnicos e científicos que meçam a transformação do patrimônio em herança, portanto que seja transmitido às gerações futuras e participe da construção das identidades. (BRUNO: 1996)

Entretanto, o homem – ser cognoscente, não é fruto apenas do momento presente. Ele é também a sua memória, o seu vivido, o seu passado e é com essa característica, com o saber acumulado que leva de suas experiências, que o homem aprendeu a se adaptar à dinâmica da realidade, às mudanças do espaço, agindo e reagindo como ser inteligente, acumulando e repertoriando as respostas que tiveram êxito. Portanto, com possibilidade de mudar o curso dos acontecimentos, no tempo futuro.

Por isso, apreender a realidade e nela expressar-se é um aprendizado que se realiza porque o homem é capaz de acumular experiências. Uma vez que a memória, como fenômeno psíquico, interfere na vida do indivíduo, pois sem ela não há vida psíquica, depende-se a ausência de vida significativa no plano cognitivo, se o indivíduo não tem suporte (memória) para acumular suas experiências.

Desse fato, pode-se transferir a afirmação para o plano social e perceber a importância da **memória coletiva - um repertório das experiências sociais acumuladas, transformada então em patrimônio coletivo, do qual o indivíduo e a sociedade lançam mão para responder aos processos atuais**. Na medida em que seleciona o passado, localizado cronologicamente, não apenas para contemplá-lo, mas para dele extrair subsídios para reconstruí-lo no presente, a sociedade busca reconhecer situações semelhantes e, por comparações ou deduções, chegar a novas respostas às questões do seu tempo.

Para iniciar nossa incursão na Museologia, passamos a explorar seu campo de conhecimento e os processos que desenvolveu ao longo dos séculos, os quais fundamentaram a consolidação da disciplina (ou da ciência?) na área da produção humana.

Entender a realidade e explicitar a sua relação com o homem é a meta de todo o conhecimento que se fundamenta na Museologia, cujo objeto não deve ser outro senão essa relação que envolve três categorias cognitivas. Apoiando-se na razão, na experiência e na intuição, pode-se aprofundar o conhecimento científico dessa relação que acontece de várias formas, mas em todas tendo como principal componente a **memória**. Assim, **o campo da museologia não é outro senão o da memória**.

A Museologia, ciência ou disciplina que deriva do estudo da atividade dos museus, tem sido bombardeada por diversos questionamentos que vão desde a sua indefinição como ciência ou como disciplina ou técnica ao seu próprio objeto e finalidades. Muito se tem indagado sobre a inserção do museu na realidade, sobre a instituição do seu objeto como documento e sobre o diálogo que deve promover entre o homem, seu passado, seu presente, nas mais diversas formas de expressão, assumindo definitivamente sua função social.

Ao lado da explicação mitológica, que nos apresenta Mnemosyne como a deusa da memória, mãe das nove musas, filhas de sua união com Zeus, as sociedades, na sua vontade e necessidade de memória, criaram instituições para preservar saberes e objetos, o passado: os museus.

Seletiva, a memória não vive sem o seu negativo- o esquecimento. Ao selecionarmos no conjunto de saberes, valores, objetos , aqueles que queremos preservar, relegamos outros ao esquecimento , que submergem até que uma nova seleção os contemple ou não. Enquanto construção social, o fenômeno da memória individual faz sua trajetória desde a totalização de lembranças numa prática de diálogo até sua atualização por um único indivíduo no presente.

Pressupondo, então, um repertório infindável de rememoração individual ou coletiva, facilmente se transfere essa infinitude aos lugares de memória que para isso foram criados. No entanto, são em número reduzido as instituições que tratam da memória cultural e entre elas, o museu.

Segundo Namer (1987: 178), assim como a biblioteca de conservação, o museu é a memória seletiva do mundo. Por seu caráter político, pela vontade de memória que encerra, o museu é a própria memória de valores que são determinados e selecionados pela sociedade. Por esses dois aspectos que estão na gênese do museu - **o político**, porque depende da vontade de memória - e **o religioso**, pela sacralização que faz ou fez do objeto material para ser admirado, respeitado, amado por uma sociedade que o legitima, uma obra-prima que expõe não apenas como digna de admiração, mas como autêntica” (Idem: 181), como pressupõe a Museologia.

Não apenas museus e bibliotecas são exemplos de instituições de memória; aí também se incluem os monumentos, as exposições universais, as comemorações, entre outros, pois são investidas de uma vontade de memória que se impõe num quadro de práticas de memória social ou coletiva e dentro de um contexto social. São lugares de prática de memória em que a sociedade é convidada a participar ou toma ela própria essa iniciativa, pois são lugares de acumulação de vontades de memória: vontades de memória reais como museu, biblioteca, exposição, entre outras, mas, também, de vontades de memória imaginárias, como o repertório do intangível ou do imaterial, ao qual atribuímos certos valores.

Para Namer, as instituições de memória organizam o encontro entre as vontades passadas de criar uma memória individual, social ou coletiva com as necessidades e desejos atuais, sociais e coletivos de reencontrar uma memória.

Os museus, como espaços privilegiados onde se dá esse encontro, são o contexto próprio onde a memória se atualiza no presente instante de uma relação única entre o observador e o objeto observado. Toda a carga simbólica daquele objeto, significado, valores e afeto, emerge e torna ambos outros, observador e objeto observado, numa interação singular jamais repetida. Assim, ao selecionar o objeto que vai ser exposto, o técnico, o profissional preparado para montar uma exposição, coloca em evidência critérios também subjetivos com os quais cria a comunicação entre o visitante e a exposição, repassando ali a mensagem e os conhecimentos que ele selecionou, muitas vezes refletindo uma realidade estranha ou um código desconhecido para quem visita.

Nos processos museológicos de iniciativa e gestão comunitária, no entanto, surgidas a partir das três últimas décadas do século XX, experiências têm comprovado uma maior

facilidade na apreensão e comunicação dessa realidade, por ter a própria comunidade, representada por seus membros, o papel de selecionar temas, escolher o que quer expor e como quer expor. Nesse sentido, podemos perceber uma maior identificação e interação da comunidade com esse museu e com o seu discurso.

Assim, uma mudança no pensar o museu não apenas sob o olhar do técnico e de uma prática, “de ações que se esgotavam em si mesmas” (SANTOS: 1996, p. 87), nos exigia pensá-lo sob novas demandas de profissionais inconformados com o caráter mecanicista de ciência que não conseguia responder às necessidades sociais da sociedade contemporânea. Deve-se ressaltar que

Esses questionamentos não vieram à tona de forma isolada, de dentro para fora do museu; ao contrário, a sociedade como um todo estava clamando por um novo fazer museológico e, talvez, a prova mais contundente dessa afirmação estivesse nos livros de registro de frequência dos museus, onde, a cada dia, registrava-se um número cada vez mais reduzido de visitantes.
(Idem)

Desse modo, movidos por essa necessidade de clarear o percurso histórico da construção desse conhecimento, de descrever essa ciência surgida no século XX, a partir da produção bibliográfica referente à Museologia e também mostrar de que ciência estamos falando, nos debruçamos sobre o capítulo 3 – “A construção do conhecimento na Museologia: reconstruindo um percurso histórico e demarcando posições” que integra a tese de doutoramento da Profa. Dra. Maria Célia Moura Santos. Esse capítulo, bastante esclarecedor, nos aponta o papel do ICOFOM (International Comitee for Museology) no resgate da trajetória da Museologia, desde a discussão sobre a reduzida produção bibliográfica sobre o tema e mesmo da sua quase inexistente visibilidade até a dispersão dos trabalhos, dificultando estudos e análise.

Segundo Santos, a construção de um fazer científico, na Museologia, fundamentado em pressupostos teóricos próprios dessa nova área de conhecimentos, selou a construção de um fazer museológico intimamente ligado às questões sociais e à transformação, ao mesmo tempo em que se afrouxavam os laços com uma teoria positivista, determinante nos primórdios da nova ciência. Gradativamente, foram surgindo ações (patrimoniais) que, junto ao objeto material, passaram a ser o centro das preocupações dos profissionais e responsáveis por museus.

Assim, a ação museal passou a merecer destaque nas discussões, onde a diferenciação e a abrangência dos temas iam das técnicas de coleta e de pesquisa científica e da linguagem das exposições à criação de uma metodologia específica para a museologia, passando por uma renovação de temas que a cruzavam com o ambiente, o desenvolvimento, a ecologia, a identidade, o devir, as questões sociais, entre outros .

Porém, o mais contundente aporte foi, sem dúvida, o que nos traz Vinos Sofka (1992) para o qual “ não se pode mais considerar a Museologia como uma simples atividade prática, pois esta possui seu próprio objeto de estudo e uma metodologia específica” (apud SANTOS: 1996 p. 91), definindo e demonstrando que, como ciência, possui campos de interesse específicos onde se estuda **a relação do homem com a realidade**, - expressa pelas atividades de **documentação e preservação** relacionadas a esta realidade e através da **comunicação** de conhecimentos- e não a relação de museus com a realidade (Idem).

Contudo, as discussões, precedidas por estudos de Ana Gregórova e Z.Z. Sransky e , no Brasil, de Waldisa Rússio Guarnieri chegaram, finalmente, à concepção do **fato museal**, preparando o caminho para uma definição mais apurada de museologia não mais como a relação do homem com a realidade , mas com um fragmento dela – o real. Baseavam-se essas discussões na impossibilidade de apreender a realidade total, mas apenas aquela porção dela alcançada pelo nosso olhar. Segundo Russio, Mathilde Bellaigue sugere que o termo realidade seja substituído pelo real, justificando que o **real** abrange a totalidade da vida e do meio ambiente (SANTOS:1996, p.92 apud RUSSIO).

Desde Stranky (1981), já se preconizava a museologia como uma ciência livre não dependente do museu, mas antes anterior a ele , no meio dele e posterior a ele (apud SANTOS: 1996, p. 94) . Se o objeto é o condutor de informações, cabe questionar esse objeto como fragmento do real, portando informação também fragmentada: que museologia estudaria o real na sua totalidade e que totalidade de informações conteria? O autor ressalta que o objeto de que fala é o **real representado**, o mundo representado. Nesse caso, que processos ela desenvolveria?

Segundo Peter van Mensch (1990), citado por Santos (1996), a partir das cinco linhas de atuação, podemos reconhecer a existência de diferentes modos de abordar o real representado:

Museologia geral → aborda as questões fundamentais e suas funções: a conservação, a pesquisa e a comunicação, a instituição museu e as condições sociais e históricas e suas conseqüências de sua criação.

Museologia aplicada → também chamada de museografia,. Desenvolve atividades práticas, fundamentada em princípios científicos que interagem com disciplinas auxiliares por ex. climatologia, administração etc

Museologia Especial →interface da Museologia geral com algumas disciplinas científicas como, por exemplo, História da Arte, Antropologia Cultural, História, Sociologia e Filosofia, etc

Museologia Histórica → abordagem histórica da Museologia, registra e analisa a construção e evolução da trajetória da Museologia no passado e no presente

E, por fim, a **Museologia Teórica** que elabora os fundamentos filosóficos da Museologia especialmente ligada à semiótica do objeto, este considerado como fenômeno de características próprias , analisado e definido

-no seu valor e significado (semântico)

- na sua ordem , interrelação (sintaxe)

- no seu uso e efeito sobre as pessoas (práxis) (SANTOS: 1996, p. 95)

Nossa pesquisa focalizou, particularmente, essa última linha de atuação – **museologia teórica** – e buscou analisar nessas três dimensões o seu objeto , que, conforme dito anteriormente, pode ser entendido como um **fenômeno com características próprias**, e no caso específico dessa pesquisa, **o fazer museológico de uma comunidade sujeito**, enfatizando não só o processo, mas também a subjetividade (quem faz , por que faz e como faz o museu).

Desse modo, atravessada por esses três critérios, a museologia teórica envolveu o conteúdo de informações do objeto, a documentação e a informação contextual, buscando construir sua base conceitual. A ela dedicamos o Capítulo III, analisando nele o caso de Santa Cruz, fundamentando-o em seu escopo teórico, desde o reconhecimento da informação que contém, o inventário dessas informações, quer no seu significado principal (função e valor afetivo), quer no seu significado secundário (simbólico e metafísico), os quais darão a dimensão semântica do objeto. Por fim, a dimensão pragmática nos dará a possibilidade de analisar as relações entre o **objeto (o museu e suas ações)** e o **seu usuário ou observador (a comunidade)**, levando em consideração a sua gênese (da concepção ao produto final), o uso (avaliação no tempo), a “marca do tempo” (o processo de transformação em função do tempo e de fatores externos), a adequação e a duração do museu no tempo (funções conservadoras/funções transformadoras e intervenções preventivas ou reparadoras).

1.2.A Museologia e o seu objeto

Por outro lado, o objeto dessa museologia – **o fenômeno estudado e a ser comunicado**, trouxe para a arena dos debates as relações entre a comunidade que usa esse objeto – o museu ou a própria vida musealizada- e a instituição criada para tal. Mensch (1990) afirma que também na comunicação de um objeto está contida a sua própria preservação simbólica, pois esse processo de comunicação se opera de dois modos:

Comunicando conhecimento / informação → cognitivo

Comunicando valores emocionais e estéticos → afetivo

Até aqui, o objeto é portador de informação e nele está centrada a ação museal. Mas se conferimos a esse objeto um sentido mais ampliado, o **de fenômeno com características próprias**, o foco da museologia não estará na instituição-museu e sim **naquele que produz, como produz e para que produz o museu**. Assim, a questão da produção do conhecimento passa a destacar a **subjetividade** em detrimento da objetividade.

Uma outra questão que põe em xeque a Museologia diz respeito à existência de metodologia própria. Para Mensch, o que respalda a Museologia como ciência não é o fato de possuir metodologia própria ,

mas que isso seja realizado , utilizando-se um campo de pesquisa e uma terminologia adequada, direcionados a um conhecimento sistemático de certo aspecto da realidade.... (MENSCH: 1990, p. 58, apud Santos, 1996, p.99)

Essa consideração, trazida ao cerne da discussão museológica (anos 80) e a partir da Mesa de Santiago, apresentou novos indicadores com os “ novos museus”, ampliando o campo de pesquisa e criando uma terminologia própria. Destacava-se no fato museal, tornado objeto de estudo, a interação entre o sujeito que conhece com o objeto que é testemunho da realidade. (RUSSIO : 1991, p.3)

Levando os aportes russianos às instâncias de várias experiências, em especial ao caso de Santa Cruz e à construção do seu processo museológico, sinaliza-se, numa análise aprofundada da relação entre o homem e esse objeto – o real - , a importância do reconhecimento das suas interfaces (Idem: 1991, p. 99-100).

Exploramos aqui o caso específico dos processos museológicos comunitários, transferindo o pensamento e as idéias de Santos para as práticas brasileiras. Numa primeira análise dessa relação entre o homem e o real, nos referidos processos comunitários, assinalamos:

– a relação em si mesma (a identificação do processo em curso pelos próprios partícipes, suas motivações inicialmente fundamentadas na emoção e mais tarde, buscando a razão / argumentação teórica) , o seu registro (o sentir da comunidade e a necessidade de registrá-lo , concebendo uma nova maneira de gerenciar a própria memória e criando um museu à sua imagem e semelhança), a memória(sistematização das metodologias criadas no percurso das práxis e entrelace/mesclagem de idéias e imagens, trocas das práticas bem- sucedidas) ;

- o sujeito (homem e/ou comunidade) que conhece (ideais filosóficos, éticos e psicológicos) em suas relações entre si e intergrupos e o reflexo delas em seu comportamento psicológico, sociológico e político, ou seja, as subjetividades em

interação , construindo a hibridação, aproveitando e adaptando as respostas exitosas de outros sujeitos para intervir em novas situações.

- o objeto a ser conhecido, (a identificação, a classificação, a conservação, o conhecimento de sua composição e das condições do meio necessárias à sua duração ou permanência, que nos processos comunitários abrange também o patrimônio natural e o cultural , o material e o imaterial, razão porque exige uma conscientização voltada para o valor do patrimônio e a responsabilização cidadã por ele)

- o museu como agente de transferência museológica, o que equivale a agente de transmissão / comunicação de valores e significados. Aqui, chamamos a atenção para a potencialidade dos museus de transformar o sentido de patrimônio e de pertencimento a um lugar e a uma comunidade em **herança**, quer dizer, em patrimônio a ser não só compartilhado , mas legado às gerações futuras, preservado ou transformado, para ser usado como ferramenta de intervenção no desenvolvimento local. Por sua singularidade como museus de comunidades sujeito, os processos de musealização comunitária têm essa capacidade ainda mais reforçada de vincular comunidades ao seu espaço vivido e construir a coesão social.

Observa-se que, estando constituída a nova área de produção de conhecimento, era preciso, segundo Santos, demarcar suas áreas de atuação e consolidar seu campo de pesquisa e experimentação. Teoria e prática são convocadas a participar da reflexão em torno do tema e a pinçar os objetivos e meios que colocam a engrenagem a funcionar nos museus brasileiros e para isso foram considerados como pontos de partida **a conservação, a pesquisa e a comunicação.**

Ratifica-se o **objeto** ainda na centralidade do processo, pois é em relação a ele que se referem esses pontos básicos: como conservar esse objeto, o que se sabe sobre ele e como comunicá-lo ? Esse foco no objeto, desequilibrando a relação homem que conhece e objeto que é por ele conhecido, desaguou em uma exacerbação do valor do objeto museológico (material) e seu conseqüente entesouramento ao longo do século XX.

Ainda assim, a museologia se viu orientada por diferentes modelos teóricos e diferentes correntes filosóficas. A bifurcação conceitual da museologia é amplamente explorada por Santos, buscando enquadrá-la em modelos teóricos que se sustentam em correntes filosóficas, tais como a teoria do reflexo, de **construção mecanicista e a concepção positivista**.

No primeiro modelo,

o objeto do conhecimento atua sobre o sujeito, agente passivo, contemplativo e receptivo; o produto desse processo – o conhecimento – é o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito... (Apud SANTOS: 1996, p.103)

Desse modo, o sujeito, na relação cognitiva, apenas registra estímulos vindos do exterior.

Por outra corrente, a positivista, a realidade é percebida em suas multifaces, fragmentada, o que impede a visão mais genérica da sociedade e qualquer interpretação de conjunto. Isso justifica o caráter conservador dessa corrente, que se caracteriza por resistência às mudanças e neutralidade dos valores. Com seu potencial limitado por se considerar seu papel passivo de apenas estudar a instituição museu, uma Museologia reducionista foi estimulada na seqüência da adoção do conceito positivista pelo ICOM. Relegava-se o conhecimento produzido nesse processo à condição de objeto e como tal, manipulável e vulnerável ante ações autoritárias e isolacionistas, e não como atividade humana.

Conhecimento exposto ao gosto e às escolhas dos técnicos e colecionadores e ao poder pecuniário de elites detentoras de patrimônios, a formação de acervos ainda hoje é maculada pela não participação dos seus históricos proprietários e armazenados ou “depositados” como tesouros em lugares seguros e conservados para o deleite de alguns, sem o risco do fácil acesso à população. Somente o técnico ou o especialista, portadores de um conhecimento especializado no cuidado desse acervo, poderia deter também o conhecimento mais aprofundado do objeto, registrando-o e catalogando-o, alimentando a sua descontextualização.

Observamos, até aqui, a reduzida ou mesmo a presença quase imperceptível da subjetividade coletiva na construção desse conhecimento. Somente o saber do

técnico ou do especialista se advoga o direito de gestar e gerir museus. Estes ainda são produções acadêmicas, um olhar unilateral capaz de selecionar o que vai emergir ou submergir. São quase sempre ações que partem dos gabinetes e refletem a preocupação de uma equipe que colhe as informações, processa-as e comunica ou expõe para um público, transmitindo-as conforme a vontade e a interpretação de um poder- o saber técnico ou o poder econômico que promove o museu. Mesmo que o museu trate de temas comunitários, raramente é a comunidade a protagonista na concepção do museu e nas ações que dele se desdobram. O museu é um produto para ser consumido pelos membros da comunidade.

1.3. Processos e Ações museológicas

Não podemos omitir, na reconstrução da trajetória da Museologia, o papel dos *pueblos* mexicanos, inaugurando práticas de museologia comunitária, antes mesmo da Conferência de Santiago (1972), marco teórico , divisor de águas que inaugurou um novo pensar museus e museologia para a América Latina.

Entretanto, esse novo campo de experimentações destacou a função social do museu, novas conceituações e novos métodos e estratégias de ação, deslocando o foco da museologia do objeto para o sujeito que cria e valoriza esse objeto – o patrimônio- e age a partir dele, usando-o como uma ferramenta para se desenvolver, foi reconhecido como “Nova Museologia”. Com ela desenvolveu-se paralelamente um movimento internacional que agrupou, em diferentes países, protagonistas e técnicos simpatizantes – o MINOM - , que floresceria nas décadas de 80 e 90, principalmente no México, França, Canadá, Portugal, Brasil, Itália , Japão, China, contaminando o campo da Museologia e trazendo para ela novos saberes e práticas, alterando os modos de gerenciar museus. É dessa Museologia, **inoculada com os aportes das experiências da “nova Museologia”**, também chamadas de **Museologias Sociais**, que tratamos nessa pesquisa, apontando não só o ponto do cruzamento como o seu resultado e sua nova área e modo de influência na humanidade. A essa fusão de conceitos e metodologias, resultantes das trocas entre diferentes práticas museológicas,

identificamos como **hibridação na museologia**, como pretendemos mostrar no capítulo VII. Reconhecida no seio do ICOM com a afiliação do MINOM entre seus órgãos, essa Nova Museologia e sua evolução – a Sociomuseologia - já nem deve ser considerada tão nova, diante do período de quase quarenta anos de existência e proliferação no mundo dos museus, mas é necessário reconhecê-las como o primeiro passo para a construção e o reconhecimento de uma **memória híbrida** e uma **museologia igualmente híbrida**. Registre-se o novo vocábulo – **sociomuseologia**- que tem sido evocado nos últimos anos (2005/2010), congregando estratégias inovadoras e modelos teóricos para o estudo da Museologia Social. Para esse estudo, já existem em Portugal pesquisas para desenvolvê-los e testá-los, com o objetivo de expandir o conhecimento sobre os diferentes domínios da Sociomuseologia como, por exemplo, Museologia e Políticas Culturais, Museologia e Participação, Museologia e Inclusão Social.

Com base no exposto, os processos e ações museológicas nas três últimas décadas do século XX e na primeira desse século reiteram o que já estava sinalizado desde os anos 50:

...em diversas situações, como o Seminário Regional da UNESCO sobre o Papel Pedagógico dos Museus, em 1958 e outras ações até o presente, essas questões têm provocado a reconceituação do museu, face às práticas que se distanciam de um padrão cristalizado. A coexistência, outrora pacífica ou conflituosa, de diversas tendências denunciava uma fase de transição e crise das regras que regem essa área do conhecimento. Não se pensa em um novo par de sapatos, se o que temos continua confortável e ajustado aos pés. Logo, a própria crise é o anúncio da falsificabilidade, desajuste ou desgaste de tendências ou teorias antes aceitas sem questionamentos(PRIOSTI:2000)

Percebe-se, então, que o museu, antes compreendido como lugar de curiosidade ou de contemplação de bens patrimoniais a serem preservados, assume agora outras funções, além da preservação e da pesquisa, a de comunicar o seu acervo, expondo ou divulgando-o, ou tornando-o um dos agentes de transformação da realidade, conforme sinalizam a Mesa Redonda de Santiago do Chile - Conferência Internacional do ICOM - 1972 e a Declaração de Quebec em 1984, ratificada pela Declaração de Caracas - 1992.

Embasando-se nessas trilhas exploratórias sobre a função social do museu, argumenta-se com as relações museu / realidade, museu / sociedade, museu / Museologia / atividades.

Em qualquer dessas situações, impõe-se a admissão do fator temporal, dinâmico, tridimensional e mutante dessas relações para se admitir junto às “igualdades, semelhanças e analogias, a existência do diverso, do desigual, do heterogêneo (RUSSIO: 1989), no contraste e na pressuposição deste outro com a própria identidade.

Compreender um museu como espaço de relações mutantes e específicas entre o homem e a memória/identidade, daí resultando a defesa da identidade e a garantia de sua existência no presente, conflita-se com a necessidade de optar, na diversidade e na pluralidade, com que fragmentos trabalhar e, ao se fazer a escolha, simultaneamente outros fragmentos são descartados, ainda que temporariamente.

É nesse ponto que a valorização da subjetividade ganha relevo nessa pesquisa, pois entende-se, portanto, que dessa relação nasce o sujeito cognoscente no ato da cognição: **é ele quem promove a decisão, a tomada da iniciativa, até mesmo a escolha do próprio objeto do conhecimento.** Se cada sujeito responde ao ato cognitivo com a sua cosmovisão, para isso considerando-se cada homem como correspondente a uma cultura, o mesmo se poderia deduzir de um grupo social, cuja vontade e decisão constroem sua memória e cultura. Consciente ou não desse poder da relação, o grupo social pode alterar o curso dos acontecimentos, orientar seu próprio futuro. É o que se tenta demonstrar com a emergência de um trabalho museológico vivenciado em Santa Cruz e que vem, através da participação direta na cultura e na memória, protagonizando deliberadamente a construção dessa memória e identidade.

Mas, voltando às práticas museológicas que construíram a evolução do conceito de museu e apontaram para novas metodologias, percebemos que, muito mais para enriquecer a museologia do que para desconfigurá-la, elas trouxeram um aumento considerável às possibilidades dos museus como ferramentas de transformação da realidade, sem perder de vista a pluralidade e a diversidade de objetivos, funções e métodos.

A coexistência de diferentes manifestações museológicas ratifica a pluralidade do fenômeno museu ante a diversidade. O museu território, por exemplo, cujo objeto não é a matéria, mas o espaço que a abriga, encerra uma relação da sociedade com um território, delimitado ou não, com traços distintivos próprios concernentes aos aspectos físico - geográficos, ambientais e histórico - cultural, identificados por um determinado grupo social.

Museus contemporâneos adotam o conceito de museu integral ou integrado, segundo alguns pensadores de museus, e é sob esta forma de relação que administram a memória de uma região ou de um grupo social; o presente é a dimensão temporal escolhida pela sociedade, pois é nele que acontece a transmissão da herança cultural (valores, culturas, significados, crenças e outros conhecimentos que não podem ser subestimados na preservação da memória). São museus cuja preocupação é a resolução das necessidades do grupo, não havendo qualquer preocupação com um público; não são museus para serem visitados, o que não impede que isso aconteça, mas para serem vividos no cotidiano pelos partícipes das sociedades que os construíram. De certa forma, a idéia de patrimônio global responde pela definição desses museus: **a própria vida, natural e cultural, é o patrimônio maior a preservar.** Como processar tudo isso? Identificando esse patrimônio, pesquisando sobre ele, inventariando-o e comunicando-o para que cada vez mais seja percebido assim pela sociedade e assumido responsabilmente por ela. Por fim, transmitindo-o, reciclado e transformado, às gerações futuras.

São museus que se reconhecem como museus, pois coletam, pesquisam, inventariam e comunicam memórias e as preservam, transformando-as ou recriando-as, transmitindo-as para a posteridade para que em algum outro momento de sua história possam ser utilizadas em benefício das sociedades.

Na atualidade, identificamos, no mundo museal, museus clássicos, centrados no objeto museológico (museus de arte, de história, de ciências), museus processos, cujo objeto é a própria ação patrimonial (museus comunitários) e museus de desenvolvimento (ecomuseus, museus de percurso, museus vivos etc), que podem ser criados e geridos para buscar o desenvolvimento local. Vejamos agora, no próximo capítulo, como esta diversidade se constituiu historicamente, privilegiando-se as experimentações comunitárias que são o objeto dessa tese.

CAPÍTULO II - MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEA: caminhos e percursos

2.1. Panorama histórico:

Tipologias e experimentações

Os tempos atuais testemunham uma ânsia generalizada em todos os campos do conhecimento que se traduz na busca de novos caminhos, orientados por mudanças nas relações de saber e poder. A museologia não ficou imune às novas necessidades e exigências da contemporaneidade, as quais, no campo museológico, se ligam à abertura do museu para uma participação mais direta das comunidades na gestão do patrimônio em prol do desenvolvimento da região onde se insere. Com função social declarada e assumida a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, o museu passa de sua versão verticalizada, desenhada segundo os modelos clássicos herdados do século XIX, a uma situação que didática ou pedagogicamente vem se fortalecendo por seu caráter transformador, obrigando antigas estruturas a rever seus nexos, objetivos e formas de comunicar e guardar o patrimônio nelas entesourado.

Vinculados aos processos de transição democrática, esses novos museus são sustentados e movidos por interesses e necessidades culturais das comunidades que os criaram como resposta a situações opressoras ou de abandono e esquecimento.

O surgimento de museus comunitários, ecomuseus e programas de desenvolvimento local é concomitante ao nascimento da Nova Museologia internacional e a esse movimento se integram, numa rede descentralizada de intercâmbios, cujo suporte teórico se nutre da observação e da análise das experiências em curso.

Saídos das limitações e fragilidades do museu clássico com vocação para a preservação da História, Artes e Ciências, com suporte conceitual fundado nas relações entre **prédio, coleção e público visitante**, os novos museus construíram metodologias e vocabulário conceitual próprios, os quais encontram explicação e suporte no tripé defendido por vários especialistas, entre eles Hugues de Varine (VARINE: 2000) **território-patrimônio - comunidade**. Tenham eles as características de um ecomuseu, museu

comunitário, museu território, parque cultural, centros de desenvolvimento ou similares, suas ações e programas têm, de certa forma, contaminado e renovado as ações nos museus clássicos, fazendo-os aproximar do seu público, e, por conseguinte, das comunidades, dessacralizando coleções, mas ainda longe de priorizar a gestão comunitária do patrimônio e a educação permanente da sociedade para a cidadania, pela intervenção no desenvolvimento.

Os museus comunitários no México, pioneiros na construção do conceito, delinearam as primeiras trilhas dessa nova museologia, transformando o uso dos espaços arquitetônicos, através de novas concepções museográficas, fundamentadas em novas teorias e métodos de pesquisa social, com o emprego de novas linguagens tecnológicas, com novas formas de inventariar, conservar e guardar os acervos patrimoniais (LUGO:2001).

Esse movimento não surge apenas de baixo para cima, mas acontece também a partir de técnicos interessados em pensar e repensar o museu, como no caso do museu didático-comunitário de Itapuã, na Bahia.

A inovação desses museus está, portanto, no fato de que, ao nascerem do desejo ou de iniciativas da própria comunidade, como processos endógenos, adotam técnicas e metodologias criadas por elas mesmas no pleno processo de musealização de seu patrimônio material e imaterial, sem as técnicas e métodos próprios dos museus convencionais.

A promoção dos museus comunitários no México vem, há três décadas, confirmando e consolidando a prática apoiada por uma teoria em que o sentido de pertencimento sobressai na ação museológica. Nesta, um conjunto de símbolos, valores, códigos é a liga que integra os povos e cria laços fraternais, promove a revalorização de sua cultura e do território que a abriga, redimensiona a troca entre eles, favorecendo o intercâmbio cultural e a partilha do que há de melhor em cada um de seus membros.

Em sua *Teoría y método de la Nueva Museología en México*⁴ apresentada em Buenos Aires, em 2001, Raúl Lugo afirma que esta nova museologia nascida no México se insere na concepção da **Educação Popular**, processo teórico-metodológico de educação não formal que um grupo ou comunidade cria e recria para investigar, conhecer, analisar

⁴ Raúl Lugo -Texto apresentado na I Jornada *Hacia una Nueva Museología*, Buenos Aires,2001

e transformar a realidade socioeconômica, política e cultural que os caracteriza em um tempo e espaço determinados.

Conteúdo dessa educação popular, a **cultura popular** ou **cultura viva**, entendida aqui como o conjunto de formas fenomenais singulares vividas por um grupo social ou comunidade, ou seja, um conjunto de manifestações singulares que compõem seu *modus vivendi*, alimenta e é alimentada por essa relação no espaço/tempo histórico e no contexto econômico-produtivo desse mesmo espaço/tempo.

Também faz parte do vocabulário da Nova Museologia a **investigação participativa**, pela qual uma comunidade busca se conhecer, produzindo fontes através da participação direta nos programas e compondo acervo para futuras pesquisas. A apresentação dos resultados dessa pesquisa cria o novo conceito de **museografia comunitária**, recursos do museu comunitário e do ecomuseu para comunicar e recriar sua cultura em exposições e manifestações concebidas e concretizadas a partir de sua própria história, construindo memórias.

Por fim, Lugo aponta para as especificidades territoriais e sua diversidade cultural, cujos fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e ecológicos interferem nas linguagens e relações a serem partilhadas na coabitação de diferentes classes sociais, interagindo num mesmo território (conceito de **formação regional**) e que define a diversidade de ações fundamentais para seu desenvolvimento e permanência.

Mas vejamos agora, como, numa perspectiva histórica, isso se deu, distribuindo-se por regiões diversas.

2.2.A DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE - Marco documental da Museologia Contemporânea – Antecedentes, impacto e ressonância

Uma revolução acontecia no mundo dos museus em 1972 com a introdução da noção de “patrimônio integral” no repertório conceitual dos profissionais dos museus. Nesse ano, a Mesa Redonda de Santiago do Chile trouxe a necessidade de compatibilizar o que era feito até então com a realidade dos países pobres. Precisávamos de uma museologia diferenciada para atender às especificidades da América Latina e para isso foi preciso flexibilizar modelos europeus, deixar de lado a neutralidade e assumir sem complexos a vocação política do museu.

Trinta e oito anos depois, as lições de Santiago ecoam na América: deixar as comunidades criarem e fazerem seu museu ainda está longe de ser uma prática comum, mesmo diante das evidências de iniciativas comunitárias que não se demitem do desejo de fazer o seu próprio museu, embora essa prática comece a se difundir em muitas outras partes do mundo e também no Brasil. E quantas iniciativas não devem estar brotando nesse mesmo momento, ainda como simples idéias e possibilidades? Serão essas iniciativas futuros museus? Quem os criará? Técnicos ou gente comum? Para quê serão criados? Como poderão se sustentar? Quem está construindo essa museologia comunitária? Comunidades simples, remanescentes de tribos indígenas, colônias de pescadores, populações de áreas rurais, populações ribeirinhas, pequenas aldeias tradicionais, sociedades em crise, todas ciosas de sua responsabilidade com o patrimônio, tomam – no sob seu controle e criam situações para que o legado seja repassado às novas gerações, mobilizam-se em torno dele, usam-no como ferramenta para desenvolver o grupo e construir novos patrimônios.(conceito de museu comunitário).

A mudança da ênfase na idéia de população para a ênfase na idéia de comunidade foi aqui fundamental. Muito mais próxima da conceituação de rede solidária, com malhas que se interligam e dão forma e fundo ao conjunto, a comunidade é capaz de criar o seu museu, usando-o para exercer e expressar, também dessa forma, sua subjetividade, enquanto a população apenas consome o museu que fazem para ela.

Foi no México que, como dissemos anteriormente, o conceito de museu comunitário foi construído desde os anos 70. Agora é importante dizer que ele foi construído antes da mesa de Santiago, a partir de um programa do INAH – Instituto Nacional de Antropologia e História do México- *A Casa Del Museo*. Este programa explorava a prática em três áreas populares, conceituando o museu como um veículo de educação e comunicação para o desenvolvimento da comunidade, projeto este que, por abalar as bases sólidas da museologia, foi gradativamente enfraquecido até seu encerramento, ainda que temporário.

Mas o México não descartou sua vocação para a criação de museus comunitários. Eles continuaram a surgir em diferentes regiões. Segundo Teresa Morales, em resposta a questões enviadas por e.mail, o INAH, começou cerca de 1983 a promover museus comunitários no México, através de um programa da *Coordinación Nacional de Museos*

y *Exposiciones*, mas tinham dúvidas se era correto caracterizar estes museus como comunitários. São museus propiciados por um agente externo e muitas vezes dependem dos promotores e se fecham quando os promotores do INAH se retiram. Relata T. Morales:

Nosotros empezamos a realizar trabajo con comunidades en Oaxaca y se establece el primer museo comunitario aquí en Santa Ana del Valle en 1986. Este museo estamos seguros de decir que es comunitario. Las autoridades municipales, colaboradores adultos y jóvenes y el comité nombrado por la comunidad desarrollan y mantienen el proyecto hasta la fecha. Este museo no es empezado por nosotros sino por una iniciativa de las autoridades locales quienes solicitan nuestra asesoría para realizar el proyecto. Nosotros participamos como investigadores del INAH pero no por un programa institucional, sino en respuesta a esta solicitud. Posteriormente, con el paso del tiempo, creamos un proyecto de museos comunitarios en Oaxaca avalado por el INAH, pero siempre ha funcionado en respuesta a demandas comunitarias.

A *Unión de Museos Comunitarios de Oaxaca* se formou em 1991, depois de três anos de reuniões de intercâmbio de comitês de museus comunitários. Entre 1993 e 1996, Cuauhtemoc Camarena Ocampo e Teresa Morales coordenaram um programa nacional de museus comunitários que se estabeleceu em convênio entre o INAH e a *Dirección General de Culturas Populares*. Neste programa se impulsionaram os *Talleres* em diferentes estados com a metodologia desenvolvida em Oaxaca.

Em 1994 se realizou o *Primer Encuentro nacional de Museos Comunitarios* e se decide criar a *Unión Nacional de Museos Comunitarios* com a participação de 15 estados mexicanos. A UMCO foi a promotora da criação da *Unión Nacional* e segue sendo uma instância que impulsiona o funcionamento desse grupo. A UMCO é membro fundador da UNMCE (*Unión Nacional de Museos Comunitarios y Ecomuseos*.) Em 2000 a UMCO organizou o *Primer Encuentro de Museos Comunitarios de América* com a participação de representantes de 10 países e dele se forma o Comitê Coordenador de Museus Comunitários da América. Essa rede realizou seis encontros até essa data. No último foi decidido como nome definitivo *Red de Museos Comunitarios de América* e foi nomeado um Conselho Coordenador, assim formado: Presidente: Francisco Hernández Carrera de México; Secretaria: Rosa Pérez de Pujol, Venezuela; Tesorero: Joaquín Cajbón Uscap, Guatemala. Com T. Morales e C. Camarena como assessores da *Red*, o programa de trabalho tem quatro vertentes principais: Capacitação, Comunicação e Difusão, Publicação e Encontros Internacionais.

A *Red de Museos Comunitarios de América* promoveu os *Talleres de Facilitadores*, através da UMCO como grupo gestor. E vem desenvolvendo, desde o primeiro *Taller* em 2004, planejamentos de capacitação conjunta, discutidos desde o Encontro de 2000.

Nessa pesquisa, trabalha-se com o conceito desenvolvido ao longo dos últimos vinte anos em colaboração com diversas comunidades do Estado de Oaxaca, no sul do México e aqui explicitado por Teresa Morales e Cuauhtémoc Camarena, em seu texto *El concepto del museo comunitario: ¿historia viviente o memoria para transformar la historia?* apresentada na mesa redonda *Museos: nuestra historia viviente*, na *Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas*, em 2004:

...Para nós é importante esclarecer: não queremos um museu da “história vivida” entendido como um enclave de etnicidade simulada, um cenário que recria a história, o mito e o folclore em um espaço antisséptico e seguro para os visitantes, um espaço que trivializa significados profundos, que descontextualiza a cultura da realidade de pobreza e exclusão que vivem os povos. Mas sobretudo não queremos espaços onde a animação da apresentação oculte a voz dos que falam e o direito que têm os povos para falar de si mesmos por si mesmos. Não buscamos que o objeto cobre vida no museu, mas que os sujeitos sociais, as comunidades e povos, projetem sua vida como interpretadores e autores de sua história. (LERSCH e CAMARENA:2004)⁵

Segundo esses autores, o “vivido” através de representações históricas (artefatos) ou simulações espetaculosas, animadas e movimentadas, pode provocar experiências de concretude equivocada, apenas simulacros, jamais a vida, ainda que, ancoradas em tecnologias de última geração, recriem sons, cheiros e movimentos. Fala-se, portanto, da vida de seres de relação, de seres cuja vocação ontológica é a de ser sujeito, nunca mero espectador dos fatos, receptor de produtos prontos para serem consumidos. Por isso, consideram o museu comunitário uma ferramenta para a construção de sujeitos coletivos, um exercício de subjetivação que cria possibilidades de apropriação do próprio museu, do patrimônio, de formação crítica e organização para a ação coletiva criadora. (Idem)

A confirmação de uma revolução na maneira de pensar museus, a partir da experiência comunitária do México, das reflexões da Mesa de Santiago à de Quebec (Declaração de Quebec-1984) e de Caracas (Declaração de Caracas -1992) deixou sinais, acendeu

⁵ Tradução livre de OMP do original em espanhol.

faróis e iluminou outras práticas. Porém, decantadas ao longo de mais de trinta anos, há quem ainda não consiga ver o museu sem a sombra de seu técnico, curador ou mecenas, há quem considere incipientes as experiências comunitárias que desenham um museu popular, de modestos recursos e pessoal sem formação acadêmica, onde a catalogação, a conservação do acervo e a sua exposição mesclam saberes populares e saberes técnicos, que muitas vezes adquirem nos estágios e capacitações, centrando a ação na própria vida, no homem e nas relações entre eles. São museus de memórias e fazeres que se completam e se enriquecem, reinventando-se mutuamente nas práticas comunitárias e que deslocam o foco de interesse do produto para o processo e seu autor.

2.3.A ATUALIDADE DA MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA NO MÉXICO

A necessidade de um conhecimento mais concreto sobre a museologia comunitária no México levou-nos a Oaxaca, no sul do México, onde se desenvolve há algumas décadas um programa de apoio e formação de facilitadores de museus comunitários. A imersão, ainda que por um curto período, na região que se projeta como inovadora na criação de uma rede de museus comunitários, teve por objetivo entender porque o México reunia as condições para o surgimento desses processos e como eles surgiam. Conduzida por membros da UMCO – *Unión de Museos Comunitarios de Oaxaca* a quatro deles – pudemos verificar *in situ* desde um processo consolidado como o primeiro dessa rede – *Museo Comunitario de Santa Ana Del Vale*, a um ainda em sua gestação – *Museo Comunitario Cerro de los Huizaches*, em San Pablo Huixtepec, Zimatlán, um museu que será instalado nas dependências de um mercado público, em meio a estandes de produtos da terra e artesanais, com uma população real em sua atividade de “fazer a feira” e, simultaneamente, participar da construção de sua memória.

No *Museo comunitario Shan Dany* da Comunidade de Santa Ana Del Valle, em Tlacolula, localizado na *Plaza Cívica*, pudemos perceber dois momentos do processo museológico, através de duas exposições: uma apresentando a coleção arqueológica numa museografia tecnicamente orientada e mesmo patrocinada pelo INAH – Instituto Nacional de Antropologia e outra muito mais simples, porém feita artesanalmente pelos próprios membros da comunidade, cuja temática era a história local da revolução mexicana, a *danza de la pluma* e artesanatos têxteis de lã, que era mostrada com

grande desenvoltura e orgulho pelo guia da comunidade. Em outro museu da rede, *Museo Comunitario Hitalulu* (Flor Bonita), localizado em San Martin Huamelulpan, Tlaxiaco, novamente a coleção arqueológica era exibida em vitrines tecnicamente seguras , evidenciando o valor das peças encontradas no subsolo da região, o que atrai muitos turistas e pesquisadores ao museu. Uma outra temática abordava a medicina tradicional em maquetes e representações de situações de partos, doença e morte com figuras em tamanho natural, mas tudo muito simples e artesanal.

O mesmo pôde ser observado no *Museo San José El Mogote*, em Etna, no centro do povoado, situado nas dependências da ex- fazenda El Cacique, com peças arqueológicas de 1500 anos. Esse museu foi fundado pela comunidade em 1978 e ampliado como Museu Comunitário em 1998 para conservar e expor a história do povo e o patrimônio de suas famílias. São expostas figuras de pedra e cerâmica que celebram a sociedade zapoteca e relatam a luta dos habitantes pela posse de suas terras. No *Museo Comunitario San José El Mogote* dois membros da comunidade fizeram o relato do início da experiência.que partiu da comunidade e conta com o apoio da Antropologia e da Arqueologia para investigar e classificar as peças encontradas no Montículo UNO. A sede do museu foi uma antiga fazenda, restaurada pelo Governo Deodoro Carrasco. Ele foi instalado em 1988 e a comunidade administra a coleção que vem se ampliando e zela pela sua conservação para que o museu atraia mais turismo para a região. Para isso realizam festas como a Semana Santa, a *Fiesta Del Pueblo* (*San José* -19 de março), *Fiesta de los Muertos* (finados). Para essas festas, elegem um “ maiordomo” – o que patrocina a festa (gastronomia). Orientam-se os dinamizadores também para as escolas primárias, já que não há escolas secundárias na região.

No *Museo de San Pablo*, em Zimatlán, ainda em formação, fui recebida por três comunitários, voluntários da comunidade local, registrei o entusiasmo com que falaram do seu patrimônio e mostraram, ainda nas caixas provisórias de papelão, as peças de cerâmica dos antepassados, encontradas em tumbas pré-hispânicas (sítios arqueológicos) por lavradores ao revolverem a terra para o plantio. Na sala simples, mobiliário e materiais (vidros, madeiras, cartões) doados pela comunidade e por outros museus clássicos que se renovavam e reciclavam seu equipamento e mobiliário. Num quadro em cartão, os registros da metodologia usada para formar os futuros quadros administradores do museu: *Como se organiza el pueblo para cada actividade?* Alguns

membros da equipe se capacitam nos *Talleres de Museología Comunitaria*, promovidos e realizados pela UMCO.

O acervo desse museu em processo se constitui não só das fotografias das festas populares e familiares da localidade, mas também do patrimônio imaterial das festas, tradições, artesanato, rodeios, ações com as escolas. Toda a provisoriedade daquele espaço apontava as dificuldades da gestação do processo, mas confirmava todas as características de criação de um museu por uma comunidade que se organizou em equipes para concebê-lo: da guarda das peças arqueológicas encontradas à escolha de temas (tradições religiosas, católicas – fiestas de *San Antonio*, *San Juan*, *San Jose*, *San Lorenzo*), à coleta de fotografias antigas da comunidade para uma exposição a ser organizada pelo próprio comitê responsável pelo museu.

Em todos, percebi um forte vínculo da comunidade (*pueblos*) com o patrimônio local. Os responsáveis pelos museus são voluntários, não há teóricos , mas recorrem a eles (INAH – Instituto Nacional de Antropologia e História) para pesquisar e classificar seus patrimônios. Nunca deixam sair as peças raras da sede do museu, nem mesmo para o INAH. Alguns são designados para fazer o *Taller* de Oaxaca. Tornam-se então multiplicadores e facilitadores de novos museus. As exposições contam, além das guerras, as tradições, o passado pré-hispânico encontrado nas tumbas dos sítios arqueológicos, e os saberes populares, como a medicina e culinária caseiras.

Reconhecer e caminhar pelo espaço vivido desses *pueblos*, pobres em recursos, mas ricos na apropriação do patrimônio, trouxe a resposta para as indagações motivadoras da viagem. O México com seus povos multiétnicos tem a consciência do valor de seu patrimônio, qualquer que seja a origem dos cidadãos. Mesmo numa infinita pobreza , os empoeirados vilarejos guardam e cuidam de seu patrimônio e é essa a pedagogia que forma os cidadãos criadores e gestores de museus comunitários e que formou um conteúdo de experiências vivas, base do MINOM - *Movimento Internacional para uma Nova Museologia*.

2.4.MEMÓRIA DA NOVA MUSEOLOGIA

É na França, na região da Borgonha, que parte, nos anos 70, a primeira iniciativa de dar à população um instrumento para expressar sua vontade e para desenvolver o

território, a ela designando-se *Ecomusée de la Communauté Urbaine du Creusot-Montceau-les – Mines*. Para Hugues de Varine ,

a contribuição do patrimônio no seu sentido mais global, para a educação popular é a de trazer os meios para atingir quatro objetivos maiores , os mais úteis ao desenvolvimento participativo da comunidade e do território:

- a formação da consciência de sua identidade , do seu território e de sua comunidade humana de pertencimento;

- a tomada de confiança em si (auto- estima) e nos outros, condição da participação e da cooperação a serviço do desenvolvimento;

- o despertar da capacidade de iniciativa e da criatividade- não ser mais apenas consumidor e assistido, mas tornar-se empreendedor e promotor das ações;

- a administração consciente da expressão e de seus instrumentos de negociação que permitem intervir de modo eficaz na esfera pública.(VARINE: 2003)⁶

Citado por De Varine como exemplo de abordagem pedagógica, o programa do Ecomuseu do Creusot, nos anos 70, tomou a si os dois primeiros objetivos para assegurar a transição de uma comunidade assistida por um paternalismo autoritário a uma comunidade de atores conscientes de seu papel no desenvolvimento do seu território, o que foi concretizado por uma equipe de técnicos e mediadores que usaram a abordagem patrimonial com os recursos patrimoniais do território e com os seus habitantes. Outro exemplo é o Parque Cultural do Maestrazgo, em Aragón, Espanha, que perseguiu com sucesso os dois últimos objetivos e através do uso do patrimônio conseguiu transformar uma população idosa e desvalorizada em uma população ativa na reorganização do território, na organização social, no desenvolvimento econômico, no investimento turístico, acessibilizando a administração e a utilização de novas tecnologias.

Na Índia, Dr. Vasan Hari Bedekar, aposentado como professor da Universidade de Baroda, mais que nunca ativo na Museologia do seu país, partiu para um projeto audacioso de valorização do rico e diversificado patrimônio levado aos milhares de grupos étnicos e culturais, ousando utilizar o Ecoturismo como método de educação popular para a formação de visitantes pelo conhecimento e valorização da cultura dos outros (Idem)

⁶ Hugues de Varine – *Patrimônio e Educação*. In: www.interactions-online.com, fev.2003

Breve retrospectiva do MINOM - Interpretações do movimento

Este item está baseado em uma retrospectiva histórica de um dos membros fundadores do MINOM e seu Secretário Geral nessa época, Pierre Mayrand⁷ (maio de 2002). Ao vincularmos a experiência ecomuseológica de Santa Cruz às similares já reconhecidas pelo MINOM, prestes a celebrar em 2004 seus 20 anos de militância, devemos rever rapidamente essa trajetória, com o intuito de apresentar uma panorâmica da atual situação do movimento. Segundo Mayrand, o MINOM pode ser entendido em três períodos:

- a) Pré- fundação, fundação e período heróico(1983/1992), quando foram alicerçadas as bases teóricas do movimento.
- b) Crises / Relançamentos (1987/2002): fase de ajustamento e consolidação
- c) Projeto de reatualização, a partir de 2001.

Percebe-se que os períodos não são estanques e se sobrepõem na trajetória histórica sistematizada por Mayrand.

1º PERÍODO: Marcando uma dissidência dos defensores de uma museologia social, não neutra e fortemente comprometida com as causas / lutas sociais e políticas da época distanciando- se da museologia convencional, esse período estruturou as novas abordagens em acontecimento em diversas partes do mundo, a partir da fundação do MINOM em 1985 em Portugal, precedido por vários encontros que prepararam sua fundação.

- Encontro em 1983, em Londres, no seio de uma reunião do ICOM (*International Council of Museums*). Ali se deu a decisão do grupo de afastar-se , por divergências, do ICOFOM (*International Committee for Museology*)que defendia a museologia convencional.

- Em 1984, no Quebec, realiza-se o I Atelier Internacional *Ecomuseus, Nova Museologia*, preparado pelo MNES (*Muséologie Nouvelle, Expérimentation Sociale*),

⁷ Mayrand , Pierre . *Ce qu'il faut savoir sur la Nouvelle Muséologie comme mouvement* , mai.2002 (Texto recebido por e.mail). Tradução livre da autora do original em francês.

França e pelo AEQ- *Association des Ecomusées du Québec*. Nesse encontro foi produzida a Declaração de Quebec que, por sua vez, reforçava a Declaração de Santiago do Chile(1972) e reivindicava a politização da ação museal. Iniciava-se a militância a favor de uma museologia social e ativa.

Desde a fundação em Lisboa, facilitada pela ação do Ecomuseu do Seixal e pelo museu popular etnológico de Monte Redondo, o MINOM nasceu como união das forças divergentes e transformadoras que desde 1972 pregavam a pedagogia libertadora, ou seja, o museu educador – libertador das forças subjetivas das comunidades, a descolonização ou a busca de uma museologia própria, adequada à realidade de cada país, cada comunidade, uma museologia saída das iniciativas comunitárias (endógena) e a definição de compromissos museais como nos museus de vizinhança, casa museus.

Noruega, França, Espanha, liderados por Portugal e Quebec sediaram encontros internacionais, consolidando o movimento que começou a ser reconhecido no interior do ICOM e também a ser confundido com a ecomuseologia crescente, cujo conceito continuava a seduzir pelo seu caráter participativo e ecológico.

O *II Atelier Internacional do MINOM* aconteceu no Québec, durante uma conferência geral do ICOM, cujo tema *O desafio museal: até onde?* instigava os “minomianos” ao compromisso com o engajamento social, ou seja, o museu engajado nas lutas sociais.

2º PERÍODO: A partir de 1987, Molinos, Aragão, na Espanha, abre o debate sobre *O papel político do museu*, aquecendo os conflitos entre radicais que defendiam a museologia convencional e os reformistas, que pregavam a Nova Museologia. A Declaração de Molinos exigia do museólogo uma ação política engajada a fim de fazer o museu sair da tradicional neutralidade institucional e cultural. O museu se comprometia com as lutas mais políticas.

Sob a liderança de Portugal e Québec, o movimento foi entendido pelos seus militantes como uma federação descentralizada, onde se destacam as iniciativas regionais e os debates sobre a semântica dos termos(ecomuseologia, museologia comunitária, nova museologia, museologia social etc).

Em 1992, o Atelier do Québec tentou integrar o movimento fragmentado com o tema do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A predominância do objeto sempre presente na tradição etnográfica do MINOM abriu espaço para as questões da Antropologia e da Geografia. O conceito de territorialidade com as orientações sócio-políticas trouxe as novas pistas de ações do MINOM, vinculadas ao papel das populações conscientizadas de sua própria capacidade museal de apropriar-se do futuro. Eram as questões conflitantes surgidas entre as metrópoles e as colônias que queriam deixar de ser colônias. Entrou a noção de desenvolvimento ligada às preocupações da sociedade ante a mundialização (cultura) e certamente à globalização (economia).

No mesmo ano da ECO 92, o Rio de Janeiro, berço do conceito de desenvolvimento sustentável, sediou o *I Encontro Internacional de Ecomuseus*, organizado pela Prefeitura, com a intenção de implantar o conceito no Brasil e propor a criação de um ecomuseu na Zona Oeste da cidade. Nesse encontro, a participação da comunidade de Santa Cruz identificou o seu ecomuseu e se descobriu protagonista da experiência desde 1983, a partir das ações do NOPH- Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica.

3º PERÍODO: No MINOM, a partir de 1992 começou a ser pensada a necessidade de uma revisão estrutural e semântica da expressão Nova Museologia e de se redefinir o mapa da evolução da Nova Museologia, cujo eixo oscilou entre Portugal, Brasil e México, reservando-se à Espanha/Aragão o aprofundamento prático e laboratório de novas abordagens, ligadas a território e desenvolvimento.

A Nova Museologia se inclinava para o desenvolvimento sustentável, pela ação cultural e pela valorização das forças vivas e criativas da comunidade, fundamentadas na história local., isto é, a busca de uma sustentabilidade a partir de suas próprias forças e recursos (endógena).

Desde o *I Encontro Internacional de Ecomuseus*, no Brasil, a forte conotação social e política do Ecomuseu de Santa Cruz soprou fluidos apaziguadores entre a museologia clássica e as novas museologias sociais, até buscando a reconciliação entre a teoria e a prática no *II Encontro Internacional de Ecomuseus* que acolheu também o IX ICOFOM LAM em seção conjunta, realizada em Santa Cruz, firmando compromissos expressos

no **Manifesto de Santa Cruz** e na **Carta de Santa Cruz**(**ANEXO 04**), em maio de 2000. Por outro lado, a museologia comunitária do México, pioneiro nesse tipo de ação, trouxe novas discussões, envolvendo museologia comunitária, museologias territoriais e ecomuseologia.

Trata-se, na atual situação, não apenas de reconhecer a existência das Novas Museologias - porque se cada comunidade é potencialmente capaz de criar seus próprios meios e métodos de musealização, existem diferenciados modos de criar e gerenciar museus, - (e a emergência contínua de novos processos em diferentes partes do mundo o atesta) – mas de assegurar o **compromisso das museologias sociais**, em todas as suas tipologias, contribuindo para o desenvolvimento pleno das populações, orientando-as para a cidadania, através da educação política para a democracia.

2.5. Museologias Sociais no contexto da globalização

Práxis para o desenvolvimento sustentável

O conceito de sustentabilidade trazido à discussão museológica esteve presente aos debates do *II Encontro Internacional de Ecomuseus e IX ICOFOM LAM*, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro em maio de 2000, atendendo não só à recomendação do ICOM em sua XVIII Conferência Geral, em Melbourne, Austrália 1998, como também às *Llamadas à l' acción proposta pela Cumbre Hemisférica de Museos de las Américas*, em San Jose da Costa Rica, abril de 1998, sob o tema *Museos y Comunidades Sostenibles*.

Ligada intrinsecamente ao processo de desenvolvimento, a sustentabilidade logo deu origem à expressão desenvolvimento sustentável.

Não se trata de apenas garantir as matérias primas como produtos do solo, do subsolo, qualidade da água e do ar, bosques, florestas, oceanos, terras férteis, mas também, entre outros itens, a capacidade de nosso planeta absorver os desperdícios gerados por nossos sistemas produtivos e a qualidade de vida que condicionam os ambientes construídos onde se vive e se trabalha (DECAROLIS: :2000)⁸

⁸ Nelly Decarolis é Presidente do ICOFOM LAM – Comitê Regional do ICOFOM para America Latina e Caribe.

e aí se incluem a vida natural e a cultural.

Trata-se, mais que isso, de um processo de luta pela diversidade em todas as suas dimensões. Não se pode falar em garantir a diversidade sem avaliar as estruturas de dominação, as formas de estratificação social que condicionaram o desenvolvimento e a diversidade de mecanismos em cada situação. (Idem)

Como tratar de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável de populações ou comunidades em desenvolvimento, sem lhes assegurar a permanência de seu território e de sua cultura? No contexto da globalização em que a economia dos povos mais poderosos afeta a dos menos desenvolvidos, retroalimentando uma dependência perniciosa que introjeta a incapacidade de gerenciar a mudança, a preocupação com a sustentabilidade dos povos abarca também a sustentabilidade de seu patrimônio, como sustentáculo da identidade e da própria coesão e permanência do grupo.

Também na Museologia , iniciativas surgidas em comunidades locais procuram driblar os efeitos de uma mundialização da cultura, a reboque da dependência econômica e da globalização. Foram essas iniciativas na sua dimensão local que traçaram as trilhas para a salvaguarda das culturas de povos economicamente dependentes, expostos à homogeneização imposta por dominação ou por contato, através do afrouxamento ou desaparecimento das fronteiras físicas pelo avanço tecnológico.

As novas museologias, entendidas como uma renovação das ações museais, a partir de contextos industriais ou de projetos em estado de exploração pela iniciativa comunitária e intervenção participativa, se identificam pelo engajamento fiel às lutas sociais. Museologias ditas sociais , fundamentadas nas trocas e na busca de soluções para problemas identificados pelo grupo, têm exercitado e priorizado a função social do museu, nutrindo-se das práticas já bem difundidas que se vinculam ao conceito de patrimônio integral.

Nesse repertório de novas museologias, há que se destacar as práticas comunitárias nascidas em comunidades mexicanas, conscientizadas do valor de seu patrimônio, que desenvolveram métodos e léxico próprios, conservando, pesquisando e comunicando-o

através da participação. São as museologias comunitárias, surgidas no México, como já foi dito.

Há que se destacar, finalmente, a museologia popular, também comprometida com as reivindicações populares, adotando a mobilização do grupo através da educação não formal para a conquista da autonomia, do exercício da expressão da comunidade por ela mesma, aprendendo a dialogar com outras esferas de poder. É nessa tipologia que se enquadra a experiência de Santa Cruz, versão contemporânea de museu criado de dentro para fora e de baixo para cima, em resposta às necessidades culturais de sua comunidade.

Questões e controvérsias

Embora continue seu périplo nos debates mundiais, a sustentabilidade não é um conceito pacífico. Ainda pairam questões sem respostas e muitas controvérsias apontam novos alvos. Leonardo Boff, porta-voz da Teologia da Libertação, diz acreditar não em “desenvolvimento sustentável”, mas na amorosidade entre os humanos para tornar um outro mundo possível. Em seu discurso, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2003, tratou a exclusão como uma das faces da degradação ambiental mundial. Para ele, a *falta de desenvolvimento produz a pobreza e a pobreza também polui, sim.*(BOFF:2003)

Ele questionou o choque de desenvolvimento nas massas empobrecidas e a própria expressão “desenvolvimento sustentável”, pois o atual sistema social de produção de todo o planeta não consegue produzir riqueza sem gerar pobreza e conseqüentemente mais degradação ambiental, natural ou social (Idem).

Boff conclui que é preciso romper com a visão fatalista de uma globalização generalizada, em troca de políticas e processos regionais, locais. Podemos aqui pensar uma museologia fundamentada nas ações locais, nas iniciativas das próprias comunidades, como as dos ecomuseus, museus comunitários e outros processos que se apresentam como trilhas possíveis para a permanência da cultura viva ou do patrimônio imaterial, museologias que ensinam as sociedades a caminhar com seus próprios pés, a traçar seus caminhos para a conquista de sua autonomia e liberdade.

Por associação de idéias, valores e práticas em que se aplicam os princípios filosóficos freirianos, a Teologia da Libertação inspirou uma “museologia da libertação”, que em 2004, em Santa Cruz – Rio de Janeiro foi apresentada e discutida no *III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários- (Comunidade, Patrimônio compartilhado e Educação)*, uma museologia capaz de levar as sociedades a desenvolverem responsabilidades nessa cadeia de vida, da qual o patrimônio faz parte como um dos promotores potenciais de desenvolvimento responsável e solidário. A museologia da libertação será trabalhada nesta tese com mais detalhes no capítulo VI.

Capítulo III : MUSEUS COMUNITÁRIOS - ESTUDO DE CASO: O ECOMUSEU DE SANTA CRUZ

3.1. Do Ecomuseu de Itaipu aos Ecomuseus da Serra de Ouro Preto e da Amazônia:

3.1.1. Criação, gestão e sustentabilidade

Não se pode desenvolver essa pesquisa sem citar a primeira experiência que se designou e identificou como o pioneiro ecomuseu brasileiro: o Ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu, no Paraná, na divisa com o Paraguai, iniciado em 1987. Fundado a partir da vontade política de dois países- Brasil e Paraguai - para mitigar o impacto social e ambiental da criação do reservatório, a experiência de

Itaipu foi um caso inovador, onde o fundador foi uma entidade pública ou privada (município, empresa, fundação) que pretendia e pôde responder às necessidades da comunidade e servir de instrumento de desenvolvimento. (VARINE: 1989)

Mais de 20 anos após sua implantação, os membros da equipe que o dinamiza assim o definem:

“Criado em 1987, registra e apresenta a história da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da região do seu reservatório, tendo como base de trabalho a vinculação da região (território) com elementos representativos da natureza, obra e desenvolvimento cultural (patrimônio) e com a população regional (comunidade). (...) Sua atuação inicial junto aos 16 municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu, foi ampliada a partir de 2003 para os municípios que integram a Bacia Hidrográfica do Paraná 3, de forma a intensificar o diálogo e o desenvolvimento comunitário dos 29 municípios dessa região.” (SOUZA : 2008)

No entanto, um grande desafio se coloca, ao se recuperar um texto inédito de Hugues de Varine, datado de 1989, - *Rapport sur un Voyage d'études au Brésil- Colloque d'Itaipu*, abril 1989.(ANEXO 05) Este texto foi produzido por Hugues de Varine durante sua estada no Brasil dois anos após a Implantação do Ecomuseu de Itaipu, em 1987. Escrito no calor de suas impressões em missão como consultor, o texto mostra fundamentalmente a evolução de muitas questões, nas quais o eixo sobre as idéias centrais de um ecomuseu permanecem. Avaliar a trajetória do Ecomuseu pioneiro, após duas décadas, certamente é um desafio aos que se interessam sobre os estudos de impacto social que um empreendimento desse porte promove na sociedade local. Uma

missão de avaliação do ecomuseu, desde a visita de Hugues de Varine nos anos 90, realizou-se em abril de 2010, pois, em se tratando de uma experiência única no mundo, merece ser melhor conhecida sua evolução, desde a criação. A questão das mudanças na natureza e na cultura, face às grandes intervenções como as barragens, é muito importante e merecerá o espaço de um novo capítulo da ecomuseologia.

É preciso documentar o que aconteceu com o território, com a barragem e o empreendimento e documentar também o impacto que o ecomuseu tem sobre a população, quer no seu *modus vivendi*, quer nas atividades turísticas da região. Mas, entendendo-se o ecomuseu como um “novo museu”, diferenciado do museu clássico, é preciso, sobretudo, indagar como o faz H. de Varine no *Rapport sur un Voyage d'Études au Brésil- Colloque d'Itaipu*, 1989)⁹ (**ANEXO 05**):

“-que sentido é dado ao objeto e às coleções nesse tipo de museu: valor econômico , científico,cultural, afetivo, recurso para uma criação individual ou coletiva posterior? - quem deve ser o proprietário desse museu: o proprietário natural, a comunidade, a coletividade representada pelo município , a empresa, por exemplo), uma instituição delegada como o museu ou uma de suas antenas?- que uso deve ou pode ser feito dele: pesquisa,conservação,apresentação permanente ou ocasional, venda ou trocas, pedagogia,... ? (...) quem diz coleta ou aquisição, ou conservação de um patrimônio, diz escolha: quais os critérios a utilizar, objetivos, subjetivos, externos etc.? Quem deve ter a responsabilidade de decidir critérios e de efetuar as escolhas? (VARINE:1989, p.14)¹⁰

A avaliação da situação atual do Ecomuseu e do desenvolvimento local pelos habitantes da região e pelo olhar externo de quem acompanhou o processo no seu

⁹ *Rapport sur un Voyage d'Études au Brésil – Colloque d'Itaipu*, avril 1989.ASDIC,1989- Artigo não publicado e cedido gentilmente pelo autor.

¹⁰ Tradução livre de OMP do original em francês: – *quel est le sens de l'objet e de la collection pour le musée communautaire: valeur économic, scientifique, culturel, sentimentale, matériau pour une création individuelle ou collective ultérieure?-qui doit en être le propriétaire: le propriétaire naturel, la communauté, la collectivité (municipalité,entreprise, par exemple, une institution, déléguée comme le musée ou l'une de ses antennes? - quel usage doit ou peut en être fait: recherche, conservation, présentation permanente ou occasionnelle, vente ou échanges, pédagogie,... ? ... qui dit collecte ou acquisition, ou conservation d'un patrimoine, dit choisi: quels sont les critères à utiliser, objectifs, subjectifs, externes,etc.? Qui doit avoir la responsabilité de décider des critères, et d'effectuer les choix?*

nascedouro procura responder sobre os meios e os métodos usados ao longo de duas décadas, os avanços e os retrocessos dos projetos e parcerias e sobre a renovação permanente da reflexão e do debate aberto aos principais interessados, em função das novas necessidades e novos objetivos do museu.

3.1.2. Novas demandas, novas iniciativas comunitárias: a afirmação das singularidades e a busca do diálogo

A Bahia fincou nos anos 90 as bases da museologia comunitária, a partir da UFBA- Universidade Federal da Bahia. Já em 1999, durante o *VIII Atelier Internacional do MINOM*, em Salvador, Bahia, em visita técnica, participantes do evento estiveram no Colégio Estadual Gov. Lomanto Júnior, no bairro de Itapuã, Salvador, BA, núcleo – sede de uma ação museológica designada *Museu Didático-Comunitário de Itapuã* (MDCI) e puderam testemunhar a base do processo museológico participativo instaurado. Tema da tese de doutorado da Museóloga Maria Célia T. Moura Santos, essa experiência de musealização dos fazeres culturais envolveu professores, alunos e moradores locais, evoluiu por todo o bairro, em ações diversas de pesquisa, preservação e comunicação que emanavam da comunidade envolvida, numa profícua interação escola-museu- comunidade. Em 2000, no II EIE – *II Encontro Internacional de ecomuseus/ IX ICOFOM LAM*, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, o MDCI foi representado pela sua mentora e coordenadora, que o defendeu em 1995, no seu doutorado em Educação. Ainda no II EIE/ IX ICOFOM LAM, a comunidade museológica internacional testemunhou o depoimento de Constantino Ramos Lopes, índio ticuna, representando o primeiro habitante da terra no ano dos 500 anos do Brasil que afirmou o *Museu Magüta* como um museu comunitário nascido dos Ticuna, em Benjamin Constant, no Alto- Solimões. Constantino Ramos Lopes Cupeatücü, sobrevivente do massacre do Igarapé do Capacete, de onde saiu ferido à bala, narrou a existência desse museu tribal, “destinado a promover e preservar a cultura dos *Ticuna*, cerca de 35 000 índios, que vivem em quase 100 aldeias espalhadas por oito municípios do Estado do Amazonas, na região do Alto Solimões”(FREIRE : 1999)

O Museu Magüta, com coleções formadas por peças de artistas indígenas, especializados em diferentes artes (confecção de máscaras rituais, esculturas de madeira e de cocos de palmeira, pintura de painéis decorativos de entrecasca, fabricação de colares, cestos, redes e bolsas) e com a recuperação de certos artefatos

hoje já em processo de extinção ou em desuso, reconstituídos a partir de fotografias antigas pertencentes a museus etnográficos, entrevistas com anciãos e registros feitos desde 1929 pelo etnólogo Curt Nimuendajú, instalou-se em uma construção simples e foi organizado pelos índios, durante três anos, de 1988 a 1991, num processo de implantação assessorado e testemunhado por Jussara Gomes Gruber, em meio a conflitos pela defesa de seu território.(Idem)

Referenciado como primeiro museu indígena e premiado por instituições internacionais (ICOM / 1996), participou de exposições internacionais – *Tropenzmuseum* (Museu Tropical, em Amsterdan(2007) , recebeu através do indígena Nino Fernandes, seu Diretor, a Comenda da Ordem do Mérito Cultural (2007) , o Prêmio Chico Mendes (2008), ações quase sempre paralelas às suas lutas contra constantes ameaças jurídicas de fechamento da entidade, das quais os Ticuna saíram vitoriosos, pois, felizmente, contavam com o apoio da opinião pública e das organizações de apoio às comunidades indígenas.

No III EIEMC- *III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários/ X Atelier Internacional do MINOM*, em Santa Cruz , Rio de Janeiro, em 2004, foi reconhecido, entre outras experiências, o *Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão*, em Lauro de Freitas, na Bahia como primeira experiência de musealização de um terreiro e seus rituais de candomblé. Apresentado pelo museólogo Antônio Marcos de Oliveira Passos, o projeto, cujas primeiras ações aconteceram desde 2000, teve a consultoria da Profa. Dra. Maria Célia Moura Santos na sua concepção e implantação.

Com o objetivo geral de desencadear uma Ação Educativa, Cultural e de Salvaguarda de importantes bens culturais do bairro de Portão, município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, a partir de procedimentos teórico-metodológicos da Museologia, Educação e demais áreas, o projeto de museu comunitário realizou um amplo processo de Educação Patrimonial com crianças, jovens e adultos. O *Terreiro São Jorge Filho da Goméia*, fundado por Mãe Mirinha de Portão em 1948, desencadeou ações visando possibilitar reais articulações com a sociedade. Pesquisas documentais e históricas lançaram os projetos do *Postal e da História Oral de Mãe Mirinha de Portão*, atividades que reavivaram tradições e o desejo de criação do primeiro *Museu Comunitário do Município de Lauro de Freitas*. Buscou-se, desde então, promover a inserção social de pessoas que necessitam de oportunidades para vivenciar

experiências de valorização da própria cultura e conseqüentemente diferenciadas das cotidianas que paralisam perspectivas futuras, o que tem sido feito através de oficinas envolvendo canto, dança afro , percussão, tecelagem, capoeira, guias culturais, entre outras, além de ações de valorização patrimonial e turística da região. Passados cinco anos dessa apresentação, urge uma avaliação do projeto em seu estágio atual, na busca de sua autonomia e sustentabilidade.

No Nordeste do Brasil, a consolidação do Ecomuseu de Maranguape, no Ceará faz a semeadura para a brotação de novas experiências, demonstrando com clareza a fertilidade do campo das culturas populares para iniciativas nessa vertente. Em São José dos Campos, São Paulo, o *Museu do Folclore* surge de uma fundação cultural – a *Fundação Cultural Cassiano Ricardo* e coloca como protagonistas os artesãos, artistas e músicos locais, que transformam um parque natural em palco de suas manifestações e oficinas a céu aberto de exposição e transmissão de seus saberes e fazeres e por isso se identifica como **museu vivo**. No sul, o *Museu Treze de Maio*, em Santa Maria , Rio Grande do Sul, se reorganiza para assumir com convicção seu novo perfil comunitário. Em Santa Cruz, Rio de Janeiro, uma faceta do Ecomuseu vai-se confirmando na sua trajetória, na **gestão compartilhada** das questões da comunidade e do museu como uma de suas ferramentas para o desenvolvimento, onde a **negociação** é a moeda de valor e troca entre os diferentes atores do processo. Ainda no Rio de Janeiro, outros processos dão a luz o *Museu da Maré*, primeiro museu da favela, enquanto o *Ecomuseu da Ilha Grande* e *Ecomuseu de Manguinhos* fazem seu caminho.

Por outro lado, registramos uma situação estacionária de uma importante iniciativa na região central do país, no Cerrado, onde o *Ecomuseu do Cerrado* tenta se reestruturar para assumir uma nova forma de gestão que possa sustentar a saúde do bioma e das culturas vivas das populações. Para uma de suas mentoras e coordenadoras- a Profa. Laís Aderne-

...a união entre educação e cultura possibilita o estabelecimento de uma sociedade livre, em condições de opções e de desenvolvimento de um processo criador, necessário para resolver as situações-problema de cada cidadão. A trajetória desses projetos teve como marco principal a experiência piloto de Olhos d'Água –Alexânia/GO (1973), surgiu em decorrência da perda de identidade da população local, ocasionada pela construção de Brasília, teve como objetivo a reafirmação, incentivo e

preservação da cultura local, por meio da criação da “Casa da Memória” e dos fazeres culturais e ainda uma Feira de Trocas, criada com a finalidade de escoar a produção cultural que renascia. Ensaio que serviu de referência para outros projetos, como o “Subsistema Educacional de Unidades para o Desenvolvimento Sustentável” no município de Belém–Pa (1995); o Projeto Ecomuseu do Cerrado-GO (1998) e mais recentemente o Ecomuseu da Amazônia, Belém/Pa (2007), dentre outras experiências (apud MARTINS: 2008)

Segundo Martins¹¹, inicialmente foi proposta a criação de um museu “território” que, após a adesão das municipalidades, ficou com sua área geográfica totalizada em 8.066 km², abrangendo sete municípios: Abadiânia, Águas Lindas, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Santo Antonio do Descoberto. Com a adesão das museólogas (Inês Maria Flores e Célia Corsino), o conceito de ecomuseu foi absorvido no momento de conceber teoricamente o projeto do museu.

A constituição do projeto ocorreu oficialmente em uma assembléia de criação, onde participaram integrantes da equipe e de inúmeras instituições, organizações não governamentais e comunidade em geral .Posteriormente, por meio de um seminário, foram desenvolvidas as Diretrizes Básicas do Projeto Ecomuseu do Cerrado, assim como as metas que determinaram quatro linhas prioritárias de ação: conservação da biodiversidade; recursos hídricos e saneamento; educação, saúde, cultura e ecologia humana; sócio-economia, turismo e lazer. (Idem)

Trata-se de uma complexa experiência endógena que visa “preservar e recuperar os patrimônios naturais e culturais (ecossistemas e conhecimentos) do cerrado numa escala que garanta a sustentabilidade dos processos ecológicos e culturais, bem como, a melhoria da qualidade de vida das populações residentes no Ecomuseu”.(Idem)

Com a implantação de roteiros ecológicos e culturais como ações que possibilitam ao visitante a oportunidade de conhecer o cerrado do Planalto Central e suas características de flora, fauna, geologia, bacias hidrográficas, o homem e sua cultura, ao mesmo tempo, o Ecomuseu do Cerrado é a possibilidade de conscientizar e preparar os moradores da região para intervir de forma adequada em sua realidade. Pensou-se, portanto, na formação de recursos humanos em seu território, em diferentes áreas do conhecimento como ecologia humana, ambiental, social, cultura e desenvolvimento

¹¹ A Profa. Maria Terezinha Resende Martins é autora da Dissertação de Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, 2005: *Ações dos Ecomuseus para a Proteção Ambiental: o caso Ecomuseu do Cerrado*. Texto capturado em www.abremc.com.br- Coletânea de artigos.

sustentável, contemplando a preservação e recuperação de seus monumentos naturais e culturais e o compromisso da população com a qualidade de vida da região.(Idem)

A descoberta da existência do Ecomuseu do Cerrado pela comunidade museológica nacional e internacional se deu com a intervenção de Laís Aderne – durante o III EIEMC – *III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários e X Atelier Internacional do MINOM*, em Santa Cruz , no Rio de Janeiro em 2004.

Outra experiência, mais recente, emergiu em 2005 em Ouro Preto, Minas Gerais, quando era concebido um projeto de implantação do *Parque Arqueológico do Morro da Queimada*, que circunda a cidade histórica. O conjunto de cinco morros - Queimada, São João, Santana, Piedade e São Sebastião – era em outros tempos uma jazida arqueológica e abriga atualmente os bairros envolvidos na criação de um Ecomuseu, a partir da reivindicação dessas comunidades de participar diretamente das discussões sobre o projeto do Parque Arqueológico.

(...) Em todos esses bairros estão também à mostra resquícios da ocupação urbanística de um dos mais prósperos arraiais mineradores do início do século XVIII – o Arraial do Ouro Podre ou Arraial do Pascoal – de propriedade do rico comerciante português Pascoal da Silva Guimarães, o qual, em 1708, já possuía grande contingente de escravos para trabalhar nas minas. (MATTOS:2007)

Após um período de declínio da produção de ouro, a região foi abandonada por quase 200 anos, e voltou a ser ocupada de modo desordenado nos anos 40 do século passado, chegando a comprometer os limites físicos da cidade histórica de Ouro Preto. A resistência dos habitantes dos morros à implantação do Parque Arqueológico sem a escuta dos moradores emergiu durante uma audiência pública em que foram colocados em discussão temas referentes à preservação da área de proteção ambiental / APA da Cachoeira das Andorinhas e do parque arqueológico acima referido. As lideranças locais, após um período de sensibilização e de contatos com outras experiências ecomuseológicas, tomaram a decisão de iniciar um processo museológico nessa linha.(Idem) As primeiras ações se concretizaram em oficinas, palestras, reuniões, debates e seminários e envolveram professores, estudantes, donas de casa, membros de associações de bairro, trabalhadores de ofício. Atualmente já considerado um processo deflagrado, é reconhecido como o primeiro ecomuseu de Minas Gerais e está integrado ao Sistema de Museus de Ouro Preto. Processo que emerge com as características

comunitárias, tem sido designado pelos seus próprios membros e dinamizadores como *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto*.

De norte a sul, de leste a oeste do Brasil chegam informações de gestação de iniciativas museológicas comunitárias que se filiam ao ideário das novas museologias, fazendo crescer a demanda de capacitação nessa área do conhecimento. Uma das mais recentes partiu da educação, na cidade de Belém, no Pará, que, no ano de 2007, trouxe a Amazônia como palco, cenário e tema de reflexões sobre a preservação não só da biodiversidade, voltando-se também para a sustentabilidade da cultura dos povos daquela região. São os professores da SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém, motivados pelos ideais de Laís Aderne que, além do *Ecomuseu de Cerrado*, concebeu também o *Ecomuseu da Amazônia*, os primeiros a tomar a decisão de uma ação que pudesse sensibilizar a população muito fragilizada das margens dos rios e das ilhas a descobrir o valor de seu patrimônio natural e cultural e a defendê-lo e ao mesmo tempo criar situações para geração de emprego e renda, com base na cultura viva local. O Ecomuseu da Amazônia tem a missão construída pelos participantes do projeto no Seminário de Implantação realizado em Belém em 2007: “pensar coletivamente e inter-institucionalmente os problemas da região e suas comunidades sem desvincular as dimensões ecológicas, sociais, educacionais, culturais, políticas e econômicas” (MARTINS: 2008). Nesse Seminário, o Ecoamazônia, como também é conhecido, antecipa-se na reflexão dessas questões e com a ABREMC¹² parte para a elaboração de uma carta compromisso: a *Carta de Belém* (ANEXO 06) é a assunção pelas comunidades, com seus ecomuseus, museus comunitários e similares, do direito de criar o museu à sua feição e neles participar como cidadãos responsáveis, tornando-o de fato um instrumento a sua disposição para o desenvolvimento local.

Com todas essas experiências, uma rede de laços e contatos recíprocos formou-se ao longo da trajetória de cada um desses processos, numa interação respeitosa, solidária e de partilha de práticas e conhecimentos produzidos. Comprovou-se também os únicos pontos em comum entre eles: – o fato de emanarem das comunidades que os criaram e de estarem ainda que apenas conceitualmente, vinculados à Carta de Santiago.

¹² ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, fundada em 15 de setembro de 2004, durante o III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM, no Rio de Janeiro- Santa Cruz.

3. 2. O ECOMUSEU DE SANTA CRUZ

3.2.1. A Evolução / Construção do conceito de museu comunitário e ecomuseu a partir do processo de Santa Cruz

Nesse item, em continuidade e aprofundamento à dissertação *Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade*, defendida por essa autora em 2000 - no Mestrado em Memória Social da UNIRIO, procuramos analisar o processo museológico vivido pela comunidade de Santa Cruz, a evolução do conceito de ecomuseu que ele desencadeou, descrevendo detalhadamente suas ações, confirmando a singularidade desse processo e com um novo olhar assinalar também o papel do técnico em museologia, saído da comunidade e motivado pelo processo por ela vivenciado, e a sua relação com essa comunidade da qual faz parte, como um intelectual que buscou fora dela as fontes da academia para entender e explicar a criação e a gestão comunitária desse museu.

Mas que se entende por “ técnico” ? Segundo Hugues de Varine, em correspondência via Internet, é evidente que a palavra museu não evoca nada para as comunidades que não possuem o conceito intelectual de patrimônio e é preciso um “ catalisador” ou um “ mediador”, alguém que vem de fora ou um membro da comunidade que foi para fora da comunidade buscar outros conhecimentos, que vai semear a idéia e depois acompanhar sua germinação. Mas não necessariamente um antropólogo. Afirma Hugues de Varine que o *Ecomuseu do Creusot* foi criado por um colecionador de arte, um médico radiologista, um arqueólogo frustrado ou mal sucedido(ele próprio, segundo suas próprias palavras). O *Ecomuseu do Seixal* foi criado por um jovem professor de História e em Santa Cruz o processo de ecomuseu se desenvolveu com a participação de vários membros da comunidade, líderes ou formadores de opinião e entre eles, um estudante de Museologia, mas nenhum especialista em museu ou em patrimônio. Mas é preciso sempre alguém. É preciso então falar também do meu caso e dos demais membros do NOPH, dentistas, artistas, poetas, artesãos, professores, advogados, economistas, comerciantes, arquitetos, fotógrafos que, num momento da história local, decidiram criar o NOPH, em 1983, e num outro momento, muito mais tarde(1992), se reconheceram integrantes de um processo de ecomuseu. Os processos de desenvolvimento (ou de memória, ou de resistência) não são idéias platônicas e são

deflagrados por pessoas físicas, unidas por um objetivo coletivo. Portanto, nem sempre é o técnico que deflagra o processo. Muitas vezes é alguém que conhece o valor do patrimônio, mas não necessariamente um especialista em patrimônio. Afirmamos ainda que a tomada de decisão coletiva nada mais é que o fruto de uma reflexão também coletiva e cidadã que amadurece e necessita de um mediador/ catalisador para facilitar o desabrochar da ação.

Com isso, não estamos negando o papel do técnico, cujo saber poderá ser de grande valia ao processo, como no caso do *Museu Didático-Comunitário de Itapuã*, onde a museóloga e educadora Maria Célia Moura Santos fez germinar e evoluir o processo. Nesse caso específico, foi o técnico que concebeu e introduziu a ação museológica, não apenas como facilitador, mas como aquele profissional especializado que orientou todo o processo, estimulando e fomentando outros não só na Bahia como em todo o Brasil.

Mas, se durante algum tempo, houve um descaminho no desenvolvimento dos museus comunitários no sentido de se considerar que esses museus não precisam de técnicos, bastando-se os saberes populares, há agora a intenção de mostrar que o técnico é importante no contexto da nova museologia, a partir da concepção e valorização da troca e da mistura de saberes que se completam e se enriquecem, numa via de intercâmbios saudáveis e necessários. Pois o técnico, nos bastidores da ação, sinaliza caminhos, capta a sinergia dos demais membros e as direciona para uma ação consciente, responsável e organizada.

No caso do NOPH, essa ação era liderada, na partida, por um cirurgião dentista, descendente de sírio-libaneses- Antônio Nicolau Jorge, um comerciante, descendente de italianos- José Francisco Tofani- e um jovem museólogo, futuro historiador e professor, de família nordestina que migrou para Santa Cruz – Sinvaldo do Nascimento Souza, todos membros fundadores e agentes dinamizadores nos primeiros anos da organização. Desde o início, o NOPH esteve inoculado com os genes da diversidade tanto nas origens quanto no fazer profissional de seus líderes. Nessa ocasião ainda não se tinha consciência de que a ação do NOPH levaria a comunidade à criação de um museu ou ecomuseu.

A descoberta ou o reconhecimento de estarem vivendo um processo ecomuseológico em Santa Cruz, em 1992, já contou com a participação de outros agentes. Além dos

primeiros, como o economista Walter Vieira Priosti, dois arquitetos (Oswaldo Eduardo Lioi, e Marisa Valente), vários professores (Francisco José Antônio, Semíramis Barros, Francisco César Moutinho, Ana Lúcia Monteiro da Silva e Hélio de Sant` Ana, esses dois também fotógrafos, Cristine Tenuto e eu mesma) e o artesão Juarez, conhecido como Jujuba. No percurso do NOPH, já como núcleo original do ecomuseu, muitos desses membros, por motivações variadas, inclusive por falecimento, deixaram as hostes das lutas para a continuidade do processo, tendo deixado nele a marca de sua passagem.

Muitas vezes foi o papel de membro da equipe mediadora ou agente dinamizadora que esta autora exerceu como participante da comunidade, em busca de respostas a indagações emanadas do próprio processo, tanto para explicar situações como para refletir e partilhar saídas em crises e conflitos, quer pela resistência e enfrentamento, quer pela via das negociações. Pretendemos, portanto, esclarecer até que ponto essa comunidade e seu processo museológico comunitário se beneficiaram da presença de um técnico entre seus quadros, desde o seu nascedouro, com o NOPH, quando já havia um futuro museólogo em suas ações primordiais, participando das reflexões e das tomadas conjuntas de decisões e nos últimos quinze anos com minha própria participação, durante e após a graduação em Museologia.

Na análise de De Varine, estamos assim diante de um caso específico de uma experiência efetivamente comunitária que reivindica o nome de “museu”, a partir das ações promovidas por um pessoal não assalariado (voluntários), sem uma coleção a priori, sem uma exposição permanente e com uma vocação política afirmativa. Mesmo os chamados “novos museus” ou ecomuseus mais conhecidos são muitas vezes instituições estabelecidas, com profissionais assalariados, com prédios que abrigam exposições permanentes e temporárias produzidas por especialistas ou técnicos. Eles mantêm uma relação com os poderes, são instrumentos constituídos fora da comunidade para depois se apoiar nela e a ela servir. A maioria deles tem subentendidos objetivos não-ditos que estão mais ou menos distantes da libertação da memória e da cultura da comunidade.

Santa Cruz é um caso específico de comunidade que tenta aplicar realmente princípios tão radicais e sem concessões, fiel à necessidade de libertação cultural e ao direito de ela própria escolher o modo de criar e gerenciar esse museu.

Entretanto, o *Ecomuseu de Santa Cruz* ao longo de duas décadas estabeleceu vínculos de solidariedade e partilha com outras experiências brasileiras de ecomuseus e museus comunitários., chegando mesmo a participar da gestação do *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto*, em Minas Gerais, desde as primeiras Assembléias das comunidades locais ao seu reconhecimento no *Fórum Nacional de Museus*, 2004 e a ter uma participação direta na consolidação da ABREMC e eleição da 1ª. Diretoria, integrando-a na Secretaria da organização, em 2006. Da mesma forma, acompanhamos a criação e implantação do *Ecomuseu da Amazônia*, em 2007, que também, por sua relação com o *Ecomuseu de Santa Cruz*, integra a Diretoria na Coordenação de Comunicação e Divulgação. Com outros ecomuseus, museus vivos e / ou museus comunitários, por exemplo, o *Ecomuseu de Maranguape*, CE, o *Museu Treze de Maio*, RS e o *Museu do Folclore* de S. J. dos Campos, SP, ora a interação se deu por internet, ora em visitas técnicas ao *Ecomuseu de Santa Cruz*, chegando mesmo o último deles a trazer seus dinamizadores a Santa Cruz em 1999, 2000, 2004 e recentemente em 2009. Todos buscando se reconhecer ou se identificar nas novas conceituações de museus ou em suas metodologias inovadoras.

Podemos, inclusive, afirmar que o espaço privilegiado dos *Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários*, (três deles realizados no Rio de Janeiro, o primeiro no Centro do Rio, em 1992/ *Eco 92*, o segundo - II EIE / IX ICOFOM LAM, em Santa Cruz, em 2000 e o terceiro - III EIEMC / X *Atelier Internacional do MINOM*, também em Santa Cruz, em 2004) propiciou a troca de práticas e ações bem-sucedidas que vieram a fortalecer as experiências embrionárias e consolidar outras em estágio mais avançado.

É necessário também registrar que, se o I EIE teve a Prefeitura do Rio como organizadora e realizadora, nas duas edições seguintes do *Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*, em 2000 e 2004, a idéia, a concepção dos encontros partiu da comunidade de Santa Cruz, liderada pelo NOPH e pelo Ecomuseu. Organizada em seis grupos de trabalho (Pesquisa, Administração, Recursos Financeiros, Comunicação, Recepção e Manifestação Cultural), compostos por membros da comunidade, Santa Cruz realizou os dois Encontros, de forma inédita, tomando a frente das decisões, desde a concepção à concretização, com a participação de vários parceiros, entre eles a Prefeitura do Rio, a AEDIN – Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz e as Unidades Militares abrigadas em seu território- o

Batalhão- Escola de Engenharia (Exército) e a Base Aérea de Santa Cruz (Aeronáutica).

Por esse reconhecido pioneirismo na Museologia Comunitária brasileira, que trouxe a Santa Cruz especialistas e protagonistas de ecomuseus e museus comunitários de muitos países e de muitos Estados brasileiros, o Ecomuseu de Santa Cruz é a fonte dessa reflexão e análise que apontam novos indicadores na Museologia.

Evidentemente, para afirmarmos tal museu, corre-se o risco de não sermos entendidos e/ou reconhecidos pelos que se abrigam na definição “clássica” de museu ou que acolheram parcialmente a Nova Museologia, ou seja , apenas naquilo que ela trouxe de novidade. Mas é fundamentada nas **práticas e métodos diferenciados** desse museu que se abriga à sombra da museologia, mas dela nascida, e no conceito que sua população fará de sua ação, que Santa Cruz pode justificar os princípios de uma “museologia libertadora”, que abordaremos posteriormente. E ainda que a afirmação desse museu possa parecer o pio inócuo de um estranho no ninho, ressaltaremos aqui a convicção de se tratar de um museu que contempla a definição do ICOM – a de instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade(Definição aprovada pela 20ª. Assembleia Geral. Barcelona, Espanha, 6 de julho de 2001).

Dado que já apresentamos , na introdução dessa tese, um histórico do surgimento deste ecomuseu, descreveremos agora a ação desencadeada por ele, dedicando-nos a seguir ao detalhamento dos processos que permitiram sua criação e desenvolvimento.

3.2.2. Os Processos (Descrição):

Os processos

Passamos a descrever **os processos** que configuram a existência do ecomuseu .

Desde os primeiros movimentos, o NOPH sinalizou a preocupação com os bens simbólicos da antiga fazenda de Santa Cruz e do bairro que dela se formou. O compromisso com a pesquisa histórica da Fazenda respaldou-se na obra de diferentes autores, mas se consolidou com a edição da trilogia de seu historiador autodidata Benedicto Freitas(1910- 2002)(**ANEXO 07**), Santa Cruz Fazenda Jesuítica , Real , Imperial em três volumes (1985, 1986, 1987).

A contribuição de Benedicto Freitas para o desabrochar do processo museológico de Santa Cruz foi, portanto, um dos pilares para que essa comunidade sustentasse sua argumentação e a relevância do projeto que se iniciava na tomada de decisão de membros liderados por Dr. Antônio Nicolau Jorge, Prof. Sinvaldo do Nascimento Souza e pelo comerciante José Francisco Tofani, dando a partida para a fundação do NOPH. Sobre a base sólida da pesquisa do historiador B. Freitas, o NOPH divulgou a história da Fazenda, difundindo na população o dístico pelo qual hoje é reconhecido: “Um povo só preserva aquilo que ama! Um povo só ama aquilo que conhece!”

Associados ao **estudo e à pesquisa histórica**, o **reconhecimento do patrimônio / identificação**, primeiramente entendidos como vestígios arquitetônicos do passado (alguns já verdadeiras ruínas) logo incorporaram outros patrimônios como a memória da paisagem rural da localidade, os modos de vida de seus habitantes, suas memórias, seus saberes e fazeres, além do próprio espaço vivido onde se emaranhava aquela comunidade. Chegaram assim à defesa do patrimônio natural agregando aos bens a Baía de Sepetiba, os manguezais, os rios e mananciais que nutrem a região, o morro do Mirante, a reserva de Mata Atlântica que se espargue pelos domínios da antiga Fazenda de Santa Cruz. Em seguida , no estudo da realidade local e na aproximação com diferentes segmentos da sociedade, chegaram ao autoconhecimento de sua gente e o reconhecimento como patrimônio das diversas etnias presentes na formação da população, miscigenando o indígena, o branco colonizador , o negro escravo e os imigrantes vindos em diferentes épocas e de diversa procedência (portugueses, chineses , espanhóis, italianos, sírio-libaneses, austro-húngaros e japoneses). A cultura dos imigrantes guarda ainda vestígios em diversos graus na toponímia da região(Ex. Morro do Chá)/ 1ª. Colônia Chinesa -1817) e nas famílias descendentes: a língua, com o português se sobrepondo às demais, os nomes de família, as tradições religiosas, a culinária, modos de vida e convivência, festas, artes, comércio, agricultura, entre outros.

3.2.3 A Formação de Acervo

A iniciativa de **musealização** aconteceu na sequência das ações do NOPH, com a comunidade trazendo objetos da memória da família no intuito não de formar um acervo, mas de mostrar o que havia neles de valor afetivo. Embora nunca tivesse sido essa a questão prioritária do movimento do NOPH, uma coleção se constituía. À revelia dos planos de pesquisa e estudo, ela foi ao NOPH confiada para mostrar às gerações vindouras um testemunho da história vivida. Todavia, todo o esforço de seus membros diretores de organizar e catalogar se diluísse diante da falta de espaço e instalações adequadas, em duas pequenas salas das Obras Sociais da Matriz de N. Sra. da Conceição, cedidas pelo Pároco Padre Guilherme Decaminada. Era uma réplica de um “gabinete de curiosidades”, em pleno século XX, pois nele se mostrava de tudo: fotografias, vasos cerâmicos, toalhas bordadas, sinos de bronze da Escola Real de Fundação, imagens, relíquias de família, óleos sobre tela, gravuras, livros, recortes de jornais, revistas, maquetes, antigas máquinas fotográficas, objetos de ferro, armas, com legendas onde constavam o nome do objeto, a quem pertenceu e o doador.

Durante anos esse acervo foi gradativamente enriquecido e as salas visitadas por grupos de pesquisadores, professores e estudantes e, concomitantemente, pesquisas se desenvolviam na comunidade e publicadas num informativo artesanal – o NOPH.

3.2.4. As Ações

Estavam já configuradas as diferentes fases da musealização: a pesquisa histórica, a formação de acervo, a classificação, a comunicação por meio de exposição e a divulgação com a publicação do NOPH. Era já um pequeno museu local ainda rudimentar, com sem equipamentos doados pela comunidade (mesas, cadeiras, estantes usadas), formado como consequência da ação do NOPH que se propagava pela comunidade escolar, depois na comunidade como um todo em palestras, seminários, jornadas, caminhadas de reconhecimento, campanhas em defesa da Ponte dos Jesuítas e do Palacete do Matadouro, também chamado de Palacete Princesa Isabel. Iniciou-se simultaneamente uma relação com outros pesquisadores interessados em apoiar a iniciativa, através de correspondências e mesmo de visitas ao espaço, já muito pequeno para abrigar toda sorte de atividades. O foco dessa ação não era o museu que se

formava com objetos, mas as ações pensadas e planejadas para mobilizar a comunidade em torno da História Local e do Patrimônio comum, valorizando o espaço vivido e a busca da qualidade de vida perdida com o crescimento desordenado. A comunicação do NOPH com estudiosos, especialistas e pesquisadores de fora abriu o movimento para as trocas de conhecimentos e experiências com outras comunidades, outros processos, aumentando a participação em seminários, congressos, fóruns, promovendo projetos onde a educação (escolas públicas e privadas) passou a enfileirar-se como sua principal parceira com a realização de várias ações educativas e oficinas.

O auto-reconhecimento como ecomuseu se deu nove anos depois da fundação do NOPH, no *I Encontro Internacional de Ecomuseus*, Rio de Janeiro, 1992, e desde então assumido como o primeiro ecomuseu da cidade. Nos anos seguintes foram aprimoradas as ações do NOPH, agora identificado como núcleo gerador do Ecomuseu com alguns resultados importantes: Inventário dos bens na APAC – Santa Cruz, criação da APA Orla de Sepetiba. Nos dois processos, realizados por técnicos da SMC/ SMU/ SMA, não houve a participação direta do NOPH ou de membros da comunidade. Somente a partir de 2003 inicia-se em Santa Cruz o Inventário Participativo, a partir de coleta de dados na comunidade e da análise dos registros realizados em atividades diversas publicadas no *Jornal NOPH* e na sua versão atualizada *Quarteirão*, onde se pode listar métodos e práticas museológicas inovadoras, concebendo o ecomuseu como fruto de uma relação entre a comunidade participante na valorização, defesa e guarda do patrimônio situado em seu território, aqui entendido como espaço vivido.

Já em uma nova fase, o ecomuseu tem demonstrado sua preocupação com a **formação** de quadros da comunidade que possam assumir a continuidade do processo. Investe, portanto, na capacitação de seus membros, potenciais facilitadores do processo museológico, em oficinas e jornadas de formação em Conservação Preventiva para o acervo formado, museologia e museografia comunitárias, projetos pedagógicos de Educação Patrimonial e Ambiental. Exemplos disso foram as Oficinas de Conservação Preventivas, Museologia Comunitária, Ações Educativas no Ecomuseu – Projeto Pastas Pedagógicas, além do Projeto Santa Cruz Revisitada, realizados entre 2005 e 2008, e a *I Jornada Formação em Museologia Comunitária* em 2009. As oficinas são compreendidas e realizadas como espaços de partilha e sistematização de práticas e métodos dos processos em curso no Brasil.

OUTRAS AÇÕES

3.2.5. Inventário Participativo de Santa Cruz

Santa Cruz trabalha o seu Inventário Participativo (IP) desde 2003. Concebido por dinamizadores do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro) e por membros do NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica), **este inventário é uma estratégia de renovação da ação cultural vivida pela comunidade de Santa Cruz, na periferia da Cidade do Rio de Janeiro , e uma revitalização das discussões em torno do patrimônio, sua apropriação e sua gestão no quadro do ecomuseu.** Por esse processo de escuta da população, deseja-se desenhar seu perfil psicossocial, fazê-la experimentar uma nova pedagogia de apropriação e partilha do patrimônio coletivo, a partir do desafio de inventariar ela mesma seus bens, sejam eles materiais ou imateriais, naturais ou culturais. Processo iniciado há duas décadas, a mobilização da comunidade para o reconhecimento , a identificação e a apropriação e a transmissão do patrimônio local integra esse inventário participativo e é a nova resposta de uma comunidade ao esquecimento e ao seu ocaso político no contexto da cidade, revertendo, com a ação cultural, o abandono e a ausência de políticas públicas na região de Santa Cruz. O Inventário Participativo de Santa Cruz é um processo que não se resume à aplicação de questionários na comunidade, mas deve ser entendido como uma tentativa de envolver principalmente os atores sociais (moradores, estudantes, artistas , educadores, líderes comunitários, entre outros) e os atores econômicos, com a perspectiva de retomar o desenvolvimento da localidade , gerando riqueza material, cultural e espiritual aos seus habitantes, a partir do patrimônio local.

Foi inspirado no Inventário Participativo de Viamão, Rio Grande do Sul, mas dele difere por ser uma iniciativa saída da comunidade. Iniciou-se com seu lançamento numa jornada realizada na UNIRIO/ Escola de Museologia – Em dia com o Patrimônio – em 2003. Foram idealizados formulários para serem aplicados nos diversos segmentos, inclusive o escolar, mas não se resumiu a isto.

O Quarteirão Cultural do Matadouro, escolhido como núcleo-piloto (núcleo gerador), processou o pré-teste , que funcionou como um tubo de ensaio para se avaliar problemas

e corrigir possíveis deficiências. Só depois passamos a pesquisar os demais núcleos em que Santa Cruz foi dividida (Ver gráfico abaixo)

Embora ainda nos seus primeiros passos, o IP de Santa Cruz, iniciativa endógena e comunitária, foi contemplado numa seleção de trabalhos apresentados na 7ª Conferência ICHIM 03- International Cultural Heritage, na Escola do Louvre, em Paris , em setembro de 2003, possivelmente pela abordagem criativa como ponto de partida para uma revitalização da discussão comunitária sobre o patrimônio local.

Os 110 formulários preenchidos na área do Quarteirão Cultural podem dar uma amostragem do que pensam os moradores, estudantes, professores e usuários comuns da área do Quarteirão do Matadouro sobre seu patrimônio coletivo e a responsabilidade de preservá-lo, podendo-se formular correções e mudanças na aplicação do método de pesquisa, levando-se em consideração dificuldades, avaliações errôneas e equívocos por parte das pessoas consultadas. Percebeu-se, nesse primeiro momento da pesquisa, a necessidade de adaptar o questionário às faixas etárias mais jovens, utilizando linguagem mais simples, desenhos e ilustrações que facilitassem a compreensão por parte das crianças. Observou-se também a necessidade de remeter os comerciantes a uma outra ficha de coleta, cadastrando os tipos de comércio existentes e seu vínculo ou não com o passado histórico do Matadouro.

Em março de 2004, iniciamos a escuta no núcleo 02 – Residência da Fazenda de Santa Cruz . Este núcleo corresponde à área do atual Batalhão- Escola de Engenharia Villagrán Cabrita e seu entorno. Foram ouvidos militares, funcionários e usuários do Batalhão, moradores da localidade e membros das instituições e comércio próximos (Corpo de Bombeiros, Fórum de Santa Cruz, Conselho Distrital de Saúde, 10ª CRE, as Escolas Municipais Joaquim da Silva Gomes e Profª Dione de Carvalho, escolas privadas, Hospital Estadual D. Pedro II, comércio das ruas D.João VI, Rua Senador Camará, Praça Ruão, Praça do Gado, Av. Pe. Guilherme Decaminada, Av. João XXIII, Rua do Prado, entre outras).

Até junho de 2004, o IP de Santa Cruz pesquisou o Núcleo 03, Núcleo Agrícola – Bairro Jesuítas, localidade ainda rural que se desenvolveu junto ao histórico monumento da Ponte dos Jesuítas, onde moradores e trabalhadores das fazendas e sítios, Escola Municipal Ponte dos Jesuítas, hotéis, igrejas e comércio local foram ouvidos e o núcleo 04, Base Aérea de Santa Cruz, envolvendo

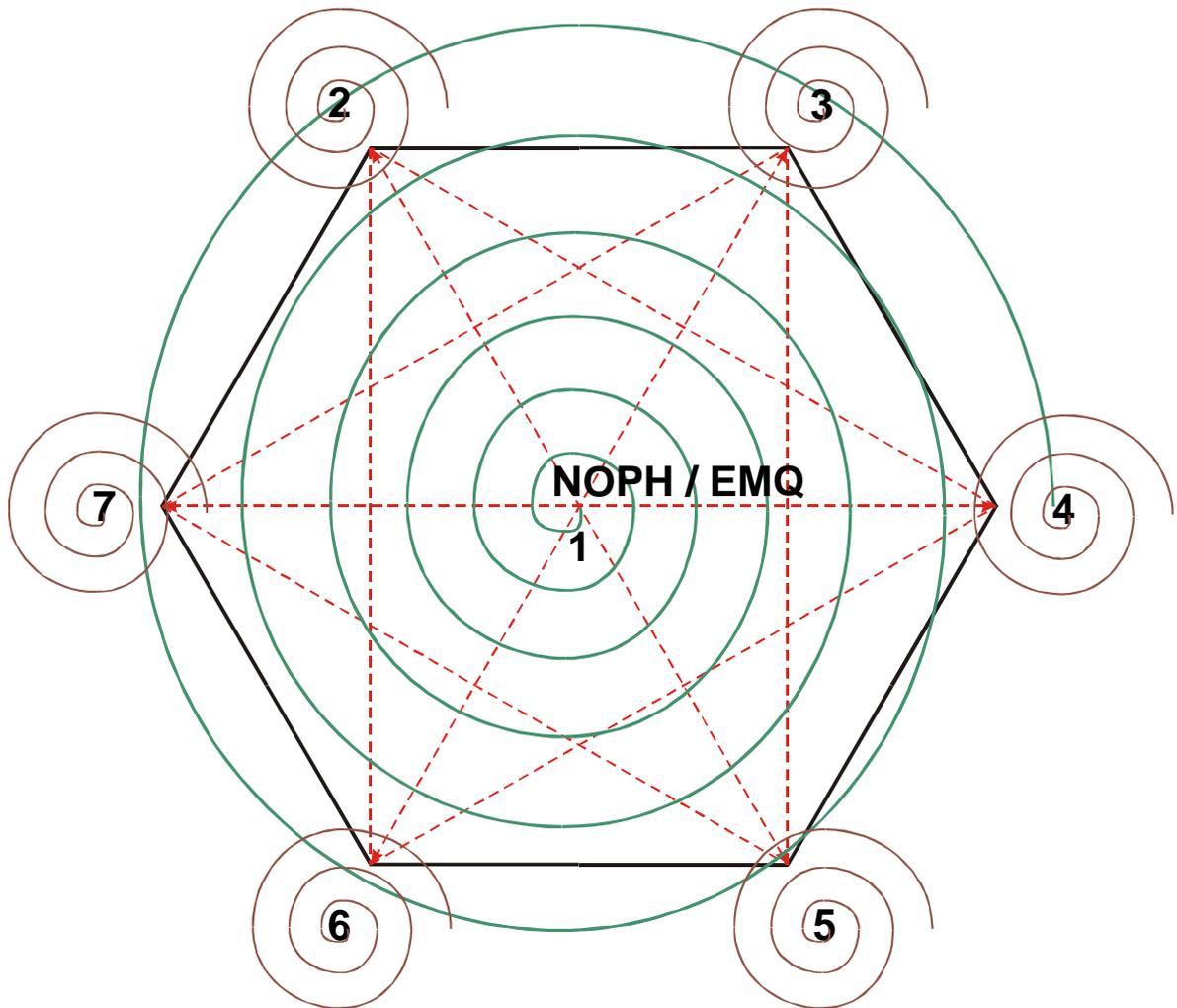
militares, estudantes das Escolas Municipais Coronel Berthier e Sócrates Galvêas, do Colégio São Lucas, componentes do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz, moradores e comércio da localidade como Rua do Império, Rua Campeiro- Mor, Caminho do Zeppelin, entre outras. Entretanto, a aplicação de questionários foi interrompida pela falta de pesquisadores, uma vez que , sem patrocinadores e parceiros, naquele momento, tornou-se inviável. Passaram a partir daí a fazer a coleta, utilizando outras estratégias (rodas de lembranças, exposições itinerantes, exposições temporárias concebidas coletivamente, desenvolvimento de projetos, jornal Quarteirão, entre outros).

Nos demais núcleos 05 (Sepetiba), 06 (Comunidades de Conjuntos Habitacionais) e 07 (área central e comercial, envolvendo escolas, universidades, comércio, órgãos públicos e a Zona Industrial), foram adotadas as mesmas estratégias de coletas. Iivemos então uma amostragem do que a comunidade de Santa Cruz considera seu patrimônio. Somente depois dessa coleta de dados no seio da comunidade como um todo, uma leitura das informações foi feita por membros e técnicos da equipe dinamizadora do NOPH e do Ecomuseu que deu o perfil da comunidade naquele momento e orientou os próximos programas de ações patrimoniais para o desenvolvimento local.

A seguir, o hexágono de Ação do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, uma representação gráfica de ações patrimoniais que compõe a proposta de Gestão patrimonial e desenvolvimento local para os próximos dez anos (2002/2012).

PROPOSTA DE GESTÃO PATRIMONIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL**HEXÁGONO DE AÇÃO DO ECOMUSEU COMUNITÁRIO DE SANTA CRUZ**

(Plano Diretor da Ação Ecomuseológica para o Desenvolvimento)



- 1. Núcleo Gerador - NOPH / Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro (EMQ)**
- 2. Núcleo Residência da Fazenda de Santa Cruz**
- 3. Núcleo Agrícola - Ponte dos Jesuítas**
- 4. Núcleo Base Aérea de Santa Cruz**
- 5. Núcleo Sepetiba**
- 6. Núcleo Comunidades**
- 7. Núcleo Comercial e Industrial**

Os núcleos sintetizam as áreas de atuação do ecomuseu:

O **Núcleo 01** é o núcleo gerador, início do movimento que pleiteou a restauração do Palacete do Matadouro, ou Palacete Princesa Isabel, assim designado pela população que via nele seu último uso como Escola Princesa Isabel. Passou a ser a sede do NOPH e do Ecomuseu a partir de sua restauração parcial em 2000, quando foi inaugurada a 1ª parte da obra, com a entrega pela Prefeitura do Rio / SMC da galeria central- hall(sala de exposições, concertos, palestras) , das salas que abrigam a Biblioteca Municipal Joaquim Nabuco(ala direita)e da sala que abrigou o NOPH e seu acervo e biblioteca e a sede do Ecomuseu(ala esquerda) e onde até a retomada das obras em 2007 eram feitas as reuniões do NOPH, do Ecomuseu e as pesquisas da comunidade sobre a História local

O **Núcleo 02** corresponde à origem da Fazenda de Santa Cruz, no antigo convento jesuítico, depois residência até ser reformado para se tornar o Palácio Real, depois Imperial de Santa Cruz. Desde o fim da monarquia, abrigou a histórica **Unidade Militar RAM – Regimento de Artilharia Montada** e atualmente o **Batalhão Escola de Engenharia Villagran Cabrita**, em destaque na Praça Ruão, que guarda ainda a Cruz de madeira sobre marco de pedra, que no passado era cercado pelas senzalas . Foi o núcleo original do bairro que se formou da Fazenda de Santa Cruz.

O **Núcleo 03** remonta também aos tempos jesuíticos , na comunidade Jesuítas que se formou em torno da Ponte dos Jesuítas – Patrimônio Histórico Brasileiro desde 1938. Com a ponte-represa como seu bem mais conhecido, a região de características rurais concentrava uma parte significativa de fazendas e sítios voltados para a agricultura e para a criação, conservando ainda extensas áreas plantadas em meio à urbanização.

Destacando-se no **Núcleo 04**, o Hangar do Zeppelin é o patrimônio mais valorizado nessa região que abriga a Base Aérea de Santa Cruz- maior complexo aerotático da América do Sul, portanto área militar com a comunidade formada dentro da sua Vila Militar e outros patrimônios ligados à história da Aviação. No seu entorno , a urbanização se estende pela Rua do Império e adjacências, comportando hoje alguns conjuntos habitacionais(Morada do Sol e Império do Sol) e a sede do tradicional GRES Acadêmicos de Santa Cruz, outro importante patrimônio da localidade.

O **Núcleo 05** tem como centro de interesse a Baía de Sepetiba, que integrava a antiga Fazenda de Santa Cruz. Envolve as praias, ilhas e manguezais, as comunidades de pescadores e moradores, os veranistas, incluindo desde o fim dos anos 90 a ocupação que deu origem ao conjunto habitacional Nova Sepetiba . Esse núcleo foi inspirado nas lutas contra a degradação ambiental ocorrida na região , após a implantação do Distrito Industrial e do Porto de Sepetiba, atualmente designado Porto de Itaguaí. Muitos movimentos surgiram na comunidade como o SOS Baía de Sepetiba, Agenda 21 local, Movimento Abraço à Sepetiba, CORES, Comissão de Revitalização de Sepetiba , Movimento Fé e Política , entre outros. Mais recentemente, a partir de 2009, a comunidade se organiza com um novo projeto para pensar o desenvolvimento local, envolvendo a história, a memória e a qualidade de vida dos pescadores, moradores e veranistas , o que já designam de Movimento Ecomuseu de Sepetiba.

A criação de inúmeros conjuntos habitacionais na região de Santa Cruz , a partir da década de 70, trouxe levas de novos moradores que , vindos de diferentes pontos do Rio, com a remoção de favelas em áreas de risco. Essas novas comunidades , vindas em diferentes épocas , formam o **Núcleo 06 – Comunidades**, que gravitam em torno do núcleo central e comercial do bairro de Santa Cruz, mas que durante muitas décadas era uma cidade dormitório. O primeiro conjunto “provisório” era formado de containers de aço e deram origem à favela do Aço . O mais antigo CH da CEHAB é o Cesarão, que durante muito tempo foi considerado o maior da América do Sul. Ao longo da Av. João XXIII existem muitos outros conjuntos habitacionais, que também se espalham pela região de Paciência O mais recente megaconjunto Nova Sepetiba se integra ao Núcleo 05 .Entre os Conjuntos mais conhecidos citam-se: Antares, Urucânia, Cesarinho, Três Pontes, Santa Veridiana, entre outros.O grande desafio do ecomuseu é a criação de núcleos/ ações de memória em cada um desses conjuntos, recolhendo as narrativas dos antigos moradores, suas histórias de vida e suas memórias presentes, ajudando a formar o sentido de pertencimento.

O **Núcleo 07** - Comércio e Indústria sugere pensar em dois pólos de concentração:

a-o núcleo original do comércio santacruzense, existente a partir da antiga Estrada Real de Santa Cruz, no trecho que hoje compreende a Rua Felipe Cardoso e a praça central do bairro, e adjacências e a atual Rua Senador Camará e adjacências;

b- o Distrito Industrial de Santa Cruz , implantado ao longo da Rodovia 101- Mário Covas, nos limites com o Município de Itaguaí, representado pela AEDIN – Associação de Empresas do D. I. que engloba Grupo Gerdau(ex- COSIGUA), Furnas Centrais Elétricas, Casa da Moeda, White Martins, Vale, etc e ao longo da Av. João XXIII a recente Thiessen Krupp CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico(desde 2007).

Como foi feita a escuta da comunidade?

Um questionário (**ANEXO 08**)construído por membros do NOPH, do Ecomuseu e por representantes de diversos segmentos sociais de Santa Cruz, em reunião realizada na 10ª CRE em março de 2003 (Jornadas “Em dia com o Patrimônio”), foi repassado aos membros da comunidade por pesquisadores voluntários do NOPH e do Ecomuseu. Após preenchido, o questionário é devolvido ao pesquisador que, por sua vez, repassa todo o material ao responsável pela guarda e conservação das fichas. Está sendo avaliado o início de um processo de armazenamento digital dos dados coletados, facilitando uma consulta mais abrangente às informações.

Durante o III EIEMC- III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários/ X Atelier Internacional do MINOM , em 2004, em Santa Cruz , Rio de Janeiro, foi apresentado um relatório parcial do Inventário, levando-se em conta não só os resultados de questionário aplicado por amostragem, mas considerando-se todas as informações sobre patrimônio sinalizadas em pesquisas, rodas de lembranças, publicações diversas em revistas, livros, entrevistas concedidas ao NOPH e nos informativos NOPH e Quarteirão.

Apresentadas no III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM , realizado em Santa Cruz, Rio de Janeiro, em 2004, as Conclusões do IP de Santa Cruz compuseram o Relatório parcial (**ANEXO 09**) da iniciativa.

O NOPH e o Ecomuseu articulam para os próximos anos um novo relatório do IP de Santa Cruz , com base em todas as atividades de escuta e de expressão da comunidade, reavaliando o que foi apresentado em 2004 no III EIEMC.

Para isso, será necessária nova mobilização do ecomuseu, NOPH e escolas para colher as informações no seio das comunidades locais, incluindo as dos conjuntos habitacionais, agora com uma nova metodologia: em exposições itinerantes nas praças,

feiras, shopping, bancos, postos de saúde, escolas, condomínios, conjuntos habitacionais, etc , urnas recolhem a opinião dos moradores e trabalhadores, definindo do ponto de vista deles os mais significativos patrimônios que reconhecem.

Ao final da temporada de pesquisas, o patrimônio dessa comunidade estará desenhado e atualizado por ela mesma.

Outras ações tem sido contempladas ou retomadas pela avaliação de sua eficácia como as **Exposições Itinerantes** (em praças, escolas, feiras, festivais, shopping, escolas, universidades, etc), as **Rodas de lembranças** com diferentes segmentos da sociedade(membros ativos do NOPH e alunos da rede pública, ex- funcionários do Matadouro, líderes comunitárias, veteranos da II Guerra Mundial , a memória da Educação em Santa Cruz (professores antigos e atuais, ex- alunos e ex- funcionários das escolas mais antigas do bairro), pescadores de Sepetiba , Diretores e Velha Guarda da Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz.

Também foi recuperada e retomada uma tradição jesuítica da localidade desde os tempos da Fazenda de Santa Cruz : a Festa da Exaltação da Santa Cruz, no dia 14 de setembro do calendário católico. Trazida pelos inacianos , realizava-se anualmente na Fazenda a Missa campal da Exaltação da Santa Cruz , com a participação de jesuítas que vinham do Colégio Jesuíta no Rio de Janeiro, especialmente para essa ocasião. Consta que os negros escravos também participavam do ato religioso na praça e à noite faziam sua festa nas senzalas com cantorias e danças africanas, dando o tom sincrético à celebração. Atualmente, já recuperada pela comunidade , realiza-se a Missa da Exaltação da Santa Cruz na Praça Ruão, no mesmo local onde era outrora celebrada, sempre no dia 14 de setembro, com a participação de militares do Batalhão de Engenharia , que hoje ocupa o Palácio sede da Fazenda, estudantes e professores das redes pública e privada e a comunidade em geral. Essa atividade integra hoje a **Semana de Santa Cruz(Lei Municipal no. 2244)**, que se inicia com Desfile cívico-militar na Rua central do bairro , na Semana da Pátria, assim como torneios de xadrez, ateliers de Pintura tendo como tema um patrimônio da localidade, corridas escolares, passeios ciclísticos em percursos históricos, Mostra de Artes Marciais e o tradicional Sarau no antigo Palácio Real e Imperial de Santa Cruz.

3.2.7. Os resultados do processo museológico (descrição):

Resultados da iniciativa comunitária no Ecomuseu de Santa Cruz

Numa avaliação daqueles que estão no núcleo duro do movimento, membros fundadores do NOPH e seguidores de sua evolução em direção ao ecomuseu, muitos foram os resultados do processo, ao longo dos anos, entre os quais se podem elencar:

a- Em nível local:

- expansão do movimento , envolvendo os mais diferentes setores da sociedade local(comunidade escolar das redes pública e privada nos diversos graus(educação infantil, ensino fundamental da 10ª. CRE, ensino médio e profissionalizante, ensino superior/ escolas, colégios , escolas técnicas / ETERJ/ SESI// CETEP , Universidades locais – FAMA, UNESA Santa Cruz, UFRJ – FEUC, C. U. Moacyr S. Bastos , Faculdades Integradas Simonsen, Univ. Gama Filho, UEZO; setor militar(BASC , BESENG, 27º BPM, etc); setor religioso (Igrejas católicas , evangélicas e messiânicas, centros espíritas) , setor da saúde (Hospital Estadual D. Pedro II , Conselho Distrital de Saúde AP5.3, etc); organizações sócio culturais(GRES Acadêmicos de Santa Cruz, Espaço Ser Cidadão, Bibliotecas Públicas, Sociedade Sulriograndense, SOS Baía de Sepetiba, CORES , Agenda 21 Sepetiba, Clubes esportivos e Sociais, Coosturart, Colônia Japonesa de Santa Cruz, Grêmio Musical 24 de fevereiro, grupos de Teatro / ETAA) , imprensa local (rádios comunitárias e jornais locais); atores econômicos (Comércio local e Distrito Industrial/ ACISC – Assoc. Comercial de Santa Cruz, AEDIN – Assoc. de Empresas do Distrito Industrial, Casa da Moeda, Grupo Gerdau , Furnas Centrais Elétricas, Valesul, CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico, etc...)

Últimos Projetos de Ação Educativa(Futuro a gente é que faz - 2003, Ecomuseu; escola de libertação/2005, Santa Cruz Revisitada 2005-2007, Escola de Samba Mirim Unidos da Resistência Cultural/2001, Inventário Participativo/2003-2006, Semana de Santa Cruz (todos os anos), I, II , III e IV Feiras da Cultura Viva/ 2006, 2007, 2009, 2010, Projeto Uma rua conta sua História (2004), exposições temporárias, exposições itinerantes, 250 anos da Residência da Fazenda de Santa Cruz / 2001, 250 anos da Ponte dos Jesuítas/ 2002, Seminário 200 anos da Chegada da Família Real Portuguesa(2008), 70 anos da Presença Japonesa em Santa Cruz (2008) , 25 Anos do NOPH, saraus, campanhas patrimoniais, Rodas de lembranças etc; apoio a pesquisas

para teses, dissertações, monografias em temáticas sobre História, Arquivologia, Pedagogia, Memória, Antropologia, Cultura, Meio Ambiente, Música do período colonial Turismo, Sociologia, Biblioteconomia, Comunicação, Gestão Patrimonial etc

b- Em nível regional:

- realização de palestras, oficinas itinerantes(Conservação Preventiva, Museologia Comunitária, Projeto Pastas Pedagógicas / Ações Educativas no Ecomuseu, participação em Fóruns Estaduais de Museus (Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas/ RS ; participação em Seminários e Encontros do ANPUH, participação no Congresso Brasileiro de Sociologia , Recife / 2007; participação em Encontros de História Oral (Mariana /MG; Rio de Janeiro); apoio e acompanhamento na implantação de outros processos museológicos (Ex. Ecomuseu do Cerrado- GO, Ecomuseu da Serra de Ouro Preto- MG, Ecomuseu da Amazônia, Belém/ PA; Ecomuseu de Maranguape- CE, Museu Vivo do Folclore de S. J. dos Campos/ SP, Ecomuseu de Sepetiba – RJ); restauração do Palacete Princesa Isabel – núcleo sede do Ecomuseu; participação no I, II e III Fóruns Nacionais de Museus , Salvador/2004, Ouro Preto/2006, Florianópolis / 2008; participação na IV FITA – Feira Internacional de Turismo na Amazônia ,Belém , 2008, participação em Jornadas Técnicas, Seminários e Encontros do ICOM BR, apoio à criação da COOSTURART- Cooperativa de Costureiras e Bordadeiras, apoio à criação da ZOART- Artesanato da Zona Oeste.

c- Em nível global:

- reconhecimento nacional e internacional da experiência santacruzense; participação na Cumbre de Museos de las Americas – Costa Rica , 1998; participação nos Ateliers Int. do MINOM (Salvador/ BR-1999, Santiago do Cacém/ Portugal/2003, Molinos/ Espanha/2005, Lisboa/Setúbal – Portugal/2007); Participação no X ICOFOM LAM, Montevideo/2001; Participação em seminários internacionais em Fafe/ Portugal -2007, Veracruz/ México 2008 , Realização de dois Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários(II EIE/ IX ICOFOM LAM /2000 e III EIEMC / X Atelier Internacional. do MINOM /2004) ; concepção e fundação da ABREMC- Assoc. Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários(2004); participação em colóquio da

FEMS – Fédération des Ecomusées et des Musées de Société – Besançon , 2002; participação no Sistema Brasileiro de Museus/ Conselho Gestor(2005); realização de jornadas sobre o Patrimônio Local ; participação de atividade autogestionada no Fórum Mundial de Educação –(Nova Iguaçu/ RJ – 2005); participação de atividade autogestionada no Fórum Social Mundial (Belém 2009); realização da I Jornada Formação em Museologia Comunitária(2009); concepção e co-realização do próximo IV EIEMC em Foz do Iguaçu(2011).

Numa análise das ações desenvolvidas até a presente data pelo NOPH e pelo Ecomuseu de Santa Cruz, pode-se levar em consideração como fatores positivos do processo:

- o reconhecimento político do Ecomuseu de Santa Cruz / Lei Municipal 2354 de 1º de setembro de 1995
- o reconhecimento do processo museológico comunitário pela comunidade local com a sua participação direta nos Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários (1992, 2000, 2004) e em suas atividades em geral
- o reconhecimento do processo museológico comunitário pela comunidade museológica nacional e internacional, com a realização do II EIE/ IX ICOFOM LAM / 2000 e do III EIEMC / X Atelier Internacional do MINOM/ 2004, ambos concebidos e concretizados pela comunidade local
- a fundação da ABREMC- Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, durante o III EIEMC/ 2004
- a representação dos ecomuseus e museus comunitários no Conselho Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, desde 2005
- a assessoria a novos processos de Museologia Comunitária no Brasil
- a expansão do ecomuseu em outros núcleos museológicos ou de memória da localidade (Núcleo Residência, Núcleo Agrícola (Ponte), Núcleo Hangar do Zeppelin, Núcleo Sepetiba, Núcleo Comercial e Industrial e o Núcleo Comunidades (memórias de cada conjunto habitacional que gravita em torno do centro do bairro)
- a realização da I Jornada Formação em Museologia Comunitária/2009

- a sistematização teórica do ecomuseu como tema de teses, dissertações e monografias em diferentes áreas do conhecimento (História, Memória, Museologia, Patrimônio, Arquivologia, Antropologia, Educação, Sociologia, Comunicação, Ciências Ambientais, Turismo, entre outros)

3.2.7. Os retrocessos e as fragilidades

Entretanto, foram reconhecidos os retrocessos verificados na intermitência do poder, desconfigurando o plano de ações do ecomuseu a cada mudança do quadro político da Cidade do Rio de Janeiro, mostrando as fragilidades e a vulnerabilidade do processo, muitas vezes vitimado pela descontinuidade a partir do descaso dos governos ao desenvolvimento da iniciativa. Elencamos aqui:

- o tímido envolvimento dos poderes públicos, nas diferentes esferas, com o ecomuseu, quer por desconhecimento ou por desinteresse, face às suas potencialidades como museu educador-libertador;
- a não escuta dos atores do processo pelos representantes dos poderes, sinalizando um vácuo entre as necessidades e prioridades das comunidades e as políticas públicas implementadas;
- a descontinuidade das ações bem-sucedidas, que deveriam ser entendidas e elencadas como estratégias rotineiras nas ações de pedagogia patrimonial;
- a falta de uma estrutura própria de recursos (materiais e humanos) para gerir a dinâmica do ecomuseu, o que não impede a ação, mas a dificulta sobremaneira;
- a falta de autonomia para a formação de uma equipe transdisciplinar para a gestão do ecomuseu
- a falta de uma capacitação continuada de recursos humanos da comunidade para a participação mais profissional na gestão do ecomuseu.

Por fim, deve-se afirmar que, apesar das dificuldades referenciadas, as ações do ecomuseu sempre foram retomadas pelos membros da comunidade local, os quais, de

forma criativa , contornaram os obstáculos e continuaram realizando seus projetos , ainda que tivessem que reduzir os espectro de sua abrangência.

3.2.8. A singularidade do processo museológico de Santa Cruz

Desconstrução do objeto museológico no Ecomuseu e a subjetividade

Com as atenções voltadas tradicionalmente para o conhecimento produzido na relação do homem com seu objeto no tempo real e no espaço institucionalizado dos museus, a Museologia vem sendo provocada por questões cada vez mais prementes: “De que modo o museu tem contribuído para o desenvolvimento das sociedades? Como responder, através dos museus, às necessidades prioritárias das sociedades, tais sejam a de expressão, de liberação de suas forças criativas e mesmo de insubordinação à hegemonia de padrões dominantes que ameaçam o simbólico das pequenas sociedades? Como libertá-las para defender seu próprio patrimônio? Como predispô-las ao uso desse patrimônio para o seu desenvolvimento? Como levá-las a apropriar-se da mudança, através do museu? Como deixá-las ser sujeitos de sua história?”

Ao estender a conceituação de ecomuseu para além da tríade convencional - o homem na sua relação com o cenário que o envolve, avança-se para o entendimento de uma outra forma de relação, criada em espaços/tempos distintos do museu, uma relação que se envereda por todos os campos da vida, envolvendo não apenas o objeto e o observador, mas todos os participantes; uma teia de relações entre a comunidade e a própria vida, diferentemente da que acontece na relação sujeito/objeto, num diálogo biunívoco, hermético, com limitada perspectiva de troca. A partir daí, depreende-se o dinamismo do movimento ecomuseológico, uma vez que é para a própria dinâmica das relações que o foco do interesse se volta e não mais unicamente para o objeto, material ou imaterial.

Desviando-se, portanto, do objeto e jogando com a manutenção da dinâmica relacional, diríamos ainda a manutenção do cenário e da relação de troca até mesmo num plano espiritual, mantém-se viva a chama do interesse e redimensiona-se o patrimônio então alargado por tantas vezes quantos forem os potenciais partícipes da relação, pois cada um o interpreta e o vive subjetivamente. Rompe-se com a noção de espaço, admitindo-se mesmo o espaço espiritual, rompe-se com o tempo linear, imaginando o instante

como uma das faces do real. Desfaz-se o totem que se tinha erigido à limitada relação tempo/espaço/sujeito, circunscrita em uma única interpretação. A relação passa a ser entre todos os sujeitos, emissores/receptores no tempo histórico, tecendo uma trama *ad infinitum* com infinitas interpretações e possibilidades de troca, potencializando inconclusas manifestações.

O ecomuseu faz emergir o novo objeto na Museologia: não mais o material que contém o cultural e o intangível, não só o intangível percebido através da concretude do objeto, mas a própria relação – este é o objeto de uma Museologia que se preocupa com um produto inacabado, com a manutenção da dinâmica troca que só o “ser com” pode promover. Desse entendimento, é possível nos orientarmos para uma Museologia que não é apenas feita, produzida, conservada ou comunicada em salas de reserva técnica, salões de exposição, mostras, espetáculos. Junto a ela e mesclada a ela, gera-se no seio da vida comunitária uma museologia popular, aberta a quantos queiram dela participar, onde cada um pode contribuir com o seu aporte para a solução de um problema, a saída de um impasse, a quebra de um ciclo, a revitalização de uma tradição, o fortalecimento da comunidade para a cidadania e para a responsabilidade para com o patrimônio da vida.

Pois, se o objeto é agora pluridiversificado, virtual e cinético, rompendo mesmo o estático e criando novas relações, se tudo pode ser “objeto de acervo ... e vem povoar de imagens todos os suportes acessórios de informação que o museu produz: folhetos, cartazes, convites, catálogos e uma infinidade de outros acessórios que serão comercializados” ... (PRIOSTI: 2000) é no ecomuseu ou qualquer outro museu, que faz da relação e da mobilização comunitária seu objeto, que se pode avançar mais ainda no desafio da sustentabilidade ou duração do museu. Ele está na sua proposta de “guardar aquilo que, por natureza, está em contínua mutação”(Idem): um acervo do qual, paradoxalmente, buscamos o fim, quando relacionado aos problemas a resolver; no rastro do desmonte da coleção concebida somente pelo técnico do território que se desterritorializa, da constatação da coabitação de um público que apenas visita o museu diante de uma comunidade que participa da criação do museu e de seu discurso como sujeito agente, criando sua resposta à mudança, isto é, interferindo diretamente como sujeito histórico.

A experiência ecomuseológica de Santa Cruz procura dar conta desses problemas, após demolir o conceito de coleção (com a *descoleção* de Canclini), de patrimônio material (colocando-o na vida) e de território (alcançando o plano espiritual). Resta à comunidade não apenas manter seu potencial transformador, gerando o desenvolvimento, mas também manter o desejo de preservar avançando - o que depende da mobilização dos atores - intervindo nesse avançar, direcionando-o, segundo suas próprias escolhas, selecionando no patrimônio global um patrimônio sem a armadura de uma preservação estática.

Percebe-se, no movimento que se processa em Santa Cruz, uma mudança de concepção do objeto museológico. Não mais a história simplesmente contada através de seu patrimônio e estudada nas pesquisas, mas o próprio presente, a própria mobilização comunitária, onde essa comunidade parte do sentido da valorização que dá a determinado fato / objeto para produzir o próprio acontecimento, tendo como pilar a vontade de fazê-lo. Com isso, é ela o sujeito, é ela quem escolhe o que deve ganhar visibilidade ou tornar-se invisível, ou seja, é ela a própria gestora de sua memória, é ela quem direciona o seu desenvolvimento. No museu clássico, ainda que este tenha buscado novas linguagens, novas interpretações, novas maneiras de se aproximar do seu público potencial, ainda não se quebrou a forma que os moldou: muitas decisões continuam a espelhar a hegemonia da cultura das elites, mas felizmente novas ações já sinalizam indicadores de mudanças.

Entretanto, as experiências comunitárias, com todas as transformações que pretendem e que efetivamente realizam no campo da museologia, vêm-se diante de um problema: sobre que bases técnicas assentar a prática museológica quando esta passa a ter na subjetividade o seu eixo? Seria preciso, neste caso, enriquecer o campo da museologia com outros autores, outras maneiras de pensar que priorizem a subjetividade e seus modos de criar mudanças e respostas à mudança.

Esta será a proposta dos próximos capítulos: buscar autores, conceitos, articulações que nos sustentem diante da análise que nos dispomos a empreender nesta tese: estudar o caso do Ecomuseu de Santa Cruz na perspectiva dos sujeitos que o vivem, e aos quais ouviremos no capítulo VII.

Diversas obras são usadas para referendar nossa análise, sendo duas as matrizes de nosso pensamento: a primeira parte do conceito do museu educador – libertador, a *Educação como prática da liberdade*, de Paulo Freire, onde encontraremos os fundamentos do processo pedagógico que a comunidade de Santa Cruz vivencia com seu ecomuseu: matriz que é desenvolvida na *Teologia da Libertação*, de Leonardo Boff que, com a obra *Como fazer a Teologia da Libertação* (BOFF e MOSCOVIS, 2001). Essa matriz nos possibilitou o desenvolvimento de uma outra: a da museologia da libertação, citada por Hugues de Varine em 2002. Assim, numa expressão criada para agrupar todo esse movimento emancipatório dos países latino-americanos via “novos museus”, o embasamento dessa Nova Museologia, alavancada pela Mesa de Santiago busca no pensamento e nas reflexões de Hugues de Varine, em cujas obras - *O Tempo Social* (1986) e *Les racines du futur- Le patrimoine au service du développement local* (2002); *A Respeito da Mesa Redonda de Santiago*, in *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos*. São Paulo: Comitê Nacional Brasileiro do ICOM. p. 17 – 19 (mimeo), 1995: “A nova museologia: ficção ou realidade”. In: *Museologia social*. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 2000, 22-33 pp.; *O museu comunitário é herético?* (2005) -, podemos apreender o conceito do museu para o desenvolvimento e a base comunitária da ecologia humana. Ao lado das obras freiriana e variniana, outros pensadores trarão seu aporte teórico para sustentar a fundamentação dessa pesquisa: a resistência, na lógica disciplinar em Foucault, Guattari e Deleuze, a diferença e a criação de si, na lógica rizomática, em Gabriel Tarde (*As Leis da Imitação*).

Pretendemos analisar, através do estudo de caso do Ecomuseu de Santa Cruz, se estes museus de fato produzem ações museológicas libertadoras e como as produzem, dando visibilidade ao que foi proposto pelas *Cartas do Chile*(1972), *de Quebec* (1984) e de *Caracas*(1992), documentos, saídos de Conferências Internacionais do ICOM e que marcaram o surgimento e a consolidação da Nova Museologia, a exemplo de várias iniciativas em processo que se multiplicam no Brasil e na América. O estudo permitirá avaliar até que ponto essas “heresias” museológicas trazem contribuições fundamentais para a produção de conhecimento na área da memória, da museologia, do patrimônio e das subjetividades coletivas na apropriação desse patrimônio e sua intervenção na mudança social.

Em outras palavras: movidos por essa ação que criou o “novo museu” e fundamentados na prática de um deles - o Ecomuseu de Santa Cruz – pretendemos ver se lá, como afirma Hugues de Varine:

“ onde o seminário UNESCO- ICOM de Santiago do Chile , de 1972, continua sendo a referência mais forte, os protagonistas das novas museologias se reconhecem e buscam uma museologia que deixe aflorar as subjetividades coletivas , que faz da memória o instrumento de resistência afirmativa das comunidades, uma museologia própria para encontrar, em suas forças vivas e nas que compartilham com os que vieram de outros lugares, os meios de viver e agir como sujeitos e atores na construção de seu próprio futuro”

(VARINE:2005, vol 58).

Na reflexão a que se propõe o estudo, serão colocados em correlação conceitos como ecomuseu/ museu comunitário, território, comunidade/população, memória social, patrimônio, sujeito coletivo, cultura viva, iniciativas comunitárias / educação transformadora e desenvolvimento local. Esses conceitos serão utilizados na tentativa de explicar como as comunidades se organizam e constroem sua memória em processos de subjetivação via museu, bem como o modo pelo qual se apropriam de seu espaço vivido e do patrimônio nele existente. Tal processo será aqui pensado tanto como uma construção pedagógica que educa e liberta seus atores para a escolha e tomada de decisões quanto como ferramenta endógena de desenvolvimento local, **isto é , como um instrumento criado no seio da comunidade e por ela utilizado para transformar e desenvolver o espaço vivido, administrando assim a mudança. A isso H. de Varine chama de controlar a mudança (= maîtriser le changement), ao invés de apenas assujeitar-se a ela.** Além disso, serão estudados os problemas e situações ligados ao enraizamento /desenraizamento de um indivíduo ou de uma comunidade na localidade, o conceito de favela, em suas expansões vertical (nos morros e encostas) e horizontal, às margens de rios , incorporando a favelização dos atuais conjuntos habitacionais na Zona Oeste do Rio. A implantação dos megaconjuntos habitacionais na região de Santa Cruz modificou o enfoque do crescimento da cidade com a produção de novas favelas, por falta de políticas de estrutura no saneamento básico, no transporte, na saúde e na educação. O transplante compulsório de grande contingente populacional para os conjuntos habitacionais em locais afastados do seu lugar de referência promoveu conseqüentemente o seqüestro ou apagamento de memórias. A pesquisa busca saber o que acontece com essas memórias transplantadas, simultaneamente à remoção das

comunidades das áreas de risco para os conjuntos habitacionais, como ocorreu em Santa Cruz.

Assim, a pesquisa se fundamenta também no estudo das condições de moradia nos atuais conjuntos habitacionais e o uso que essa comunidade faz da memória para se afirmar no novo espaço de vida, para enraizar-se nele, aproveitando as memórias trazidas do antigo lugar onde viviam antes do transplante.

Na relação entre a museologia e a educação, apresentamos a proposta de uma Museologia da Libertação. A aproximação da Museologia com a Educação traz a possibilidade de se entender o novo museu não só como força de resistência criadora, mas também como um movimento criativo pedagógico da comunidade local para a apropriação da realidade e construção do futuro, um movimento que se propaga em outras sociedades e que pode ser explicado à luz da imitação, segundo Gabriel Tarde. Nesse ponto, Gabriel Tarde vai nos propiciar uma compreensão de maior alcance para algumas idéias propostas por Paulo Freire, conforme foi desenvolvido no item anterior. Com relação a Gabriel Tarde, utilizamos a relação entre imitação, repetição e criação, apresentada no livro *As leis da imitação* (TARDE, s/d).

Com relação a Paulo Freire, trabalharemos com as noções de **pedagogia da libertação** (lidas por nós como processos pedagógicos que promovem e estimulam a produção de subjetividades e através delas libertam as forças vivas da comunidade) e **pedagogia da autonomia** (pela qual o homem toma a si a capacidade de escolhas e tomada de decisões), conforme foram apresentadas no livro *O Tempo Social*, de H. de Varine. Estas noções serão revisitadas e transpostas por nós para os processos museológicos como fundantes de uma **museologia da libertação**.

O conceito de museologia da libertação, entendido como processo de musealização que parte das próprias comunidades produzindo subjetividade, foi trazido à discussão no III *Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*, em setembro/2004, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, por extensão dos princípios da teologia latinoamericana da libertação por um lado, e por referência à educação como prática da liberdade (FREIRE: 2000).

Desde 1999, nos preparativos para a realização do *II Encontro Internacional de Ecomuseus* (II EIE), proposto pelo Ecomuseu de Santa Cruz, junto ao qual se realizou também o IX ICOFOM LAM- IX *Reunião Anual do Comitê Internacional do ICOM para a Museologia na América Latina e Caribe*, em 2000, no Rio de Janeiro(Santa Cruz), mantivemos com Hugues de Varine estreita correspondência via Internet. A comunidade local preparou todo o Encontro, organizada em seis grupos de trabalho: Pesquisa Acadêmica, Administração e Secretaria, Divulgação, Recursos Financeiros, Manifestações Culturais e Recepção e Turismo, que planejaram e executaram todo o programa. Nessa época, nossas questões mais conflituosas abordavam quase sempre as limitações impostas pelo poder público às ações culturais comunitárias do ecomuseu, em nome de uma autonomia reivindicada . Essas reflexões à distância engendraram o programa do II EIE e incluíram entre os ateliês dos grupos de trabalho o tema : **Museu educador-libertador: pedagogia**, o qual foi coordenado pela Profa. Dra. Maria Célia Moura Santos¹³, que trazia sua própria experiência na concepção e fundação do Museu Didático-comunitário de Itapuã¹⁴, na Bahia. Minha própria imersão nas obras de Paulo Freire também sedimentou o que chegamos a conceber como “ museologia da libertação”:

Pois trata-se não só da libertação da confiança em si, da criatividade, da capacidade de iniciativa, mas também de uma libertação das dependências culturais, da promoção de valores consagrados, do poder do saber, etc A Mesa redonda de Santiago do Chile de 1972 enobreceu essa museologia, sugerindo o primado do homem e da comunidade como autores e atores de uma instituição que não deveria estar unicamente a serviço de suas coleções ou de seus conservadores(técnicos), ou mesmo a públicos cultural e socialmente minoritários¹⁵. (VARINE, 2002, p. 183-184)

¹³ A profa. e museóloga Maria Célia T. Moura Santos publicou um livro “ Repensando a Ação Cultural e Educativa dos museus, Salvador , Centro Editorial e Didático da UFBA: 1993, onde na página 43 questiona: “ Não é viável assumir o papel de museu educador, comprometido com uma nova prática pedagógica para transformar?”

¹⁴ Ver Santos, Maria Célia T. Moura. *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário em Itapuã*. Salvador:UFBA,Faculdade de Educação,1995. Tese (Doutorado em Educação)

¹⁵ Tradução livre de OMP: “ ... *Car il s’ agit bien de la libération de la confiance en soi, de la créativité, de la capacité d’initiative, mais aussi d’une libération des dépendances culturelles: consommations, promotion des valeurs consacrées, pouvoir des savants, etc. La Table Ronde de Santiago du Chili de 1792 a donné des lettres de noblesse à cette muséologie, en suggérant le primat de l’homme et de la communauté comme auteurs et acteurs d’une institution qui ne devrait être au seul service de ses collections ou de ses conservateurs, ou même de publics culturellement et socialement minoritaires*”. (VARINE:2002,p. 183-184)

Posso afirmar que essas reflexões de Hugues de Varine e mesmo a provocação de sua reverência/ reconhecimento da contribuição do pedagogo brasileiro aos fundamentos da Nova Museologia culminaram com a apresentação do texto “ Museologia da Libertação e a construção democrática do patrimônio do futuro”(PRIOSTI, 2004) , para as discussões preparatórias do III EIEMC- *III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*, realizado no Rio de Janeiro, em Santa Cruz, em 2004, em reunião conjunta com o *X Atelier Internacional do MINOM*. O tema - Comunidade , Patrimônio compartilhado e Educação justificava a expansão do conceito de museu educador –libertador para uma museologia diferenciada capaz de reler a obra de Paulo Freire (*Educação como prática de liberdade*) e aproximá-la da experiência dos ecomuseus e dos museus comunitários e simultaneamente decodificar o sentido dos processos de libertação, tal qual a interpretação de Leonardo Boff, na esteira da Teologia da Libertação, adaptando-a à Nova Museologia.

CAPÍTULO IV - SUBJETIVIDADE, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

4.1 Memória Comunitária : resistência e criação

Ao relacionarmos a memória social aos modos de vida, aos espaços praticados e às situações cotidianas, concebemos a memória articulada à subjetividade. Segundo Foucault, a subjetividade, produzida sempre no registro social, se refere às formas próprias de olhar, dizer, sentir, agir, lembrar e esquecer de um grupo ou uma comunidade (Cf. FOUCAULT, 1984; GUATTARI, 1992), incluindo, portanto, a memória. Pretendemos aqui seguir esta ótica, admitindo que as formas de lembrar, esquecer e registrar as ações constituem modos de vida e de subjetivação. Assim, ao falarmos de modos de vida, estaremos falando de subjetividade e de memória. Essa memória pode ser moldada em nós, na medida em que a produção de subjetividade é uma produção do poder (FOUCAULT, 1977) Mas acreditamos na possibilidade de que essa memória possa também ser criada por nós, e que a subjetividade que nos é imposta pelo poder possa ser dobrada (DELEUZE, s/d), apropriada e gerida por nós. É nessa possibilidade que apostam os museus comunitários e os ecomuseus, que se instituem como uma estratégia de resistência política aos modos de produção da subjetividade – e da memória – pelo poder. Eles intuem que a não participação ou a passividade das comunidades, face às decisões que afetam seu cotidiano reflete uma situação na qual as subjetividades se recolhem ou se deixam amortecer, ainda que temporariamente. Nesse sentido, os museus comunitários se apresentam como possibilidades de criação subjetiva, criação de si, no sentido que Foucault confere a este conceito (FOUCAULT, 1984).

Em seu texto *O museu comunitário é herético?*, Hugues de Varine afirma que a proposta de um museu comunitário é um ato político:

...” E chegamos finalmente ao que é mais repreensível no museu comunitário, aos olhos do mundo dos museólogos profissionais : ele mostra convicto e sem complexos sua vocação política, pois quer ser um instrumento de desenvolvimento do território e da participação da comunidade e de seu patrimônio nesse desenvolvimento” (VARINE, 2005)

É por este motivo que os museus comunitários e os ecomuseus são muito sensíveis ao patrimônio imaterial e às interpretações que lhe podem ser dadas. Foi inicialmente no México e no Canadá que esses museus encontraram o terreno propício para se

desenvolverem. Os países da América do Sul, todavia, apesar de deterem todas as condições para a emergência desses museus, ainda se refazem dos períodos ditatoriais, e apresentam uma discussão muito incipiente sobre o tema. Não são tão visíveis entre nós os processos nos quais o museu abandona a neutralidade para assumir sua responsabilidade na conquista da dignidade humana e, conseqüentemente, na conquista da dignidade cultural e dos direitos culturais do homem.

Nesse aspecto se destaca o Ecomuseu de Santa Cruz, desde sua emergência nos anos 80, a partir do NOPH. Seja como iniciativa comunitária e autônoma, enraizada nas necessidades culturais de uma localidade e de segmentos de sua população, ciosos de seus bens e de suas formas de vida; seja no aprendizado da negociação com poderes instituídos que apenas esperam comportamentos passivos; seja como um novo museu que se assenta não no tripé convencional – no qual um prédio abriga e preserva uma coleção de objetos, comunicando-a a um público que eventualmente o visita – mas em ações patrimoniais que são a própria experiência do museu; de todos esses modos esse museu comunitário se entranha na vida e no desenvolvimento da comunidade e cria situações de reflexão e ação, buscando a libertação de suas subjetividades.

É justamente num período fortemente marcado por um movimento cultural globalizado, caracterizado pela homogeneização dos modos de vida, que as comunidades buscam gestar sua própria memória social, ao invés de assujeitar-se à memória que lhes é imposta. Nesse sentido a memória por elas criada é usada como um instrumento de preservação, antecipando-se e gestando as mudanças, ao invés de sofrê-las passivamente.

A ameaça de um modelo mercadológico da globalização, trazendo na sua esteira a homogeneização da cultura, colocou os museus comunitários como um escudo de resistência das comunidades, para que seus modos de subjetividade não se destruíssem muito rapidamente, na avalanche da descaracterização. Todavia, alguns autores têm nos mostrado que no processo de globalização as estratégias de resistência ao poder precisam se realizar de outra maneira, já que não estamos mais diante dos mesmos mecanismos de poder que vigoravam até então (DELEUZE, 1992; HARDT e NEGRI, 2001). Não se trata mais de um poder disciplinar impondo seus códigos de sujeição no espaço bem delimitado das instituições, como havia proposto Foucault ao analisar as sociedades disciplinares (FOUCAULT, 1977), mas de um poder que se exerce no

espaço de outra maneira, funcionando em redes, ampliando seu arco de abrangência para além de fronteiras estabelecidas. Deleuze (1992) denominou o novo tipo de organização político-social, caracterizada por esse modo de funcionamento do poder, de sociedade de controle, para diferenciá-la da sociedade disciplinar estudada por Foucault. Mas tanto para Foucault quanto para Deleuze o poder sempre produz subjetividades, isto é, modos de olhar, sentir, querer, agir, lembrar esquecer. É nesse sentido que a memória, como modos de lembrar e esquecer, pode ser entendida como uma produção do poder, ou seja, como parte integrante da subjetividade moldada pelo poder. Dependendo da forma pela qual o poder se exerce, as subjetividades serão moldadas diferentemente. Assim, na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, outras formas de subjetividade e de memória se instauram, indicando modos de vida que não podem mais ser compreendidos a partir de oposições binárias, próprias do espaços que apresentam fronteiras bem estabelecidas: dentro ou fora, público ou privado, eu e o outro (GONDAR, 2003) Nesse sentido, uma lógica baseada na oposição entre espaços como centro e periferia, ou entre lugares sociais como dominantes e dominados, opressores e oprimidos, poderia ser útil para pensar as organizações disciplinares, mas não poderia dar conta das subjetividades produzidas no espaço horizontal, espraiado e ramificado que prevalece quando os mecanismos de controle passam a imperar.

Ora, se a forma de exercício de poder se transforma, o modo de resistir a ele não poderia permanecer o mesmo. Como escreve Deleuze, o advento da sociedade de controle obriga a repensar as estratégias de luta: “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1992, p. 220). Nessa nova forma de organização político-social, as resistências não poderiam mais se fazer por oposições, pois estas correriam o risco de ser fagocitadas por um controle que age de maneira horizontal e rizomática,¹⁶ isto é, um controle que se enraiza na sociedade e lança ramos ou malhas em rede, capturando aquilo que pretende se colocar fora ou contra ele. As estratégias de resistência, nesse caso, deveriam ser mais afirmativas do que opositivas, inventando e afirmando formas de vida singulares, ao invés de esperar que seus modos de vida possam ser reconhecidos por aqueles que “deteriam” o poder.

¹⁶ A respeito da noção de rizoma, ver Deleuze e Guattari, Introdução: Rizoma in *Mil Platôs*, vol.1, 1995.

Todavia, a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle não significa que esta última tenha substituído inteiramente a primeira. Como afirma Hardt: “o controle é uma intensificação e uma generalização da disciplina”, de modo que “a lógica que funcionava outrora principalmente no interior dos muros institucionais se estende, hoje, a todo campo social”, ainda que caiba observar que “a crise das instituições varia de acordo com o caso” (HARDT, 2000, p. 361).

É possível se dizer que no Brasil atual, no que diz respeito aos mecanismos de poder, disciplina e controle convivem e se entrecruzam. Sendo assim, as formas de resistência ao poder vão acontecer de maneira mais complexa, entrecruzando estratégias disciplinares e estratégias de resistência ao controle. No caso do ecomuseu, essa complexidade também aparece em seu modo de resistir: ao nosso ver, seria preciso conjugar as afirmações de modos de vida e, ao mesmo tempo, a luta contra a descaracterização desse modo de vida que o poder instituído tenta fazer. Nossa hipótese é a de que o ecomuseu e o museu comunitário – e particularmente o Ecomuseu de Santa Cruz – resistem ao poder sob sua forma vertical e sob sua forma horizontal, através de uma memória que combina uma tentativa de preservação de identidade (lógica disciplinar) e a criação de modos singulares de viver, lembrar e esquecer que se espriam e difundem (lógica rizomática).

Por este motivo, a presente pesquisa pretende pensar a forma de resistir do ecomuseu a partir do entrecruzamento de duas lógicas: uma lógica disciplinar, que demarca espaços entre centro e periferia, metrópole e colônia, opressor e oprimido, dentro e fora, servindo para pensar os conflitos que se estabelecem entre o museu comunitário/ecomuseu e as formas museológicas dominantes, (museologia convencional) bem como a luta das comunidades contra as políticas públicas impostas; e outra lógica calcada numa concepção de poder que se estende *ad infinitum* através de redes, nas quais esses processos museológicos comunitários resistem pela invenção e pela disseminação daquilo que inventam, através de uma memória que funciona como instrumento político de afirmação e autonomia.

Mas como pensar, de maneira mais consistente, o processo de produção dessa memória afirmativa? Como pensar com mais detalhes o processo de espriamento de uma memória rizomática? Para isso vamos nos servir de dois autores – o sociólogo Gabriel

Tarde e o filósofo Friedrich Nietzsche – cujas idéias, para o que nos interessa, serão expostas no próximo item.

4.2 A concepção tardiana da criação e o novo museu: memória, diferença e criação

Propomo-nos a refletir, à luz dos conceitos de memória, diferença, resistência e criação em Gabriel Tarde e em Nietzsche, sobre as iniciativas e processos museológicos comunitários e seus modos diferenciados de construção de memória. A criação e gerenciamento dos chamados “novos museus”, potencializados pelas comunidades que os criaram como recurso para administrar a mudança e orientar o futuro, corporificam com sua *práxis* alguns conceitos tardianos e nietzscheanos que aqui serão discutidos.

A imitação

Tanto mais compreendemos como os “novos museus” ou museus comunitários / ecomuseus podem ser criações autênticas de comunidades, no seu trabalho de construção e sustentação de sua memória social, tanto mais nos preparamos para a resistência aos jogos de poder pela afirmação dessas heresias comunitárias. É com esse espírito que nos debruçamos sobre a concepção de criação em Gabriel Tarde, fazendo-a dialogar com as idéias de Nietzsche para que possamos pensar as novas formas pelas quais a memória, nesse caso, se constrói.

Filósofo e cientista social do final do século XIX, Gabriel Tarde, que opõe uma concepção de sociedade fundamentada sobretudo nas iniciativas individuais e a sua trajetória à de Durkheim, surpreende-nos com seu livro *As Leis da Imitação* (1896), com as quais investiga a gênese da sociedade. Para Tarde, a sociedade se assenta muito mais sobre as correntes de imitação do que sobre os indivíduos através dos quais se manifestam; esses são, portanto, seus mediadores. Para ele, a sociedade funciona por imitação generalizada, cada época diversificando e tornando mais diferenciados os meios para esse processo.

Mas é necessário esclarecer que os indivíduos que inauguram uma nova corrente terão um papel importante na teoria de Tarde, pois serão eles os sujeitos da imitação, ou seja,

“os criadores” ou “inventores” de nova trajetória da ação, da iniciativa que mais tarde se constituirá em nova imitação. São os indivíduos os portadores da capacidade de iniciativa, ponto de partida da diferenciação.

Já no prefácio da 2ª. Edição, maio de 1895, Tarde se refaz da surpresa pelas objeções ao termo “imitação”, uma vez que o emprega no sentido preciso

“ de uma ação à distância de um espírito sobre outro e de uma ação que consiste em uma reprodução quase fotográfica de um clichê cerebral pela placa sensível de um outro cérebro ” (TARDE : s/d, p.6)

e acrescenta numa nota de rodapé :

“ Ou do mesmo cérebro, se se tratar da imitação de si mesmo; pois a memória e o hábito, que são seus dois ramos, devem estar ligados, para serem bem entendidos, à imitação de outro, a única de que tratamos aqui. O psicológico se explica pelo social, precisamente porque o social nasce do psicológico.” (Idem)

Tarde estuda o fato humano em suas duas versões inseparáveis e hipoteticamente abstrai o “social puro” do “biológico”. Identifica, sem se comprometer ou desenvolver, as relações das três formas principais da repetição universal: ondulação, geração, imitação.

Seu método para explicar a concepção de imitação valoriza a constatação do fato social, muito mais do que as explicações do historiador. Com essa ênfase no exemplo, ou seja, na experiência viva, Tarde compartilha o mesmo pensamento de Nietzsche que, valorizando sobretudo a vida, afirma-a como prioridade e condição *sine qua non* para a criação de cultura. Nietzsche, como veremos no item 4.3, ratifica o indivíduo singular como criador de cultura, ressaltando que somente a juventude pode libertar esses indivíduos, aprisionados pelo saber histórico, presenteá-los com a vida. É a força criativa que se torna ativa.

Percebemos que tanto Nietzsche quanto Tarde falam de criação e de futuro, falam de indivíduos históricos capazes de criar uma diferenciação no curso das coisas.

Porém, Tarde se propõe tratar apenas da ciência social, ao trabalhar com fatos similares múltiplos, isto é, com um olhar diacrônico, comparando os encadeamentos das

singularidades. Fala nesse momento da imitação e suas leis: a imitação representa na sociedade um papel análogo ao da hereditariedade nos organismos e ao da ondulação/vibração nos corpos brutos/ inanimados. Excusa-se assim do olhar sincrônico, dos fatos novos e diferentes, singulares, dos fatos históricos propriamente ditos, deixando-os para um estudo posterior.

Para Tarde, a invenção humana inaugura um novo modo de imitação, uma nova série aberta; é da ordem da filosofia social, a partir da diferença, não das semelhanças. Mudando o foco para a diferença, constata-se que a imitação e a invenção se articulam e se sucedem, pois cada imitação é uma nova invenção, ou seja, a imitação anterior acrescida das marcas do seu tempo e espaço, e não a repetição do mesmo.

Por isso, deixa claro seu enfoque científico, realçando as semelhanças como objeto de sua atenção. Já no primeiro capítulo afirma que o avanço do conhecimento tem fortalecido a convicção de que *“todas as semelhanças se devem às repetições”*. Sua proposta se desdobra nas três aqui enunciadas:

1. Todas as semelhanças (...) se explicam unicamente por causa dos movimentos vibratórios periódicos ;
2. Todas as semelhanças de origem viva, do mundo vivo, resultam da transmissão hereditária, seja de geração intra ou extra-orgânica.
3. Todas as semelhanças de origem social (...) são fruto da imitação sob todas as suas formas, imitação –costume ou imitação – moda, imitação-simpatia ou imitação-obediência, imitação-instrução ou imitação-educação, imitação naïve ou imitação reflexiva (ou refletida/pensada) etc.

A partir daí, entra nas argumentações de Tarde um glossário específico das ciências, da física (cinética / vibração, intensidade), da genética(hereditariedade, genealogia) da comunicação (linguagem, códigos e estruturas lingüísticas), da psicologia, da sociologia, entre outras, do qual lança mão para conceber o método pelo qual uma doutrina ou uma instituição se explica pela sua história, *uma base comum – o passado de experiências brutas ou mais ou menos organizadas transmitida por imitação, através do grande veículo de todas as imitações, a linguagem.* (TARDE: s/d)

Em suma, para Tarde toda repetição é uma vibração (ou outro movimento periódico), uma geração ou imitação, e isto pode ser estendido às duas vertentes do fato humano, o biológico e o social.

Pretendemos partir dessa idéia para pensar a emergência de um “novo museu”, entendido como um ato de criação, a partir de uma diferenciação ou descontinuidade da imitação do museu convencional ou clássico. Sob as luzes da teoria da criação de Tarde, é possível pensar o novo museu como uma iniciativa renovadora que também tende a se propagar:

É possível partir daí, quer dizer, de iniciativas renovadoras que, trazendo ao mundo novas demandas e novas satisfações, nele se propagam em seguida ou tendem a se propagar por imitação provocada ou espontânea, desejada ou inconsciente, mais ou menos rapidamente, mas num ritmo regular, como numa onda luminosa ou numa família de térmitas. (Idem, p.23)

No sentido de reforçar o “pensamento andarilho” de Tarde, passamos a explorar a obra de Eduardo Vargas – *Antes Tarde do que nunca* (2000) – que nos aprofunda no conhecimento do autor em busca de uma microssociologia, em detrimento da sociologia do macro. O resgate de Gabriel Tarde do ostracismo, pelo qual Vargas se recusava a se deixar levar na onda dos determinismos e da previsibilidade dos acontecimentos, a aceitar leviana e impunemente a sociologia durkheimiana, revelou – nos o filósofo dos detalhes, das nuances, do pequeno e do anônimo.

Desde os capítulos iniciais, Vargas se mostra convicto de sua opção por Tarde, validando - o na contemporaneidade e fazendo-o sair da obscuridade, do limbo onde jazem aqueles que não compactuam com verdades impostas, cujos paradigmas clássicos se contradizem e não resistem à problematização.

A intervenção do pensamento de Tarde, após a hibernação a que foi condenado, para contestar a hegemonia de Durkheim, que desqualificava certos autores e teorias para consagrar os seus fiéis escudeiros, apresenta, no final da década de 60, uma receptividade favorável. A tese de Vargas faz emergir “*o intelectual que estabeleceu os princípios de toda uma sociologia das nuances, dos detalhes e dos relacionamentos infinitesimais, de toda uma microssociologia heterogênea...*”(VARGAS: 2000, p.24)

Longe de contemplar uma sociologia dos indivíduos, Vargas mostra que a microssociologia de Tarde se volta muito mais para as pequenas repetições, oposições e adaptações ou seus correlatos sociológicos, as imitações, hesitações e invenções que se

referem não aos indivíduos, mas a fluxos e ondas de crenças e desejos (VARGAS:2000, p.195), conforme tratamos mais adiante.

Ao contrário de Durkheim, que revelava e explicava as similitudes, Tarde nos indaga **como se produziu essa similitude mental entre os homens**. Para ele são as similitudes que devem ser explicadas e não com elas explicarmos os fenômenos sociais. Para isso, é necessário deixar de lado as impressões superficiais e por em destaque as similitudes e repetições de detalhe, mais precisas, elementares e tão infinitamente numerosas quanto infinitesimais (TARDE: 1896, p. 15-6)

Vargas se detém nos dois postulados que regem a sociologia tardiana;

“ é justamente porque tudo , no mundo dos fatos, vai do pequeno ao grande que , no mundo das idéias, espelho invertido do primeiro , tudo vai do grande ao pequeno e , pelo progresso da análise, não alcança senão em último lugar os fatos elementares, verdadeiramente explicativos (idem: 88-89)

Aberto ao novo, Tarde apresenta como as transformações sociais, que se explicam pelo seu surgimento ao acaso, idéias novas, pequenas ou grandes, fáceis ou difíceis, passam despercebidas e anônimas em seu nascimento e nessa passagem do grande ao pequeno tenta mostrar as regularidades e singularidades dos fenômenos sociais. As inovações surgem no plano micro e se propagam no macro. (VARGAS: 2000,p. 199). Portanto, enfatizando a diferença, “de onde tudo provém e a ela tudo retorna”, Tarde não hesita em demonstrar o equívoco de se afirmar o aumento da diferença no universo, mas é preciso reconhecer que esta se propaga no tempo e no espaço, ou seja, a diferença se propaga se diferenciando dela mesma (TARDE : 1896, 162).

Certamente, Tarde prevê que a novidade, que ele chama de invenção ou descoberta, passa despercebida no seu surgimento, anônima. Mas sempre uma nova idéia – por ele descrita como uma inovação qualquer ou aperfeiçoamento - que por menor que seja, é incorporada a uma inovação anterior de qualquer fenômeno social, já difundida pela imitação. Prevê ainda que, partindo de um indivíduo, essa novidade só será visível no corpo social a partir das mudanças que provocará ao ser incorporada, por imitação, na corrente onde se insere a invenção anterior. Essa constatação em Tarde é remetida à comparação com a sociedade das formigas , em referência à obra de M. Espinas, na qual explora o princípio de *l’initiative suivie d’imitation* - iniciativa seguida de imitação, rejeitando a idéia de que uma iniciativa sai de todo o formigueiro, sob a pressão do

meio, num impulso comum, instintivo, espontâneo . Em sua nota 4, Tarde afirma a ação de um indivíduo que se destaca, torna-se o primeiro a agir, enfrenta seus pares com suas antenas para lhes mostrar a força . E o contágio imitativo faz o resto (Idem, p. 25) . Portanto, mesmo nas sociedades primitivas do reino animal, a iniciativa individual é o ponto de partida para o exercício da diferenciação que, por sua vez, numa visão macro, poderá explicar as criações humanas no contexto social.

Em tempo, devemos aqui ressaltar que, em função disso, Tarde aponta os dois erros em sociologia: **o panorâmico** em que se procura enquadrar a regularidade, a ordem e o encadeamento dos fatos sociais na visão macro dos grandes conjuntos, portanto no **espaço**; e **o evolucionista**, marcando a sucessividade com a pretensa sujeição dos fatos sociais a repetições com insignificantes variações ou seja, a fórmulas de desenvolvimento, portanto , no **tempo**.

Nesse sentido, a explicação tardiana põe abaixo supostas regras em face das exceções, rejeitando o caminho único, em favor da idéia de **cruzamentos múltiplos** em rede.(VARGAS: 2000, p. 200)

Por outro ângulo, se toda inovação deseja propagar-se, conquistar o infinito, indaga-se por que algumas se propagam de fato , ou seja, são imitadas, enquanto a maioria , é condenada ao esquecimento. Responde-nos Tarde que nessa seleção há sempre o interesse lógico. Mas existem também seleções extralógicas, movidas por duas influências: primeiramente por seu caráter utilitário e por sua adequação ao contexto social, num movimento que vai do interior para o exterior. Por exemplo, a imitação das idéias vem antes da imitação de sua expressão, a imitação dos fins vem antes da imitação dos meios , pois a crença propaga a fé, antes de transmitir seus dogmas, o desejo antes da intenção. (Idem: p.227) .

Por sua vez, a segunda influência provém do princípio da “queda d’água” embora os modelos tenham valores lógicos ou teleológicos hipoteticamente iguais, a imitação desce do superior para o inferior. Toda imitação é unilateral e só depois se torna recíproca ou se mutualiza (TARDE: 205 ss;1890b, apud Vargas).

Mas não estamos sujeitos a apenas essas duas influências. Adicionemos a elas as imitações que oscilam alternadamente entre a tradição (movimento conservador) e a moda que vem de fora nas trocas (movimento transformador). Há ainda a intervenção do meio, modificando a imitação no contexto onde se propaga. Tanto a imitação se

diferencia na propagação, quanto o meio intervém na imitação, deixando nela sua marca. Tudo contribui para a diferenciação na propagação.

Voltando o foco desse trabalho para o sujeito das ações museológicas: esse novo modo de conceber e praticar museu, a partir das crenças e desejos das comunidades que os criam - e aqui nos apropriamos dos conceitos de crenças e desejos de Tarde como componentes básicos da dinâmica vital - sublinha uma mudança de métodos e estratégias utilizados por comunidades sujeitos de um processo museológico. Para Tarde, as sociedades se organizam, criam suas instituições por acordos ou oposições de crenças, fortificando-se ou limitando-se e funcionam pela concorrência de desejos, de necessidades (TARDE: 1896, p.173). As crenças, religiosas e morais, são suas forças plásticas; as necessidades, econômicas ou estéticas, as suas forças funcionais. As primeiras, plásticas, têm a função de conservar; as segundas, a função de transformar. É dessa mudança, dessa dinâmica vital que trata o “ novo museu”.

O novo museu, que aqui apresentamos, adota uma diferente forma de musealizar a vida, escapando da entropia do objeto e de sua danação. Durante muito tempo se considerou que o objeto museológico estaria condenado inexoravelmente à degeneração e à morte. Entretanto, com uma pá- de- cal sobre todo radicalismo nefasto à Museologia, podemos recuperar a vida que dos objetos emana, pois eles podem ser indicadores de ações exequíveis (que podem ser executadas). Depende do nosso olhar e da nossa concepção de museu e de Museologia. Isso significa um redimensionamento da vida e da permanência do objeto museológico, contemplando sua potencialidade transformadora das sociedades que os guardam.

Ao estudarmos a diferenciação em Tarde através da imitação, após a consolidação dessas teorias tardianas, nas quais é fundamental a ligação da imitação com a criação, podemos estabelecer um paralelo com a filosofia crítica de Nietzsche. Vamos procurar demonstrar que a imitação diferenciadora em Tarde corresponde à imitação criadora em Nietzsche.

4.3. Memória e Diferença nos processos museológicos comunitários sob o crivo do pensamento de Nietzsche ¹⁷ (*Segunda Consideração Intempestiva- Da utilidade e desvantagem da história para a vida*).

O recurso a Nietzsche (1844-1900) contempla o eixo temático dessa pesquisa que fala de resistência à imposição de regras cristalizadas que impossibilitam a superação e a transcendência, de auto-afirmação do ser humano e de sua luta para libertar-se e elevar-se.

A aposta nos seus conceitos nos coloca diante desse filósofo alemão, contemporâneo da virada do século XIX para o XX, que nos traz uma concepção de história segundo a qual, ao romper os laços entre presente e passado, se apresenta ou como um monumento a ser venerado e intocado e até replicado ou como um fardo pesado para a humanidade. Assim, com sua crítica ao historicismo, ao conformismo e à educação como reprodutora da história e não libertadora, pudemos ancorar nossa argumentação e sustentar a **resistência criadora**, um dos pilares teóricos dos processos museológicos comunitários contemporâneos.

Integrante de um processo ecomuseológico dos tempos atuais, onde uma *práxis* conduziu e conduz um “agir” singular de uma comunidade, não me escapa o desejo de confrontar com a questão: de que nos vale conhecer agora a *Segunda Consideração Intempestiva- Da utilidade e desvantagem da história para a vida*? O que poderá mudar nesse processo a partir do conhecimento do pensamento de Nietzsche sobre questões tão pertinentes e tão atuais? Que visão foi essa de Nietzsche, antecipando – se ao seu tempo e projetando-se para além de sua existência, de forma tão convincente sobre temas hoje contemporâneos? Como é possível, senão pela capacidade de pensar e apreender o futuro, a alguém que viveu no século XIX apreender questões que, ainda no umbral do século XXI, continuam tão inquisidoras? A memória do futuro enraíza-se nos processos museológicos comunitários, bebe-lhe a seiva que os torna vivos, povo e

¹⁷ Trabalho de conclusão de disciplina – Memória e Diferença – Profa. Anna Hartman Cavalcante- UNIRIO/ PPGMS 2006; apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia- Recife, 2007- GT CULTURA, POLÍTICA, MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE

cultura, estabelece conexões com um passado herdado e utilizado para servir de alimento ao vir-a-ser.

Aproprio-me também da metáfora dessa *Segunda Consideração* para antever ou antecipar como nos ensina Nietzsche, o que acontecerá agora que se provou o sabor do fruto do paraíso: o estar consciente dessas verdades que justificam o “agir “ singular e verdadeiro, movido a necessidades culturais imediatas de um povo. Criadora, essa cultura se liga à reflexão e ao conhecimento das verdadeiras necessidades que desvela e identifica as falsas necessidades, desmascarando a própria história. Para isso, foi necessário sorver o saber, conhecer a miséria humana, desviar-se das repetitivas convenções e do poder histórico que jogam véus sobre a vida, para enfim cultivar uma cultura que corresponda às verdadeiras necessidades

“e não apenas ensine- como a cultura geral de hoje- a nos iludirmos quanto a estas necessidades e a nos tornarmos, por meio delas, mentiras ambulantes.” (NIETZSCHE: 2003, 43)

Para recusar tornar-me também uma mentira ambulante, trago ao debate a instituição museu, uma vez que esta não pode representar a vida na sua totalidade, pois dela é dissociada, na intenção de provocar uma reação intempestiva como Nietzsche *“contra o tempo, e com isso, no tempo e, esperemos, em favor de um tempo vindouro”* (Idem: 7). Se Nietzsche afirma que é filho do seu tempo e que sua intempestividade é fruto do seu tempo e da comparação com a experiência grega, da qual é discípulo, devo enunciar minha filiação aos que lutam pelo reconhecimento e aceitação dos processos museológicos comunitários contemporâneos, eu mesma inserida num deles, pela comunidade museológica, solidarizando-me, agora mais consciente que nunca do *imperfectum* do museu, sempre atrás do que foi (o fardo do passado) ou do eterno vir-a-ser (representar a totalidade da existência humana), e das criações do homem a favor da vida, a toda tentativa de ação nesse sentido.

Crítica à educação paralisante

Na criação de respostas novas a perguntas antigas , Nietzsche não se omite à crítica ao tipo de educação orientado pelo sentido histórico. A cultura histórica (...)” feita de peças e pedaços, é necessariamente efêmera e cética: falta-lhe fé no futuro, em si mesma, ela está voltada para o passado e a morte”. (KAUFFMAN: 1985). De certa forma, a instituição museu, herdada do século XIX europeu, foi pensada em torno de

coleções de objetos, entesourados como patrimônio, mumificando a vida, na degradação paulatina do objeto descontextualizado e desfuncionalizado, tornado apenas um objeto de estudo.

Sendo a educação e a cultura do século XIX desacreditadas por Nietzsche, é com a crítica à questionável necessidade da ação de educar, de fazer dela uma suposta fábrica de ciência, ao adestramento do homem para servir à história, e à falsa necessidade de tanto saber histórico, que nossa época atual pode também tornar ainda mais ácidos os questionamentos sobre a validade, danos e desvantagens de uma educação divorciada da cultura local.

Segundo Nietzsche, o exemplo saído da vida e não apenas pelos livros, consolida o valor da experiência como método seguro para o aprendizado de um sistema coerente de valores. Assim, critica o ilusório amadurecimento artificial da juventude pelo saber histórico e seus métodos, preenchendo sua mente com um conhecimento mediato e estéril de épocas e povos do passado, em detrimento daquilo que poderia ser definido como a própria experiência de vida, incubadora da criação do novo, visto que o conhecimento só pode crescer se enraizado na vida,

(...) “pois a origem da cultura histórica – e sua oposição interna completamente radical ao espírito de um” novo tempo”, de uma “consciência moderna” - precisa ser ela mesma conhecida uma vez mais historicamente; a história precisa resolver o próprio problema da história, o saber precisa voltar o seu ferrão contra si mesmo- esta necessidade tripla é o imperativo do espírito do “ novo tempo”, caso ainda haja nele realmente algo novo, poderoso, originário e promissor para a vida.”(Nietzsche : 2003, p.70)

Necessidade de história (monumental, antiquária e crítica)

Por necessitar de história, o homem fez-se um dependente dela e essa dependência por sua vez gerou uma valorização excessiva da história. O excesso de história passa a agir não como um plasma necessário à vida, mas como um veneno servido em doses homeopáticas, minando toda a capacidade de criação. Pertinente à vida, ela se lhe oferece como iguaria em sua manifestação monumental (história monumental), valorizando o agir grandioso de um homem histórico em um acontecimento único; ora em conformidade com o desejo de duração (preservação e veneração) do que passou (história antiquária); ora como juiz ou vítima do sentido histórico (história crítica) na

busca de libertação, quando enfim, pode expandir-se, na busca do novo. Nietzsche previu a interação dos três tipos no processo da civilização moderna :

- Estes são os serviços que a história pode prestar à vida; de acordo com suas metas, forças e necessidades, todo homem e todo povo precisa de um certo conhecimento do passado , ora sob a forma da história monumental, ora da antiquária, ora da crítica: ... sempre apenas para os fins da vida, e , portanto , sob o signo e condução suprema destes fins.(Idem: p. 32)

resultando dessa necessidade tripla a postura resignada, apática ou resistente de um indivíduo, povo e cultura. Isso, em sentido amplo, não ligado a cada uma das histórias. Em todas há danos e vantagens conforme servem à vida ou a aniquilam, pois ao paralisarem as ações do homem poderoso e ativo (história monumental), sejam eles bons ou maus, ou se dobrarem em veneração ao passado grandioso, abrem frestas por onde *os impotentes e os indolentes se apoderam e se servem dela.* (Idem,23) . O poder conservador camufla o sentido da história monumental, nega o novo, desdenha-o e muitas vezes o segrega, avalizando-se na afirmação de que o grande já existe, não é necessário investir no novo do seu tempo, pois sua idolatria ao passado não o deixa ver o que emerge a- historicamente.

A história monumental é um traje mascarado, no qual seu ódio contra o que é poderoso e grande em seu tempo se faz passar por uma admiração saciada pelo que há de grande e poderoso nos tempos passados. Envolto neste disfarce, eles invertem o sentido próprio daquele tipo de consideração histórica e o transformam em seu contrário; quer eles o saibam claramente ou não, agem em todo caso desta forma, como se o seu lema fosse: deixem os mortos enterrarem os vivos. (Idem, 24)

Como poderiam essas iniciativas museológicas comunitárias ter ouvidas suas queixas e reivindicações, proclamar sua existência, sendo uma minoria ainda esparsa e discreta no cenário museológico brasileiro, se aos protagonistas não se dão a oportunidade e o direito de serem ouvidos ?

Desde 2003, atores do novo museu entraram na arena dos debates para conquistar a oportunidade de serem ouvidos, entre os demais museus, valorizando sua diferença. Detêm por isso, desde 2005, uma vaga no Conselho Gestor de Museus do SBM - Sistema Brasileiro de Museus, desde a sua criação, representada pela ABREMC¹⁸ -

¹⁸ Missão da ABREMC : *..fomentar a criação, fortalecimento, desenvolvimento, apoio e divulgação dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares ou nesse espírito; trabalhando em prol do desenvolvimento social, comunitário e sustentável, da cultura e educação em todas as suas formas, e da*

Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, organização fundada em 15 de setembro de 2004. Esse fato demonstra uma maior receptividade e mesmo o reconhecimento de processos museológicos comunitários em situação de igualdade aos demais museus.

Assim como o homem sábio separado da vida se assemelha em Nietzsche *à serpente que após engolir coelhos inteiros se deita ao sol para digerir silenciosa e saciada, evitando qualquer movimento desnecessário, a falsa cultura precisa de tempo para ser digerida*, também os profissionais históricos e conservadores de museus vêm muitas vezes repetindo modelos de museu que não reconhecem as especificidades da população e da cultura brasileira, tentando digerir uma museologia dissociada da vida, pois para Nietzsche esse saber ,

consumido em excesso sem fome, sim, contra a necessidade, não atua mais como um agente transformador que impele para fora e permanece velado em um certo mundo interior caótico, que todo e qualquer homem moderno designa com um orgulho curioso como a “interioridade” que lhe é característica. Diz-se então que se tem o conteúdo e só falta a forma ; mas , em todo vivente , essa é uma oposição inteiramente impertinente. (Idem :p. 33)

A natureza busca sempre uma saída, afirma Nietzsche, em reação à imposição do saber que quer dominar, acolhendo-o para afastá-lo na época certa e expeli-lo . É nesse desvão entre a aceitação obediente e a expulsão desse saber que um novo hábito surge, destronando os antigos. É também um tempo de apatia, de ruminação, de insônia em que o homem deixa de querer intervir na realidade, porém que prenuncia a mudança, pois já surgem novas respostas, novos modos de agir. O antigo saber muitas vezes resiste e hostiliza o novo que emerge ameaçador, enquanto a própria história se consome em si mesma pelo hábito conservador , que faz do passado sua religião.

Mas é preciso redimir o estímulo negativo da história antiquária, ainda que sob o risco de negligenciar ou podar outros modos de entender o passado, superestimando a conservação da vida , mas não a sua geração, descobrindo nela o instinto positivo de conservação que ajuda a desenvolver a vida. (Idem: p.29)

O que critico é o ponto de vista supra-histórico, pensando que é nele que se ancora o modelo convencional e estrangeiro/ importado de museu, comparável a um homem que, para se sentir historicamente, se abstém de dormir, somente repetindo o animal em sua contínua ruminção. Se enfraquecer ou desmascarar a história, se recusar que a cada instante singular o mundo esteja pronto, acabado, integra a trajetória dessa reflexão, não hesito em negar essa história e em ratificar com Nietzsche que a utilidade da história seria a de nos colocar num ponto de vista supra-histórico para avaliar o grau de alienação dos “conscientes” que exigem a aceitação de seu ponto de vista, ou seja, o da própria história, impondo-se pela repetição estéril. Quem não compreende isso, coloca sua paixão a serviço de algo já dado pela História.

Entretanto, é preciso explicitar mais essas duas concepções de história com os quais Nietzsche se lança na contra - corrente de sua época: a História como continuidade no tempo linear e finito, já dado, apenas passividade e resignação, onde não há espaço para a criação e outra História, fora do tempo histórico, onde se pode criticar e intervir no presente, o tempo da ação.

Na crítica nietzscheana à metodologia histórica, ao historicismo e à hegemonia do sentido histórico (Idem, 13/14), onde faço o passado também o presente da minha comunidade, fujo à teia sedutora da resignação e do silêncio obediente para dar à luz um novo agir, saído das entranhas das necessidades culturais dessa comunidade, rejuntar o que se partiu, o que se fragmentou, libertando-nos todos da ação sufocante e nociva da história, ou seja, voltando a trabalhar a favor da vida, a partir do que passou, em suma, humanizando-nos, usando a história para fazer história.

Crítica ao historicismo

A crítica a todo conhecimento que não se aplica à vida, entendido como supérfluo ou luxo, por oposição ao que é necessário, coloca o pensamento de Nietzsche como um argumento potente para justificar as considerações intempestivas das comunidades na criação de um museu que se afasta dos padrões comuns e que agora investe na valorização dessa diferença para sustentá-lo como idéia e como ação.

“Precisamos dela (...a história) para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim”. (Idem,5)

Apesar de seu movimento contrário ao historicismo, Nietzsche não nega nossa necessidade de história; ao contrário, afirma duas formas de senti-la : histórica e a-historicamente , pois

“ podemos ter a capacidade de sentir a- historicamente, de perseverarmos em direção ao mais importante e originário, uma vez que aí reside o fundamento sobre o qual pode crescer algo reto , saudável e grandioso, algo verdadeiramente humano”(Idem, 12)

expressando suas considerações sobre o valor e a falta de valor da história (Idem, 5). Se é necessário esquecer no tempo certo assim como lembrar no tempo certo , o sentir a-historicamente e o sentir historicamente são também condições para que um indivíduo, um povo , uma cultura se mantenham saudáveis.

O excesso de história, essa atitude passiva e resignada em relação ao passado, reverenciando-o como um monumento e que fez o homem perder a capacidade de ousar começar , de ter iniciativa, acabou por desumanizá-lo, tirou dele a capacidade de criar, pensando, refletindo, comparando, separando, concluindo. Conseqüentemente, tornou a comunidade apática, muitas vezes tolheu sua iniciativa e internalizou uma atitude reprodutora de um *status quo*. Mas felizmente manteve intocável a sua capacidade de se sentir a- historica e historicamente, segundo as necessidades de um povo e de uma cultura.

“ que se saiba mesmo tão bem esquecer no tempo certo quanto lembrar no tempo certo;que se pressinta com um poderoso instinto quando é necessário sentir de modo histórico , quando de modo a- histórico. Esta é justamente a sentença que o leitor está convidado a considerar: o histórico e o a-histórico são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo,

Por essa razão, recorreremos também ao **conceito de intempestivo**, como pode ser interpretado desde o Prefácio da Segunda Consideração...o qual, assim entendemos, projeta uma ação fora da continuidade do tempo histórico para provocar uma ruptura, ou seja , **uma intenção provocativa de intervir na mudança** .

Juntemos, então, a crítica e o intempestivo, o desconforto com o excesso de história e essa intenção provocativa para mostrar como a ação, a partir das necessidades culturais percebidas pelo sentir a- histórico e histórico, faz das comunidades potenciais criadoras de museus, como parte de um processo participativo na gestão do seu espaço-tempo, cuidando de lembrar e esquecer o que seleciona como bens a legar ou a transformar.

O paradoxo entre o desejo de participação da comunidade pelos gestores dos museus e a dificuldade de reconhecimento e de convalidação das iniciativas museológicas comunitárias pelos profissionais de museus converge para uma análise conceitual sobre a construção processual de museus, investigação sobre por que e como os museus podem ser criações que deságuam em um processo emancipatório das comunidades que os criam.

Por outro lado, a emergência de um campo específico sobre comunidades e suas relações com o espaço-tempo vivido vem contribuir, com sua metodologia interdisciplinar, no diálogo científico, dando suportes teóricos para explicar e analisar a participação comunitária como ferramenta para o desenvolvimento local e comunitário e, conseqüentemente, para a autonomia e afirmação das comunidades; portanto, para a construção de sua própria libertação.

A memória, então entendida como resistência ao *establishment*, é usada como ferramenta de mudanças, na busca de soluções para o acervo de problemas da comunidade e na administração dos conflitos, face aos jogos do poder.

4.4. Articulado Tarde e Nietzsche em torno do processo de criação

Podemos agora articular as idéias de Tarde e Nietzsche, retirando delas as principais contribuições para pensarmos as questões dos museus comunitários.

Para Tarde, a motivação para criar ou expressar a subjetividade não dependerá unicamente da intensidade / potência das crenças e desejos, julgamentos e vontades, mas de um “puro sentir” que nessa arena desempenhará o papel principal, não como assistência passiva, mas como poderosa força ativa, capaz de imprimir e receber a impressão das crenças e desejos de outros espíritos.

E porque para Tarde, a diferença, o que é sensível no real, faz da vida um contínuo e essencial diferenciar, “sentir” é então provar essas diferenças, essas variações, esse aumentar- diminuir da potência de existir (LAZZARATO: 2002,p.216). Aí se encontra a explicação e a descrição do esforço dessa potência de existir que se traduz na potência de agir, do empenho da força virtual de criação para atender ou se inserir numa necessidade. Ou, ainda, como corpo(sociedade) e espírito (memória) se unem ao

passado , ao que já foi, atualizando-se em “ ação” a serviço do futuro dos viventes, ou do devir.

A irreversível trajetória desse novo movimento da memória comporta fontes inesgotáveis de discussões em torno da criação: da invenção à imitação, à produção de nova moda ou costume, a vida se reconcilia com o homem e com seu tempo , enquanto o museu processo transita na sala de espera , aguardando sua hora e vez. A memória, anfitriã do devir, pacientemente dialoga com a comunidade, interroga-lhe as necessidades e compara as evidências desse museu processo , seus antecedentes, sua potência de invenção e ação.

Levanta-se também a questão do esquecimento, sem o qual não seria possível tudo armazenar e tudo lembrar. A transposição do imaterial para o material, ou seja , a maneira como um objeto pode representar uma idéia, um conceito, fala de um tempo a-histórico, onde não há o que lembrar e muito para esquecer , pois é esse tempo o tempo da criação. Esse tempo mostra ainda a sintonia entre os dois movimentos que se alternam sem se excluírem – o de lembrar e o de esquecer

Afirma Nietzsche que

“ a serenidade,a boa consciência, a ação feliz, a confiança no que está por vir... tudo isto depende , tanto nos indivíduos quanto no povo... que se saiba mesmo tão bem esquecer no tempo certo quanto lembrar no tempo certo;que se pressinta com um poderoso instinto quando é necessário sentir de modo histórico,quando de modo a-histórico. Esta é justamente a sentença que o leitor está convidado a considerar: o histórico e o a-histórico são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo , um povo e uma cultura.”
(NIETZSCHE: 2003, p. 11)

A única possibilidade de humanização aos que não sentem de modo histórico é a possibilidade de criar, de ser sujeitos ainda que a-historicamente e assim poderem se impor como cidadãos. Desse modo, esses seres a-históricos podem sentir de modo a-histórico enquanto artistas, fazendo da vida sua própria obra de arte.

Após períodos de tédio e estagnação pela saturação histórica, esse museu, que é o puro diferenciar-se, é também **o museu do ser ou do devir**, ou seja, o museu que trata da vida e, portanto, da mudança, museu para o futuro, que se alia à criação de uma memória do futuro. Pois se o museu original se firmou pelo seu vínculo ao passado, ao já feito, o novo museu se vincula à possibilidade de escapar dos determinismos e assim

recriar o próprio futuro, num eterno tornar-se, já que a dinâmica da vida o impele para a contínua transformação. E assim esse novo museu se antecipa à degeneração e à alienação do ter e do saber, tal a inutilidade de uma história separada da vida.

Trata-se de, reforçando Nietzsche, em sua *Segunda Consideração Intempestiva*, explicar a história pelas idéias de seus atores / sujeitos e não pelas de seus historiadores. Aqui Tarde se aproxima da crítica nietzscheana à doença histórica de seu tempo e lança a subjetividade na arena das discussões sobre o “agir” da humanidade, suas iniciativas tomadas como invenções ou imitações de uma invenção anterior aperfeiçoada, cruzando-se também com o acaso. Trata-se, em suma, de uma vontade que triunfou sobre as demais em determinado espaço-tempo.

De fato, a própria vida em comunidade, como um laboratório vivo de experiências de conflitos, arranjos, desarranjos e rearranjos, em função das necessidades e interesses individuais e coletivos, nos oferece testemunhos de que

Cada homem tem ao mesmo tempo sua própria necessidade individual, de tal modo que milhões de direções correm paralelamente em linhas tortas e retas, umas ao lado das outras, se entrecruzam, exigem, obstruem, aspiram seguir em frente ou voltar atrás e assumem através daí, reciprocamente, o caráter do acaso. (NIETZSCHE: 2003, p.53)

Assim, é preciso que a humanidade valorize e invista em seus verdadeiros homens históricos, aqueles que olham para o passado e se lançam para o futuro, desejando-o e acreditando nele. São esses homens, inventores de uma nova idéia, os que são capazes de intervir num confronto, fazer valer sua descoberta/criação, apostar nela, enfrentar as resistências e vencê-las, vê-la repetir-se, pela imitação, implantando um novo hábito.

(...)o melhor que podemos fazer é confrontar a natureza herdada e hereditária com o nosso conhecimento, implantando um novo hábito, um novo instinto, uma segunda natureza, de modo que a primeira se debilite”. (Idem: p.31)

Não se pode negar aqui o poder da história, fiel a um saber estabelecido e autocrático, produzindo *ad infinitum*, à revelia da vida que pulsa nas comunidades, instituições que se imitam, repetindo um modelo, ou seja, seguindo uma corrente, flexionando-a nas adaptações exigidas a cada situação, ainda que muitas vezes distanciadas do real interesse e necessidades sociais. Com Tarde e Nietzsche devemos, sobretudo, criticar essa história, à guisa de provocação, para romper um ciclo estagnado, separado da vida, única terapia para esse envelhecimento anunciado da sociedade, que encanece

sua juventude num amadurecimento artificial, aprisiona-a e a impede, portanto, de criar.

Afirma Nietzsche que esse poder nefasto da história faz a humanidade se dobrar a ele, condicionando-a a concordar mecanicamente como um autômato,

(...) “quer se trate de um governo ou de uma opinião pública ou de uma maioria numérica, movimentando seus membros no exato compasso em que qualquer “poder” puxa os fios” (NIETZSCHE:2003, p.73)

num exercício de pura resignação e submissão à sua soberania. Mas vida é combate e uma idéia nova vitoriosa não poderá nunca negar seu período de incubação, quarentena ou ostracismo onde, desdenhada ou desacreditada, resistiu até tornar-se modelo para imitação, sinalizando aquilo que Nietzsche chama de superação, aprendendo com os gregos a “organizar o caos” e , a partir de si mesmos, voltados para suas necessidades autênticas, deixam morrer as aparentes e se apossam novamente de si mesmos:

(...) eles se tornaram eles mesmos, depois de um doloroso combate consigo e por meio da interpretação prática daquela sentença, os mais felizes enriquecedores e proliferadores do tesouro herdado e os primogênitos e modelos de todos os povos de cultura vindouros. (NIETZSCHE:2003, p.98)

Mas voltemos agora a Gabriel Tarde. Vimos que ele não é apenas o teórico das leis da imitação. É também o pensador da diferença em sua teoria social da memória . Para ele, criar e repetir é o próprio movimento de diferenciação e é a memória que produz, conserva e acumula a diferença.

Buscando as origens da invenção, Tarde crê que, num lapso do tempo, num curto instante , antes que se produzam as forças que a ela se oporão , antes das repetições e das adaptações sociais, entre o antes e o depois, faz-se o novo, no durante, um tempo a-histórico e extrassocial (LAZZARATO: 2002, p.214). Por isso sua teoria social concebe a memória como a própria diferença, potência de variação ou diferenciação contínua da vida - *vis existendi* - e vida como ação, portanto, *potentia agendi*.

Ora, existem diferentes formas e modos de lembrar,para as quais a forma de agir é apenas a expressão de uma singularidade ou produção de subjetividade. Ou seja, são os movimentos da memória, os métodos e estratégias que cada comunidade cria para atender às crenças e desejos que as movem, e é essa ação que as faz singulares ou únicas.

Os museus comunitários, ecomuseus e processos similares proclamam essa singularidade, afirmam-na sem negar a existência de outros movimentos da memória, de outros modos de criá-la e gerenciá-la, preenchem sua necessidade de se identificar com outros processos e mostram sua potência vital. A convicção de que esses processos de lembrar atendem a necessidades culturais e são também crenças e desejos que potencializam seus movimentos, nutre as forças vivas para a resistência a um padrão estável ou a uma única corrente, produz memória social e novos modos de subjetividade, novas formas de enraizar o futuro, em suma, cria a própria vida, na expectativa de que invenções ou heresias de hoje poderão constituir no futuro um novo costume, pois toda imitação de um fato social foi um dia uma outra corrente coexistindo com a hegemônica, o que cria uma descontinuidade na repetição universal “ou seja, saber que também aquela primeira natureza foi algum dia uma segunda natureza e que toda segunda natureza vitoriosa se torna uma primeira natureza.” (NIETZSCHE: 2003, p. 31), confirmando as previsões do pensador.

“Mas nossa primeira geração deve ser educada nesta verdade necessária; ela certamente sofre bastante por isso, pois precisa educar a si mesma através dela, e, em verdade, a si mesma contra si mesma, em direção a um novo hábito e a uma nova natureza, para fora da antiga e primeira natureza e do antigo e primeiro hábito”. (Idem: p.93)

É do “agir” das comunidades que se fala nesse momento, em que são recuperadas as reflexões de Tarde, após essa conversa com o pensamento de Nietzsche. Neles, podemos argumentar, esse agir diferente, “inventando”, como dirá Tarde, uma nova maneira de lembrar.

Entendidos pelos seus atores como novas criações, os museus comunitários e ecomuseus e outras iniciativas nessa vertente resistem também às avaliações sobre a qualidade de sua ação museológica por um único diapasão, o dos museus clássicos e hegemônicos.

Crítica ao conformismo

O museu, como criação do ter e do saber na Europa do século XIX, não escapou às contradições da contemporaneidade. Vivemos um paradoxo na partilha de muitas inquietações a fustigar o mundo dos museus. Do gabinete de curiosidades, evoluiu para o templo das musas e deste à sacralização e entesouramento do saber e do ter

que concedem aos seus públicos a possibilidade de contemplar, pesquisar e conhecer a vida pelos objetos que a humanidade produz.

Concomitantemente, o museu tem assumido diferentes faces, distanciando-se cada vez mais do modelo original, o que traz a idéia de romper a continuidade de um único caminho.

Essas faces caleidoscópicas fazem justiça à dinâmica social e comprovam a capacidade dos grupos de criarem museus não apenas para guardar fragmentos do passado, mas também para resistir às forças das mudanças e para afirmá-los enquanto grupos e inventar o futuro. Nesse sentido, o museu comunitário liga-se ao futuro, orientando ou controlando a mudança, intervenção esta que pode configurar um processo e um produto construído pelos principais atores e beneficiários do museu.

Ao apresentarmos a vocação política dos processos museológicos comunitários, sua origem e processo, compartilhamos uma reflexão sobre a construção de memória em comunidades - particularmente no caso de Santa Cruz, na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, a população originária da localidade e a que chegou para viver nos conjuntos habitacionais - que, através de processos museológicos não convencionais (ecomuseus / museus comunitários) criam novos modos de produção social de subjetividade em resposta aos jogos de poder, às transformações da subjetividade e à produção de novos valores, atitudes e resistências à globalização e à imposição de uma memória unívoca.

Portanto, analisando-se especificamente, em comunidades centrais e periféricas de Santa Cruz, o exercício de subjetivação e construção de memória como mecanismos de libertação na sociedade de controle, mostramos também como reproduzem em suas ações uma obediência estratégica temporária e, paralelamente, uma resistência herética aos poderes predominantes, às imposições de um modelo de gestão que contempla uns e relega outros ao esquecimento e a não acomodação ao sistemático esquecimento.

Expomos ainda o resultado da constatação do abandono e/ou descaso históricos dos governos em relação ao assentamento populacional das camadas mais empobrecidas da sociedade, com ênfase nas políticas públicas praticadas principalmente nas grandes

capitais brasileiras. Pretendemos com isso responder às questões que têm mobilizado as comunidades concernentes, a partir dos grandes impactos por elas sofridos com a implantação de políticas públicas impostas que não consultam nem ouvem as comunidades afetadas, intervindo de modo irreversível no equilíbrio existente e sublinhar como estas comunidades, tomando a sua qualidade de vida e as identidades culturais como patrimônio e a sua memória como ferramenta de mudanças, buscam soluções para uma preservação processual de sua cultura viva e para o próprio desenvolvimento local e comunitário.

Pretendemos demonstrar também que a introjeção de uma apatia cívica, que tem caracterizado o sujeito coletivo das comunidades afetadas por equivocadas políticas públicas e, entre elas, a implementação de modelos educacionais que não se adaptam a realidade local, acaba por atrofiar a capacidade de iniciativas e a construção coletiva de caminhos próprios, a partir das reais necessidades da população brasileira. Mostramos o quanto a implantação de mega-conjuntos habitacionais em regiões sem infra-estrutura e em áreas de preservação afeta a construção e a expressão desse sujeito coletivo.

Mais ainda, queremos demonstrar que, em seqüência à colonização ibérica, marcando nossos povos com seu processo de conquista-evangelização, absorvemos a ótica do europeu que impõe aos conquistados a supremacia de suas idéias, modelos, projetos que mascaram (ou submetem) nossas híbridas culturas e identidades (D'AVILA NETO: 89). É dessa forma que denunciamos também, como afirma D'Avila Neto, numa crítica à adoção de critérios e instrumentais internacionais na produção científica sobre a América Latina. (Idem : 92) nosso conformismo ou apatia face à hegemonia norte-americana na produção científica publicada em rede própria de publicações, considerada a maior delas em termos internacionais, mantida via mecanismos de controle, avaliação e seleção, favorecendo a própria produção. (Idem: 94)

Nietzsche aguça, na sua *Segunda Consideração*, sua crítica ao conformismo, resignação ou apatia, creditando a eles a confortável situação de quem não assume apostas, de quem continua mergulhado num mar de tranqüilidade pela certeza de já estar fora do processo ou da consciência de não poder intervir nele.

“ A consideração amarga e profundamente rigorosa sobre a falta de valor de todos os acontecimentos passados, sobre o amadurecer do mundo para o

dia do juízo, volatizou-se na forma da consciência cética de que em todo caso seria bom conhecer tudo o que passou porque já seria tarde demais para fazer algo melhor.”(NIETZSCHE, p. 69)

Pois a mudança pertence definitivamente ao homem de natureza forte, que domina e se apropria do passado. Esse homem consegue ludibriar a história, sentir e pensar acima dela, reagir no momento certo, esquecendo o já dado e criando novas respostas:

“ Quanto mais a natureza mais íntima de um homem tem raízes fortes, tanto mais ele estará em condições de dominar e de se apropriar também do passado...”(Idem, 10)

O enraizamento do futuro

Ao fazer a crítica à busca de modelos estrangeiros em detrimento dos da própria cultura, Nietzsche pode inspirar o nosso movimento de afirmar a necessidade de enraizamento das populações menos favorecidas.

Como a história poderia servir melhor à vida, a não ser se conectasse as gerações e as populações menos favorecidas à sua terra natal e aos hábitos de sua terra natal, enraizando-as e impedindo-as de vaguear por aí em busca do que é melhor no estrangeiro e de se engajar em uma luta ferrenha por ele? (Idem:2000,p. 27)

Embora em contextos diferentes, pode-se propor articular essa idéia com o tema da remoção das favelas do Rio de Janeiro, na década de 60, associar à questão dos assentamentos compulsórios em conjuntos habitacionais nas periferias das megalópoles, criando um novo problema, o do transplante de memórias de seu *habitat* para um novo e desconhecido ambiente.

Lá, a questão do confinamento e imobilismo, resolvendo o saneamento visual dos grandes centros urbanos com a remoção de favelas e das populações empobrecidas, passa longe da questão da aclimatação dessas memórias vivas, tanto quanto da criação de infra-estrutura básica para a sobrevivência e sustentabilidade dos grupos vitimizados por políticas públicas excludentes. Não se pergunta a eles o que fazer com as memórias exiladas, com as heranças patrimoniais condenadas ao esquecimento ou ao apodrecimento como a semente que jamais encontra o ventre da terra. Não se busca sequer responder às necessidades de pertencimento dessas comunidades removidas;

simplesmente as instalam longe dos olhos e da consciência de quem assim o determinou.

Na prática, a reação não demorou a germinar na consciência dos homens históricos, que, buscando soluções para os conflitos emergentes do impacto social entre a população autóctone e as comunidades transplantadas para a região, lideraram um movimento museológico a favor da vida das pessoas e não voltado apenas ou prioritariamente para a duração dos objetos descontextualizados e desfuncionalizados .

...A sensação oposta, o contentamento da árvore com as suas raízes, a felicidade de não se saber totalmente arbitrário e casual, mas de crescer a partir de um passado como a sua herança, o seu florescimento e fruto, sendo através daí desculpado, sim, mesmo justificado em sua existência – é isto que se designa agora propriamente como o sentido histórico apropriado.(Ibidem , 27)

Encontramos na *Segunda Consideração* a descrição desses homens históricos, homens de ação, cuja iniciativa sentida, pensada e executada no momento certo, fortalece a decisão de criar algo para o futuro. Artesãos do devir , são também agentes de desenvolvimento, pois seu olhar para o passado os impele para o futuro e assim *formam os atores do campo /terreno, que não são formados na academia, em livros ou nas salas de aula, mas num campo prático de aprendizagem.* (VARINE: 2002) . Para Nietzsche,

(...) Estes homens históricos acreditam que o sentido da existência se iluminará no decorrer de um processo. Assim, apenas por isso, eles só olham para trás a fim de, em meio à consideração do processo até aqui, compreender o presente e aprender a desejar o futuro impetuosamente ; eles não sabem o quão a-historicamente eles pensam e agem apesar de toda a sua história, e como mesmo a sua ocupação com a história não se encontra a serviço do conhecimento puro, mas sim da vida. (NIETZSCHE , 15)

Desse modo, compreende-se que a própria vida cria a necessidade de sair do encapsulamento , de buscar a unidade entre a natureza e a alma de um povo, de religar a vida e a cultura, pela decisão e iniciativa de homens sábios e históricos que percebem o momento de colocar o saber a favor da vida, *ampliando e disseminando esse conhecimento, fazendo surgir uma necessidade vigorosa que fará emergir um novo feito vigoroso* (VARINE: 2002, p.40) , enraizando o futuro , como assegura Hugues de Varine em sua *Introduction méthodologique – Une démarche interactive* :

Artesão, o agente de desenvolvimento é também um parteiro que não cria nada por ele mesmo, mas que faz nascer os verdadeiros atores do desenvolvimento, os atores do terreno. (VARINE: 2002, 10)

Do caos emerge um novo sentido da existência do museu, uma nova forma de memória, a partir de sua avaliação como potente instrumento de recriação da vida. O novo museu faz das ações do processo novos meios e métodos que poderão salvar a instituição museu dos determinismos, num exercício de auto-superação.

Em suma, das estratégias e métodos desse novo museu poderão sair novas formas de musealização que poderão nutrir a instituição museu original, fazendo-a adaptar-se às novas situações e demandas sociais, ou seja, reinventar-se, um eterno diferenciar-se. Ratificamos a via de mão dupla nesse diferenciar-se do museu: tanto o museu se renova com as práticas dos novos museus, quanto esses também buscam um equilíbrio, adotando algumas metodologias do museu convencional.

Essas reflexões que tentam fazer interagir pensamentos de Tarde e Nietzsche com as práticas criativas e diferenciadas dos novos museus apenas esboçam um fértil campo de discussões sobre a potência das comunidades e o seu agir, as quais, a partir da própria experiência e da própria força suprema da natureza ética, constroem e gerenciam a memória e assim se permitem um novo horizonte.

Todavia, se as contribuições de Tarde e Nietzsche podem servir como norteadores de nossas práticas comunitárias, um outro autor – Michel de Certeau – é capaz de nos auxiliar a integrar essas contribuições, mostrando como a criação pode fazer parte de nosso cotidiano de maneira mais encarnada. Assim, ainda que Certeau não se refira a Tarde ou a Nietzsche, acreditamos que é possível aproximá-lo das idéias que construímos a partir desses dois pensadores, configurando um modo de pensar/praticar os processos criativos. É o que faremos no próximo item.

4.5 A reinvenção do museu pelas práticas comunitárias: a contribuição do pensamento de Certeau

A criação como prática de resistência – contribuição do pensamento de Certeau aos processos museológicos comunitários

O aporte trazido pela leitura reflexiva da obra de Certeau, traz, à guisa de prólogo para *A Invenção do cotidiano*, o relato de Luce Giard (GIARD, 1980)¹⁹, uma das integrantes dos grupos experimentais liderados por Michel de Certeau, que narra a trajetória da pesquisa realizada, os “círculos” de estudos, os seminários que renderam os dois volumes, abandonando a idéia do terceiro que seria dedicado ao problema das lógicas e à questão das práticas de linguagem, deixando –nos herdeiros de uma lacuna sobre temas referentes à memória e à museologia. Certeau lamentaria sempre a não publicação deste volume bem como “os capítulos faltantes” em *Artes de fazer*.

O intelectual de formação jesuíta, o professor universitário, o articulista catalisador dos fatos no “turbilhão dos acontecimentos” de 1968, foi generoso com a mudança, percebendo-a na confusão entre o fazer e o dizer, antecipando-a não como ameaça, mas como possibilidade de futuro.

Após maio de 1968, adota um novo papel social, marcado por uma “ruptura”, não para negar sua existência anterior, mas para dedicar toda sua energia na elucidação daquilo que nos tornamos, na busca de respostas para explicar **a criação**- como se criar, criar o quê e como. Certeau inverte a perspectiva que fundamenta *A invenção do cotidiano*: não importa agora “o consumo supostamente passivo dos produtos”, **mas “a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos”**, ou seja, **como a sociedade cria e se apropria dessas criações, praticando novas formas de comportamento.**

A crítica ao consumo passivo pode ser apropriada pelos estudiosos, pesquisadores e profissionais de museus, instituição criada no século XIX e que ainda no presente é questionada pela visão mercadológica de seu produto, pronto para ser consumido culturalmente por alguns segmentos sociais e portanto distanciado da vida da grande multidão.

Defensor das diversidades, Certeau “recusa a uniformidade que um poder administrativo gostaria de impor em nome de um saber superior e do interesse comum” (GIARD: 1994, p.13). Sua empreitada teórica: é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pelas operações dos seus

¹⁹ Luce Giard é autora da Apresentação- *História de uma pesquisa* - da nova edição de *A invenção do cotidiano –Artes de fazer*, de Michel de Certeau, em 1980.

usuários; é mister ocupar-se com as “ maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática.”

Não se trata mais da dicotomia “erudito X popular” no debate cultural, afirma Certeau, apontando para a proliferação disseminada de criações anônimas e perecíveis que irrompem com vivacidade e não se capitalizam. As operações culturais são movimentos , caminhos que podem ser percebidos nas astúcias táticas das práticas comuns, cujas formas e modalidades podem ser estudadas e compreendidas.

O que mais interessa a Certeau não são quantidades, números, estatísticas , porém as operações e usos individuais, suas ligações e as trajetórias variáveis dos praticantes.

Na sua crítica à estatística, revela que esta apreende o material destas práticas e não a sua forma, mostra os elementos utilizados, não as criações. A estatística só acha o que é homogêneo, as semelhanças, reproduz o sistema a que pertence. Enfatiza a cultura comum e cotidiana enquanto apropriação (ou reapropriação), o consumo ou recepção considerada como uma maneira de praticar, mas Certeau prevê a necessidade de elaborar modelos de análise que tratem das séries de operações / práticas articuladas umas às outras no tempo.

A sua **teoria das práticas cotidianas** é então elaborada com a finalidade de extrair as maneiras de fazer, só percebidas como resistências ou inércias no desenvolvimento sócio-cultural.

Em *A invenção do cotidiano- Artes de Fazer*, o tema envolve as astúcias de consumidores, compondo a rede de uma antidisciplina e tem por objetivo a intenção teórica que dá unidade à tarefa de dar voz e vez à cultura ordinária e anônima. Para esboçar essa teoria, Certeau se nutre das experiências, encontros , relatos, debates , panfletos, publicações e relatório de estudos , além da literatura científica e da literatura acumulada nos centros de pesquisas.(Idem, p. 28)

Essa história da pesquisa, dedicada ao homem comum, construída nos relatos desse herói anônimo, liga participação de figuras-arquétipos (Freud,/Psicopatologia da vida cotidiana -1901), citando contribuições dos clássicos da antiguidade como Heráclito, Platão, Aristóteles , de modernos como Hobbes, Descartes, Pascal, Diderot, Rousseau, Kant e Condillac, do sec XIX Hegel, Marx, Nietzsche ou Pierce, século XX com Wittgenstein, Heidegger, Quine, Merleau-Ponty, Deleuze, Lyotard ou Derrida à

multidão anônima dos praticantes, produtores desconhecidos, poetas de seus negócios.” (CERTEAU: Idem,p.31) Nela se encontram também aproximações com a indisciplina de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, mas, ressalte-se, muito antes de *Vigiar e Punir*, Certeau já usava um léxico próprio (estratégias/táticas) que o desvinculava não só de Foucault como também de Bourdieu. As teorias dos dois são lidas, discutidas e respeitosa e descartadas.

Entretanto, é pelo agir , concepção herdada da cultura jesuítica, por influência de Inácio de Loiola , saída das regras dos Exercícios Espirituais, que Certeau tenta compreender as práticas culturais pela valorização da cultura ordinária e entendimento das práticas com direito a estatuto de objeto teórico.

A recusa de Certeau a uma história das teorias sobre as práticas propõe maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, supondo na partida que elas são do tipo tático. Para a análise, usa modalidades de ação, formas das práticas, tipos de operação especificados pelas maneiras de fazer; como método a articulação entre o teórico e o concreto; do particular e do circunstancial ao geral. Seu material de pesquisa é a experiência viva na província ou num bairro popular num recorte longitudinal , ou seja, a vida de três gerações que permaneceu no mesmo bairro. Tinha por meta “ encontrar na lógica da ação um modelo teórico aplicável às práticas”. (Idem, p. 25)

O grupo se reunia para analisar teoricamente as práticas concretas desde a escolha do objeto(relatos de idosas) - do campo – a cozinha , do método(dar a palavra às pessoas comuns) – a relação ocasião e circunstância – pesquisa baseada em experiências concretas em meios diversos(lembranças, testemunhos, receitas, reticências , detalhes ocultos, todo um não-dito dos gestos de mão, decisões e sentimentos que presidem em silêncio ao cumprimento das tarefas do cotidiano.) – (Idem,p. 26)

Negando a passividade dos consumidores e a massificação dos comportamentos, que reduzem a produção de subjetividades, valoriza os relatos,

“ relatos que pretendem narrar práticas comuns, introduzidas pelas experiências particulares, as freqüentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho ou delimitar um campo” (CERTEAU:1994, p. 35),

que seria um campo de operações.

As operações dos usuários seriam passivas e disciplinadas? Certeau critica a percepção das práticas ou maneiras de fazer apenas como cenário da atividade social; propõe uma valorização do cotidiano, através da valorização das práticas (p. 357); mostra as operações que compõem também uma cultura e renega modelos de ação característicos dos usuários como consumidores, portanto dominados pela lei e ideologia de mercado. Mas isso, afirma, não lhes tira a capacidade de agir ou reagir e indaga “Como se produzem os consumidores?”

Segundo ele, os trabalhos sobre “cultura popular” ou sobre marginalidades, as práticas cotidianas definidas e explicadas sem enfatizar ou localizar a **diferença cultural dos grupos** dão origem aos consumidores, ou seja, ao consumo massificado. Por isso, Certeau positiva a diferença, valoriza-a: uma delas, **o uso ou o consumo**. Pelo estudo das **representações** ou pelos **comportamentos** de uma sociedade, podemos avaliar o uso que os grupos ou os indivíduos fazem deles, completando-se com o estudo daquilo que o consumidor cultural fabrica ou produz.

Aqui podemos associar à questão do museu muitas vezes apresentado como produto para consumo do turismo e do lazer, produto pronto, acabado, feito segundo métodos e técnicas profissionais. Se entendemos o museu como um produto a ser consumido por um público, através das suas exposições e demais atividades, como uma peça de teatro, um show, um recital ou concerto, um filme, não se pode percebê-lo como criação cultural das comunidades, integrado à vida cotidiana, onde uma outra produção se realiza, silenciosa, quase invisível. Esta surge nas maneiras de empregar o que é imposto por uma ordem econômica dominante (Idem, p. 39), cujo sistema de produção não deixa espaço para a criação, para a produção de subjetividade. Dá-se, dessa forma, uma resistência pela criação / produção de um novo uso, que é uma apropriação ou reapropriação de uma rede de anti-disciplina como no caso das novas museologias aqui entendidas como caminhos alternativos aos padrões convencionais. Os modos de criação no cotidiano respondem à questão: Como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela (rede de vigilância)? (Idem, p.41)

O ecomuseu e o museu comunitário e sua libertação do padrão hegemônico de museu são por isso ações / iniciativas libertadoras ou, no léxico de Certeau, práticas cotidianas e, no dizer de Foucault, são

“operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes ” do cotidiano”. (...) E de ... exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da vigilância.

(Idem, p.42)

Para compreender a cultura popular saída das práticas do cotidiano , ou seja, em artes de fazer isto ou aquilo , na forma como se combinam ou como são utilizadas, é preciso responder a questão “ para que servem? “ e essa pesquisa nos levará a duas formas : a que sai da leitura de mundo de espaços urbanos, utilização de ritualizações cotidianas , reempregos e funcionamentos da memória através das autoridades que permitem as práticas cotidianas e outra encontrada na teoria contida nos compêndios de História, Sociologia e Antropologia, entre outros, na busca da lógica ou regras dessas ações. Haveria uma *ratio* popular?

O Ecomuseu e o museu comunitário, pensados como um novo agir museológico, são, portanto, experiências vivas e complexas de modos de usar que demonstram a ausência de uma lógica e sua submissão ao acaso, à influência do meio, ao esquecimento e aos jogos do poder (Idem, p.43). Os relatos de seus protagonistas são documentos que confirmam para que surgem e para que servem.

Dessa forma, pelas diferentes práticas silenciosas, que se consolidam lentamente e por isso mesmo mais fortes, reinventa-se o museu como processo comunitário criador, não havendo entre elas senão um ponto em comum: o fato de serem produzidas pela própria comunidade musealizando a vida cotidiana.

O compromisso com a mudança, com a comunidade do futuro e com o devir, embutidos nas ações e iniciativas das comunidades que criam processos museológicos, as levou a experimentar sua capacidade para a ação e a perceber que é através dela que o homem inicia processos. A capacidade de agir, a mais perigosa de todas as aptidões e possibilidades humanas, pelo seu caráter político estreitamente ligado à pluralidade, é também fútil e frágil, apesar de dominar as outras. O primeiro resultado inevitável da ação humana foi o entendimento da História e da Natureza como processos sobre os quais o homem intervém, introduzindo o fator subjetivo nos processos objetivos da

natureza e com ele o risco e a impossibilidade de controle dessa ação, ou seja a imprevisibilidade. Processo sem produto acabado, está fadado ao eterno devir.

O museu, instituição humana, não escapa a essa aventura de “tornar-se”, enriquecendo os debates em torno da validade e do reconhecimento dos museus comunitários e ecomuseus como processos criativos e autônomos, fabricantes que são as comunidades do seu tempo e do seu espaço.

Convite à mudança

Finalmente, se o museu foi, na sua gênese, uma instituição criada para dar a conhecer e proteger o que seria mais tarde entendido como patrimônio, ainda hoje esses processos comunitários também mantêm esse escopo, no DNA das suas ações, cuidando e comunicando, ainda mais abrangentemente, o que querem e entendem como patrimônio: não só coleções musealizáveis, mas, e prioritariamente, o patrimônio das relações cotidianas, a própria dinâmica da vida humana em interação com outras formas de vida, a diversidade cultural, material e imaterial, a biodiversidade, ou seja, o patrimônio total que abriga todas essas relações. Do espaço de vida de um lar, ao quintal de uma família, ao quarteirão de uma vizinhança, ao espaço histórico do campo e da urbe, do estado, da nação, do continente, da humanidade como um todo, tal é a vocação frustrada dos seres para a duração, para um tempo incomensurável.

E os membros da comunidade que se descobriu num processo ecomuseológico, onde a prioridade é a interpretação do patrimônio como integrador e fortalecedor da comunidade de Santa Cruz e seu uso para o desenvolvimento, indagam: que fazer com o acervo documental acumulado com as doações espontâneas de membros da comunidade que vêm naquele núcleo de pesquisa a possibilidade de guardar bens patrimoniais de suas famílias, disponibilizá-los para o conhecimento e a pesquisa? Devolvê-los aos proprietários e assim limitar sua comunicação a alguns membros mais sensíveis das famílias ou de alguma forma cuidar deles, para que possam compor, com outros, o patrimônio comum de uma comunidade inteira, compartilhando o nos movimentos desse museu?

O « amadorismo » no caso do museu comunitário muitas vezes traduz apenas a falta de acesso de membros das comunidades menos favorecidas ao conhecimento acadêmico e

à linguagem própria dos museus, o que é compensado largamente pela vontade de participar e pelo compromisso com a saúde e a comunicação do patrimônio. Pode ser que esse amadorismo revele também a falta de recursos adequados para a preservação desses bens, pois nem sempre a forma de guardar e acondicionar os documentos se aproxima das técnicas e métodos ensinados na universidade, por desconhecimento ou por falta de meios.(PRIOSTI e VARINE: 2007).

No caso de Santa Cruz, a confiança depositada pelos membros da comunidade na guarda dos bens pelo NPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica) e agora também pelo seu desdobramento, o ecomuseu, não pode ser traída e por isso pessoas comuns se fizeram museólogos, sem o rigor das disciplinas universitárias, mas buscando ser por elas amparadas em suas iniciativas cidadãs de responsabilização pelo patrimônio.

Que fazer ? Cremos que é preciso apostar no jogo da formação e da qualificação, mas inventando uma nova « disciplina » de museologia popular ou comunitária, fazendo com que ela seja reconhecida pelas instâncias internacionais e regionais, justificada e amparada pelo MINOM – *Movimento Internacional da Nova Museologia*. Isso significaria a adoção de vários princípios práticos , sempre voltados para a valorização do homem, da pessoa, das comunidades, de sua vida cotidiana, de sua história de vida e suas memórias, já que museu processo se faz com gente, muito mais do que apenas com objetos . (Idem)

Embora possa parecer muito utópico, o tema de um programa de formação continuada em uma dita “disciplina” de museologia popular e comunitária para assegurar a competência mais específica dos museus locais (pesquisa, conservação, coleta, exposição, mediação, comunicação , gestão, domínios científicos), é certamente um tema muito urgente e necessário no alvorecer de uma museologia para todos como todos nós queremos, na forma de um projeto ousado de afirmação dos pequenos museus locais e comunitários, geridos pela sua própria gente . Por que não ?

CAPÍTULO V - MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO

Uma das possibilidades de realizarmos, efetivamente, ao nosso ver, pela articulação entre o campo da museologia e o campo da educação. É o que vamos discutir nesse capítulo.

Ao abordarmos a museologia popular, entendemos que essa possibilidade abre nosso pensamento para investigar mais profundamente sobre o que representa a criação de museus por comunidades, por pessoas simples que não tiveram acesso aos conhecimentos técnicos e profissionais para criar e administrar museus. Seria uma iniciativa ousada e livre com objetivos outros ou apenas o intuito de resistir à hegemonia do museu clássico?

A questão sugere que só o discernimento entre o que entendemos por **servidão e libertação** poderá nos dar a dimensão da subjetividade diante do poder, que é tratada nessa pesquisa.

5.1. Servidão e libertação no mundo dos museus²⁰

A discussão sobre a capacidade imanente do homem de buscar sua completude no processo da vida é atravessada pela análise do seu desejo de servidão simultâneo ao desejo de liberdade, condição humana contida na tragédia de sua neotenia (incompletude) e na construção de novas formas de liberação e resistência.

A metamorfose endógena pela ação libertadora responde a algumas questões, face ao novo museu, concebido e gestado a partir de iniciativas comunitárias, e abre possibilidades de novos modos de produção de subjetividade, de resistências afirmativas ao encapsulamento da memória e sua captura numa rede de tendências

²⁰ Trabalho apresentado no Seminário de conclusão da disciplina Corpo, Sujeito e Servidão, Profa. Dra. Ana Szapiro, na UFRJ/EICOS, Rio de Janeiro, 2007, sob o título *A Metamorfose endógena do existir: servidão e libertação no mundo dos museus*.

homogeneizantes, nocivas à diversidade e à singularidade dos processos museológicos comunitários.

Assumindo a irreversibilidade da globalização e suas conseqüências, é necessária também uma análise sobre questões implícitas à crise de valores na sociedade contemporânea, problematizando conceitos e instituições cristalizadas pelo uso secular.

E não deixa de ser pertinente a dissecação do processo de assujeitamento que os tempos modernos produziram, a despeito da emergência de valores como solidariedade que procuram diminuir as desigualdades. A produção sistemática desse assujeitamento convoca toda a sociedade a buscar entender não só as causas como procurar soluções ou caminhos para sua reversão .

Da servidão voluntária à liberdade desejada: uma utopia?

A aventura de viver esses cinzentos tempos da pós-modernidade coloca a humanidade diante do dilema entre aceitar o que está determinado e resistir à tentação de subverter, ainda que utopicamente, a inexorabilidade do real, na busca de superação pela razão/saber. Tal qual bordado de Penélope, no fazer, desfazer e refazer intermitente, o homem tece o crivo entre a servidão e a liberdade e inscreve no tecido o grande mito que sustenta a humanidade: a saga de Prometeu acorrentado para sempre, pagando com o assujeitamento a ousadia de ter roubado o fogo do saber.

Aprofundam-se as questões sobre a construção do sujeito livre, centrando-as na construção da autonomia, no uso da razão, no progresso e na liberdade, e ainda que se aposte numa humanização imanente, é por um processo de construção contínua e permanente que o ser humano se capacita para a vida em sociedade.

Não se trata aqui da liberdade, segundo a qual o homem faz suas escolhas e assume a responsabilidade por elas, mas antes, trata-se do alargamento do debate sobre o que o acorrenta na pós-modernidade, a que rochedo está preso o Prometeu pós-moderno ou a que está condenado a servir e quais as suas estratégias para resistir e escapar ao que está determinado, ainda que se conheçam os riscos e o preço da aventura.

Enclausurado em si mesmo, o homem teceu seu casulo individualista, porém, no fiar em torno de si, perdeu-se da luz, fechou ele mesmo a trama rala por onde poderia se

libertar. Mesmo após o advento do individualismo que deixou seqüelas de difícil trato social, o afrouxamento dos vínculos na exigência consumista do mais gozar faz ressaltar a questão do esvaziamento e do desencanto do homem, tornado escravo da ideologia do mercado.

Servo de si, do mercado, seduzido pelos afagos da mídia, ou desencantado com a fluidez das relações, ofuscadas pelo brilho do poder, o homem é hoje um consumidor a se consumir na consumição. Tempo e espaço dilacerados, fronteiras diluídas, identidades desmoronadas no vazio, o único ser nascido para desnaturar se acomoda, se adapta, na sua metamorfose endógena, no tributo fiel a sua plasticidade constituinte, preenchendo o vazio com a servidão a tiranos. Sejam eles drogas ou efeitos pirotécnicos efêmeros produzidos pela sociedade de mercado que fabrica expectativas e necessidades, ou remédios produzidos para o tédio, a angústia moral do nada, ou ainda a própria busca de sentido, esses “senhores do homem” afirmam a sua vontade, incidindo-a sobre uma dependência e um desejo de assujeitamento ou de uma servidão voluntária.

A humanidade goza as vantagens e sofre as desvantagens de ter consciência de si, de estar e permanecer no tempo e no espaço, portanto de viver, de conhecer sua primeira natureza e construir –se ou completar-se e de se reconhecer no lugar do um para poder ser. E indagar-se: “ Por que, podendo ser livre, o homem escolhe voluntariamente servir, estar sob o domínio de um ?”

A servidão pressupõe a possibilidade de liberdade e do mesmo modo como se percebe a apatia dos assujeitados na resignação, aceitação e vontade de assujeitamento, ressalta-se o entusiasmo na luta nos militantes da liberdade.

Coisa extraordinária, por certo; e porém tão comum... ver um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de algum modo (ao que parece) encantados e enfeitiçados apenas pelo nome de um.. (LEFORT apud La Boétie : 1982, p. 132)

A dominação de um só sobre um número infinito, consentimento do povo à sua servidão apresenta os homens sujeitados, enfeitiçados e encantados pelo nome de um, apenas o nome já é suficiente. Seria isso a desnaturalização do poder? Da relação real escravo-senhor substituída pela relação invisível, aqui entendida como a imaterialização do poder de um?

Na crítica de Lefort ao Discurso de La Boétie, a tolerância do povo ao tirano emerge e fabrica a vontade de servidão, retroalimentando a tirania, por mais paradoxal que seja em relação à condição de liberdade natural do ser humano, pois

(...) Antes que o senhor esteja fora do escravo, que o um se apresente na roupagem do tirano, o outro, do escravo, uma só vontade se espedaça. Antes? Não num momento primeiro, em que se pronunciaria a abdicação da vontade (...) Em vez disso, é melhor admitir que a cada momento de seu império a tirania se engendra a partir da vontade de servir. E indagar por que os homens suportam “ um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhe dão, que não tem o poder de prejudicá-los senão enquanto têm vontade de suportá-lo...” (LEFORT: 1982, p.126)

Ao se comparar isso com o poder hegemônico dos mais desenvolvidos sobre povos economicamente mais fracos, tais como a hegemonia da cultura européia, a hegemonia do poder econômico americano, hegemonia do mercado, hegemonia da tecnologia, entre outras, produzem-se novos tiranos, fabricando novas servidões (moda, saúde, tecnologia, política inescrupulosa, lei de Gerson, entre outros). O povo não tem de combater o tirano, nada tirar dele, nada a fazer contra ele, desde que nada faça contra si .

Não se pretende aqui buscar ou interpretar as causas naturais da servidão que La Boétie rejeita, sejam elas a fraqueza, a covardia dos dominados ou seu amor pelo mais sábio ou mais corajoso dos homens até convencer de que **ela é por si**. Prefere associá-la ao estranho estatuto do discurso (fala), enquanto obra de pensamento . O desejo de saber a procedência da servidão voluntária está sempre associado a desejo de liberdade e querer a liberdade é possuí-la, assim como desejo de saber é o mesmo que saber. Para La Boétie a servidão voluntária está antes do discurso, pois a fala exige a existência do outro. Sendo nós mesmos , pequenos fabricantes de servidão, ou seja , o Prometeu que fabrica as correntes que o aprisiona, respondemos voluntariamente ao desejo de servir , na louca afirmação do Outro, numa ruptura fantástica entre o povo e o senhor e por nós , somente por nós , ele tem algum poder sobre nós(Idem: p. 140).

No corpo visível do tirano , que é apenas um entre outros, fixa-se a imagem de um corpo sem igual, sem réplica, a um tempo inteiramente separado daqueles que o vêem, nisso inteiramente referido a si mesmo, e que , vendo tudo, agindo em tudo , não deixaria subsistir nada fora de si. Imagem do poder separado, dominando do alto a massa dos sem-poder, senhor da existência de todos e de cada um; (Idem: p. 141)

Assim, simultaneamente, com a louca afirmação do Outro, é a sociedade que se encarna fantásticamente; entendamos, literalmente, que ela toma corpo como o Um, que o plural, denegando-se, precipita-se no Um. (Ibidem).

Poderíamos explicar, a partir daí, o dilema de viver o homem a eterna ambigüidade de querer se espelhar no outro e ao mesmo tempo ser diferente, ser cada um, duas faces inseparáveis da mesma moeda. Se a fala, a comunicação é ato político, pois falamos um com o outro, um para o outro, a fala exclui o fato da liberdade do indivíduo, o um não está sozinho, **libertamo-nos com a fala da ilusão do Um**. Na partilha de vontades, crenças e desejos, usamos “a fala e a voz para convivermos e confraternizarmos mais e fazermos, através da declaração comum e mútua de nossos pensamentos, uma comunhão de nossas vontades”. (Idem, p.143)

Mas é na aceitação do princípio da diferença, no reconhecimento de um Outro que se dá a comunicação, a relação social e a expressão recíproca dos agentes e onde, sendo companheiros, somos também naturalmente livres, pelo menos entendemos que a natureza não nos colocaria em servidão, na relação de todos uns com Um.

O desejo de servidão só é possível se entendido como desejo de todos, ou seja da relação do semelhante com o semelhante, quer dizer a liberdade, ou seja, a natureza fez todos da mesma forma e cada um pode mirar-se no outro e *todos uns podem se ver e se identificar como todos um*.

Pela linguagem, na troca das falas, no percurso entre o falar e o ouvir, separam-se um do outro, onde o risco da sedução e do encantamento traz também a ameaça da submissão. Ante a dificuldade de compreender a contradição- quando nos fazemos representar pelo povo ou por todos e essa representação engendra-se no desejo de servidão- La Boétie afirmava inicialmente que

(...) o povo inteiro cria o tirano, que todos lhe dão seus olhos, suas mãos, seus pés: então o amor da liberdade não parecia mais tão natural; em seguida afirma que todos os homens são literalmente livres: então o desejo de servidão parece ininteligível. (Idem, p.145)

Crivado por essa dicotomia absurda, ser livre e querer a servidão, o discurso sofre a crítica de Lefort, marcando um novo percurso. Não mais o apego dos bichos à liberdade (Idem, p. 147), mas o homem aceitando e explicando a servidão como uma consequência da dominação. Numa mordaz crítica à tradição / costume como uma das

primeiras razões da servidão e à liberdade natural, - os animais não se submetem sem reação, mas se acostumam ao arreio ou ao cativeiro, apresenta o homem capturado pela sujeição. Porém, diante de argumentos que se excluem, volta sua crítica para **a educação como reprodução ou conformação, sem perspectiva de mudança, apenas a repetição** (*Os homens, e os bichos, os homens como os bichos, os antigos e os modernos parecem querer, agir, conforme a criação que receberam*), **à Religião ((Bíblia) e seu discurso sobre a servidão**, pois

(...) não basta responder que homens novos escolheriam a liberdade e prefeririam obedecer à razão em vez de servir à um homem. Logo que introduzida, a ressalva arruína essa resposta e, com ela, a suposta conclusão de todo o desenvolvimento. A menos, acrescenta, que fosse como a de Israel que, sem coerção e nenhuma precisão, deu a si mesma um tirano. (Idem, p. 150)

Suas duas hipóteses, a que desmente o poder do costume e a idéia da liberdade natural como um fato dado (predeterminação) que se contradiz com o acostumar-se às trevas de uma vida sem liberdade, suprimem a noção de desejo, de uma escolha pela escravidão. Assim, o homem está irremediavelmente condenado a desejar a condição que lhe é dada, condenado a desnaturalizar-se.

(...) Desse modo, os homens nascidos sob o jugo, mais tarde educados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outro bem nem outro direito que o que encontraram, consideram natural a condição do seu nascimento. (Idem, p. 150)

Não, porém, sem resistências: a memória de sua primeira natureza, referência à liberdade animal, e o exemplo de Ulisses que sempre buscava a fumaça de sua casa para se orientar, reforçam a noção de uma liberdade humana indestrutível (p. 151), pois “alguns” entre os que não aceitam passivamente o jugo se ancoram na razão e no saber e colocam o desejo de liberdade acima das ilusões da servidão. La Boétie diz que

“esses alguns” são estes que, tendo a cabeça por si mesmos bem feita, ainda a poliram com o estudo e o saber. Estes, mesmo que a liberdade estivesse inteiramente perdida e de todo fora do mundo, a imaginam e a sentem em seu espírito, e ainda a saboreiam; e a servidão não é de seu gosto por mais que esteja vestida.”(Idem, p. 151)

Na crítica ao determinismo, que subtrai o homem livre à determinação do político e impede a criação, pois não há espaço para ela, mostra uma outra estratégia de libertação, através do saber contido nos livros, instrumentos de combate à tirania e de fortalecimento da resistência. O caráter político da resistência encontra sua potência

nesses “alguns” que não são livres para se comunicar, mas para conhecer e se reconhecer mutuamente/entreconhecer. São sujeitos singulares que afirmam sua singularidade e resistem afirmativamente ao poder de silenciar alguns, ainda que lhes neguem “fazer, falar, quase pensar”

(...) todos esses fatores, sem exclusão dos psicológicos, condicionam exteriormente o indivíduo no que diz respeito ao quero e ao sei, isto é, ao próprio ego o poder que faz face a essas circunstâncias, que liberta, por assim dizer, o querer e o conhecer de sua sujeição à necessidade, é o posso. Somente quando o quero e o posso coincidem a liberdade se consuma. (ARENDDT: 2003, p. 208)

São homens de ação os que, livres, são capazes de criar, constroem memória e fazem história, pois é da “sua iniciativa que os processos históricos são criados e sempre interrompidos, pelo *initium* que é o homem enquanto ser que age.”(Idem 219). Deles dependem as instituições políticas, sua permanência, sua conservação., pois detentores do “dúplice dom da liberdade e da ação” constroem a realidade e dela se apropriam.(Idem: p. 220):

(...) em tais circunstâncias, a liberdade não é vivenciada como um modo de ser com sua própria espécie de “virtude” e virtuosidade, mas como um dom supremo que somente o homem, dentre todas as criaturas terrenas, parece ter recebido, e cujos sinais e vestígios podemos encontrar em quase todas as suas atividades, mas que, não obstante, só se desenvolve com plenitude onde a ação tiver criado seu próprio espaço concreto onde possa, por assim dizer, sair de seu esconderijo e fazer sua aparição(Idem, p. 218).

Por meio de simbologias e metáforas, La Boétie assegura que o desejo de liberdade e o desejo de saber se confundem. Os que não conseguem olhar o que está diante dos pés estão subjugados, de cabeça abaixada, rendidos; não divisam atrás e na frente, portanto, incapazes de analisar o passado e pensar o futuro; somente os que rememoram o passado para julgar/avaliar o tempo vindouro são portadores de uma memória do futuro, pela criação de modos de produção subjetiva, seja pela resistência afirmativa ao assujeitamento, seja pela criação de outros modos e caminhos que podem fazê-los escapar a uma tendência homogeneizante ou a uma padronização em rede. Talvez nessa linha de fuga, no uso do saber como defesa, se encontre a possibilidade de tentar a liberdade, cuja conquista não deveria ser uma luta vã, já que

(...)Nunca se lamenta o que nunca se teve e o pesar só vem depois do prazer; e com o conhecimento do mal sempre está a lembrança da alegria que passou. (Idem: p.153)

Se, como quer La Boétie , “alguns” entre o povo são capazes de chegar à liberdade , através do saber, da identidade, de uma correta avaliação do passado, presente e futuro que deságüe numa interpretação portadora da ação, ou seja , levada a efeito por indivíduos capazes de iniciativas, não se pode menosprezar que a força e o segredo da tirania estão na cumplicidade desse povo miúdo , que afastado do conhecimento/saber nutre e mantém com seu desejo de servidão a própria dominação. Numa demanda de servidão que antecede à instalação do poder tirano, o lugar do um é a garantia da luta pela liberdade, lugar que precisa existir para que o eu possa ser o sujeito que se funda em si mesmo.

Ora, o vínculo dessa liberdade ao conhecimento e ao reconhecimento mútuo, à memória da luta pela libertação pode ser associado no mundo dos museus à Mesa de Santiago do Chile, que em 1972 abriu a possibilidade de reconhecimento do conceito de patrimônio integral e da geração de uma versão de museu adaptado às necessidades e à realidade dos países da América Latina.

Indaga-se, portanto, por que se mantém uma sujeição dos museus latinoamericanos à hegemonia de um único modelo de museu , o museu clássico , herdado dos europeus e que pouco têm a dizer aos povos latinoamericanos ? Como e para quê esses povos, problematizando ou não a instituição clássica de museu, sem se demitir de seu direito de criar e gestionar memória, iniciaram processos museológicos comunitários, estes sim, identificados pelas comunidades que os criaram como integrantes de sua dinâmica vital?

Mas o desejo de saber continua rompido com o do povo. (p.170). La Boétie critica no seu *Discours* as formas modernas de dominação. O nome de Um que na modernidade era a razão e na república, o povo, hoje transfigura-se na técnica , na moda, no mercado, na busca do corpo saudável. A tese da servidão, constitutiva do humano, silencia o homem, paralisa sua ação, amansa suas pulsões, domestica-as de tal modo que mesmo o discurso da libertação pode criar novas servidões.

Portanto, para pensar o ideal da modernidade, onde o que prescinde a existência do Outro é afirmação de si, problematiza-se o porquê da servidão voluntária. Mas é preciso saber por que a modernidade inventa o mito de Robinson Crusoe trazido pelo mito prometico. Seria ele a negação da servidão? No entanto, ele só ganha existência na existência do leitor que somos.

Lança-se o homem na busca de sentido para preencher o vazio, no desejo que não se sacia, pois se nutre da fabricação de expectativas, de necessidades que duram e onde subliminarmente manipula a mão invisível do mercado, exigências civilizatórias retroalimentando exigências pulsionais, conflito esse que Freud chamou de mal-estar da civilização. Diante de um homem que não só é produto como processo, o dilema se instala na percepção de qual será o ponto da mudança.

5.2.O discurso da resistência pela ação libertadora

Um conceito moderno de História emerge das reflexões de Hanna Arendt

(...)ela não mais compôs-se dos feitos e sofrimentos dos homens, e não contou mais a estória dos eventos que afetaram a vida dos homens; tornou-se um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana.(ARENDT: 2003, p.89)

O homem, embora não possa fazer a natureza, no sentido de criação, age sobre ela, inicia processos, experimenta e da mesma forma como se pode fazer no domínio da história, constatou-se que o faz também no domínio físico-natural.

Muito menos *homo faber* do que “ um ser que age”, é no âmbito da ação e não da fabricação, portanto envolvendo aventura, aposta, riscos e a impossibilidade de controlar, que o homem participa das mudanças. Sua ação pode produzir conseqüências e estas são o início de um novo processo, uma nova cadeia de acontecimentos, em que, para escapar à sua inexorabilidade, só é possível forçar o processo numa certa direção, o que H. de Varine sentencia: *maîtriser le changement* – controlar a mudança.

Se a consciência de si se produz na vida, ela traz também a dimensão trágica na ação do homem e na sua incapacidade de produzir um fim previsível. Pois o mundo da fabricação, onde o início é definido e o fim previsível, se desenlaça com o produto final que sobrevive ao processo de fabricação, com vida própria. É nessa dimensão que podemos situar algumas diferenças conceituais entre o museu clássico, com coleções de objetos que tendem a permanecer, e o museu processo, que se fundamenta em ações coletivas para preservar a própria dinâmica social de construir patrimônio e memória.

Dessa forma, não há como enquadrar o museu feito com a ação de pessoas no modelo clássico do museu feito com coisas. Chegamos então ao conflito em que vivem os museus que se abrigam no texto da Carta de Santiago e que se miram nos movimentos pioneiros dos museus comunitários no México ou nas experiências de três décadas na França, Portugal, Itália, Espanha, Suécia, a partir do Ecomuseu da Comunidade Urbana do Creusot (França) e já difundidas em três continentes: América (México, Canadá e Brasil), Europa e Ásia (Japão , Índia, China).

Por um lado, estamos longe de criar um novo paradigma de museu, mas afirmativamente ampliando o trinômio clássico onde um **prédio** conserva e exhibe **coleções** a um **público** que o procura **para estudo, conhecimento ou entretenimento** para o tripé assentado num **território** que abriga o **patrimônio** de uma **comunidade participativa**, de cuja dinâmica social e vital faz parte como **instrumento de afirmação e desenvolvimento**.

Por outro lado, existe a dificuldade de resolver questões internas próprias do mundo dos museus clássicos e seus profissionais especializados, dificuldades que antes margearam a hostilidade e o não reconhecimento dos museus processos, saídos de iniciativas comunitárias, onde a própria comunidade se mobiliza e se responsabiliza pelo patrimônio e pela gestão da memória, ainda que sem muito profissionalismo e muito mais por reconhecê-los como sua proprietária e beneficiária.

Mais de três décadas após o marco revolucionário da Mesa Redonda de Santiago do Chile 1972/2007, que gerou o conceito de patrimônio integral e um documento divisor de águas da Museologia Contemporânea - a Declaração de Santiago, comunidades, em diferentes partes do mundo, movidas por objetivos e necessidades singulares, reinventam o museu, e por meio de suas práticas de apropriação e transformação do patrimônio, constroem memória e resistem afirmativamente a uma tendência homogeneizante de processos de construção de memória. Tentamos, a partir do estudo e da análise da práxis dos museus comunitários, ecomuseus e iniciativas museológicas na América nesse espírito, interpretar o movimento das comunidades na criação e gestão de museus pela libertação de suas forças vivas, empoderando-as e elevando-as à condição de instrumentos de afirmação de suas singularidades, de resistência afirmativa e de mudança, prontas para serem usadas para o desenvolvimento local e comunitário. Mais que isso, interessa-nos saber quanto a memória tem contribuído para

a produção de subjetividades e de que modo ela empodera os sujeitos coletivos em suas ações.

No texto *O museu comunitário é herético?*, Hugues de Varine confirma que o museu comunitário é um ato político:

(...) E chegamos finalmente ao que é mais repreensível no museu comunitário, aos olhos do mundo dos museólogos profissionais : ele mostra convicto e sem complexos sua vocação política, pois quer ser um instrumento de desenvolvimento do território e da participação da comunidade e de seu patrimônio nesse desenvolvimento. (VARINE: 2005)

Consolida-se com o discurso de Hanna Arendt – *Entre o passado e o futuro* - a constatação da validade da luta contra a imposição de um modelo hegemônico ou contra sua feição homogeneizante e padronizadora , à medida que se negligencia o movimento das museologias populares, saídas das comunidades , inicialmente sem qualquer aparato profissional ou técnico, o que vai sendo adquirido na troca com os museus convencionais sensíveis à causa comunitária. Com o fim do sujeito kantiano e com ele o fim da ética, tese trazida por Dufour, resta-nos sobreviver sob esses destroços no não –limite, na permissividade do “tudo pode” e remover os escombros do esvaziamento da dimensão política do laço social, interrogando-nos : De onde vem essa inexorabilidade dos acontecimentos? Como produzir uma teoria que supere discussões ultrapassadas terceiro-mundistas sobre opressão, segregação, exclusão e avançar na criação de soluções híbridas e afirmativas ? Como superar a tragédia do inacabamento da natureza humana e de nossa eterna fragilidade ante o imprevisível?

5.3.Liberdade e ação : a metamorfose pela criação

A gestão comunitária do patrimônio e a educação permanente da sociedade para a cidadania, intervindo no desenvolvimento, são atualmente consideradas formas criativas de ação de comunidades que criaram seus próprios museus. Os novos museus têm esse caráter de emanar das comunidades e são reconhecidos como iniciativas que as empoderam e as tornam protagonistas e criadoras de memória.

A vocação política dos processos museológicos comunitários tem sido a abordagem de proa na reflexão sobre a contribuição dessas iniciativas à museologia contemporânea.

Apresentada em Molinos, Aragão- na Espanha, no *XI Atelier Internacional do MINOM*, em 2005, na Mesa Redonda *Proyecto en la Nueva Museología* , afirmava-se que

A problemática surgida após o transplante de comunidades das áreas de risco do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais em Santa Cruz, conflitando com os moradores nativos, o adensamento populacional sem a adequação de uma infraestrutura básica , o agravamento conseqüente das necessidades e dos problemas já existentes mostram porque e de que modo a comunidade local tomou o futuro sob seu controle, com a apropriação do patrimônio de sua cultura viva e fez emergir um processo ecomuseológico na referida região. O ingresso da Nova Museologia como estratégia de enraizamento da população no seu território e a tendência cada vez maior das sociedades de promoverem a construção de sua autonomia política e econômica demonstram o compromisso dos cidadãos responsáveis com a busca da qualidade de vida para todos , sinaliza uma pedagogia patrimonial comunitária e questiona o divórcio entre o museu clássico e a população, propondo um exercício de subjetivação da comunidade que quer fazer ela própria o seu museu ao usar o patrimônio como ferramenta de apropriação, libertação e sustentabilidade com a geração de rendas. A museologia da libertação faz seu caminho . (PRIOSTI:2005)

Segundo Varine, a noção de patrimônio cultural e natural dos territórios e das comunidades começa enfim a aparecer (ou a reaparecer) como um capital cultural local, ao lado do capital social e do capital econômico(VARINE: 2006), confirmando a potência de agir das comunidades na sua apropriação, responsabilização coletiva pela preservação e utilização desse capital.

Os museus comunitários e os ecomuseus são testemunhos dos grupos nesse musealizar a própria dinâmica da vida comunitária , superando todas as expectativas de cega obediência a um modelo cristalizado e assegurando à rede a diversidade da trama cultural e a singularidade de cada processo.

5. 4. Museologia comunitária e educação

O tema da educação na problemática museal teve seu debut nos Seminários Internacionais da UNESCO, sobretudo nos anos 50 , abordando Museus e Museologia e que exploravam o alcance das ações museológicas centradas na educação. A valorização e o desenvolvimento dessas novas abordagens mostravam a preocupação com essa interação e a sua importância no contexto dos museus. Já em 1952, no *I Seminário Internacional da UNESCO*, realizado em Nova Iorque, de 14 de Setembro a

12 de Outubro, a *Função Educativa dos Museus* é o foco das discussões. Este seminário teve como base de trabalho os resultados do *Encontro de Especialistas de Educação e de Museologia*, ocorrido em Paris, em 1951, sobre a temática do «Papel Educativo dos Museus», que em resumo assumia que :

- o serviço educativo e museu devem ser encarados como centro comunitário;
- deve haver uma cooperação entre as escolas e os museus;
- os serviços educativos não devem ficar restritos ao trabalho com crianças, mas deve-se atender a todos os níveis etários;
- os museus mais recentes / novos museus podiam ser também um «centro comunitário» com actividades várias no sector da cultura e lazer;
- “[...] os museus deveriam adequar as temáticas tratadas, às preocupações e

interesses da sociedade na qual estavam inseridos.” (SANTOS : 2007 apud PRIMO: 2007, p.134)

O *II Seminário Internacional, em Atenas*, 1954, de 13 de Setembro a 10 de Outubro, novamente contempla a *Função Educativa dos Museus* que abordou os seguintes aspectos:

- Os museus podem contribuir socialmente como recursos de educação, sobretudo nos países subdesenvolvidos;
- A importância das exposições como recursos educativos;
- A relação entre os museus e seus públicos visitante ou utilizador;
 - . Importância educativa das exposições;
 - . Importância do «museógrafo» como mediador cultural;
 - . Cooperação entre as escolas e os museus;
 - . “articulação entre a temática expositiva, visitas escolares e curriculum

escolar” (SANTOS : 2007 apud PRIMO: 2007, p.135)

Data também dessa década a introdução da idéia de Museu como espaço excepcional de educação de adultos, fazendo a ligação entre os conteúdos do ensino formal e a sua vida.

A inserção da educação na problemática museal passa a fazer parte das preocupações na América Latina, destacando-se a acessibilidade do acervo e, simultaneamente, o crescimento da preocupação da sociedade com a Função Educativa dos Museus. No III Seminário Internacional ela é fortemente marcada, contemplada neste caso pelo Iº Seminário Regional, da UNESCO, igualmente sobre a Função Educativa dos Museus que decorreu de 7 a 30 de Setembro de 1958, no Rio de Janeiro (ARAÚJO:1995, p.11 a 16) organizado em parceria com o ICOM (Conselho Internacional dos Museus) sendo presidente Georges - Henri Rivière.

Desde então essa aproximação entre Museologia e Educação convergiu para uma sólida relação, afirmando sempre o museu como um poderoso instrumento de educação não formal.

Ao longo de toda a segunda metade do século XX, os museus exercitaram sua prática educativa de diferentes modos e criaram também um vocabulário próprio para as visitas, nada mais do que partes do processo de conhecer e se apropriar das coleções e dos códigos que encerra cada objeto, cada patrimônio. Visitas guiadas, monitoradas, atividades complementares à exposição acabaram levando a comunidade museológica à construção do conceito de **educação patrimonial**²¹ que vicejou por todo o Brasil nos anos 90 e na primeira década do século XXI e se estendeu aos ecomuseus, museus comunitários e museus de território, onde se explicitou a apropriação do patrimônio integral , material e principalmente do imaterial.

Educação patrimonial nos ecomuseus e museus comunitários

Voltada para a criação de situações que promovem a apropriação dos patrimônios reconhecidos pela comunidade, a educação pelo patrimônio busca sempre o reconhecimento de bens que essa comunidade identifica como seus e, a longo prazo, a

²¹ Conceito e expressão de Dra. Maria de Lourdes Parreiras Horta

formação e consolidação de uma co-responsabilidade pelo seu uso e conservação. A educação patrimonial, portanto, faz a interface dessa comunidade com o seu patrimônio, com a finalidade de sustentar sua permanência ou sua transformação processual no tempo, pela intervenção consciente e responsável dos seus membros. Trata-se assim de uma apropriação estratégica para uma gestão da duração do patrimônio. O museu então pode ser o mediador dessa educação, como detentor de coleções patrimoniais, acessibilizando-as à sociedade, fazendo-a apreender sua história e a memória que atualiza em cada visita. Ressalte-se que a educação patrimonial, concebida no âmbito da educação não formal, encontra no museu um espaço privilegiado e, ao mesmo tempo, uma ferramenta à disposição de diferentes públicos, de variada faixa etária para se apropriarem do seu patrimônio

Entretanto, os resultados das ações educativas pelo patrimônio patinam muitas vezes na superficialidade, quando o agente mediador dessa tarefa não está devidamente comprometido com o alcance da visita e, por osmose, transfere aos alunos sua atitude de alheamento ou descaso. O envolvimento do professor e dos alunos é um fator decisivo na educação patrimonial, seja nos museus clássicos, seja nos museus comunitários e ecomuseus.

Em Santa Cruz, a Educação Patrimonial, embora não tenha assumido essa designação, sempre foi o cerne da preocupação do NOPH, já que o dístico adotado desde os primeiros anos – Um povo só preserva aquilo que ama! Um povo só ama aquilo que conhece! – é por todos interpretado e usado como mote de uma educação pelo patrimônio. Ressaltava-se que somente conhecendo o patrimônio da localidade poderia haver uma verdadeira apropriação pelos membros da comunidade. Dessa forma, não foram poucas as ações nesse sentido, envolvendo não só a comunidade escolar como a população em geral em campanhas, movimentos nas praças, gincanas, feiras e mostras culturais, caminhadas, abraço ao patrimônio, saraus, exposições em tendal, exposições itinerantes, concursos, rodas de lembranças, publicações de folders, cartazes, artigos em revistas, inventário participativo e certamente a edição do Informativo NOPH e do Jornal Quarteirão (**ANEXO 10**).

Por outro lado, numa interação muito profícua com a rede de ensino público e privado da região, que corresponde à 10ª. CRE – 10ª. Coordenadoria Regional de Educação, muitos projetos e programas, desenvolvidos ao longo de quase três décadas, denotam o

avanço das ações que têm formado gerações sobre o conhecimento de seu patrimônio comum. No atual momento, retomam-se o Inventário Participativo e o Projeto Santa Cruz Revisitada como programas de investimento na educação patrimonial. Conscientes de que essa é apenas a ponta de um processo que exige compromisso com a continuidade, os dinamizadores do NOPH e do Ecomuseu perceberam que a educação patrimonial teve picos de resposta altamente positivas quando projetos de tal envergadura foram apropriados pelos professores, como os Projetos Santa Cruz Culturitiba – terra de muita cultura (1995), Santa Cruz Cultura Ativa: 430 anos de história (1997), Santa Cruz Cultura Viva(1998/1999); Viva Santa Cruz Viva! (2000), Grêmio Escola de Samba Mirim Unidos da Resistência Cultural (2001)(**ANEXO 11**), Futuro a gente é que faz! (2002/2003), Inventário Participativo (2003/2004), Ecomuseu : Escola de libertação (2005/2006), Santa Cruz Revisitada (a partir de 2005), Santa Cruz : 200 anos da Presença Real (2008) entre outros.

Um dos momentos mais relevantes que comprovam os efeitos da ação ecomuseológica em Santa Cruz relata o episódio da tentativa de roubo de duas colunas graníticas originais da Ponte dos Jesuítas em abril de 2005 (**ANEXO 12**), que foi veiculada por todo o Brasil em cadeias da rede nacional de notícias, tentativa fracassada porque um dos moradores da localidade de Jesuítas- Marcos Aurélio Rodrigues de Souza – conhecido por Guaxinim, não só impediu que o fato se consumisse, sob risco da própria vida, como acionou a polícia, o NOPH, o Ecomuseu e autoridades. Por outras vezes, Guaxinim, personagem pública do bairro Jesuítas, tomou a iniciativa de defender esse patrimônio da ação de vândalos, do abandono a que muitas vezes tem sido relegada envolta em mato e lixo, da ação de obras “restauradoras” de qualidade duvidosa, promovidas por órgãos públicos, entre outras. Iniciava-se ali uma incansável campanha do NOPH e do Ecomuseu, representando a indignação da comunidade violentada pela tentativa de roubo e degradação do seu Patrimônio, pela recuperação das colunas que foram recolhidas pela Polícia Federal e entregues a Fundação Parques e jardins até o final do processo.

Reportagens, campanhas pela internet, entrevistas e depoimentos compuseram o rol de intervenções para que as colunas retornassem ao seu devido lugar. O mais significativo de todos esses acontecimentos foi o reconhecimento do quanto é importante a apropriação do patrimônio pela comunidade. Guaxinim é somente um exemplo do

potencial de cidadãos que reconhecem, amam e cuidam do patrimônio coletivo como seu também.

Um outro exemplo contundente dos efeitos da ação ecomuseológica na comunidade de Santa Cruz é a fundação de uma cooperativa de mulheres costureiras e bordadeiras, moradores do Conjunto Habitacional João XXIII – a COOSTURART -, cuja primeira coleção foi inspirada no patrimônio local, com direito a desfile de modas e participação no Fashion Rio, reportagens nos jornais de moda etc. Ainda hoje, organizadas e contempladas com importantes parcerias como da FIRJAN, Petrobrás, etc., elas revelam o quanto foi significativo a sua inclusão como proprietárias de um patrimônio comum tais como a Ponte dos Jesuítas, o Palacete Princesa Isabel, as Ruínas do Matadouro, o Hangar do Zeppelin, as palmeiras imperiais, entre outros.

Por fim, a própria Escola de Samba do bairro- o GRES Acadêmicos de Santa Cruz- assumiu como enredo do Carnaval de 2004 a história do bairro e a cultura viva da região, numa apropriação pedagógica singular do patrimônio imaterial dessa população, compartilhando –o na Marquês de Sapucaí no Desfile oficial de acesso. (ANEXO 13)

Nessa nossa pesquisa, apresentamos aqui mais uma especificidade dessa relação entre a museologia e a educação, buscando dessa vez o foco para a museologia comunitária e o uso do patrimônio e do próprio museu como fatores de resistência e criação, portanto, de mudança.

A combinação dos dois modos de resistência citados anteriormente - **pela demarcação de espaços e enfrentamento dos conflitos** (lógica disciplinar) e **pela invenção e disseminação daquilo que inventam**(lógica rizomática / redes) nos conduziu ao pensamento de Paulo Freire e à perspectiva da *Educação como prática de liberdade* (FREIRE, 2000). A despeito das obras deste grande pensador da educação parecerem, à primeira vista, se afinarem apenas com a perspectiva disciplinar, já que utilizam categorias referidas a oposições – opressores / oprimidos, dominantes / dominados – pensamos que as idéias de Paulo Freire apontam para uma dimensão mais complexa, que pretendemos aqui justificar, explicando os motivos de nossa escolha.

Essa escolha tem, em primeiro lugar, um enraizamento histórico particular. A relação entre a museologia comunitária e a educação se constituiu a partir de meu próprio percurso profissional, inicialmente como educadora e em seguida como membro

atuante no NOPH. Foi a partir do encontro com as idéias de Paulo Freire que essa relação se inaugurou em minha trajetória.

Enquanto educadora, a leitura reflexiva das obras de Paulo Freire me proporcionou uma compreensão das mazelas e seqüelas de modelos pedagógicos que foram sistematicamente limitando a capacidade criadora e a cidadania de várias gerações brasileiras, divorciada que estava a educação oficial da real demanda da população, afásica nos seus mais recônditos sonhos. Se, durante décadas a fio, como profissional da educação, me vi quase sempre afastada ou simplesmente surda aos apelos culturais da comunidade, deixando-me levar pelo sistema, não me ocorria nunca, ou talvez não quisesse perceber, que, como todos os outros mestres, eu me tornara não mais que uma peça na engrenagem e, sob os véus de competentes programas e conteúdos, reproduzia um *status quo* somente favorável a um controle cada mais refinado das subjetividades.

Conceitos como educação transformadora, cidadania, pedagogia da libertação, participação popular foram sendo por mim identificados em cada linha, em cada parágrafo da obra freiriana, a ponto de eu questionar o que estava fazendo com a geração que eu educava, ao insistir em priorizar projetos e programas pedagógicos criados em gabinetes refrigerados por especialistas que desconheciam até mesmo os limites de seu próprio município, quanto mais as necessidades e a diversidade cultural de sua população. Na primeira leitura da *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE:1983), percebi a necessidade de uma transformação que teria como ponto de partida meu próprio modo de educar. Entendi o que o autor queria dizer ao afirmar:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE: 1983,44)

Se a pedagogia freiriana sensibilizou-me para uma nova postura pedagógica como professora, despertou também a porção comunitária até então adormecida. Estas mudanças no meu perfil profissional ocorriam simultaneamente a uma reação de diferentes segmentos da comunidade, face às grandes transformações estruturais vividas na localidade de Santa Cruz, a partir da implantação do Distrito Industrial na década de 60 que alterava profundamente o cotidiano e a configuração dos modos de vida da comunidade.

Quando a iniciativa comunitária desta organização (NOPH) começou a influenciar os temas de minhas aulas, com seus apelos patrimoniais e museológicos, não me foi mais possível manter o divórcio entre a vida profissional e a então tímida participação comunitária.

Ingressei então no universo da museologia, cursando numa nova graduação. Eu buscava entender e explicar, através dela o processo em pleno acontecimento naquela comunidade; o que ocorreu, contudo, é que fui tomada pela convicção de que era uma outra museologia que ela demandava.

Na leitura de textos de Hugues de Varine, os conceitos de ecomuseu, patrimônio integral e desenvolvimento foram absorvidos e contrapostos nas pesquisas decorrentes para conceber por quê, como e para quê uma sociedade constrói o seu museu, cujo patrimônio é a própria vida nas suas feições natural e cultural. Na tentativa de desenvolver essa linha de pensamento e de aumentar meu senso crítico e minha lucidez política, me dispus então à reflexão sobre os reduzidos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) na região de Santa Cruz, aferidos pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – com base nos critérios saídos da UNESCO/ ONU e amplamente divulgados pela imprensa.

Ao investigar a relação entre os baixos índices de desenvolvimento humano e as políticas públicas que não usavam a escuta da comunidade como método, pude perceber que estas, ao privilegiarem determinadas regiões já bem favorecidas no que tange aos recursos econômicos e humanos, alijam do exercício pleno de sua cidadania parcelas significativas da sociedade dos bairros periféricos aos grandes centros urbanos, atrofiando nelas a aspiração a uma melhor qualidade de vida e suprimindo-lhes muitas vezes a própria sustentabilidade e a capacidade de se desenvolverem.

Ao mesmo tempo, no NOPH consolidava-se uma parceria bem-sucedida entre o museu/ecomuseu e a escola, em Santa Cruz. A experiência do ecomuseu urbano e comunitário – em processo desde a fundação do NOPH- trazia à baila a conexão indissociável entre cultura e educação. Pôde ser percebido de forma muito viva, por todos os integrantes do NOPH, como as práticas museológicas e as práticas

educacionais configuravam uma profícua simbiose, estendendo o alcance dos dois campos. Devido a sua conexão com a educação, o ecomuseu não se deixa reduzir a projetos de comprometimento ecológico ou ambiental, mas aponta para um sentido mais amplo que ultrapassa tanto a reconhecida necessidade da Educação Patrimonial quanto a de um calendário de pontuais atividades educativas no museu. Pode-se dizer que museu e escola se interpenetram, já não se diferenciando quais as atividades de um ou de outra, integrados que parecem estar na vida cotidiana. E esta relação se torna fundamental na construção de uma memória social: a experiência do Ecomuseu de Santa Cruz tem evidenciado a interação entre o museu e a escola na construção de situações-vida²², promovendo não apenas a resistência cultural e subjetiva de uma memória social como capacitando lideranças e instituições organizadas para a tomada de iniciativas.

Não foi o acaso que trouxe o tema da Educação como um dos eixos do debate do III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, realizado em 2004, em Santa Cruz, sede do 1º Ecomuseu da Cidade do Rio de Janeiro. Ainda que muitos tenham compreendido e assimilado a importância da educação na construção do patrimônio, na sua difusão e na sua própria perenidade, seja ele natural ou cultural, material ou imaterial, tem sido mais raro do que deveria o uso do conhecimento do patrimônio da comunidade na formação de uma responsabilidade com uma memória autogestada, na qual a comunidade se compromete com seu futuro, com a criação de vínculos com o território, com a construção de sua autonomia.

Em Paulo Freire encontramos os instrumentos teóricos para pensar esta profícua relação entre museu e educação, e suas conseqüências na construção da memória social. Para que essa memória possa afirmar-se em seu potencial de autonomia e criação, é preciso que as práticas museológicas possam afirmar-se como práticas de liberdade, e o exercício comunitário como ação libertadora. Num plano que poderíamos chamar de disciplinar, essa libertação é a das subjetividades comunitárias em luta com o poder vigente que, com suas políticas públicas impostas, estaria conduzindo à descaracterização do patrimônio e da memória de um grupo; mas essa libertação é também a das práticas museológicas que se exercem no ecomuseu em sua luta contra os

²² Entendemos por situações-vida as “práticas do cotidiano”(Certeau , 1994) , tiradas do *modus vivendi* da comunidade.

pressupostos da museologia convencional, segundo os quais um museu é feito para ser visitado e/ou consumido por uma comunidade, como um produto elaborado por outros que não ela própria. (VARINE, 1997)²³. Entretanto, apontando para um outro plano que poderíamos chamar de rizomático, essa libertação é também a da possibilidade de autonomia, da invenção de novos modos de vida, da criação de si que, ao invés de se opor ao poder do Estado ou a um campo de saber convencional, se dissemina rizomaticamente pela comunidade num primeiro momento e, depois, por todas as comunidades que também anseiam por essa experiência.

Aponta-nos Paulo Freire os três níveis de uma ação libertadora (FREIRE: 2002): primeiro o educador reflete sobre o modo como ele próprio trabalha: para a mudança ou para a reprodução do sistema? Nesse estágio , busca soluções para as crises e situações-limite, e busca superar-se abrindo-se para o novo, para o não tentado anteriormente . Só então despe as velhas respostas e aprende as novas, substitui o velho por um novo modo de agir e atuar. A transformação começa a partir dele e inicia-se, na transmissão ao educando, a transformação coletiva. Num estágio intermediário, a experiência de se libertar precisa encontrar outros sujeitos de histórias similares, que vivem a mesma experiência da libertação. É a necessidade de mirar-se em outros espelhos e ver a si próprio em terceira pessoa, ver a própria imagem de outro ângulo. Num estágio a seguir, com uma visão ampliada, tem-se a necessidade de mostrar a eficácia e a universalidade do método ou caminho encontrado, a superação e libertação subsequente, a necessidade de internacionalizar a resposta local e, sobretudo, o desejo de partilhar o que deu certo. A isto se chama “ação cultural libertadora”.

Trabalhamos com a hipótese de que a experiência vivenciada num ecomuseu e num museu comunitário poderia ser pensada como uma **pedagogia de “ações culturais libertadoras”**. As experiências consolidadas têm demonstrado que, com o desenvolvimento dessas ações a comunidade vai aprendendo a se conhecer, a redimensionar suas potencialidades , a valorizar sua cultura viva , a libertar as forças vivas da comunidade e se capacitar para o agir, criando novos modos de subjetivação coletiva e de construção de memória.

²³ Entrevista a Odalice M. Priosti. In: PRIOSTI, Odalice Miranda. In: Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade. Rio de Janeiro, UNIRIO/ PPGMS: Dissertação de Mestrado em Memória Social, 2000)

Portanto, sustentado na reflexão sobre conceitos, métodos e práticas de dois campos de atuação – Museologia e Educação- o presente trabalho pretende defender a idéia de que nos ecomuseus e nos museus comunitários – e, em particular, no ecomuseu de Santa Cruz – exerce-se uma prática museológica libertadora como estratégia criadora da memória social. Em outros termos, esta pesquisa afirma a ecomuseologia e a museologia comunitárias, com elas questionando os pressupostos da museologia convencional que não privilegiam a emergência das subjetividades coletivas. Para tanto, pretendemos utilizar os princípios filosóficos freirianos de educação para a prática da liberdade e ação cultural como resistência coletiva a padrões construídos em outras realidades e por outros grupos sociais. Tomando como base o pensamento de Paulo Freire, pretendemos mostrar como é possível alimentar uma pedagogia alternativa a modelos pedagógicos e museológicos refratários às forças vivas da cultura de uma sociedade, propondo a construção de novas práticas sociais de memória. Intencionamos, desse modo, mostrar que é possível impulsionar de forma endógena, através da criação dos “novos museus”, o desenvolvimento de comunidades mais críticas, intervindo dessa forma, por meio de gestões participativas, no campo da formulação de políticas públicas mais democráticas e na ampliação das condições de cidadania.

Capítulo VI: MUSEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO – A PEDAGOGIA PATRIMONIAL LIBERTADORA DOS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS COMUNITÁRIOS

Neste capítulo pretendemos desenvolver uma concepção que talvez possa, ao nosso ver, trazer contribuições para o campo da museologia, principalmente no que diz respeito às iniciativas museológicas comunitárias. Trata-se da noção de museologia da libertação.

Para construí-la, vamos nos apoiar na proposta de pedagogia da libertação de Paulo Freire. Todavia, não pretendemos simplesmente transpor uma idéia do campo pedagógico para o campo museológico. Diversamente disso, pretendemos nesse deslocamento de um campo a outro, fazer a noção sofrer alguns deslocamentos e enriquecê-la com novos desenvolvimentos. Vamos utilizar a noção de Paulo Freire naquilo que ela é capaz de trazer para iluminar algumas teorias e práticas museológicas, sem nenhuma pretensão de fidelidade ou imitação absoluta.

Uma das modificações que gostaríamos de destacar na concepção museológica, em relação à ideia de pedagogia da libertação proposta por Paulo Freire, diz respeito à própria idéia de libertação: pretendemos pensar uma libertação que não resulte apenas de relações de oposição – opressores e oprimidos, por exemplo- mas que seja também uma libertação das subjetividades naquilo que elas possuem de mais inventivo e singular.

Com o intuito justamente de diferenciar o que está em jogo na noção de museologia da libertação, bem como o nosso próprio procedimento ao construir a noção, vamos iniciar demonstrando o modo pelo qual desejamos conceber as relações de imitação e de criação. Para isso, vamos utilizar um outro pensador, já apresentado no capítulo IV: Gabriel Tarde, segundo o qual trataremos aqui a **diferença** e a **imitação**.

Dissemos mais acima, no **Cap. V – no item 5. 4. Museologia comunitária e educação**, que as idéias de Paulo Freire não pareciam se reduzir, aos nossos olhos, a uma lógica disciplinar. Assim, pensamos que a idéia de práticas de liberdade e de “ações culturais libertadoras”, por ele propostas, podem ser utilizadas também para pensar a libertação das subjetividades através de práticas criativas e inventivas, que se disseminam rizomaticamente pelo campo social. Para esclarecer melhor esta dimensão

criativa da subjetividade e da memória que, ao invés de fortalecer-se pela oposição, ganha força pelo contágio, vamos utilizar o pensamento do sociólogo francês Gabriel Tarde.

Um dos conceitos que fundamentam a idéia de libertação das subjetividades, tal como será pensada nessa pesquisa, é **a diferença**, conceito trabalhado por Gabriel Tarde em sua obra de referência *As Leis da Imitação* (TARDE: s/d). Para Tarde, a invenção humana se entrecruza sempre com a imitação. Tarde pensa a constituição do campo social a partir das diferenças, e não das semelhanças. Mudando o foco das semelhanças para a diferença, ele constata que a imitação e a invenção se articulam e se sucedem: se, por um lado, cada invenção inaugura um novo modo de imitação, uma nova série aberta; cada imitação é também uma nova invenção, ou seja, a imitação anterior acrescida das marcas do seu tempo e espaço, e não a repetição do mesmo.

Portanto, cada movimento de imitação pressupõe um novo desenho, uma nova configuração, já que, ao repetir o movimento, este se contamina com a marca de quem o executa, tornando-o assim diferente do anterior. Algo é acrescido, pois marcado está por aquele que repete o movimento anterior. Trata-se, portanto, de criação e é dessa forma que se pode pensar, a partir de Tarde, a memória: repetição e invenção ao mesmo tempo.

Pretende-se pensar a idéia de libertação, contida no pensamento de Paulo Freire, em consonância com o pensamento de Gabriel Tarde e sua concepção de criação, na qual “existir é diferenciar-se” (TARDE: s/d), ou seja, imitar é repetir o anterior de forma diferenciada. É desse modo que se pode pensar a estratégia pedagógica a ser adotada no museu comunitário, um museu que pretende libertar-se de um modelo, libertar-se, a partir da redescoberta do local, com outro olhar, após os nutrientes da informação sobre o local. Mas libertar-se também independentemente do que ou de quem construindo uma autonomia nos modos de vida, nas maneiras de valorar os bens e de constituir a memória, inventando, permanentemente segundo os problemas encontrados nas situações cotidianas. Nesse sentido, o museu não difere de ninguém, mas vai diferindo de si mesmo em seu exercício diário, levando em conta que **diferenciar-se é a própria criação de si**, e que um museu, ao diferenciar-se permanentemente, cria sua forma própria.

Estendendo essa idéia à instituição museu, podemos pensar que, a cada construção/concepção de um novo museu, a imitação de um modelo jamais será a imitação do mesmo, pois cada sociedade será capaz de criar o museu segundo suas próprias necessidades num dado espaço-tempo vivido e cada museu deverá refletir a realidade dos sujeitos coletivos que os constroem, ou seja, libertar as subjetividades para serem elas mesmas, forças vivas singulares impulsionando a criação no próprio exercício da repetição.

Obviamente, da mesma forma os museus instituídos podem ser repensados e ser contaminados pelas formas, métodos e estratégias do museu comunitário, o que pode ser demonstrado através das novas práticas de ações educativas que vêm buscando uma aproximação ainda maior com as comunidades, fazendo-as participantes e até curadoras de exposições ao ar livre, itinerantes, aproveitando a fala dos próprios habitantes/moradores da região. A realização de feiras culturais, saraus, oficinas relâmpago de artesanato, exposições compartilhadas utilizando objetos cedidos pela comunidade, exposições com roteiros externos à sede do museu, visitas aos patrimônios da cidade orientadas ou dinamizadas por gente da comunidade mostra que essas práticas tão comuns nos museus comunitários e ecomuseus tem encontrado eco nos demais museus e mesmo sido incorporadas ao seu cotidiano.

Assim, escapando à rigidez de um modelo museológico herdado dos europeus, a criação de processos museológicos comunitários aproveita idéias básicas de museu instituído, mas as adapta ou recria segundo as próprias demandas das comunidades que os criam nos seus específicos espaços vividos. Ao mesmo tempo, é importante, nas práticas exercidas no ecomuseu, que suas conquistas possam ser “imitadas” diferentemente, no sentido de Tarde, por outras comunidades, espalhando-se quase como um contágio: é talvez a isso que se refere Paulo Freire, quando afirma que a experiência da libertação precisa encontrar outros sujeitos com histórias similares, sendo preciso difundir e internacionalizar a resposta local, a fim de partilhar o que deu certo.

6.1. Museologia da libertação

É neste sentido que na pesquisa pretendemos pensar uma **Museologia da Libertação**²⁴ revelada à luz da memória social, cujos fundamentos poderiam estar na base de um museu educador- libertador que, ao adotar a libertação das forças culturais simultaneamente pela oposição e pela afirmação, mesclando a imitação e a diferença, produz memória.

Em outros termos, pretendemos pensar a possibilidade de libertação das forças vivas de uma comunidade pela musealização do espaço vivido e por ações patrimoniais que afirmam as subjetividades coletivas ao mesmo tempo em que se opõem às políticas públicas impostas, e que afirmam sua singularidade museológica ao mesmo tempo em que combatem os fundamentos da museologia convencional. A museologia da libertação seria, a nosso ver, o processo pelo qual as comunidades – e particularmente a de Santa Cruz – pode construir uma memória enquanto resistência, uma memória que não se assujeita a um modelo que lhe foi imposto, mas que com ele negocia, imitando-o e diferenciando-se dele de múltiplas maneiras.

Numa outra perspectiva, a própria criação de museus por iniciativa das comunidades reforça a idéia de que a libertação de que tratamos aqui refere-se também à libertação das forças vivas, endógenas da comunidade no seu exercício de subjetivação. A museologia da libertação representa uma produção de processos museológicos diferenciados, “os novos museus” – museus que colocam os sujeitos no centro de sua preocupação, em vez dos objetos e das coleções que eles produziram. Ou seja, são museus nos quais a intenção primeira não é a conservação ou a sobrevida dos bens de uma coleção ou de uma coleção de patrimônios mas, primordialmente, o desenvolvimento de uma comunidade consciente e responsável para o agir e criar, capacitada para a construção de sua memória e para o exercício da cidadania.

Portanto, estamos tratando aqui de criação onde os fatores essenciais e determinantes são as singularidades de cada comunidade. É nesse sentido que o exercício da “escuta” será adotado como o método próprio. Ouvindo as falas dos habitantes, estaremos

²⁴ Citada por Hugues de Varine no texto *A Nova Museologia: Ficção ou realidade*, In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Museologia Social*. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2000, pp. 24-25 e em seu livro *Les Racines du futur- Le patrimoine au service du développement local*, 2002, p.183, foi apresentada por esta autora no III EIEMC – III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, Rio de Janeiro, 2004. In : CD Rom Atas do III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM, 2004

libertando suas histórias de vida, conhecendo o destino das memórias trazidas para esse espaço, vindas pela imigração ou pela remoção das favelas do Rio e seu reassentamento em Santa Cruz. Teriam essas lembranças espaço e condições adequadas para sobreviverem? Foram esquecidas? Ou submergiram temporariamente, à espera do momento próprio para entrar em cena?

Como dissemos no Capítulo III, p.82-84, ao propormos a museologia da libertação, nossa idéia é a trabalhar a memória como um processo pedagógico de subjetivação e de libertação das forças vivas das comunidades.

Sem o propósito de um aprofundamento na questão teológica e muito mais interessados na aproximação à atmosfera de ruptura do fator principal do subdesenvolvimento: a dependência, trataremos aqui da passagem de uma dependência cultural para uma libertação. Pois, se o modelo desenvolvimentista acionou uma consciência nacionalista, é certo também que foi promovido com base num capitalismo dependente, que distribuiu de forma desigual os benefícios para os países já desenvolvidos e os malefícios aos países historicamente atrasados, subdesenvolvidos e periféricos(BOFF : 2001, p.110), aprofundando o vácuo entre os mais ricos e os mais desfavorecidos.

À dependência entre o centro e a periferia se deveria opor um processo de ruptura e de libertação. Portanto, desfazia-se a base para a Teologia do desenvolvimento e se criavam os fundamentos teóricos para uma teologia da Libertação. (Idem)

Portanto, o que nos religa a essas questões é somente o contexto histórico da efervescência político-social que antecedeu o sopro renovador na Igreja, provocando nos anos 60 a emergência de diversos movimentos eclesiais e populares e o reconhecimento de uma América Latina por ela mesma, ou seja, uma América Latina que toma decisões e escolhe seus próprios caminhos, plantando as bases de uma libertação sócio-política. A Nova Museologia, inspirada na educação libertadora de Paulo Freire e norteadada pela Declaração de Santiago, desmistificou a imperiosa necessidade de copiar ou imitar os museus da Europa e aproximou os protagonistas de diversas experiências de novos museus e assim

(...) os militantes da nova museologia se reconhecem e buscam uma “museologia da libertação” (termo de Odalice Priosti) própria para ajudar as comunidades a encontrar nelas mesmas e fora delas a força e os meios

para viver e agir como sujeitos e atores de seu próprio futuro. (VARINE: 2005)²⁵

Podemos afirmar que as reflexões de Hugues de Varine e mesmo a provocação de sua reverência/ reconhecimento da contribuição do pedagogo brasileiro aos fundamentos da Nova Museologia, articuladas com as Freire, culminaram com a apresentação do texto *Museologia da Libertação e a construção democrática do patrimônio do futuro* (PRIOSTI, 2004), para as discussões preparatórias do III EIEMC- *III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*, realizado no Rio de Janeiro, em Santa Cruz, em 2004, em reunião conjunta com o *X Atelier Internacional do MINOM*. O tema - Comunidade, Patrimônio compartilhado e Educação justificava a expansão do conceito de museu educador –libertador para uma museologia diferenciada capaz de reler a obra de Paulo Freire (*Educação como prática de liberdade*) e aproximá-la da experiência dos ecomuseus e dos museus comunitários e simultaneamente decodificar o sentido dos processos de libertação, tal qual a interpretação de Leonardo Boff, na esteira da *Teologia da Libertação*, adaptando-a à Nova Museologia.

Com relação a Paulo Freire, trabalhamos com as noções de **pedagogia da libertação** (lidas por nós como processos pedagógicos que promovem e estimulam a produção de subjetividades e através delas libertam as forças vivas da comunidade) e **pedagogia da autonomia** (pela qual o homem toma a si a capacidade de escolhas e tomada de decisões), conforme foram apresentadas no livro *O Tempo Social*, de H. de Varine. Estas noções serão revisitadas e transpostas por nós para os processos museológicos como fundantes de uma **museologia da libertação**.

O conceito de museologia da libertação, entendido como processo de musealização que parte das próprias comunidades produzindo subjetividade, foi trazido à discussão no III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, em setembro/2004, em Santa Cruz, Rio de Janeiro, por extensão dos princípios da teologia latinoamericana da

²⁵ Tradução livre de OMP do original em francês: (...) *les militants de la nouvelle muséologie se reconnaissent entre eux et poursuivent leur recherche d'une "muséologie de la libération" (mot d'Odalice Priosti) propre à aider les communautés à trouver en elles-mêmes et em dehors d'elles la force et les moyens de vivre et d'agir en sujets et acteurs de leur propre avenir.* (VARINE: 2005)
Articles publiés dans: *Les Nouvelles de l'ICOM*, Vol. 58, No. 3, 2005. ICOM -La décolonisation de la muséologie

libertação por um lado, e por referência à *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 2000).

Desde 1999, nos preparativos para a realização do II Encontro Internacional de Ecomuseus (II EIE), proposto pelo Ecomuseu de Santa Cruz, junto ao qual se realizou também o IX ICOFOM LAM- IX Reunião Anual do Comitê Internacional do ICOM para a Museologia na América Latina e Caribe, em 2000, no Rio de Janeiro (Santa Cruz), mantivemos com Hugues de Varine estreita correspondência via Internet. A comunidade local preparou todo o Encontro, organizada em seis grupos de trabalho: Pesquisa Acadêmica, Administração e Secretaria, Divulgação, Recursos Financeiros, Manifestações Culturais e Recepção e Turismo, que planejaram e executaram todo o programa. Nessa época, nossas questões mais conflituosas abordavam quase sempre as limitações impostas pelo poder público às ações culturais comunitárias do ecomuseu, em nome de uma autonomia reivindicada. Essas reflexões à distância engendraram o programa do II EIE e incluíram entre os ateliês dos grupos de trabalho o tema: **Museu educador-libertador: pedagogia**, o qual foi coordenado pela Profa. Dra. Maria Célia Moura Santos²⁶, que trazia sua própria experiência na concepção e fundação do Museu Didático-comunitário de Itapuã²⁷, na Bahia. Minha própria imersão nas obras de Paulo Freire também sedimentou o que chegamos a conceber como “museologia da libertação”:

*Pois trata-se não só da libertação da confiança em si, da criatividade, da capacidade de iniciativa, mas também de uma libertação das dependências culturais, da promoção de valores consagrados, do poder do saber, etc. A Mesa redonda de Santiago do Chile de 1972 enobreceu essa museologia, sugerindo o primado do homem e da comunidade como autores e atores de uma instituição que não deveria estar unicamente a serviço de suas coleções ou de seus conservadores (técnicos), ou mesmo a públicos cultural e socialmente minoritários*²⁸. (VARINE, 2002, p. 183-184)

²⁶ A profa. e museóloga Maria Célia T. Moura Santos publicou um livro *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus*, Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA: 1993, onde na página 43 questiona: *Não é viável assumir o papel de museu educador, comprometido com uma nova prática pedagógica para transformar?*

²⁷ Ver Santos, Maria Célia T. Moura. *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário em Itapuã*. Salvador:UFBA, Faculdade de Educação, 1995. Tese (Doutorado em Educação)

²⁸ Tradução livre da autora do texto original: *... Car il s'agit bien de la libération de la confiance en soi, de la créativité, de la capacité d'initiative, mais aussi d'une libération des dépendances culturelles: consommations, promotion des valeurs sacrées, pouvoir des savants, etc. La Table Ronde de Santiago du Chili de 1792 a donné des lettres de noblesse à cette muséologie, en suggérant le primat de l'homme et de la communauté comme auteurs et acteurs d'une institution qui ne devrait être au seul service de ses*

Aqui privilegiamos a interface com a educação, contemplando a “pedagogia da libertação” de P. Freire. Ao nosso ver, trata-se de uma museologia protagonizada por comunidades que, numa abordagem claramente política no sentido mais nobre da palavra, criam processos museológicos, ou seja, musealizam seu espaço vivido, seu patrimônio, as relações dinâmicas da vida em comunidade e os utilizam como meios e caminhos para conscientizar os membros das comunidades sobre si mesmos, afirmar suas especificidades, potencializar neles a autonomia e a iniciativa. A musealização processual seria como um aprendizado lento e cumulativo onde a participação direta das comunidades nas escolhas, tomada de decisões e conseqüentes iniciativas pudesse contemplar uma libertação de subjetividades coletivas, as quais, sustentadas por um conhecimento de si, emergem e se afirmam, resistindo a um contexto político-cultural que desestimula a inovação.

6.2. Capital cultural e Memória

As últimas décadas do século XX viram despontar no mundo dos museus a introdução de uma nova preocupação: a preservação do meio ambiente como fator de sobrevivência da espécie humana. Contemplando especialmente a dimensão local, **o ambiente, além de espaço das relações entre os humanos e não humanos, é compreendido como uma construção permanente e, simultaneamente, um patrimônio cultural potencialmente utilizável pelas comunidades que o habitam para o próprio desenvolvimento.**

Compreendendo-se a definição de Hugues de Varine, para quem “o desenvolvimento local é o fruto da mobilização dos recursos locais e da construção de uma iniciativa concertada de valorização desse recurso” (VARINE: 2006)²⁹, as estratégias e métodos criados pelas comunidades em suas relações com esse ambiente são iniciativas que desembocam em processos museológicos diferenciados que desde o início aqui foram agrupados como “novos museus”.

Segundo esse autor todo território possui um **capital social** traduzido no conjunto dos membros de uma comunidade, dos laços que os unem e das capacidades de cooperação

collections ou de ses conservateurs, ou même de publics culturellement et socialement minoritaires. (VARINE:2002,p. 183-184)

²⁹ Conferência em Castelo Branco- Portugal- out.2006

que detêm, individual ou coletivamente; um **capital cultural** que é o patrimônio em todas as suas formas, inclusive as paisagens e os bens imateriais, e a cultura viva da comunidade e um **capital econômico** composto da mão-de-obra, os recursos do solo, as infra-estruturas, as atividades primária, secundária e terciária, a economia investida e disponível (Idem).

Nesse sentido, levantamos questões sobre as relações entre o capital cultural e a memória na discussão ambiental e conseqüentemente apresentamos questões referentes ao valor intrínseco e de mercado de Natureza e Cultura . Ancorados no conceito de memória e sua construção pela sociedade, podemos mostrar sua interface com a noção de capital cultural e com a instituição museu.

Por meio de uma abordagem teórica , podemos comprovar a interferência ou o ingresso desses conceitos na questão ambiental, seja na validação empírica dos novos museus (museus comunitários, ecomuseus e museus de território ou de desenvolvimento) que, a partir dos anos 70, começam a emergir das ações de comunidades que desejavam participar do processo de musealização e preservação de seu espaço vivido, seja na gestão da memória ambiental , ou ainda, a partir da entropia dos museus e a problemática da degradação natural do objeto musealizado e desfuncionalizado, reconhecer a existência de museus vivos, onde o foco primordial é a vida cotidiana e as interações entre os sujeitos e os seus espaços de relações recíprocas.

Essas novas formas de musealizar a dinâmica da vida criam perspectivas para um museu centrado muito mais nas pessoas , nos movimentos ou processos dos grupos sociais no seu ambiente, em busca de um desenvolvimento durável e em condições de sustentar suas singularidades e a diversidade do todo, ante as tendências homogeneizantes da globalização. Em função desses argumentos, indagamos de que modo o conceito de rede poderá fortalecer a idéia de museu vivo no mundo contemporâneo.

Portanto, uma vez definidos natureza, sociedade, cultura e memória social, o desafio é debruçar sobre diferentes áreas do conhecimento e sob diferentes olhares disciplinares, explorar iniciativas em acontecimento para fortalecer argumentos que podem mostrar os museus comunitários, ecomuseus e processos similares como um novo fluxo de imitações, no sentido de Gabriel Tarde, para escapar à soberania do mercado

globalizado e à tendência homogeneizadora de construção de um padrão único de memória social. Mais ainda: mostrar também os “novos museus” como propagação, por imitação, de estratégias e métodos inovadores numa potencial produção de subjetividades coletivas e híbridas, as quais, em trocas com as correntes hegemônicas, podem sinalizar a revitalização da instituição museu.

A relevância do desenvolvimento da questão ambiental ancorada na memória ampara-se na preocupação e interesse mundial na **participação** dos grupos sociais na **gestão do patrimônio**, aqui entendido como o Ambiente, composto do patrimônio natural e do cultural em interação. Essa responsabilização traduziu-se nas sociedades primitivas pela transmissão oral das gerações mais velhas às mais novas, formando uma cadeia de conhecimentos e experiências necessários à sobrevivência dos grupos.

No Brasil, a partir da experiência pioneira nesse sentido – o *Ecomuseu de Itaipu*, no Paraná, nos anos 80 – uma nova configuração da instituição museu se apresentou, inaugurando uma preocupação com a questão ambiental. No seu rastro ou em trilhas diferentes, outras comunidades também criaram seus museus com objetivos e funções diversificados. Algumas mostraram sua potência na ênfase da função social de novos museus que se traduziram em ecomuseus urbanos, museus comunitários, museus territórios e outras iniciativas, voltados sempre para a questão do patrimônio, da participação dos cidadãos, do desenvolvimento local, da educação, da cidadania, entre outras. Muitos desses processos fizeram evoluir, na forja da experiência viva, conceitos de museu, patrimônio, coleção, exposição.

Antigos conceitos e preconceitos cederam a vez à idéia geral de que todas as populações são capazes de criar e gerir museus, desde que não lhe seja imposto um único padrão e que sejam respeitadas as suas especificidades e singularidades nas formas e modos de criá-los.

Por outro lado, verificou-se também um movimento para que essas experiências fossem reconhecidas e para que a avaliação da qualidade de suas ações museológicas não fossem medidas por um único diapasão. O tema da diversidade torna-se hoje a palavra viva do direito à diferença nas atividades museológicas.

Todas essas constatações trazem a marca indelével do vínculo à Mesa de Santiago do Chile, 1972, a partir da qual os museus se inscreveram numa nova história. Afinal,

passados 38 anos, de fato “agarramos a mudança” ?(PRIOSTI & MATTOS: 2007)
Somos capazes de gerenciá-la? Tornamo-nos capazes de gerir participativamente nosso patrimônio integral? Que lições tirar das comunidades que criaram novas formas singulares de musealizar a vida que pulsa no ambiente? Como as comunidades, responsabilizando-se pelo seu capital cultural, podem também ser gestoras do próprio futuro? De que modo as comunidades podem usar o patrimônio integral, ou seja, esse capital cultural, como recurso para o desenvolvimento local, para a melhoria da qualidade de vida?

Com base em um escopo teórico diversificado, que contempla a inter-multi-pluri – trans-disciplinaridade, senda singular multifacetada para preencher a análise da complexidade e da hibridação de nosso objeto de estudo, essa pesquisa se nutre de múltiplas categorias e conceitos, alguns dos quais são contemplados, desobrigando-se aqui do esgotamento das questões que a temática pode oferecer.

Entre os diversos sentidos da **questão ambiental** nos últimos quarenta anos, duas correntes têm se destacado: uma cultural, como crítica ao consumismo e ao padrão capitalista, contestando o modelo fordista de industrialização da cultura, e outra, fundamentada na razão utilitária, onde gerentes do capital apontam para uma preocupação com a continuidade desse padrão.

Dos anos 60, que evidenciam uma lógica econômica postergando no tempo o encontro de um limite dos recursos (matérias-primas) até os anos 90, que interrogam a humanidade sobre o futuro do planeta, as matrizes discursivas, a cultural e a utilitária se debatem no encontro de respostas, a primeira associando a crítica ao consumismo à idéia de sustentabilidade, chegando mesmo à crítica à globalização e ao mercado globalizado, a segunda trazendo a questão da capacidade de suporte que deve ser respeitada e se o mercado será capaz de manter a suficiência do planeta.

Esses dois discursos têm dado visibilidade a dois modelos de ações estratégicas onde se acopla ao capital o potencial de inovar com as tecnologias mais eficientes ou o surgimento da noção de justiça ambiental.

O embate entre os dois projetos desemboca numa organização ecológica, recusando as políticas que submetem o ambiente à voracidade dos lucros, onde entram conflituosamente em jogo as condições materiais e sociais de reprodução e as práticas

sociais de ocupação do espaço. O próprio conflito ambiental, ora velado, ora denunciado, se apresenta como um sintoma da insustentabilidade das práticas sociais predadoras e da necessidade de se politizar as ações e impedir a reprodutibilidade das relações sociais nocivas ao ambiente.

Embora se perceba, muitas vezes, uma estratégia estéril de “ignorar os conflitos” ou um acordo simbiótico entre os envolvidos, por outro lado, menos por uma racionalidade ecológica e mais por uma disputa entre várias perspectivas, alega-se o pertencimento ou o direito ao lazer ou à memória da paisagem, pois a legislação raramente é produzida com a escuta dos atores e é necessária muita criatividade para que uma comunidade se faça ouvir.

Essa produção de subjetividades expõe a correlação de forças em cena, mostra a fertilidade dos conflitos e sublinha a qualidade do discurso democrático capaz de ouvir a voz dos movimentos mais fracos e de alguma forma ajudá-los a se fortalecerem. Se no discurso capitalista, a palavra charneira é a quantidade, o discurso da cultura aponta para a qualidade de vida, categoria que depende da construção dos atores e, portanto, de sujeitos. Mas, é indispensável, para a compreensão da questão social nela imbricada, desconfiar do discurso da harmonia como estratégia de silenciamento, canalizar a sintomatologia dos conflitos para a busca de projetos alternativos, aproveitar as situações quentes dos embates como situações de aprendizado.³⁰

Entre a crise dos paradigmas das ciências e a crise das relações homem- natureza, onde esta se apresenta como limite à expansão das potencialidades do homem, é na modernidade que se compreende o homem dentro de uma sociedade que inclui a natureza, homem este “ responsável por seus atos e livre para construir sua sociedade, conservando, ao mesmo tempo, o antigo sentido de serem dominadores da natureza.” (GIULIANI: 1998, p.153). A separação entre o homem e a natureza cresce a partir das mudanças profundas no espaço geopolítico, onde as comunicações encurtam as distâncias e o comércio e o colonialismo surgem como formas de dominação, justapondo-se a todo esse contexto uma mudança na concepção do tempo, antes dual (tempo histórico: idéia de progresso e tempo da terra : tempo cíclico e de permanência) para um tempo linear, a partir de Darwin, que submete tudo ao tempo histórico e

³⁰ Anotações de aula – EICOS/ Sociologia Ambiental e Ecologia Social -Prof. Dr. Henri Osvaldo (convidado)

pressupõe o homem como sujeito não predeterminado e submetido ao acaso, como todos os outros seres. Em suma, o tempo da vida e da criação. A reconciliação do homem com a natureza vai consolidar o questionamento sobre a autoridade do homem sobre ela.

No entanto, há que se pensar em estratégias para que essa reconciliação possa ser contínua e eficaz e assegure um apropriar-se responsável do patrimônio, o que definitivamente inclui a educação como caminho para uma conscientização do cidadão sobre o papel que lhe cabe nesse cenário. A *Educação como prática da liberdade* nos parece de substancial importância na fundamentação da museologia da libertação, razão pela qual buscamos reler a obra, com olhos de pesquisador participante e educadora que viu, nas práticas do *Ecomuseu de Santa Cruz*, semelhanças genéticas aos princípios filosóficos de Paulo Freire.

6.3. Releitura de “Educação como prática da liberdade”, sob o ângulo da Memória Social

Na entrevista de Hugues de Varine a mim concedida(**ANEXO 14**) em Póvoa de Lanhoso, Portugal, em 1997, no contexto das *X Jornadas sobre a Função Social do Museu*, realizadas pelo MINOM, *Movimento Internacional para uma Nova Museologia*, revelou-se a importância do pensamento de Paulo Freire para a Museologia.

Até então, meu contato com sua obra havia sido na busca da professora por novos caminhos, afinados com o desejo de uma intervenção mais responsável: a educação transformadora. Assim, na sequência dessa busca, a *Pedagogia do Oprimido*, *A Pedagogia da Esperança*, *A Pedagogia da Autonomia*, *Professora, sim. Tia, não – Cartas a quem ousa ensinar*, *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos* fizeram parte da pesquisa e conseqüente imersão em seus princípios filosóficos.

Desde o início de minhas incursões na Museologia, já como membro da equipe dinamizadora no *Ecomuseu de Santa Cruz*, o desafio de trazer a obra *Educação como prática da liberdade*, de Paulo Freire, para o campo da museologia motivou mais uma releitura, agora com outro objetivo, o de descobrir de que modo o pensamento do pedagogo brasileiro interveio, ainda que não estivesse presente na Conferência do

ICOM de 1972, no Chile, na construção da *Declaração de Santiago*, marco teórico que desencadeou o novo pensamento na evolução desse campo de estudo.

Na entrevista, assegura Varine que

O museu comunitário, o ecomuseu como museu da ecologia humana, a nova museologia têm essa capacidade de libertar o que as pessoas têm, coletivamente, de melhor nelas mesmas.

Pode-se, sem dúvida, traduzir as obras de Paulo Freire em linguagem museológica e lamentarei sempre que ele não pudesse, por erro dos políticos, animar a mesa redonda de Santiago, na qual ele tinha aceito se traduzir. (Apud PRIOSTI:2000)

Reler agora *Educação como prática da liberdade*, com o olhar de quem emergiu museóloga no processo santacruzense, tem a dupla função de aprofundar o viés educador- libertador dos processos museológicos comunitários e justificar a afirmação de que, assim como a educação transformadora, podemos pensar numa museologia libertadora que se inicia como uma museologia em trânsito, no tempo e no espaço, atravessando fronteiras e respondendo com suas práticas e experimentações às necessidades sociais contemporâneas, a partir de 1972(*Mesa de Santiago do Chile*).

Portanto, se já no prefácio de Francisco Weffort percebe-se o relevo dado à pedagogia da liberdade que enfatiza a participação livre e crítica dos educandos, as lições saídas do educador apontam, nessa obra, que somente no contexto da liberdade, podem se dar a alfabetização e a conscientização e, com elas amalgamadas, a participação histórica do homem na transformação da realidade.

Transpor para a museologia esse princípio essencial – alfabetização e conscientização, na obra, dedicado especialmente à alfabetização, mas que pode se estender a qualquer aprendizado, é o fundamento desse capítulo e o desafio que me impus, após quase duas décadas imersa nesse processo e emersa dessa reflexão que, no dizer freireano, “transitivou” minha conduta.

A relevância política desse pensamento está no redimensionamento da exclusão dos analfabetos, ainda hoje uma mácula na evolução histórica de nossa gente brasileira, a despeito dos avanços pedagógicos. Não se pode omitir também a ascensão das massas populares, a sua emergência política, a democratização que conquistaram e as transformações estruturais das cidades, com o êxodo rural. Ressalte-se, porém, que os frutos dessa democratização, colhidos apenas pelos “cultos”, pois para eles a

população não tinha condições de participar democraticamente levaram a atitudes paternalistas e / assistencialistas tão nocivas quanto a própria democracia parcial e seletiva, já que suprimem a participação e a transitivação de seus atos, a capacidade de tomar iniciativas, de decidir por si mesmos.

É nesse panorama que o movimento da educação popular assume o papel pedagógico de instrumentalizar o povo para assumir sua subjetividade no processo de construção de mundo, onde a prática passa a ser valorizada como uma das exigências fundamentais da pedagogia de Freire.

Da mesma forma, entendemos que o campo museal se ressentiu, durante muitas décadas, da não-participação das populações dos processos que instituíram os museus, o que contribuiu para que não pudessem “ler” sua mensagem, entender seus códigos, conscientizar-se de sua própria cidadania, “analfabetas” em sua apropriação da realidade e em sua criticidade e portanto impotentes para a decisão, para a responsabilidade social e política. Em suma, para a participação consciente e responsável.

Entendemos que parte dessa não-participação ou dessa intransitividade se deve ao desconhecimento das populações sobre o seu próprio patrimônio, como parte da realidade em que estão inseridas. Assim, podemos considerar que, se o aprendizado da leitura e da escrita – a alfabetização – que, junto com a conscientização, se torna uma ferramenta de cidadania e apropriação crítica do mundo, o conhecimento do patrimônio deve ser entendido como uma “alfabetização” na apropriação da realidade. Esse processo, uma vez incorporado ao nosso cotidiano e por ele realimentado, não pode sofrer descontinuidade, da mesma maneira que a alfabetização, iniciada em dado momento de nossa vida, evolui cada vez mais, numa sucessão de novas aquisições que, por sua vez, nutrem nossa forma de “ler” criticamente o mundo em que vivemos. E dada a partida, não há mais retrocesso, pois esse conhecimento, tanto a alfabetização na acepção mais literal do termo quanto a alfabetização patrimonial no sentido figurado, é cumulativo e nos liberta para agir responsabilmente como cidadãos conscientes do nosso papel na sociedade. Pois afirma Freire, em sua nota de rodapé - nº 23(FREIRE: 69)

É preciso, na verdade, não confundirmos certas posições, certas atitudes, certos gestos que se processam, em virtude da promoção econômica – posições, gestos, atitudes que se chamam tomada de consciência – com uma posição crítica. A

criticidade para nós implica na apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, na sua integração, na sua representação objetiva da realidade. Daí a conscientização ser o desenvolvimento da tomada de consciência. Não será, por isso mesmo, algo apenas resultante das modificações econômicas, por grandes e importantes que sejam. A criticidade, como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias.
(FREIRE: 69)

Portanto, se a consciência crítica significa o reconhecimento da consciência histórica é com ela, como sujeitos históricos, que afirmamos a liberdade.

Educação Popular e Política

Historicamente, o movimento da educação popular ligou-se de modo visceral à política, à emergência política das massas. E era visto como uma ameaça à situação, dado o crescimento do eleitorado em várias regiões do país e sua vulnerabilidade à manipulação populista e às pressões da época. Toda essa questão é explicitada com detalhes por Weffort, que sinaliza também que “o trabalho do educador deveria se complementar com um trabalho propriamente político de organização de massa” (WEFFORT: 31).

As conseqüências da mobilização populista e do seu uso por políticos para o êxito nas urnas, nos anos 60, já foram bastante exploradas em estudos que buscam os fundamentos do longo período ditatorial que se abateu em nosso país por longas e sofridas décadas. A nós interessa apenas colher, no trabalho de Freire, as bases de um aprendizado da democracia e estudar, no movimento da sua educação popular, as práticas educativas que levavam à libertação das classes populares, no sentido de libertar as forças que há nelas para transformar a realidade.

Transferindo essas idéias freireanas para a museologia, significa acreditar que as relações recíprocas entre o educador- museólogo e as comunidades constroem juntas, no processo criativo do museu educador –libertador, uma pedagogia da libertação, apropriando-se da realidade em que vivem, tomando consciência da situação. Weffort, reafirmando Freire, nos fala de “uma pedagogia que elimina pela raiz as relações autoritárias, onde não há “escola” nem “professor”, mas círculos de cultura e um coordenador, cuja tarefa essencial é o diálogo”. No campo da “museologia da libertação”, poderíamos entender que essa pedagogia, que também prima pelo diálogo e pela democracia, proclama que não há “museu” nem “museólogo / técnico ou

especialista”, mas uma rica relação de troca de saberes, musealizando o cotidiano e processando o futuro, pela libertação das forças vivas culturais das comunidades.

Ressalte-se aqui, novamente, o pioneirismo do México com seus *Talleres de Facilitadores de Museos Comunitarios*, promovidos pela rede UMCO – *Unión de Museos Comunitarios de Oaxaca*, que anualmente reúne membros de comunidades das Américas, para capacitá-los em organização comunitária e na gestão de museus comunitários. Essa atividade tem sido realizada com o apoio da *Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação* e é convocada pelo INAH – *Instituto Nacional de Antropología e História* para formar facilitadores de museus comunitários e tem oferecido bolsas integrais e parciais a membros dos ecomuseus e museus comunitários da América. Com uma metodologia própria, busca:

- *Formar facilitadores que transmitam técnicas e métodos participativos para a criação e desenvolvimento de museus comunitários em América, catalizando processos de organização locais.*
- *Através da formação de facilitadores, dar continuidade à criação e desenvolvimento de museus comunitarios em cada país participante.*
- *Através da capacitação coletiva de facilitadores de diversos países, impulsionar a rede de apoio solidario e cooperação de museus comunitários da América (Tercer taller de facilitadores de museos comunitarios de América, Convocatória, 2009)*

desenvolvendo os seguintes pontos:

- O marco histórico e conceitual de museu comunitário
- Criação do museu: a base do consenso
- Criação coletiva da exposición
- Museu vivo: relação com o desenvolvimento e construção de forças
(Idem)

No ano de 2009, um dos projetos desenvolvidos pelo NOPH / *Ecomuseu de Santa Cruz* – Projeto Santa Cruz Revisitada, foi selecionado para participar do *Tercer Taller*, participando juntamente com experiências de vários países da América e comprometendo-se em partilhar esses conhecimentos, o que foi cumprido com a realização da *I Jornada Formação em Museologia Comunitária* em Santa Cruz, Rio de Janeiro, de 23 de outubro a 07 de novembro de 2009, com a presença de representantes de inúmeros processos comunitários do Brasil. Nessa Jornada, uma adaptação do Tercer Taller foi ministrada por Teresa Morales, com a participação de mais de 80 interessados na metodologia mexicana.

Retornando à *Educação como prática da liberdade*, é o próprio Autor quem nos esclarece a incessante busca, na sua obra, do homem-sujeito, que por sua vez integra a sociedade também sujeito, tendo como bússola a experiência brasileira e as condições especiais em que se desenvolveu, embora reconhecesse a universalidade dessas idéias e sua aplicabilidade a toda e qualquer sociedade e em qualquer tempo.

Freire nos alerta ainda sobre a ambigüidade a permear suas observações e a sinalização das escolhas entre o ontem – sociedade sem povo, dominada por alguns privilegiados , sociedade que aliena o homem simples, minimiza-o, coisifica-o – ou o amanhã-protagonizado

por uma nova sociedade que , sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua História, opção por uma sociedade parcialmente independente ou opção por uma sociedade que “se descolonizasse” cada vez mais, que cada vez mais cortasse as correntes que a faziam e fazem permanecer como objeto de outras que lhe são sujeitos. (FREIRE: p. 45)

Sabia que a prática de uma educação que conscientizasse as camadas mais simples da sociedade brasileira, que as capacitasse para a apropriação da realidade e para a transformação da situação, não seria nunca um projeto sem conflitos, mas enfrentou o bom combate com o que chamamos as “heresias” de seu tempo, confiante nos resultados de sua pedagogia libertadora. Na experiência de Santa Cruz e de tantos outros ecomuseus e museus comunitários, o patrimônio, material ou imaterial, faz parte da cultura viva do povo e por isso está a serviço de sua conscientização e de sua libertação .

Museologia em Trânsito

*... o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está **no** mundo, mas **com** o mundo. Estar **com** o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.(FREIRE: p. 47)*

No Capítulo I- *A sociedade brasileira em transição*, Freire nos indica, que tanto mais é desafiado, na busca de respostas, mais o homem se organiza no combate: é pela ação – reflexão – ação, sua ferramenta crítica, que ele se concebe um ser singular, inacabado, a se completar na transitividade de sua consciência e também na sua ligação com seu Criador. Imerso no tempo, faz história quando se organiza, escolhe a melhor resposta, toma decisões e age, interferindo sobre a realidade para modificá-la. (FREIRE: p.48)

Diferentemente do animal que se acomoda e se ajusta, o homem (FREIRE: p.51) é capaz de integrar-se à realidade, de estar com ela e estar nela, condições únicas para que se humanize, se aproprie dessa realidade, fazendo cultura. É com isso que ele deixa de ser coisa e se torna homem, capaz de decidir e agir, deixa de ser objeto, imobilizado e vulnerável às prescrições de outrem, e só então torna-se sujeito.

Também na museologia brasileira, pôde-se perceber que as populações, tornadas acrílicas pelo paternalismo e pelo assistencialismo, e limitadas / atrofiadas em sua capacidade de criar e agir, se acomodaram ou se ajustaram à importação de conceitos e métodos forjados historicamente nas sociedades européias e que, transplantados para a neonata sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX, foram a base da criação de nossos museus. A transposição do museu à moda européia muito nos ajudou a compreender nosso *status* de sociedade que irrompia num contexto próprio, em condições diferenciadas. O amadurecimento dessa compreensão levou ao entendimento de novas exigências que começaram a pressionar por participação, por escolher temas e decidir ações, superando velhos temas e valores prescritos, impostos como se fossem os seus. Ou seja, libertando-se e só assim capaz de interferir na realidade. Não mais espectadora da realidade, mas sujeito transformador. Reafirmo nesse ponto uma das expressões que apreendi da obra de Hugues de Varine que sintetizam bem o que Freire já sinalizava com sua pedagogia: *maitriser le changement* já explicitado em capítulo anterior.

As três últimas décadas do século XX apresentaram por isso uma **museologia em trânsito**, tal como a sociedade que descobria suas potencialidades, seus novos valores, seus novos temas. Afirma Freire:

O tempo de trânsito é muito mais que a simples Mudança. Ele implica realmente nesta marcha acelerada que faz a sociedade à procura de novos temas e de novas tarefas. (FREIRE :p. 54)

O movimento histórico-cultural, vivido no Brasil a partir dos anos 60, preparou o ambiente museal para a emergência de novos museus e ao mesmo tempo, no fluxo e refluxo do movimento, em sua dupla função de conservar e transformar, aguçou “os choques entre um ontem que se esvaziava, mas querendo permanecer, e um amanhã por se consubstanciar” (Idem-Nota nº 10)

Despir as velhas fórmulas, criar novas não é um fazer cultural pacífico. É preciso que as roupas, puídas pelo uso ou por inadequadas ao novo corpo em formação na nação adolescente, esgotem sua validade.

Somente quando deixamos uma atitude reflexa, reprodutora de um sistema nascido fora de nossa sociedade e passamos criticamente para a atitude reflexiva fomos capazes de criar um museu mais aberto, de fazê-lo emergir pacificamente, vencendo os conflitos e bloqueios, insistindo na marcha tantas vezes retardada ou travada, às vezes distorcida ou mal interpretada, como aconteceu no processo santacruzense, silenciado ou imobilizado, por intermitentes períodos de inanição ou de falta de apoios.

O papel do educador

Se o educador nessa sociedade em transição é, como sinaliza Freire, aquele que, crítico, pensador da realidade, capta suas contradições, não podendo deter ou antecipar a mudança, ele *pode e deve, como sujeito e com outros sujeitos ajudar e acelerar as transformações, na medida em que conhece para poder interferir* (FREIRE: p.60). Percebe-se nele o papel de **mediador** nessa pedagogia que liberta os povos para serem eles mesmos- conhecedores de sua força, de sua autonomia, capazes da esperança, de ver com seus próprios olhos, portanto de projetar. A essa autoconfiança, acrescenta-se o senso de responsabilidade e a conseqüente ação que começa pela tomada de consciência que desenvolverá a conscientização na batalha a ser travada entre os que defendem o silêncio e o imobilismo do povo e os que crêm na escuta da sua fala e na sua participação.

A questão da responsabilidade (af incluindo-se pelo patrimônio, sua transmissão e sua transformação) é extremamente importante nesse contexto, pois envolve a **decisão para a ação**. É própria da vivência democrática. O verdadeiro educador é aquele que ajuda esse povo imerso e assistido, portanto, sem decisão, passivo, domesticado, incapaz de ação, a emergir como sujeito que escolhe e age, a sair da consciência intransitiva e da intransitividade ingênua – caracterizada pela argumentação frágil, subestimação do homem comum, supervalorização do passado como o melhor tempo) para a transitividade crítica - diálogo, responsabilidade social e política, receptividade ao novo e não- recusa ao velho, mas pela aceitação de ambos enquanto válidos.(FREIRE: pp.69-70)

Freire nos ensina que a prática da educação para a liberdade deve levar o povo a emergir da **consciência zero** – a intransitividade, com a **tomada de consciência** ou transitividade ingênua, até alcançar a plenitude de sua criticidade com a construção de uma consciência transitivo-crítica. Esse último grau de subjetivação só se consegue pela **ação educativa crítica** com esse objetivo.

Ratificamos o raciocínio e a lógica de Freire, com base na nossa prática, e podemos assim reconhecer os graus de subjetivação:

Consciência Zero --→ intransitividade

Tomada de consciência -→ transitividade ingênua (Transitividade 1*)

Consciência transitivo-crítica (Transitividade 2*)

*Designação da autora

Por outro lado, se focamos a museologia como campo de observação e análise, podemos transferir o papel do educador para esse museu educador-libertador a que nos referimos anteriormente, no Capítulo VI , Museologia Comunitária e Educação. É como facilitador desse processo de libertação que o novo museu, o ecomuseu, o museu comunitário podem ser entendidos, incorporando à museologia um novo indicador para o desenvolvimento das comunidades que desejam se libertar de si mesmas, resistir à massificação, reinventando-se através do museu.

O papel do museólogo na museologia da libertação

Qual seria na museologia da libertação o papel do museólogo? Ação educativa ou pedagogia patrimonial comunitária ?

No primeiro capítulo, Freire nos fala da sociedade em trânsito e no segundo, nos coloca, como ponto de partida, o contexto do Brasil daquele momento, uma sociedade fechada , sem experiência democrática, um Brasil ainda reflexo, ainda uma sociedade colonial e sem diálogo, um Brasil sem povo.(FREIRE: p.57)

Como ele mesmo coloca, era preciso falar desses antecedentes para que se compreendesse que a sociedade em trânsito apenas anunciava novos tempos, o aprendizado da experiência democrática. Essa lacuna, dificultada pelas condições da colonização e da sujeição às metrópoles, produziu uma sociedade não participante,

emudecida, apenas gravitando em torno de um poder centralizado, cujos primórdios replicavam e perpetuavam, nas relações acrílicas de submissão, a casa-grande e a senzala sob o comando do senhor – de – engenho.

O fechamento imposto a essa sociedade não só impediu a nossa vivência comunitária como a experiência democrática, isolando o homem comum sob a tutela do poder e negando-lhe a participação na vida política do país. Mesmo com o advento das grandes transformações urbanas, processo inaugurado por D. João no Rio de Janeiro capital do Reino Unido, com escolas, indústrias, imprensa e todo o rastro de melhorias verticalmente imposto pela presença real, o poder transferido das áreas rurais para as cidades não conseguiu promover a participação do povo.

Somente após o início do surto industrial em 1885, promovido pelo pensamento desenvolvimentista do Imperador Pedro II, o país acorda de seu longo pesadelo escravocrata, produzindo uma nova sociedade com outros hábitos e novo pensamento.

Entre as décadas de 20 e 30, o grande aumento da produção e novo sistema econômico e social de trabalho, com a força de braços imigrantes nas fazendas e nas indústrias, se traduz em novo surto de desenvolvimento que marcou o panorama nacional, criando-se no país novas organizações, novas respostas às questões políticas, culturais e sociais.

Porém, em nada se igualou a superação da inexperiência democrática o penoso e traumático aprendizado da participação popular, nos anos que antecederam e atravessaram os anos de chumbo nas páginas cinzentas do período ditatorial.

Ao mesmo tempo, no campo da museologia brasileira, limitávamo-nos a importar o modelo clássico de museu, marcado por conceitos e métodos herdados de nossa colonização. Um descompasso entre as novas experimentações em acontecimento nos anos 60 e 70, no México, Canadá, França e Portugal e a museologia brasileira neonata, à semelhança da metrópole, deixou um saldo de museus criados pelo poder, sem a participação do povo. O estranhamento da população a essa forma de memória, calcada no positivismo, logo se fez sentir. Não se identificava o museu pela sua mensagem, o museu não se incorporava à vida das populações, restringindo-se ao usufruto das classes mais abastadas e as ditas “cultas”.

Dois fatos explicam, por essa mesma linha raciocínio, a desvalorização do patrimônio popular e da autoridade da comunidade sobre esse patrimônio: o fato de o museu estar

centralizado numa coleção acumulada por colecionadores e /ou cientistas (os « conservateurs » no sentido francês do termo) e, paralelamente, o fato de um um patrimônio « tombado » ser definido pela autoridade político-administrativa ou pela UNESCO por critérios da cultura universal.

Essa fenda na relação museu/ população, tratada anteriormente nessa pesquisa, no Capítulo I – A Museologia e seus processos: dimensão espaço-temporal e função social, retorna agora somente como pano de fundo, na obra de Freire, para mostrar em que contexto surge a preocupação de encontrar uma solução para a participação histórica das comunidades na criação e gestão da sua memória.

Por isso, o terceiro capítulo desse ensaio de Freire - Educação “versus” Massificação é dedicado ao educador brasileiro na sua possível contribuição para fazer emergir o povo, pela participação, libertando-o de séculos de imersão. Para Freire, somente um processo pedagógico que ensinasse o povo a ser crítico de si mesmo poderia fazê-lo, driblando as estratégias de silenciamento e domesticação e nele ressalta o papel do educador crítico, mediando a relação do educando com sua realidade.

As citações sobre o pensamento de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira não deixam dúvidas quanto aos objetivos do projeto político-pedagógico de Freire. A necessidade de uma **educação para a decisão** a tornaria um instrumento de organização popular, uma educação para fora dos muros da escola, para um aprendizado de decisões coletivas, que se enraizasse na população e possibilitasse a reflexão, a discussão de seus problemas, que ouvisse, perguntasse e investigasse sobre eles. Como isso poderia acontecer? Praticando essa participação na vida da escola, no trabalho, na igreja, nas associações, nos clubes, em sociedades beneficentes, **a própria experiência do fazer**, formando assim a responsabilidade, através da crítica e da prática democrática. Para ele, essa é a teoria de que precisamos, que possa ser comprovada na prática, vivida plenamente, mas não imposta.

Dessa maneira, ousou trazer para a arena de reflexões não só minha própria experiência como professora integrada na realidade dos educandos, descobrindo neles a força da vida e dos saberes que trazem para a escola, capazes de me fecundar como educadora a serviço da conscientização dessa comunidade, mas também uma vivência ainda mais anterior, latente, a de membro de uma sociedade beneficente – a Caixa de Socorros Centro Familiar, onde, pelo exemplo de meus pais e seus companheiros, debutei na

valorização do serviço comunitário, ora como simples associada, ora como membro da diretoria, a partir de 2002. Porque esse testemunho pode explicar o ressurgimento dessa minha porção comunitária, transcrevo essas memórias:

“Minha relação com essa organização centenária, fundada em 1903 por antigos funcionários do Matadouro de Santa Cruz, remonta à infância, onde minha mãe e meu pai, sócios da cooperativa, ela integrante de seu quadro de funcionários, ele membro diretor, dividiam nossos momentos familiares com essa que acabou se tornando nossa segunda família. Crescemos eu e meus irmãos entre as conversas sobre as reuniões e assembléias, planejamentos, discussões e decisões tomadas em sessões noturnas na sede da Caixa, das quais não participávamos senão como ouvintes das vozes longínquas e das palmas ao final das falas, percebidas entre um dormir e despertar com o carrilhão anunciando as horas exatas. Morávamos no andar térreo do prédio sede e nos acostumamos a dormir com o ruído das vozes e da sineta, organizando a sessão, na doce companhia de mamãe, à espera do meu pai ao fim da reunião. Por isso, despertar para a prática e para a vivência comunitária haveria de acontecer mais cedo ou mais tarde, tanto ela estava entranhada na minha vida familiar. Com esse depoimento, resgato algo que havia passado despercebido a mim mesma, na trajetória desenhada pelo cotidiano de minha participação comunitária. São memórias que emergem e se revelam na presente reflexão, buscando descobrir a gênese do meu compromisso social com a comunidade a que pertença.”

A experiência comunitária, que está enraizada na sociedade santacruzense, se propagava em outros movimentos ligados à cultura, à educação, ao meio ambiente (clubes musicais, grupos de teatro, festas religiosas, sociedades carnavalescas, pesquisa histórica, sociedades de imigrantes, movimentos pela saúde, movimentos pela educação de qualidade, movimentos pela Baía de Sepetiba, entre outros), já bastante comentados em capítulos anteriores.

Portanto, essa prática em Santa Cruz, já desde os primeiros anos do século XX, contrastava com o pensamento de muitos intelectuais brasileiros que pensavam o país ainda na ótica da mentalidade européia e norte-americana, mas nunca o Brasil pelo pensar do brasileiro. Nas palavras do autor, a introjeção dessa forma de pensar o Brasil reproduzia uma sociedade que negava o Brasil como um projeto autônomo e que se refugiava no engrandecimento de sua cultura erudita (FREIRE:106). Eis porque, durante

tantas décadas, os museus também retrataram apenas o gosto de uma classe mais abastada, omitindo ou excluindo do seu discurso a cultura popular, inferiorizada ante o olhar calcado no pensamento estrangeiro que conseqüentemente, não percebia as camadas populares como sujeito ou capazes de iniciativa.

No capítulo 4 – Educação e conscientização, por diversas vezes, o autor sinaliza que a **críticidade** ou a **consciência crítica** é produto de um projeto político pedagógico com o explícito objetivo de formar a população para a participação democrática e para a responsabilidade. Mas não seria nunca uma educação como a que exclui milhares de potenciais cidadãos que, restando analfabetos, se desumanizam, perdem a oportunidade de uma consciência crítica e se perpetuam como objetos, sem alcançar nunca o protagonismo, sem se transformar em povo, “capaz de optar e decidir”(FREIRE: 110).

Nessa releitura de *Educação como prática da liberdade*, é possível traduzir o pensamento do pedagogo brasileiro para o campo da memória e da museologia, pensando que, com a democratização da cultura, as comunidades compreendem sua inserção no mundo, vislumbram a natureza como a mediadora das relações entre humanos e a cultura como aquilo que produzem para completar o mundo que não criaram, ou seja, descobrem-se criadores também, fazedores de cultura, construtores de memória, logo, fazedoras de museus também.

Assim, se o analfabeto, ao aprender a ler e escrever, começa a se instrumentalizar para “ler o mundo”, a olhar o outro de igual para igual, a dialogar e a agir e passa a ser o agente desse aprendizado, as comunidades, ao compreenderem e valorizarem o seu patrimônio, também se educam para utilizá-lo como ferramenta para “ler a realidade” e intervir para transformá-la. Mas, se não têm a consciência do valor desse instrumento, se não o reconhecem dessa forma, se tornam incapazes para a ação.

Portanto, quando uma comunidade chega à iniciativa de criar **seu** museu, significa que atingiu o estágio da consciência crítica. Vai, em seguida, se autoformar, preparar-se para “*maîtriser le changement*”. Adota uma atitude criativa, ela própria se educando e se integrando no tempo, percebendo-se ativa e não passiva, criando suas próprias respostas e caminhos, numa ação endógena, nunca doada ou imposta, mas deliberada coletivamente. Afirmamos aqui que, uma vez iniciada essa alfabetização de realidade, o processo é contínuo e autogerador, o museólogo no seu papel de **facilitador** ou

mediador, da mesma forma que, no método alfabetizador de Freire, o professor apenas colabora com a auto-alfabetização.

Mas qual seria o método a ser empregado nessa alfabetização da realidade?

Freire criou seu próprio método de alfabetização de adultos, fundamentando-se na prática bem-sucedida em Pernambuco. Na Museologia, diríamos que cada comunidade cria, praticando, seu próprio método para apreender a realidade. Por isso, não há um só ecomuseu ou museu comunitário que se assemelhe a outro. No entanto, é possível identificar, em todas as iniciativas, ações norteadoras que, sem obedecer a uma ordem prescrita, vão fazendo a decodificação da realidade, para que a comunidade se sinta nela e com ela.

Analisando as cinco etapas do método de alfabetização de P. Freire, procuramos aqui, numa aproximação à prática dos processos museológicos comunitários, traduzir as etapas do processo de apreensão da realidade, o que justificamos pela identificação dos princípios da pedagogia freireana como sustentáculos à análise teórica desses processos. Entretanto, ressalte-se que, de modo algum, essa tradução deve ser entendida como um caminho unívoco na construção de um “novo museu”, a partir de iniciativas da comunidade. São apenas tentativas de aproximações e síntese entre as práxis do que acontece no campo da alfabetização propriamente dita e da “alfabetização em realidade” (ou seja, o início do processo de musealização da vida pela comunidade).

É o que pretendemos, transpondo, a seguir, o quadro concebido por Freire para o que poderíamos chamar de leitura de mundo ou alfabetização em realidade.

<i>Alfabetização (ler e escrever)</i>	<i>Alfabetização em realidade</i>
<i>1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com que se trabalhará</i>	<i>1. Levantamento dos recursos humanos e patrimoniais da comunidade pela própria comunidade</i>
<i>2. Escolha das palavras selecionadas no universo vocabular segundo sua riqueza fonêmica ou dificuldades fonéticas</i>	<i>2. Seleção dos recursos a serem utilizados segundo o tipo de comunicação que fazem na comunidade (Pessoas – recursos e Patrimônios geradores)</i>
<i>3. Criação de situações-problemas</i>	<i>3. Seleção dos problemas da comunidade e discussão sobre os objetivos da proposta e sobre as possíveis respostas (roda de depoimentos e debates)</i>
<i>4. Elaboração de fichas-roteiro para subsidiar o debate</i>	<i>4. Elaboração de estratégias de ação</i>
<i>5. Preparação de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas</i>	<i>5. Realização das ações com divisão de tarefas</i>

Ainda que o quadro não sugira a modelização de um trabalho, são as **atitudes de diálogo** o ponto em comum entre as duas ações, atitudes onde, segundo Freire, se entrelaçam amorosidade, humildade, confiança, criticidade e esperança. Acrescentemos a esse léxico, ainda fundamentados na práxis, a **afirmação** e a **resistência**.

Aos dois quadros acrescentaremos um item indispensável que norteia a continuidade do processo, para corrigir os rumos do processo iniciado, superar os entraves de posições individuais, substituindo-as pelo consenso, superar também as conveniências e introduzir novas formas de ação, assumidas coletivamente: a **avaliação**.

Pois, concordando com Nascimento e Castro, sobre as necessidades, desafios e ações da ação pedagógica e estendendo essa lógica às ações pedagógicas de um processo comunitário de musealização,

... o grande desafio a ser superado é o enfrentamento da resistência ideológica em relação às mudanças, fundamentadas no individualismo e nos interesses egoístas. É preciso, dessa forma, superar o corporativismo

ainda existente, sobretudo, na transformação interna que cada um de nós necessita realizar. (NASCIMENTO & CASTRO: 2009)

Uma práxis transformadora, isto é, a articulação de teoria e prática que direcionem para a contribuição na formação de comunidades-sujeito na criação e gestão de seus museus pode, também, recorrer às ideias de Freire que destaca a postura do educador e da formação do cidadão, essenciais em qualquer processo educativo e às de Gramsci, do intelectual comprometido com a educação. (Idem).

Peter Mayo traz também seu aporte à fundamentação dos nossos argumentos ao afirmar que “qualquer conhecimento que o educador de adultos possua no começo do processo de aprendizagem é reaprendido e possivelmente desaprendido pelo contato dialógico com os aprendizes.” (MAYO: p.2004). Esse pensamento também se reforça nas afirmações de Hugues de Varine sobre o enriquecimento dos saberes e das práticas com as trocas.

É preciso então inventar, localmente, uma forma específica de museu, mediador do patrimônio na sua totalidade, que se dirija aos eleitos, aos funcionários, aos proprietários, aos habitantes em geral, às crianças, aos velhos, aos estrangeiros, para levá-los a compartilhar não os objetos estocados nas reservas ou selecionados para exposições (mas estes também), mas o conjunto do patrimônio da comunidade, que permanece no tempo e numa iniciativa dinâmica, visando o desenvolvimento. (VARINE: 2004)

Acreditando nisso, os Ecomuseus e Museus Comunitários têm realizado Encontros Internacionais - 1992, 2000 e 2004, no Rio de Janeiro, onde a partilha dessas experiências faz parte da “pedagogia das trocas de saberes”. Avançando mais, realizaram, em 2009, a *I Jornada Formação em Museologia Comunitária*, com o explícito objetivo de preparar as comunidades para a gestão de seus museus, através da partilha das experiências em curso no Brasil. Portanto, as práxis apresentadas nesses encontros privilegiados por seus responsáveis, dinamizadores ou representantes das comunidades - sujeito, não só confirmam as teorias de Freire e Varine como passam a fazer parte de um testemunho coletivo do conhecimento produzido.

Concluindo essa reflexão e fundamentando todo o capítulo, trazemos a afirmação de que

“ só a relação dialógica entre a teoria e a prática é capaz de produzir conhecimento ... e por isso não podem ser dicotomizadas, assim como sujeito e objeto também não se dicotomizam. Separadas, a teoria é puro verbalismo inoperante; desvinculada da teoria, a prática é ativismo cego. (FREIRE : 2002, p. 158).

Crítico de si mesmo, o autor nos diz, mais tarde, que seu pensamento está equivocado em *Educação como prática da liberdade* e que o seu equívoco consistiu em não ter tomado estas dimensões – **conhecimento da realidade e transformação da realidade** – em sua possibilidade de mútuo fortalecimento. Explica ainda que a mudança de seu pensamento se deu em função de novas experiências. Assim, onde se pressupunha uma neutralidade mais ou menos isenta, com uma conscientização estritamente pedagógica, ele acaba por negá-la por um engajamento consciente, um compromisso político, convicto da impossibilidade da neutralidade da educação.

Desse modo, ao reler *A Educação como prática da liberdade*, sob olhar da museologia, podemos com o autor afirmar que os processos museológicos comunitários tem mostrado, com sua articulação prática – teoria, que tais museus não abortam seu compromisso com uma pedagogia patrimonial assumida como ferramenta de apropriação da realidade, buscando, através da ação-reflexão-ação, capacitar politicamente os membros da comunidade para transformar essa realidade.

Mais ainda, podemos comprovar a evolução do pensamento freireano como um organismo vivo a se desenvolver em função das experiências vividas e da criticidade que o fazem tudo reaprender.

Assim, se as experiências vividas nos colocam num patamar acima, com o conhecimento calcado nas práticas, também nos ecomuseus e museus comunitários é a vivência no próprio museu que torna as comunidades mais conhecedoras e transformadoras da realidade que as cerca.

6.4. A trama da subjetividade – encontro entre Tarde e Freire

O que dissemos acima recapitula os princípios que já em 1972 prenunciavam o peso do pedagogo brasileiro nas mudanças na museologia. Mas é preciso retornar ao Tarde e fazê-lo dialogar com a pedagogia da libertação de Freire.

Nesse momento, explicitadas as contribuições de ambos para o fundamento desse capítulo, o rizoma gerado na diferenciação e na imitação pode ser articulado com a pedagogia libertadora de Freire para entendermos porque experiências geridas por comunidades tão distintas, muitas vezes sem qualquer contato mais próximo, traçam trajetórias diversas, mas que trazem em comum um sentido único

direcionado para a libertação das forças vivas represadas, silenciadas ou amortecidas por uma força maior em determinada época.

As iniciativas museológicas das comunidades podem assim ser interpretadas pelo viés tardiano como criações do sujeito coletivo, mobilizadas por uma situação de vulnerabilidade ou mesmo de fragilidade enquanto grupo social, criações estas que exercem o duplo papel de fortalecer o sentido de pertencimento e a coesão social, resistindo às adversidades e, ao mesmo tempo, afirmar-se criando modos próprios de existência, isto é, afirmando a sua singularidade. Ao percebermos a multiplicação de experiências, nenhuma criada à imagem e semelhança de outra, cada qual com suas especificidades que a tornam distinta das demais, podemos pensar que um caso bem sucedido tende a ser imitado, não copiado, pelas comunidades que já amadureceram e buscam respostas para o seu caso, em particular. É a imitação articulada com a invenção, pois sem copiar ou reproduzir o mesmo, vão buscar saídas próprias, imitando e se diferenciando simultaneamente, propagando-se no campo museal.

A própria comunidade de Santa Cruz pode exemplificar essa **propagação**: como experiência museológica comunitária pioneira na cidade do Rio de Janeiro foi se tornando uma referência, quando seus dinamizadores foram convidados a participar de mesas redondas, debates e reflexões em fóruns e encontros no Brasil, quer como relatores de suas práticas, quer como testemunhos de um novo modo de fazer museologia no Brasil. Durante quase duas décadas, desde 1992 esse testemunho percorreu vários pontos do país, compartilhando e multiplicando conceitos, métodos, modos de fazer e concorreu para que outras comunidades também se fortalecessem na sua iniciativa museológica ainda embrionária.

Tarde nos fala da invenção que é uma imitação entrecruzada com a diferenciação. Portanto, a cada imitação ou invenção de um novo processo museológico comunitário, seja museu comunitário, ecomuseu, museu vivo, museu de território, museu de percurso etc, as comunidades estão apenas imitando um fazer museológico e se diferenciando nesse imitar, imprimindo à imitação sua marca distintiva, fundamentadas nas suas próprias necessidades.

É preciso agora mostrar que a pedagogia libertadora, própria do museu comunitário, do ecomuseu e processos similares, além de atender à demanda cultural das

comunidades se processa como norteadora de suas ações, uma vez que Freire nos mostra o caminho através da educação.

Desse modo, podemos pensar que, **assim como a educação pode ser um aprisionamento ou silenciamento pela imposição de um projeto imposto ou uma prática que liberta os sujeitos para agirem como senhores de sua vontade, dando-lhes oportunidades de criação, a museologia também pode ser libertadora das subjetividades coletivas, quando as comunidades são capazes de criar seus processos museológicos**, a partir de suas necessidades culturais.

Ratifiquemos, ainda, de que não se trata de criar museus diferenciados simplesmente para se opor ao modelo hegemônico, mas de criar museus exigidos pela dinâmica processual da vida em comunidade, com outras necessidades, outros objetivos, portanto, com outro modo de musealizar, o que, de modo absoluto, não exclui a forma mais convencional de museus. Diremos mais: assim como os museus clássicos receberam das experiências inovadoras novas formas de abordagem e novos objetivos, os novos museus precisaram e precisam se apoiar no escopo teórico da museologia, apenas adaptando-o ao caso específico de um processo singular.

Por isso, as práticas de apropriação patrimonial pelos ecomuseus, museus comunitários e outras iniciativas museológicas também podem ser entendidas como uma pedagogia libertadora que educa as comunidades para exercerem responsabilmente o papel de sujeitos criadores de seus próprios museus, libertando assim suas forças vivas, muitas vezes subestimadas ou mesmo desconsideradas no contexto cultural de uma cidade ou de um país.

O encontro entre Tarde e Freire na reflexão sobre o caso de Santa Cruz respalda a museologia da libertação e aponta indicadores significativos na museologia, como campo privilegiado para tornar as comunidades que assim o desejarem e em suas forças acreditarem sujeitos de sua nova história, não mais como passivas inocentes, mas como transitivas conscientes do seu poder de transformação da realidade.

Em suma, o que fizemos nesse capítulo, foi apresentar a **museologia da libertação**, conforme a concebemos como participante do processo ecomuseológico de Santa Cruz., para designar o conjunto de ações, métodos e práticas construído no fazer

museológico de um museu que educa e liberta as comunidades para exercerem o papel de sujeito de sua própria história.

Queremos afirmar que essa maneira de musealizar as relações cotidianas por uma comunidade em seu espaço vivido é por ela reconhecida como um aprendizado de libertação de si mesma e, por conseguinte, das forças vivas e subjetivas que antes não encontravam o canal de expressão. A museologia da libertação é também um novíssimo campo de experimentação, pois a cada vez que uma comunidade musealiza seu espaço vivido com seu patrimônio incluído e suas relações entre si e com outras, abrem-se novas sendas de possibilidades, que admitem a imitação sem jamais repetir o mesmo.

Enquadram-se na Museologia da Libertação todas as iniciativas museológicas comunitárias, reconhecidas no mundo museal- os chamados até aqui novos museus (cf Nova Museologia) que vieram à luz, após a *Mesa de Santiago* e que de algum modo, conceitual ou praticamente, estão ligadas aos princípios da *Declaração de Santiago do Chile*(1972), a qual tem por base o pensamento de Paulo Freire.

Ressaltemos, porém, que a libertação nesses museus não se restringe simplesmente à alternativa a um modelo colonialista, pois não se trata somente da libertação de uma atitude passiva e bancária diante de um opressor. Para além dessa já desgastada e superada questão, os museus comunitários e ecomuseus, os museus vivos, museus de rua, museus de território, museus de percurso e outros similares revelam a potência de suas forças criativas, capazes de criar na imitação e gradativamente se diferenciar, sem necessariamente se opor ou combater o modelo imitado. Nessa perspectiva, as comunidades, no exercício de sua subjetividade, criam novas formas de musealização e são essas **forças criativas** que se libertam nessa imitação diferenciada. Libertas, se propagam e se expandem, como no pensamento de Tarde, consolidando com suas práticas um novo fazer museal.

Essa reflexão sugere ou sinaliza que só o espaço-tempo da liberdade pode contemplar a criação. Vamos ainda mais longe, afirmando que, do mesmo modo, a criação também procura a liberdade e ambas como asas em sintonia e num movimento sincrônico, equilibram o voo da subjetividade.

Por isso mesmo, acreditando que a educação pode deixar de ser apenas a reprodução do mesmo e promover a libertação das forças criativas dos sujeitos, para inovar e transformar, trazemos os conceitos filosóficos de Freire, de fundamental importância para o entendimento das novas práticas de musealização, as quais sintetizam uma pedagogia patrimonial libertadora.

CAPÍTULO VII -- AS NARRATIVAS SOBRE SANTA CRUZ - MEMÓRIA HÍBRIDA ?

7.1 Memória Híbrida sob a ótica do pensamento de Edouard Glissant

Neste último capítulo, pretendemos nos aprofundar sobre o tema da hibridação e a possibilidade de pensarmos uma memória híbrida. Para isso vamos usar as idéias de Édouard Glissant, transpondo algumas de suas noções para o campo da memória social e da museologia. Essas idéias nos permitirão valorizar por um outro prisma a mescla de memórias que encontramos ao ouvir as narrativas do caso de Santa Cruz, contribuindo para justificar a nossa convicção de que formou-se ao longo das experiências pelas quais passaram os participantes da comunidade de Santa Cruz uma abertura para a criação, emergindo da diversidade. É isso, como veremos, que Glissant denomina uma poética da relação: a criação surge do contato com o outro, com o diverso, quando existe abertura para que essa diversidade atravesse os elementos em relação. (GLISSANT: 1990) Podemos também associar essa “poética” ao que Tarde chama de imitação por contágio, que, pelo modo de perceber tardiano, representa a criação- não se repete nunca o mesmo.

A partir da leitura de textos de Edouard Glissant, escritor martinicano, pude compreender como meu modo de sentir e escrever era também uma forma de me apropriar da memória da comunidade de Santa Cruz, da qual visceralmente faço parte não só como membro nato, mas principalmente como um daqueles ou daquelas que encontraram na arte de dizer e revelar essa comunidade- a poética – a criação – o modo de revelar a si mesmo e de escrever o mundo.

Glissant é um autor que tem se tornado cada vez mais importante na contemporaneidade pelo modo como, a partir da análise das identidades culturais do espaço geopolítico do Caribe, é capaz de pensar as questões da cultura e da identidade num mundo globalizado. Em sua *Introdução a uma poética da diversidade* (GLISSANT: 2005), seu único livro publicado no Brasil, desenvolve uma defesa vigorosa da diversidade das culturas face ao processo de standardização globalizadora, questionando os parâmetros impostos pela cultura dos países hegemônicos. Com esse propósito, ele nos apresenta uma crítica das noções de cultura e identidade, tal como elas são costumeiramente

pensadas: *As humanidades de hoje estão abandonando dificilmente algo em que se obstinavam há muito tempo – a crença de que a identidade de um ser só é válida e reconhecível se for exclusiva, diferente da identidade de todos os outros seres possíveis.* (GLISSANT: 2005, p.18). A crítica às noções clássicas de cultura e identidade atravessam toda a obra de Glissant. Para construir essa crítica ele se serve de uma distinção feita por Deleuze e Guattari entre raiz e rizoma, apresentada em um dos capítulos de *Mil Platôs* (DELEUZE & GUATTARI: 1980). Explica Glissant: “A raiz única é a que mata à sua volta, enquanto que o rizoma é a raiz que vai ao encontro de outras raízes” (GLISSANT: 2005, p.71). Ele aplica a imagem proposta por Deleuze e Guattari para pensar tanto a noção de identidade como a de cultura, terminando por forjar categorizações próprias: assim, distingue as noções de *identidade raiz* e *identidade rizoma*; e, paralelamente, as noções de culturas *atávicas* e culturas *híbridas ou compósitas*.

Para Glissant, a noção de identidade raiz seria inseparável da noção de cultura atávica. A identidade raiz seria aquela que se crê exclusiva, única e própria de apenas um grupo, possuindo fronteiras muito bem delimitadas; seria aquela construída diacronicamente no interior de uma população mergulhada em si mesma, na história dos antepassados e no processo de dominação imposto aos seus membros. Paralelamente, a cultura atávica seria aquela que parte do princípio de uma Gênese e do princípio de uma filiação, com o propósito de legitimar-se sobre uma terra que, desde esse momento, se torna seu território (Idem: p. 72). Glissant não se cansa de frisar o quanto de destruição uma concepção como essa já teria propiciado: a raiz única é a que mata à sua volta. *Enquanto vivermos com a idéia de uma identidade única, haverá Bósnias, Ruandas, Burundis, e toda vez seremos confrontados com a mesma impossibilidade.* (Idem, p.107).

Em contrapartida, Glissant propõe que possamos pensar o princípio de uma identidade rizoma, identidade com raízes múltiplas, construída no contato com o diverso. Ao invés de uma população mergulhada em si mesma teríamos como base a relação com outros povos, construindo sincronicamente identidades permeáveis, que se deixam interpenetrar com suas contribuições mútuas. Glissant associa essas identidades rizoma à existência de culturas híbridas ou compósitas, culturas que não apresentam uma Gênese ou uma origem pura, mas resultam do encontro, das misturas, das apropriações e dos ajustes entre diversas culturas. Ele chama a nossa atenção para o fato de que

embora se possa atualmente distinguir culturas híbridas e culturas atávicas, não existiria, originalmente, uma cultura atávica. Esta seria apenas uma cultura cujo processo de hibridação teria se dado num passado longínquo, do qual teríamos nos esquecido. Todas as culturas seriam de fato, compósitas ou híbridas. O que há no início, propõe Glissant, é a mistura.

A esta mistura Glissant dará o nome de creolização. O que vem a ser creolização? Para explicá-la Glissant esclarece, primeiramente, que houve três tipos de “povoadores” nas Américas (GLISSANT: 2005, p.16): o “migrante armado”, que chegou com seus barcos e suas armas e se constituiu como “migrante fundador”; o “migrante familiar”, que trouxe seus hábitos e costumes de outras terras; e o “migrante nu”, aquele que foi transportado à força pelo tráfico de africanos. Enquanto os povos migrantes da Europa chegaram nas Américas com suas tradições, seus deuses, suas canções, os africanos chegaram despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e despojados até mesmo de sua língua. Não tendo a possibilidade de manter suas heranças pontuais, os africanos deportados tiveram que criar algo, através dos poderes da memória, dos rastros e resíduos de que dispunham. Mas esses rastros pertenciam a culturas originalmente muito diversas. Não havia uma língua, hábitos e costumes africanos, mas diversas línguas e hábitos e costumes muito diferentes, provenientes de povos e regiões distintas da África. Estes elementos, em contato uns com os outros e com aqueles encontrados na terra de destino, resultaram numa criação imprevisível, denominada creolização.

E aqui Glissant dá seu “pulo do gato”, estendendo em fenômeno mundial o que pôde encontrar ao estudar o processo de povoamento do Caribe e das Américas: “a creolização que se dá na *Neo-America* é a mesma que vem acontecendo no mundo inteiro” (GLISSANT: 2005, p.18). A tese que ele defende é a de que *o mundo inteiro se creoliza*. Em seus próprios termos: “hoje, as culturas do mundo colocadas em contato umas com as outras (...) transformam-se, permutando entre si, através de choques irremissíveis, de guerras impiedosas, mas também através de avanços de consciência e de esperança (...)” (Idem: p.18).

A palavra “creolização” vem do termo “créole” e da realidade das línguas “créoles”. O créole é, classicamente, é a língua que surge do contato entre dois grupos sociais em relação de poder que os coloca em polos opostos - o dominador e o dominado. Mas não é dessa forma que Glissant vai pensá-lo. É justamente a não-hierarquia que caracteriza a

concepção de creolização para Glissant: *a creolização supõe que os elementos culturais colocados em presença uns dos outros devam ser necessariamente 'equivalentes em valor' (...) se alguns são inferiorizados em relação a outros, a creolização não se dá verdadeiramente* (Idem: p.21). Esse conceito, fundamental para a compreensão das memórias híbridas e para todo processo de hibridação, emerge, como vimos, da desterritorialização forçada dos escravos africanos para as Américas, da ruptura dos vínculos com sua terra de origem, e de uma política cultural dominadora imposta pela França durante séculos. Se o créole, tal como é pensado tradicionalmente, deve ter a sintaxe da língua dominante, mantendo com ela relação de dependência, Glissant nos convida a pensá-lo como uma libertação que remete aos encontros imprevisíveis e rizomáticos entre povos, línguas e culturas, diferentes que se produzem a partir da escravidão e da colonização. A creolização implica não somente a ausência de hierarquia, mas também a ausência de previsibilidade. É este último aspecto que permite a Glissant diferenciar creolização de mestiçagem: *a mestiçagem é o determinismo, e em contraposição, a creolização é produtora de imprevisibilidade (...) Podemos prever ou determinar a mestiçagem, mas não podemos prever ou determinar a creolização* (Idem: p.106).

Ainda que a creolização se expresse na linguagem, e que esta tenha sido a fonte da noção, ela possui muitas outras esferas de expressão em Glissant. Todos os elementos culturais são passíveis de creolização. Nessa pesquisa, entendemos a creolização como o encontro entre diferenças ou multiplicidades, num permanente e aberto processo de hibridação, cujos efeitos não podem ser previstos ou antecipados. Por ser um processo por que passam as culturas e as linguagens transplantadas para o novo continente e seu enraizamento, forma áreas onde as interações mútuas entre essas culturas e línguas, umas sobre as outras, são imprevisíveis (para mais detalhes, cf. Glissant, 2005; 2003). É este processo de creolização que vamos aqui considerar como um processo de hibridação, criando, como veremos mais adiante, a possibilidade de pensarmos uma memória híbrida.

Glissant forja o conceito de creolização a partir, como vimos, da história do povoamento das Américas, nele situando a questão do Caribe ou das Antilhas, particularmente das Antilhas Francesas, onde se localiza a ilha onde nasceu, a Martinica. Como se sabe, os habitantes das Antilhas Francesas são considerados

cidadãos franceses. Todavia, apesar dessa dependência política e cultural, e de uma noção de pertencimento imposto, a população das Antilhas Francesas não é totalmente aceita como francesa, se sente discriminada e arrasta sua marca na pele e na linguagem. Qual seria a identidade caribenha, neste caso? Deveríamos vê-la segundo a concepção clássica de identidade, como uma identidade raiz deficitária?

Discordando de seu conterrâneo Aimé Césaire, que teria fomentado o conceito de negritude, Glissant questiona esse conceito e toda forma de homogeneização. Para ele, é preciso bloquear o processo de reprodução desse sentimento de colônia em relação à metrópole, criando uma identidade baseada não numa cultura específica, seja ela francesa ou africana, nem em outras também presentes na ilha, mas na relação que essas culturas estabeleceram no novo território e sua nova história. Essa “antilhanidade” seria construída a partir da idéia de identidade múltipla ou identidade rizoma, aberta ao mundo e em relação constante com outras culturas. A isso ele chamou de “a poética da relação”(GLISSANT: 1990): uma forma estética de conceber a identidade e a cultura na qual a Relação se torna a possibilidade de qualquer engendramento. Desse modo, cultura e identidade se tornam dimensões relacionais, enquanto aptidões para “dar-se com”(donner avec). Ao invés de pensar que nos movemos apenas pela definição ou afirmação de nossas identidades, Glissant propõe que o que nos move são as relações que estabelecemos com tudo o que é possível, não apenas outras pessoas, mas também com os animais, com as plantas, com a terra (Idem).

Aqui surge a importância da relação e da poética tornando possível o exercício da memória. Para Glissant, a memória relacional, tornando-nos capazes de, a partir das relações que estabelecemos, nos nomearmos e agirmos (Idem) No plano coletivo, a memória social mantém viva e coesa uma comunidade. Sem ela, estamos mortos, transformados em objetos, ao sabor das forças externas, incapazes de qualquer resistência ou tomada de iniciativa, o que Glissant denomina “mortes coletivas” (Idem) Pois somente quando temos a consciência de nós, somente quando nos afirmamos, nos libertamos, e é nesse espaço-tempo de liberdade que a criação se torna possível.

Afirmamos com Glissant:

(...) Se colocamos que definitivamente o eixo dessas mortes coletivas e mudas está na raiz do campo econômico, se afirmamos que sua única solução só pode ser política, parece que também a poética, ciência implícita ou explícita da linguagem, seria ao mesmo tempo o único recurso da

*memória contra tais perdas e o único lugar verdadeiro onde aclará-las, em vez de uma consciência de nosso espaço planetário e de uma mediação sobre a necessária e não alienada relação com o Outro. Nomear-se a si mesmo é escrever o mundo”*³¹. (GLISSANT: 1990)

Entendemos que a diversidade de culturas em contato na Martinica propiciou o terreno para a emergência de uma política e uma poética singulares, já que para Glissant as duas são interligadas no ato de criação. Da mesma forma, as muitas culturas que coabitam o espaço vivido em Santa Cruz - os nativos dos primórdios, de cuja presença ficaram apenas os restos toponímicos em língua tupi –guarani (Sepetiba, Guaratiba, irerê, Guandu, Saqueta), os africanos vindos para o trabalho escravo na Fazenda jesuítica, o branco jesuíta colonizador e evangelizador e, muito mais tarde, os imigrantes europeus e asiáticos substituindo o braço escravo na Fazenda, fazem da diversidade a marca distintiva dessa região. Numa etapa mais recente (década de 60), o episódio da remoção das favelas do Rio de Janeiro e o transplante compulsório de suas comunidades para os “ conjuntos habitacionais” pode ser aproximado, em certa medida, do caso da Martinica, onde, pelo fato de os escravos terem sido despojados de sua língua e sua cultura, essas terem sido trazidas em forma de memória, aparecendo na dança, nos ritos, na música. Essas línguas fazem uma dobra, criam uma resistência. As línguas foram arrancadas, perderam-se - mas o que se perdeu retorna sempre, num processo aberto, inconcluso.

No caso das comunidades descendentes dos imigrantes (que vieram por sua vontade, trazendo sua língua, sua cultura) e nas transplantadas oriundas das favelas dos morros cariocas(por remoção imposta), somente as narrativas poderão dizer a memória que ficou, somente os depoimentos dos moradores dos conjuntos habitacionais poderão

³¹ Tradução livre do original em francês: “*Si nous posons qu’en définitive l’axe de ces morts collectives et muettes est à déplanter du champ économique, si nous affirmons que leur seule résolution ne peut être que politique, il semble aussi que la poétique, science implicite ou explicite du langage, soit en même temps le seul recours mémoriel contre de telles déperditions et le seul lieu vrai où les éclairer, à la fois d’une conscience de notre espace planétaire et d’une méditation sur la nécessaire et non aliénée relation à l’Autre. Se nommer soi-même, c’est écrire le monde.*”

revelar a dimensão da violência do desenraizamento e confirmar o enraizamento ou não no novo território.

Além dessa aproximação, algumas outras podem ser feitas entre as situações culturais vivenciadas pela Martinica, explicitadas por Glissant, e o caso da comunidade de Santa Cruz, mesmo que as duas situações em outros aspectos divirjam ou trilhem outros caminhos. Pois também em Santa Cruz podemos encontrar os rastros da escravidão na fazenda colonial que ela foi e na presença multicultural que as imigrações trouxeram, ambas, escravidão e imigração como partes do processo capitalista em diferentes épocas nessa região.

No primeiro caso, na Martinica, o conceito de creolização como o encontro de diferentes elementos lingüísticos heterogêneos, cujo resultado não é previsível, infere aos falares surgidos no Caribe o indeterminismo, a pluralidade, o acaso. Trata-se aí de uma hibridação complexa, onde importam muito mais os processos do que os conteúdos, o que significa que importa menos o produto final do que os contextos e os modos como aconteceram. Todavia, Glissant ressalta que no caso do Caribe e do Brasil a creolização nem sempre se efetivou a contento. Lembramos aqui a afirmação de Glissant de que a creolização só se dá verdadeiramente quando não há hierarquia entre os elementos culturais colocados em relação. Nos casos em que essa hierarquia acontece, em que alguns elementos são inferiorizados, a creolização até pode se dar, mas de modo desequilibrado e injusto. “Em países oriundos do processo de creolização, como é o caso do Caribe e do Brasil, (...) os componentes culturais africanos e negros foram normalmente inferiorizados. A creolização se dá, entretanto, também nesses casos, nessas condições, mas deixa um resíduo amargo, incontável.” (GLISSANT: 2005, p.21). Nesses casos, as línguas ou falares resultantes do contato entre elementos lingüísticos diversos mesclados / criados numa situação de assujeitamento transferem esse assujeitamento à língua – *créole* – sem qualquer resistência, imolando sua própria sintaxe pela da língua dominante. Isso só se justifica porque os escravos vieram nus, despojados de tudo, assujeitados desde a própria África onde as tribos vencedoras vendiam as vencidas. Vieram para a América já no segundo tempo do assujeitamento, inferiorizadas. O *créole* já era então uma criação dos escravos que o usavam para se comunicar. Antes havia o encontro de falares bretões e uma sintaxe de falares ocidentais; daí surgiu um falar rudimentar que não era uma distorção dentro de uma língua, mas um encontro de características de diversas línguas, portanto um produto

novo, diferente, onde se reconhecem rastros de outras línguas e falares, memórias de outras culturas.

No caso de Santa Cruz, podemos destacar a violência sofrida pelas comunidades que chegaram com a remoção imposta das favelas da cidade na década de 60. O desejo da casa própria, a necessidade de uma moradia digna seduziu e iludiu uma população marginalizada na Cidade e a vivência da desterritorialização e nova reterritorialização em um novo lugar era a tentativa de dar fim a sua errância, iniciada com o êxodo do Nordeste, fugindo da seca e da miséria.

Como rizomas, errando na superfície à procura da sobrevivência, essas comunidades teriam então encontrado um “porto seguro”, onde reiniciariam nova vida nos conjuntos habitacionais. Não fossem a ausência, a omissão ou as políticas segregadoras, elas teriam se adaptado ao novo espaço e reescrito sua história de outro modo. A falta de infra-estrutura básica em saneamento, transporte, emprego, saúde, educação, lazer levou esses conjuntos habitacionais a viverem uma relação de partilha para o bem e para o mal. A provisoriedade, que se tornou definitiva, e o abandono geraram a descrença, os conflitos permanentes, a instabilidade, a violência. Mas, apesar de tudo isso, é ali que a identidade está continuamente se fazendo e desfazendo, enraizando e desenraizando, não permitindo a criação de vínculos determinados de uma vez por todas. Sobretudo é ali que mais se percebe a batalha entre o Mesmo e o Diverso, que Glissant explicitou em *Le Discours Antillais* (GLISSANT : 1981)

Se retomamos os conceitos de **culturas atávicas** – que possuem uma longa e forte tradição e se prestam a uma identidade mais sólida, e de **culturas híbridas**- que resultam da mescla de tradições e constituem um rizoma, estaremos aqui nos impregnando das idéias de Glissant, segundo o qual nenhuma cultura é originalmente atávica. Significa dizer que é praticamente inconcebível a idéia de culturas puras, originais, pois para que isso acontecesse as culturas teriam que ser impenetráveis, impermeáveis ao contato intercultural, o que é incompatível com a dinâmica vital das culturas, aqui apresentadas como organismos vivos . Para Glissant, todas as culturas resultam de misturas e se as chamadas culturas tradicionais assim aparecem como atávicas, explica-se que essa mistura ocorreu há muito e seu resultado manteve-se no tempo. Isso equivale a dizer que todas as culturas são híbridas.

Essas noções adquirem importância nesse trabalho porque, visto que Glissant não nos apresenta uma noção de memória híbrida, mas nos propõe a idéia de cultura híbrida, aqui propomos a noção de **memória híbrida**, a partir da suas idéias.

Portanto, a potência de mútua transformação das culturas em relação nos leva não só ao conceito de cultura híbrida, mas também, por derivação de idéias, ao de memória híbrida; no caso, valendo-nos da potência de mútua transformação entre memórias em construção cotidiana no contato intercultural. Como afirma Glissant “ não há fronteiras que não se ultrapasse”:

Só existe fronteira para essa plenitude de, enfim, ultrapassá-la e através dela compartilhar plenamente as diferenças. A obrigação de ter de invadir qualquer fronteira, sob o impulso da miséria, é tão escandalosa quanto os fundamentos da miséria em questão. (GLISSANT: 2006)

Desse modo, é possível propor que também as memórias ultrapassem fronteiras e se deixem compartilhar e mesclar, resultando dessa relação as memórias híbridas, construídas na troca, na partilha, na interação entre culturas vivas. Arriscamo-nos aqui a aproximar esse pensamento ao de imitação de Gabriel Tarde, já que tanto Glissant quanto Tarde veriam de modo positivo a porosidade cultural – mescla imprevisível em Glissant, propagação por contágio em Tarde. Podemos então imaginar que, antes e para além da mescla, a propagação por contágio ou imitação sem copiar o mesmo está presente no processo da hibridação das memórias e no rizoma que aí se produz.

Mas Glissant afirma também que quando há hierarquia, a hibridação não se dá a contento. Para pensar essas situações de desigualdade ou inferiorização, podemos nos valer de um outro autor, o sociólogo português Boaventura Santos que possui obras publicadas e traduzidas em diversos idiomas sobre globalização, sociologia do direito, [epistemologia](#), democracia e [direitos humanos](#). Ele vem nos mostrar o quanto foram nocivas as relações de dependência que marcaram o mundo colonial.

Segundo esse autor, essas relações, marcadas pela nossa cosmovisão ocidental e pelo processo de expansão colonialista que a produziu, ratificam que o pensamento ocidental tem suas raízes nas **relações desiguais** entre o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul. São elas que sustentam as explicações do mundo contemporâneo que se reduzem historicamente ao colonialismo e o seu fim enquanto processo político e econômico, mas que continuou se propagando, mesmo após o seu término, nas relações

sociais, nas mentalidades e numa forma de sociabilidade autoritária e discriminatória (SANTOS: 2006, p. 28).

Nesse sentido, o aporte de Boaventura sobre o contexto colonialista de relações desiguais mostra a potência da lógica binária de dominante e dominado, muito menos para insistir na divisão entre Hemisfério Norte e Hemisfério Sul e mais para justificar séculos de pensamento e atitude passivos que reproduziram a acomodação e/ou assujeitamento das populações latino-americanas. Em outros termos: justificam-se a repetição e reprodução da relação de dominação e assujeitamento que medrou nas Fazendas do senhor de engenho, peregrinou pelo Brasil Colônia e chegou à República , contagiando ainda hoje as relações polares(dominante/ dominado; opressor/ oprimido etc) na sociedade. A razão de trazermos aqui Boaventura Santos não é outra senão a de demonstrar que no Brasil de hoje ainda podemos perceber a coexistência das duas lógicas que se entrecruzam ou se justapõem : a disciplinar e a rizomática , diferentes mas não excludentes.

Num contexto de relações desiguais, seria possível trabalhar com a idéia de interculturalidade, a partir do desenvolvimento de uma noção específica de **cultura** – o conjunto de todas as formas de expressão e manifestações de um grupo social desde padrões de comportamento, crenças, ritos, costumes, atividades , tradições e valores - e de **contato intercultural** que poderia contribuir para as demandas por reconhecimento cultural e identitário e ,além disso, pode trazer mecanismos para harmonizar as relações, apaziguando conflitos. No entanto, vamos trabalhar com uma noção que ultrapassa a de interculturalidade, pois a consideramos mais próxima de Glissant: a noção de transculturalidade. O próprio termo sinaliza a idéia de “atravessamento” e de permeabilidade entre os diferentes que habitam um mesmo espaço, ao mesmo tempo em que se estabelece a comunicação entre eles.

Assim, **hibridação** e **transculturalidade** trazem à discussão não a necessidade de um conhecimento novo, mas de um novo modo de produção de conhecimento, revendo nossa concepção do outro como objeto para reconhecê-lo como sujeito histórico . Para isso, é preciso abandonar a lógica colonialista, onde as trocas e todas as relações expropriam a humanidade de uma parte mais fraca, isto é, assujeitam-na numa relação de força e poder. Esses dois processos são, em suma , antídotos neutralizadores do contato hegemônico monocultural e silenciador.

Observamos aqui o ponto de tangenciamento com a filosofia freireana, para quem a pedagogia *tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homem ou povos, na luta incessante de recuperação da humanidade* (FREIRE: 1983). Nesse sentido, é sempre bem vinda uma prática que rompe com a monoculturalidade e a dependência e provoque e incentive a autonomia, sem perder o viés da interdependência, a tolerância e a cooperação na diversidade, o diálogo entre os saberes, a valorização da pluralidade e, sobretudo, a participação direta e livre.

Por fim, reconhecer a transculturalidade como pensamento de fronteira pode resumir o sentido de coexistência solidária entre diversos. É importante no exercício de escutar o outro, já que nos conduz a aprender na forja do diálogo a negociação. É desse modo também que estamos pensando, no caso de Santa Cruz, o processo de construção de memórias híbridas.

Nesse ponto, cabe ressaltar que todas essas categorias aqui discutidas e postas em correlação com as narrativas dos moradores poderão fundamentar esse processo e confirmar ou não a hibridação da memória em Santa Cruz.

7.2. Relembrando os procedimentos metodológicos

Conforme foi explicado na introdução da tese, a formação da rede de potenciais narradores não se deu por acaso, visto que, como membro nato da comunidade e participante do processo de desenvolvimento comunitário, pude listar muitos deles, quer como representantes de **famílias imigrantes**, quer como **moradores e/ou trabalhadores nos Conjuntos Habitacionais**. Como os moradores mais antigos, entre eles descendentes de imigrantes portugueses, espanhóis e japoneses, foram ouvidos durante nossa pesquisa de Mestrado, foram privilegiados agora outros imigrantes (representados por uma família portuguesa e descendentes de libaneses) e os novos moradores ou trabalhadores dos conjuntos habitacionais. Existem diversos conjuntos habitacionais em Santa Cruz, e nossa pesquisa procurou contemplar representantes de cada um deles, já que cada qual possui suas especificidades e diferenças, expressando-se num singular modo de vida. Assim, estão representados os Conjuntos Habitacionais (CH) Antares, Cesarão (Otacílio Camará), João XXIII (Guandu, Liberdade, etc), Nova Sepetiba, a ocupação do Barro Vermelho. Um terceiro segmento muito vinculado

às questões do patrimônio local foi representado por um morador do sub-bairro histórico de Jesuítas e também por uma voz representativa da área da educação, pelo seu testemunho sobre a ação pedagógica patrimonial que se experimenta em Santa Cruz há mais de 25 anos. Ratificando: são contemplados três segmentos nas entrevistas: **1º segmento – imigrantes**, com duas entrevistas; **2º segmento- moradores ou profissionais dos conjuntos habitacionais** implantados na região, com oito entrevistas (seis moradores/ ex-moradores, uma professora, o padre); **3º segmento- membros da comunidade com uma forte relação com o bairro e seu patrimônio** e os que estão muito ligados à questão do patrimônio/ educação patrimonial, com duas entrevistas.

Outros depoimentos, colhidos à época da pesquisa para o mestrado em Memória Social, são revisitados nesta análise, confrontando-se ou cruzando-se suas falas e colhendo nesse processo algumas respostas às nossas indagações. Consideramos importante cotejar o modo pelo qual os moradores mais antigos e os imigrantes e os moradores ou dos conjuntos habitacionais experimentam a vida comunitária em Santa Cruz.

Realizadas em ambientes diversos - no Centro Cultural de Santa Cruz, nas próprias residências, ou até mesmo num Salão Paroquial, as entrevistas focaram questões temáticas, porém abertas e, como coletas livres, as histórias de vida de cada um. O objetivo, nunca é demais repetir, foi o de destacar a maneira pela qual foi sendo tecida e enraizada a memória desta comunidade.

7.3. As narrativas: coleta e análise

O acervo de memórias da comunidade de Santa Cruz pôde, enfim, mais uma vez ser registrado através da coleta que essa pesquisa contemplou. Embora se trate apenas de uma amostragem representativa dos segmentos selecionados, sua importância reside na sua atuação na comunidade: alguns são moradores ou ex- moradores no centro do bairro, outros são imigrantes e descendentes, outros, moradores e/ou profissionais dos Conjuntos Habitacionais implantados na região e membros da comunidade com uma forte relação com o bairro e com seu patrimônio. Foi desse modo que tentamos trazer indicadores das mudanças sofridas pela população local, expondo os conflitos e sofrimentos aflorados no contato com a nova terra ou com o novo local de moradia, seu agravamento ou superação, pela construção de vínculos e novos modos de vida.

Foram realizadas 12 entrevistas ao longo de 2010, de janeiro a setembro. De cada fala buscamos fragmentos que respondessem às seguintes questões: vínculo com o lugar, cenário da infância e adolescência, cenas que se perderam no tempo, tradições familiares, vínculo com a terra de onde saíram, percepção das mudanças no bairro, etc. (ANEXOS 15 E 16).

As entrevistas, conforme foi previsto, foram devidamente cedidas ao NOPH- Ecomuseu de Santa Cruz, encontrando-se disponíveis nessa instituição e podendo ser acessadas como fonte para pesquisas.

Questões básicas compõem o eixo da entrevista, mas estas foram por vezes alteradas ou substituídas em função do foco que cada uma tomava, na oportunidade da experiência: ora verificar o pensamento vigente na lógica disciplinar, ora o discurso da transformação e da criação na lógica rizomática, ora, com essa articulação, investigar o ecomuseu de Santa Cruz como revelação de uma museologia da libertação, ou seja, o museu como experiência pedagógica e libertadora das forças vivas da comunidade. Nos casos mais felizes, procuramos abarcar os três focos.

As três primeiras entrevistas, coletadas nos Conjuntos Habitacionais ao longo da Avenida João XXIII, revelaram a chegada desses novos moradores, cada um com suas histórias de vida, sinalizando uma localidade que cresceu em meio às dificuldades pela falta de infraestrutura como saneamento básico, transporte, emprego, educação, lazer, entre outros.

A primeira a ser entrevistada – Cláudia Pereira de Siqueira – costureira e artesã e atualmente microempresária, mostrou em cada fala a segurança e a autoconfiança buriladas no trabalho comunitário. Líder fundadora e presidente de uma Cooperativa de mulheres artesãs, superou com bravura o amargo período em que sua família, moradora do centro de Santa Cruz, na impossibilidade de pagar os impostos devidos à época da perda do patriarca, tornou-se inadimplente, perdeu os bens, restando-lhe a possibilidade de uma casa em local mais afastado - as casinhas da CEHAB, na Avenida João XXIII. O seu aprendizado na relação com o novo espaço não deixa dúvidas:

Lembro que estudei nos colégios particulares. Havia muita liberdade em Santa Cruz de ir e vir da escola...não havia esse tipo de problemas, na minha infância as pessoas vinham lá de baixo muitas das vezes para utilizar Santa Cruz já como um local de descanso. Eu tinha um primo que

morava em Copacabana, ele trazia colegas e amigos para vir ficar no final de semana lá em casa aqui que era tipo um sítio, eles tinham aqui como um sítio de lazer eles andavam em Santa Cruz como numa cidade histórica e isso me marcou muito porque, quando eu fui crescendo, e não via as pessoas valorizando isso...não via as pessoas se utilizando disso como um patrimônio que pudesse ser visitado e eu lembro que as pessoas lá de baixo valorizavam muito mais o que a gente tinha aqui do que a gente mesmo...

Segundo Cláudia, ao ter que viver numa nova moradia no Conjunto Habitacional, criar uma nova relação com o espaço, foi preciso conhecer melhor Santa Cruz, pois pensava de forma diferente das pessoas que não faziam planos de se fixar, mas viam aquele espaço apenas como tempo de passagem...

Noventa por cento das pessoas que vinham morar ali não vinham porque queriam, vinham porque eram despejadas de outras áreas, porque não tinham outra opção ...só quando os jovens, através da escola, passaram a conhecer mais Santa Cruz, só quando começaram a buscar isso e viram que essa relação partia mais dos indivíduos do que do poder público, quando começaram a ver que são capazes, o trabalho ficou mais sólido... então as coisas começaram a melhorar...

O casal Nivaldo e Raimunda, maranhense, chegou ao Rio em 1970, movido pelo sonho dele de ter a casa própria. Residem em Santa Cruz há 30 anos no que se tornou o maior conjunto Habitacional da América Latina, onde havia antes extensos sítios de laranjais. Vejamos o que diz Nivaldo:

A minha maior vontade era possuir casa própria, nós moramos em vários lugares alugado, e o salário só pra pagar.... Em 1975 eu fiz uma inscrição na CEHAB para vir morar num conjunto que estavam construindo Fazenda Botafogo, eu morava na Pavuna e eu via todo dia a construção, mas não tive a sorte de ter o apartamento lá. Depois saiu pra Santa Cruz, saiu meu nome no jornal e eu vim aqui olhar, minha mulher não queria vir, eu quis, pois era minha paixão ter casa própria...Assim nós viemos pra cá, recebemos a casa em fevereiro Havia já muita invasão... tinha que vir logo de mudança ou trazer tijolos, ferros para verem que tinha gente ... Em 19/12/81, viemos com a mudança. Fui o primeiro a ser sorteado, mas não fui o primeiro a vir morar... Todo fim de semana eu vinha ver como estava a casa... Roubaram muito material durante a obra: bicas, janelas, madeiras etc...

Moradores do Conjunto Habitacional Otacílio Camará, atualmente conhecido como Cesarão, Nivaldo e Raimunda criaram ali suas três filhas, que estudaram em bons colégios, hoje formadas, e tiveram que se mudar para a cidade para avançar nos estudos, pois não aguentaram o desgaste do trânsito diário na Avenida Brasil. Atualmente aposentado, Nivaldo se queixa apenas da distância do centro e da precariedade dos transportes. Para Raimunda, a mudança para Santa Cruz a fez abandonar o emprego no centro da cidade, pois não tinham com quem deixar as crianças. Naquele tempo não havia creches e não tinham ninguém de confiança para ficar com as crianças. Adaptaram-se bem à vida no Conjunto e consideram que vivem num lugar tranquilo. Interrogados sobre se se sentem integrados à Santa Cruz, afirmam:

Minhas filhas foram criadas em bons colégios, com ótimos convênios, .. pois tínhamos uma ajuda(bolsa de estudos), mas as pessoas aqui sofrem muito com a saúde aqui... há novos postos e clínicas, mas são eleitoreiras, não tem médico, não tem remédio...

Na relação com o centro do bairro, revelam

Amo Santa Cruz , realmente, pelo tempo que estou aqui ...adoro Santa Cruz Não escolhi Santa Cruz para morar ...mas com a convivência eu aprendi a amar Santa Cruz, adoro viver em Santa Cruz ... porque aqui criei minhas filhas, eduquei minhas filhas, pra mim nunca teve preconceito nenhum ...

Entretanto, Raimunda afirma:

Mas as pessoas mais de fora têm preconceito sim, já deixei de receber encomendas, pois a pessoa falou que não ia entrar aqui porque era perigoso, inclusive mentiu dizendo que fecharam o Cesarão e ninguém podia entrar ...Quando vamos fazer alguma compra na loja , quando a gente fala o endereço, Santa Cruz, eles perguntam logo qual é o sub- bairro e a gente sente, sim, que tem preconceito... Falou o nome “Cesarão” parece que espanta as pessoas, nós, não, não temos, mas as pessoas de fora têm preconceito...

Mas o nome não é Cesarão... esse é o apelido. O nome todinho é Otacílio Camará (Nivaldo)

Um outro narrador, morador do Conjunto Habitacional João XXIII e representante desse segmento, o português Antônio Adelino Manteigas Veiga revelou de que modo chegou ao Brasil e como a única alternativa de morar em casa própria foi vislumbrada

com as casinhas do Conjunto Habitacional. Chegou ao Brasil depois que seu pai, em 1975, com a Revolução dos Cravos, abandonou sua pequena indústria gráfica. Nessa época, as indústrias eram tomadas pelos operários. Seu pai veio para o Brasil, país de mesma língua, e se instalou no bairro de Fátima, no centro da cidade, com uma gráfica na Gamboa. Oriundo de colégio militar, Antônio ficou apreensivo com os rumos políticos de Portugal e veio para junto do pai, um ano depois, no Brasil. Trabalhou numa empresa - a Incol- que veio a falir e, como suas economias tinham sido pulverizadas pelo Plano Collor, só conseguiu adquirir uma casa num Conjunto Habitacional em Santa Cruz, já que a sogra já estava residindo lá. Seria uma situação provisória, mas que já dura mais de 20 anos.

Voluntário do Programa Viva Rio, Antônio participava de diversas mobilizações que buscavam melhorar a qualidade de vida do Rio de Janeiro e, quando percebeu que todas as ações eram no centro da cidade ou na Zona Sul, reivindicou que o movimento chegasse à Zona Norte e Zona Oeste. Segundo Antônio, um de seus primeiros contatos nesse sentido foi no Complexo da Maré, com um ferroviário aposentado, sr. Domingos, que era o presidente da União das Associações de Moradores da Maré. Ali conheceu pessoas que contrariavam todo o rótulo que lhes era imputado de participarem de uma comunidade violenta. O aprendizado com essa ação é considerado por ele uma das mais importantes de sua vida. Sempre participativo, trouxe o movimento Viva Rio para Santa Cruz, assim como as campanhas por desabrigados e desfavorecidos do país.

Não é porque moramos em Santa Cruz que vamos cruzar os braços, não vamos vestir a carapuça de “coitadinhos” e assim fui estimulado pelas ações do Colégio onde as filhas estudavam e elas também passaram a ser voluntárias no Viva Rio, liderando inclusive as campanhas do Betinho - Natal sem fome, em Santa Cruz, estendendo a Campo Grande, chegando à seguinte conclusão : os que menos têm são os que mais doam....

Antônio se orgulha de ter participado do movimento de solidariedade surgido na década de 80 sob a liderança de Betinho. Realizava campanhas contra a fome, pelos desabrigados de enchentes, aproveitando temáticas como Natal sem fome, defesa do ambiente, contra a violência.

Por fim, continuando a viver no Conjunto Habitacional, aproximou-se ainda mais do colégio das filhas, através de uma antiga paixão de sua infância, a música. Através da Banda Marcial do colégio pode entregar-se a essa outra faceta, contribuindo na

organização e consolidação de Bandas de colégios da região e correspondendo a uma histórica vocação da comunidade local, herdeira do gosto musical dos tempos do primeiro Conservatório de Música, dirigido pelo Padre Maestro José Maurício Nunes Garcia.

Outro entrevistado, Getúlio Gomes da Rocha, outro representante do segmento morador de CH, filho de retirantes do Nordeste, Pernambuco, instalou-se em Santa Cruz no Conjunto Liberdade, onde ainda era possível adquirir uma casinha de modo acessível. Na sua errância entre São Paulo – Rio de Janeiro, passando por vários bairros, Inhoaíba, Cavalcante, Realengo, viveu sua infância entre as brincadeiras de vizinhança, atividades da Igreja Católica, no intercâmbio entre paróquias, até ingressar no Seminário que não concluiu, onde construiu sua criticidade, seu perfil contestador em relação às políticas eclesiais e às políticas públicas. Por fim, a família de Getúlio veio para Santa Cruz no Conjunto Habitacional Liberdade, ao longo da Av. João XXIII, onde fundou a *Associação de Moradores do Conjunto Liberdade*, ligada ao dia 21 de abril. Ali se iniciava a intensa participação na vida comunitária, nos Conselhos Comunidade, nas lutas pelas reivindicações dessas comunidades: escolas, transportes, postos de saúde, contra o pólo petroquímico de Itaguaí, contra o Aterro Sanitário, a falta de saneamento básico etc. Entretanto, afirma Getúlio, ele se deu conta de que não participava de uma política de habitação, mas de uma política eleitoreira, que não preparava a estrutura das localidades:

(...)As estradas não são calculadas devidamente. O comércio está sofrendo com isso, as escolas não tem vagas , é insuficiente o número de creches, é insuficiente o número de profissionais de saúde. Porque não houve um preparo, não houve um planejamento para que houvesse essa adaptação da vinda das pessoas. A minha crítica em cima dos governantes, é que eles não pensam nas pessoas, eles pensam no que eles vão ganhar com a vinda dessas pessoas pra cá. Tudo em nome do progresso, mas sem a devida estrutura, sem o devido estudo. Isso eu acho que tenho essa consciência, gostaria que os jovens de hoje tivessem também essa consciência , mas a gente sabe que tem um trabalho de alienação das pessoas para que não questionem, não critiquem porque é muito mais cômodo para algumas pessoas que querem continuar no poder...O problema todo é a falta de compromisso dessas pessoas em estar melhorando.... quem mora na comunidade aqui sabe onde lhe dói o calo, o transporte é péssimo, um dos piores de toda a cidade... um monopólio de uma empresa só que faz o que quer, prejudica o trabalhador

que vai trabalhar no centro da cidade...prejudica a população toda...o meio de transporte o trem também está deficitário, a gente sabe que tem problemas na linha, qualquer chavinha para., qualquer enchente para...os compromissos políticos estão acima dos compromissos sociais, dos compromissos éticos, dos compromissos educacionais, dos compromissos culturais, dos compromissos dos cidadãos...

Todos, de modestas condições, mas cheios de sonhos de ter finalmente a residência própria e legalizada, aprenderam na ciranda comunitária a própria cidadania e, integrados a Santa Cruz, desejam ver o bairro crescer desenvolvendo seus inúmeros conjuntos habitacionais. Sua queixa em relação às políticas públicas de moradia, que apenas mascaram a situação, é um clamor contra o mau uso político do direito de morar que submete as comunidades e as mantém prisioneiras, dependentes de um assistencialismo nocivo, gerado e ali reproduzido.

A pesquisa privilegiou também profissionais da educação com um tempo significativo de prestação de serviços a uma comunidade de Conjunto Habitacional como professores, diretores de escolas e funcionários. Pelo tempo dedicado a uma comunidade e conhecendo-a em suas entranhas, esses profissionais testemunharam toda a experiência de viver em comunidades que, muitas vezes esquecidas pelo poder público, estiveram ou estão ainda entregues à própria sorte. Para a Profa. Ana Maria, Diretora de uma escola no Conjunto Antares,

Santa Cruz era muito família.... mas hoje o bairro está comprimido. Eu me sinto como se estivesse sufocada...

Na minha vida de professora, marca muito quando você tem alunos difíceis... Quando cheguei aqui, vinda de uma escola no centro do bairro, era uma turma com 19 crianças...você olhava aqueles olhinhos de cada um era um problema... era uma turma muito difícil.... Na primeira reunião, foi uma decepção....poucas mães... uma delas dizia: “ - Professora, se meu filho tiver fazendo alguma coisa grave, errada, a senhora me fala, porque eu mato ele.... porque pra eu deixar ele fazer coisa errada eu mato ele, antes que um bandido mate, mato eu.”

Eles não se respeitavam, era só com palavras... Uma criança me chamava atenção: muito quieto, educado, ficava só com as meninas, pois era mais calmo... faltava todas as 6as feiras, perdia o teste semanal e pedia para fazer depois... quando chamei o responsável, para saber o que estava acontecendo, veio um rapaz bem arrumado que se apresentou como

responsável e me explicou que ele faltava às 6as feiras porque ele era incumbido de levar a “mercadoria” a um morro do Rio... o pai daquela criança tinha ido embora, a mãe arranhou outra pessoa que não o aceitava e ela foi embora e deixou a criança na rua sozinha. Dormia na rua numa mesa de bilhar que não tinha como ser guardada num bar, até que esse rapaz o acolheu e passou a cuidar dele...

Isso me chocou muito. Agora com o tempo já estou mais acostumada...Era uma criança muito diferente da que eu estava acostumada a trabalhar.

...São muitas dificuldades; o conceito de família não existia, a mãe saía cedo... era mãe e pai ao mesmo tempo, as crianças com nove, dez anos analfabetas... eles querendo aprender e não tinha ninguém para levá-los à escola.... eles iam porque queriam...

...Eles não se sentem integrados, não são respeitados... não são aceitos no bairro, mesmo para cursinhos ou estágios aqui no bairro é mais fácil serem aceitos em outros lugares. À medida que aumenta a violência aqui, menos eles são aceitos no bairro.. até mesmo de um conjunto para outro bem próximo....

Percebemos em seu depoimento a angústia da impotência e uma solidariedade enraizada que a faz continuar naquela localidade, mesmo que os avanços sejam lentos e pouco convincentes.

José Felix de Lima, funcionário público, na Prefeitura do Rio como inspetor de alunos, é também mestre capoeirista e reside em Santa Cruz há 38 anos. Veio criança de Pedro Velho, Rio Grande do Norte e morou em Bonsucesso, na praia de Inhaúma, na favela, até sua extinção pelo Governo do Estado.

O governo deu oportunidade de uma casa com saneamento básico, mas obrigou a gente a morar muito longe do trabalho. Fomos retirados de lá porque era uma área que iria ter construção / obras ... e levados para um lugar bem longe da cidade, no Conjunto Habitacional Antares- 1º conjunto que foi formado, em 1974. Não foi satisfatório, porque todo mundo tinha sua vida própria próximo da cidade e botaram o pessoal muito longe. O pessoal se sentiu menosprezado, porque sair de Santa Cruz para trabalhar na cidade foi muito difícil.

...O nível de emprego aqui é pouco em relação à população que não foi preparada... então ela tem que procurar longe e aí a pessoa perde três a quatro horas por dia para ir e voltar do trabalho.

Os moradores do Conjunto presenciaram o uso e a manipulação de seus ideais por uma política inescrupulosa que os acenou com a bandeira da dignidade, mas capaz de enganar pessoas simples com promessas jamais cumpridas e repetidas a cada quatro anos. Os problemas cresceram, o conjunto favelizou e hoje percebem que há discriminação com os moradores do Conjunto Antares. Agora Félix, que já não mora mais no conjunto, afirma que teve todas as chances para enveredar por caminhos mais violentos mas resistiu a tudo e formou sua família. Tem retornado às escolas da localidade para ministrar oficinas de capoeira, pois acredita que essa atividade, como muitas outras ligadas ao esporte e à cultura, podem seduzir as crianças e jovens e evitar que sejam adotados pelo tráfico.

Cleonir Alves, gaúcha de Santa Maria, RS, moradora da Comunidade do Barro Vermelho, em seu depoimento revela:

Moro atualmente no Barro Vermelho, uma comunidade extremamente carente, uma ocupação - não se diz mais "invasão"- devido ao déficit de moradia para a pobreza, para as pessoas humildes como eu na minha região, na Cidade do Rio. Moro lá por opção, pois antes vivi no Conjunto Urucânia, um conjunto habitacional do Estado, mas que não oferecia realmente o espaço para minha família que estava aumentando. Minha família continua no Rio Grande do Sul... já faz 44 anos que resido na Zona Oeste. Minha primeira moradia foi na Cidade de Deus, também na Zona Oeste, em Jacarepaguá. De lá foi que eu vim para a Terra de Santa Cruz. Quando vim com meu marido pro Rio, moramos agregados na casa de conterrâneos do sul. Mas era uma situação desagradável, não tínhamos a liberdade que nós temos na nossa própria residência. Já na época existia a Vila Paciência, hoje em dia chamada de Vila Paciência, mas era a Comunidade do Aço e foi minha primeira residência em Santa Cruz. Fica entre Paciência e Santa Cruz, ao lado do Conjunto Cesarão. Ali vivi por aproximadamente 4 ou 5 anos, numa daquelas casas... Aliás, não pode ter esse nome de casa: são barracos horríveis, vagões empobrecidos, ali convivem muitas famílias, na pior condição possível, pois até hoje estão esquecidas pelas autoridades.

Politizada, líder comunitária, Gaúcha, como é conhecida, fundou com outras mulheres das comunidades o COMZO – Conselho de Mulheres da Zona Oeste, organização destinada a apoiar a mulher nas suas lutas, defendendo suas causas, estimulando o seu desenvolvimento. Por conta desse movimento, tornou-se conhecida, tem sido convidada

a representar a luta da mulher por todo o Brasil em Seminários, Fóruns, Marcha de Mulheres, etc., mas não só: tornou-se também uma das vozes da comunidade por qualidade de vida:

Eu fico muito triste de ter que viver com isso dentro da comunidade. Não há uma facilitação... A população pobre aqui da comunidade na qual me insiro, você tem que depender do trem a vida inteira, seja atrasado ou não, porque é mais barato, enquanto existe um projeto desde 97 para botar o metrô de superfície e está guardado esse projeto dentro de uma Prefeitura...É projeto pra nossa região... O Estado está preocupado com o trem bala que vai para São Paulo, mas não se lembra de milhões e milhões de trabalhadores que vão pro centro, pra Zona Sul do Rio de Janeiro que depende desse trem e eu vi esse projeto, está escondido, guardado não sei onde que não sai... Nós temos que quebrar isso.

Quando perguntada sobre a sua participação na comunidade de Santa Cruz:

Tudo começou em 2000. Eu, viajando nos trens da Central, começou o diálogo, a gente quando senta ao lado de uma mulher, a conversa nasce, é incrível ainda mais com 60 Km, tem muito assunto. Aí quando chega na Central do Brasil, é troca de telefones, e ali se conquista uma amizade das mulheres...Ouvindo as histórias de cada uma ...cada vez que eu viajava e pensava – Meu Deus , mas essa mulherada não tem nada para se apoiar na sua vida, falta emprego, falta tudo... Foi então que comecei a me envolver no movimento de mulheres, busquei conhecimentos e resolvemos nos reunir e tramar nossa ação.... Em 2001 saiu a 1ª Marcha das Mulheres: a gente se reuniu no gabinete de Dr. Jacob Gribler, Vice- Diretor da Faculdade Machado de Assis . No início era a Coordenação de Mulheres da Zona Oeste A gente foi pra rua. Colocamos cerca de 200 mulheres na rua principal do bairro com frases, cantos, palavras de ordem. Depois a Marcha de Mulheres de 2002 e 2003 e ali fundou-se o COMZO - no Solar dos Araújo. Incorporamos. Assim nasceu o COMZO e não paramos mais...

Pelos anos já vividos no novo espaço, tendo já se adaptado aos novos problemas, percebemos nas falas desses moradores quase nenhum vínculo com o lugar de onde vieram, trazendo muito pouco de seu, mas uma identidade e uma memória dilaceradas pelo transplante compulsório e, muitas vezes, como a última possibilidade que lhes acenaram as memórias trazidas dos lugares de onde viveram. Alguns deles, contudo, se mostram mais permeáveis às novas condições e são capazes de inventar novas possibilidades a partir delas, como Gaúcha.

A dor de deixar para trás sua história é percebida mais fortemente entre os que vieram de outras terras, imigrando para as terras férteis de Santa Cruz, onde puderam sobreviver da agricultura ou do pequeno comércio que se iniciava. Portugueses, italianos, espanhóis, austro-húngaros e, por fim, japoneses, nas décadas de 30 a 50, chegaram com sua cultura e durante muito tempo tiveram que **resistir** ao estranhamento da população original, e mesmo à rejeição, pois muitos, principalmente alemães / austro-húngaros e japoneses, chegando no período da II Guerra Mundial, eram vistos como intrusos ou espiões.

Acolhidos e aceitos, mantiveram-se dedicados ao trabalho, enraizando-se lentamente na vida da nova terra, não sem transferir aos filhos a herança de sua cultura original, nas cerimônias festivas e mesmo na privacidade dos lares traduzidos na língua, nos costumes, na gastronomia, na religiosidade, na música e na dança, nos saberes e fazeres da terra natal.

O Sr. Antônio Fernandes, português de Labruge, Porto, foi comerciante e empresário em Santa Cruz. Chegou ao Brasil em 1950.

Trouxe da terra natal a lembrança, o costume de tomar sopas, comer verduras cozidas ou em saladas com bastante azeite, degustação de vinho às refeições, iscas de bacalhau e cozidos. Durante mais ou menos dois anos, no início de minha vida aqui em Santa Cruz usava, a passeio, terno com gravata e colete.

Vim residir nesse bairro porque quando decidi sair de Portugal para trabalhar em outro país, tinha um tio, irmão do meu pai, que já morava em Santa Cruz... O maior impacto foi perceber a simpatia e o poder de comunicação do brasileiro, diminuindo as saudades da família e da típica alimentação portuguesa, vez que nos primeiros anos e enquanto solteiro alimentava-me em pensões do bairro.

Desde que vim de Portugal até minha aposentadoria trabalhei em Santa Cruz, inicialmente na Casa Santa Cruz de propriedade de um tio meu ,, depois que saí dessa empresa de família, fundei algumas empresas no local, trabalhando em todas arduamente: Oficina de Carpintaria na Rua Teresa Cristina, Pedreira na Base Aérea de Santa Cruz, Olaria na antiga Estrada Morro do Ar, Vidraçaria N. Sra. de Lourdes na Felipe Cardoso, Casa Fernandes na Rua Felipe Cardoso, Dora Vidros na Rua Felipe Cardoso,

Marmoplac, também na Felipe Cardoso.... Trabalhei muito, não tinha hora para almoço nem jantar...

Emocionado, afirma que o que mais marcou sua vida, como morador dessa localidade, foi ter realizado seus sonhos, ter criado seus filhos ali onde escolheu para viver por longos anos . Avaliando as dificuldades de viver no bairro, ressalta:

Não há como negar a ausência ou deficiência de alguns dos serviços públicos como por exemplos podemos citar a ausência de saneamento básico e deficiência no serviço de transportes...Morar em Santa Cruz é bom, pois o bairro ainda é um bairro tranquilo. Na época de minha chegada havia muito mais comunicação. Mas mesmo assim, no geral, Santa Cruz vem melhorando.

Outros descendentes de imigrantes, Carlos Ludovico, Prisciliana e André são três dos seis filhos da família do Sr. Albino da Silva Valente e dona Odete Crim Valente que viveram na Rua Lopes de Moura , no centro de Santa Cruz. Suas falas, impregnadas de muito saudosismo, mostram também uma sensação de perda da qualidade de vida, dos seus tempos de infância para os atuais:

Minha família é originária de Santa Cruz, meus pais nasceram em Santa Cruz. Meus avós vieram do Líbano, mais ou menos em 1910, de navio e sempre relatando que o Líbano era um país lindo. A minha avó passou para minha mãe e tias a riquíssima culinária libanesa, saborosa, mas muito trabalhosa. Minha mãe contou a dificuldade inicial de meus avós para se adaptar no Brasil, sem falar o português, até montar seu primeiro comércio. Não conheci meu avô, mas convivi com minha avó até os 15 anos.

Minha infância e adolescência em Santa Cruz foi maravilhosa. Cresci brincando, jogando bola, nos bailes, festas, teatro, cinema, apresentações de shows no clube que meu pai ajudou a fundar: o Grêmio Procópio Ferreira (Entrevista de Carlos Ludovico Crim Valente)

As lembranças da terra natal e alguns costumes foram repassados pela avó para toda a família. Pouco restou desse convívio, mas algumas marcas permanecem e inegavelmente, como um ritual, os irmãos cultivam o hábito de se reunir. Como que reconstruindo a memória de momentos felizes através do paladar, não raro há a degustação de um prato de origem árabe-feito pelos que herdaram esse talento.

Essa foi uma forma de **resistência** que não apagou da memória os laços com a terra de origem. Aqui se poderia pensar numa identidade raiz e numa resistência à perda deste modo de enraizamento. O valor é colocado apenas no antigo, no que ficou para trás. Entretanto, já na segunda e terceira gerações, esses laços como que afrouxaram, pois os filhos desses imigrantes, filhos da nova terra, não puderam abdicar de se reconhecer como tal; frutos do meio, não poderiam cultivar os costumes e o falar dos grupos imigrantes, minorias em relação ao contexto da vizinhança, do quarteirão, do convívio na escola, na igreja, no clube, fazendo esvanecer, com o passar do tempo, as tintas dessas memórias exiladas. São então novas memórias que começam a se forjar, memórias mescladas, que combinam a herança recebida com os elementos encontrados na nova cultura e no novo modo de vida. Atualmente, restam ainda fragmentos da antiga cultura, cuja memória se atualiza cada vez que revêem fotografias, objetos trazidos nas malas ou que se reacendem nas Feiras da Cultura Viva que revivem, ainda que por algumas horas, aquele vínculo com as terras distantes de onde seus antepassados vieram.

Carlos Ludovico, Prisciliana e Jorge foram os que continuaram em Santa Cruz. André e os outros mantêm, ainda que distantes, raízes profundas (que têm a ver com as lembranças da infância e adolescência no bairro e com as amizades construídas por eles e pelos pais ao longo de toda uma vida). No entanto, são exemplos isolados.

Seguindo a profissão do pai, cirurgião dentista, Carlos Ludovico sempre trabalhou no bairro. Fala da Santa Cruz do passado, lamentando algumas transformações, ao mesmo tempo em que positiva as novas relações que estabeleceu no bairro:

Morar em Santa Cruz atualmente é difícil, pelo aumento da população, carros e não houve desenvolvimento de vias para esse crescimento, o que acarreta engarrafamentos em todos os horários.... A grande dificuldade de morar em Santa Cruz hoje é a falta de cinemas, restaurantes, teatro, shoppings de boa qualidade, a distância para o centro da cidade, Barra e Zona Sul, a falta de segurança...Na Santa Cruz antiga, andava-se com alegria em volta da Praça do Rique, na Rua Felipe Cardoso, na volta dos bailes pela tranquilidade de viver naquela época. Hoje anda-se com medo até de sair de casa. ..O que mais gosto de Santa Cruz é a quantidade e a qualidade dos meus amigos. É muito bom encontrar meus amigos no Bar do Acelino, Restaurante do Solé e da Aldinha. Queria registrar que o que me marcou muito foi o carnaval em Santa Cruz da minha juventude: o Bloco da

Crítica, o desfile das Sociedades, os clóvis... Que saudade do Bloco das Piranhas!

Nessa região, surgiu um personagem do carnaval carioca: o clóvis. Supõe-se que o termo seja uma corruptela do termo inglês *clown*, termo pelo qual os alemães que estavam construindo o Hangar do Zeppelin(1934/1936) chamavam os fantasiados do carnaval da época: roupas de cetim muito coloridas com mangas e calças bufantes e máscara que lembrava a de palhaço.

André Crim Valente, professor, residiu em Santa Cruz, atualmente vive em Laranjeiras. Sempre retorna para regar as raízes de sua identidade, reconstruir memórias de sua infância:

A minha infância e adolescência em Santa Cruz foram bastante prazerosas. Tive oportunidade de brincar no rio, nos Jesuítas, joguei muita bola, frequentava o cinema da igreja, o cinema da Rua Felipe Cardoso, brinquei muito carnaval nos blocos e isso me marcou tanto que eu continuo adorando o carnaval de rua... Já não moro em Santa Cruz há 40 anos, mas tenho boas recordações da época em que aqui vivi ..Nunca trabalhei diretamente em Santa Cruz , mas cheguei a participar da criação do curso Renovação com meu irmão Jorge Crim Valente. Trabalhei também como professor do Município e o que mais marcou foi a convivência com meus amigos, amigos de meus pais e dos meus irmãos também.... A Santa Cruz de hoje, pelo que escuto de quem ainda mora aqui, é marcada um pouco pela violência , mas muito guardou daquela época, principalmente entre as famílias que se conhecem...

Para Prisciliana, a falta de segurança é a principal dificuldade, além da falta de lazer. A lona cultural existente é muito distante e de difícil acesso aos moradores, assim como é escassa a vida cultural do bairro, carência que também é lamentada por André: a perda dos três cinemas, a diminuição ou quase inexistência de peças de teatro, tão comuns na Santa Cruz antiga. Os três conhecem o NOPH e participaram de algumas atividades culturais propostas por ele ou por iniciativa própria colaborando com o lançamento de livros, apoio aos artistas locais, pesquisas sobre temas ligados ao carnaval, sobre o patrimônio local, saraus, concertos , exposições e outras celebrações. No entanto, observamos que o hábito de participar mais ativamente das ações culturais perdeu-se com as transformações, com o fechamento dos cinemas e clubes, restando-lhes cultivar

os valores de amizade que marcam muito as histórias de família, muito enraizados nessa geração.

São esses resíduos que vão se misturar às memórias dos novos moradores para formar as memórias híbridas. Propositadamente, essas falas foram selecionadas como amostra de um discurso real que ainda permeia os bastidores da Santa Cruz antiga. Embora não seja a voz da maioria, é a fala que lamenta as mudanças, presa à identidade que se fragmentou, dos que se renderam impotentes às mudanças. No discurso da perda, percebe-se a tônica do lamento, não hegemônico, que aflora nos que, tendo optado por ficar em Santa Cruz, não chegaram à criação de algo novo, à tomada de uma iniciativa, apenas sofrendo e constatando passivamente as mudanças impostas.

Entretanto, não é esse o foco privilegiado dessa pesquisa, que pretende valorizar as memórias híbridas e identidades rizomáticas, essas, sim, capazes de resistir de forma criadora, de construir algo novo transformando conteúdos de origem em outra coisa.

Alguns moradores tem orgulho de mostrar seu vínculo com o trabalho sociocultural do NOPH / Ecomuseu. Liderança comunitária forjada no enfrentamento das dificuldades, a artesã Araci Ramos da Costa participou da fundação da AMASC – *Associação de Moradores e Amigos de Santa Cruz* (1987) da qual é a atual presidente e mais recentemente a ZOART – *Artesãos da Zona Oeste* (2008), uma cooperativa ainda informal que congrega cerca de 50 a 80 artesãos de Santa Cruz e adjacências:

(...) Nasci e fui criada em Santa Cruz, na antiga Estrada São José, hoje Vitor Dumas. Éramos sete irmãos e meus pais... Crescemos ali com toda dificuldade. mas éramos felizes porque era um sítio, tínhamos de tudo... as brincadeiras de criança que hoje em dia não temos mais: brincar de casinhas, dar injeção na bananeira, fazer bonequinhas de barro...

(...) Minha mãe veio da Ilha da Madeira, em Itacuruçá com meus avós e meu pai, dizem, era descendente de japonês, vindo de São Paulo, Bananal. Meu avô era chamado “China Seco”. O que mais me marcou na vida em Santa Cruz foi a luta de meu pai pela posse do terreno, éramos grileiros. Eu ajudava nas reuniões, fazia fichas, juntava os vizinhos, todos defendendo a nossa terra. Queriam nos tirar aquilo que nós achávamos que era nosso.

Indagada sobre a Santa Cruz de hoje e do passado, sobre o que mudou, afirma:

Antigamente, nós nos encontrávamos nas ruas, todos éramos conhecidos, não tinha a população que temos hoje, todos éramos amigos. Hoje em dia mesmo nos supermercados e em festas, nós não nos conhecemos... A população que veio de fora, para os conjuntos habitacionais, pessoas diferentes, de diferentes condições sociais, outros costumes, índole, há muita diferença... então nós temos dificuldade de entrosamento com outras pessoas...Nós hoje vivemos com medo da violência...

O último Conjunto Habitacional implantado nessa região foi o Nova Sepetiba , um megaconjunto com mais de 5000 casinhas, no final da década de 90 , onde antes havia o “eucalipal”, nas terras da extinta Radiobrás, após a região Arão. Passava a Escola Municipal Júlio Cesário de Melo e logo se sentia pelo aroma a chegada a Sepetiba. Aquela área era terra desabitada, somente um caseiro com criações de patos e ovelhas... Mas a história do conjunto começou com uma ocupação de terra organizado pelo pelo MST – Movimento Sem Teto do Rio de Janeiro que surgiu na área de Campo Grande articulada com outros grupos da Zona Oeste, que acampou na região e ali aguardou durante dois anos, em barracos cobertos de plástico, sem qualquer condição de habitabilidade, até que as autoridades do Estado resolvessem seu assentamento prometido no local. A previsão inicial era de que as 500 famílias seriam logo alocadas na área, mas o governo do Estado da época, querendo tirar lucros políticos dessa situação, aprovou que ali fossem instaladas 10 vezes mais pessoas vindas de diferentes partes do Rio. Assim, onde o problema era o assentamento de 500 famílias acabou se multiplicando numa região onde não existia saneamento básico, escolas em número suficiente, transportes, comércio e, principalmente, emprego. O megaconjunto foi implantado no meio do nada e em dois momentos: Nova Sepetiba I e Nova Sepetiba II.

Uma testemunha desse processo, Padre Geraldo Marques Raimundo, mineiro, veio para o Rio aos nove anos com a família, foi criado no bairro de Realengo, formou-se padre e chegou em 1993 para ser o pároco da Paróquia de Santa Edwiges e São Pedro, em Sepetiba, na Praia de Dona Luiza, atual Praia do Recôncavo. Além de padre, é professor na PUC Rio de Janeiro- *Pontifícia Universidade Católica* e analisa com detalhes sua participação na vida comunitária daquela região , que no passado integrava as terras da Fazenda de Santa Cruz:

Estou em Sepetiba desde 31 de janeiro de 1993, vim como padre dessa igreja... Sepetiba é um bairro de periferia, ...carente de uma série de infraestruturas que impede uma vida de melhor qualidade...

Trabalho na Igreja Católica com 13 comunidades...Morar em Sepetiba- todo muito fala- que é uma coisa boa... Respira-se um ar de tranquilidade, de confiança, o esforço para ficar junto. Isso é bom! O difícil é morar, mas trabalhar longe pela falta de transporte: morar é bom, difícil é sair e voltar.

O que mais marcou minha vida como padre desta localidade ... é a forma de viver integrado na própria comunidade, a abertura das pessoas para a dimensão da fé e a preocupação de estar inserida no processo de transformação...

O vínculo com o Conjunto Nova Sepetiba vem do início da ocupação:

O conjunto não começou ali. Começa com um sistema de ocupação do MST... grupo de Campo Grande que vinha se organizando em busca de terras para trazer o pessoal ... Na época, algumas pessoas ligadas ao MST vieram me procurar, queriam saber de quem era aquelas terras: se era uma terra de arapuca... se era privada, se era área devoluta... foi feito um levantamento prévio pra saber de quem era a terra e se constatou que era da CEHAB, que existia até um projeto para construção de casas populares e como estava na época de processo eleitoral para a Presidência da República e o Governador era candidato à Presidência.... foi tomada a decisão de depois construir o conjunto. Primeiramente, esse grupo que iniciou a ocupação- cerca de 500 famílias... foi feita a negociação com o Estado que garantiu construir as casas, desde que as pessoas ficassem fora da terra, retiradas da terra e foram retiradas aproximadamente 500 famílias, retiraram as verbas ...e se localizaram nas proximidades da estradas de acesso da antiga Radiobrás, na rua, em lugar público .. e ficaram ali, de forma organizada, lembro que havia até uma escola para as crianças... Durante dois anos ficaram ali, morando em barracos de plástico sem nenhuma infraestrutura, enquanto o governo do Estado promovia a construção dessas casas..... A gente acompanhou desde o início, ...desde a ocupação da área até a desocupação da área para a construção.

Sobre as dificuldades, afirmou:

... Primeiro é que a idéia do conjunto habitacional Nova Sepetiba não era a idéia original, as famílias que ocuparam eram 500 famílias..... e o Estado veio com um megaprojeto para 5.000 casas: em um ano essa visão habitacional de grande conjunto habitacional tinha sido rejeitada em outros lugares... ainda mais quando você traz para um local distante diversas pessoas, de diversas origens culturais, diversas origens geográficas ...

Constatamos que as falas desses entrevistados, em comparação com as realizadas na pesquisa feita com os moradores do centro do bairro, em 1999, para a dissertação de mestrado *Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade*, trazem como as anteriores, a insatisfação de sua impotência diante das decisões tomadas unilateralmente, sem a devida escuta aos afetados pelas políticas públicas adotadas. Carregam a dor de se sentir desrespeitados e usados politicamente para servir às plataformas aélicas e eleitoreiras daqueles que teriam sido eleitos para atender às demandas daquelas comunidades envolvidas.

Entretanto, foi nos conjuntos habitacionais que encontramos não mais o muro de lamentações, o choro da perda, mas uma energia questionadora e pulsante, criando situações e propagando novas forças para “administrar a mudança”. Um singular exemplo foi a fundação da Coosturart – Cooperativa de costureiras e bordadeiras num Conjunto Habitacional situado ao longo da Avenida João XXIII, conforme depoimento de sua Presidente e fundadora, a artesã Cláudia:

A Coosturart surgiu por conta dessa movimentação cultural e social, por conta dessa vontade de que essas coisas se estabelecessem a partir de encontros, a partir daqui, e não a gente ficar sempre buscando tudo fora daqui, cultura fora, trabalho fora... tudo de fora, de fora pra dentro... Quando eu comecei a fazer um trabalho cultural com Washington, meu esposo, a gente foi para o lado da educação o- telecurso, formação de biblioteca com várias ações nesse sentido... e a gente sentiu que o trabalho de geração de renda estava ligada a isso... ele não podia estar fora desse contexto da educação e social até mesmo para que você pudesse junto às mulheres explicar melhor como o salário delas se insere. Eu ia a muitas feiras, reuniões, para vários lugares lá embaixo enquanto artesã e disse a gente tem como montar um trabalho artesanal... não só eu trabalho também pela minha necessidade com filhos precisando trabalhar mais perto, mas também outras mulheres... conseguimos algumas máquinas de costuras, agulhas, linhas etc ... e aí em 2002 fizemos a primeira reunião pra fundação da Cooperativa, 22 mulheres... 20 delas assinaram a ata para formalizar a Cooperativa.

Indagada sobre que relação estabelece entre a criação da Cooperativa e a cultura local, Cláudia afirma:

Eu acho que a gente se funde um pouco. Eu já não sei mais onde está a cultura local e onde que a gente se insere porque... quando eu vejo pessoas

vindo visitar a cooperativa, quando vejo pessoas de faculdade virem nos visitar para fazerem pesquisa...quando vejo pessoas de outros trabalhos ligados ao comércio e indústria, à economia solidária terem a Cooperativa como uma base, então eu não sei mais onde a gente se insere tanto culturalmente, quanto economicamente acho que a gente já faz parte quase de tudo...

Mas... fazer cultura dentro de uma comunidade, na verdade eu achava até que era mais difícil, mas é muito fácil, pois as pessoas são ricas em cultura...o que a gente fez na cooperativa foi unir o pouco que cada uma tinha, o saber de cada uma tinha ...eu sempre valorizei muito isso.Eu nunca quis incutir um caderno de modas,um calendário de modas... a gente tem que ter profissionalismo,tem que ter todo aquele parâmetro de trabalho, de organização, mas a coisa tem que surgir daqui pra fora. Então nesse daqui pra fora, a gente conseguiu fazer nossos primeiros produtos, tudo com uma raiz cultural muito boa, porque o resgate dos trabalhos artesanais, fazer fuxico, fazer bordados com temas regionais, pintar bonequinhos, desenhar bonequinhos ...que que fez? fez com que isso a gente criasse uma identidade... então a gente criou uma identidade cultural Hoje quem vê a Coosturart lá fora diz logo; - É a Coosturart. Isso é fazer cultura, não é?

Sobre a ligação com o NOPH:

Conheci o NOPH ... há uns 10 anos atrás... Eu vinha buscando bases participava muito de reuniões para iniciar um trabalho eu estava numa reunião da CRE, uma reunião do CEC (Conselho escola Comunidade) e vocês estavam apresentando o trabalho do ecomuseu Acho que era a sementinha do trabalho de campo que iam fazer, justamente começando pelas escolas... Nessa época eu ainda estava com aquela cabeça radical queria mudar o mundo de uma hora pra outra, via que falavam do ecomuseu, do Centro cultural, da Ponte dos jesuítas ...e eu não escutava falar dos conjuntos... eles também faziam parte de Santa Cruz E eu me perguntava – Espera aí, onde se inserem as comunidades? As com unidades também são Santa Cruz... E vocês apresentaram o trabalho que era justamente a base que vocês da iniciação que iam levar da história de Santa Cruz às escolas para atingir as comunidades que eram o alvo de vocês.

E aí foi maravilhoso! Dali pra cá comecei os contatos, comecei a frequentar a sede do Ecomuseu... o Ecomuseu cedeu os espaços para as pesquisas para que a gente fizesse nossa primeira coleção para o Fashion Rio... o Centro Cultural serviu de base para pesquisar para nossas peças... Teve uma saia

que foi capa do caderno Elas do Jornal O Globo e no Fashion Rio não dava outra coisa: só falavam de Santa Cruz.

Para Cláudia, grandes lições foram tiradas dessa iniciativa:

(...) fazer com que a instituição funcione como um todo...a nossa instituição tem um trajeto um caminho muito sólido, primeiro nós não somos uma instituição não que ela seja independente, mas ela não é dependente, politicamente a gente não depende, opiniões contrárias ao que é a nossa meta a gente não depende, montar um trabalho sólido foi um passo que já valeu a pena... ... fazer com que a comunidade reconheça isso. Eu acho que comecei a ver isso... quando vejo pessoas seguindo o mesmo passo, desenvolvendo também trabalhos sociais, pessoas com trabalho de costura cada vez mais se espelhando no que a gente faz ...a comunidade no caso politicamente ficando mais consciente... a gente mostra que elas são capazes...quando as pessoas começam a ver que elas são “ capazes”, elas começam a crescer um pouco mais... e também porque nossa comunidade é uma comunidade boa de morar, boa de viver e por isso vai ficando mais light.

Se os antigos moradores do centro do bairro se sentiram violentados com as mudanças abruptas no seu cotidiano, igualmente ou, em alguns casos, de maneira ainda mais forte, as populações chegantes mais contrariadas se mostram, pela desumanidade com que são “depositados” em outro espaço, em outra comunidade, sem respeitar os estudos de impacto e muito menos os seus modos de vida.

Assim como não são ouvidas as populações originais, as “transplantadas” arrastam anos de padecimento na saga em que se transforma sua nova vida em outro lugar, com outras histórias de vida, outros anseios, outros modos de ser. Entre a chegada ao novo ambiente e cultura e a sua adaptação, muitos conflitos, individuais e coletivos, são deflagrados, durante um período de estranhamento e até de rejeição, por ambas as partes, agravados com as dificuldades que se multiplicam, justamente pelo não atendimento às demandas sociais da ocasião ou à falta de um estudo *a priori*.

Como vimos, a dor de não se reconhecer nas esquinas, nas festas e nos supermercados, que levou muitos a abandonar o bairro em que nasceram, coloca a população original no mesmo patamar das populações oriundas dos transplantes, estas também numa dor coletiva de ser considerada, no primeiro momento, o intruso, o invasor e de trazer entre

os sacos e caixas de seus pertences, o dilaceramento das memórias construídas em outros espaços.

Porém, a capacidade criadora dessas comunidades surpreende o mais incauto pesquisador. Conseguem em pouco tempo criar novas formas de subsistência, fortalecendo-se seja através da religião e dos benefícios da solidariedade, seja através da união em blocos de resistência como cooperativas, grupos de artesanato, instituições de memória/ museus, grupos culturais de música e dança. Bastam alguns anos de convívio e um trabalho pedagógico que estimule e promova o reconhecimento e o respeito à diferença, a generosidade, a solidariedade mútua e teremos, não uma harmonia sintética e amorfa, mas uma aceitação e um cruzamento de sonhos e novas esperanças, misturando e recriando identidades, numa costura desejada do tecido social.

Isso pode ser confirmado tanto na fala de Cláudia de Siqueira, da COOSTURART, na página 205/207, como nas do português Antônio Veiga, de Gaúcha e também de Araci Ramos da Costa que organizou as artesãs locais e fundou a ZOART. Nesses três casos, a **criação** foi uma estratégia para resistir e superar dificuldades. Vejamos o caso de Antônio Veiga: de simples imigrante, morador de Conjunto Habitacional, a coordenador cultural de Bandas Escolares, ainda que não seja músico. Esse fato se pulveriza ante as conquistas da Dom Oton Mota Marching Band, recentemente reconhecida em evento nacional:

(...) É com extremo prazer que informamos que neste domingo, dia 14, a DOM ÓTON MOTA Marching Band obteve o 3o. lugar no Campeonato Nacional DCB, realizado no Ginásio do Club Corinthians, São Paulo.

Ressaltamos que jamais uma banda carioca alcançou tão boa classificação num torneio de nível nacional, consagrando-se assim a DOM ÓTON MOTA Marching Band como a melhor banda estudantil do Rio de Janeiro.

Trata-se de uma conquista realmente relevante considerando que em 1o. lugar ficou a banda PROGRESSO, Pentacampeã Nacional e em 2o. lugar a banda do município de ATIBAIA, Campeã Mundial em 2005 e 3o. lugar no Mundial de 2010.

A vitória da DOM ÓTON MOTA Marching Band é reflexo de muito esforço e dedicação da equipe técnica aliado ao talento, garra e determinação de seus componentes que abrem mão do lazer e convívio de amigos e familiares para ensaiar horas a fio durante sábados, domingos e feriados com um único objetivo: melhorar cada vez mais.

Cabe-nos agradecer a todos que nos prestigiaram e colaboraram com nosso sucesso, especialmente ao nosso Diretor Juan Zaib que acreditou e nos ajudou de todas as maneiras possíveis e mesmo com limitações orçamentárias, nada nos faltou para que atingíssemos nosso objetivo.

Hoje ao ler o suplemento Razão Social do Jornal O GLOBO, pág. 12, "Suave é o som que chega da Maré - Ciep ganha projeto de educação musical e orquestra mirim", onde sob a batuta de Carlos Eduardo Prazeres, 40 alunos do CIEP Vicente Mariano receberam o apoio da Concessionaria Linhas Amarelas SA. de R\$ 500.000,00 pelo primeiro ano, me fez lembrar um outro caso.

Os recursos da nossa concorrente, Banda Municipal de Atibaia, são de R\$ 900.000,00 por ano.

Ah! Se nós tivéssemos pelo menos 20% disso...

E vamos em frente!

Antonio Veiga

*Coordenador da
DOM ÓTON MOTA Marching Band
(Recebido por e.mail em 16/11/2010)*

Já a situação de Gaúcha é ainda mais forte: oriunda da primeira leva de “transplantados” para a Favela do Aço - conjunto feito de containers instalados entre as décadas 60/70 em Santa Cruz. Vinda da Cidade de Deus, trabalhou durante muitos anos na Zona Sul e Centro da Cidade, enfrentando distâncias de trem, foi uma daquelas que só retornavam a Santa Cruz para dormir, o que transformava a localidade em bairro dormitório. Nada disso impediu que ela reunisse as mulheres da região e criasse o COMZO – Conselho de Mulheres da Zona Oeste. Tornou-se personagem conhecidíssimo nas lutas das mulheres, tendo participado da fundação de outras entidades de apoio à mulher.

Afrodescendente, Gaúcha, 68 anos, atuou como uma das protagonistas de um documentário intitulado *Meu Brasil* sobre comunidades fragilizadas, e assim tem percorrido as salas de cinema, levando sua mensagem. Embora sofra na pele o ônus da desigualdade, é uma pessoa alegre, criativa, de sua figura emana uma força afirmativa que se propaga onde quer que possa usar a palavra, uma de suas armas mais poderosas. Ao término da entrevista, declarou seu amor ao país cantando *Meu Brasil*. A criação de um *Conselho de Mulheres da Zona Oeste* revela a potência criadora da cultura em Santa Cruz que conseguiu transformar as dificuldades em outras coisas, entre elas a memória

e resistência através de ações coletivas buscando melhorias para sua comunidade. Ao buscar a história, ao participar da criação de memória, ao reinventar as lutas a cada dia com novas ações (marchas, oficinas, caminhadas , feiras , palestras) as próprias ações de Gaúcha e do COMZO se confundem com o atravessamento entre as diversas culturas , e assim vai se dar a hibridação da memória. Sua atuação nesses grupos chamou a atenção de altas esferas do Governo, participando de *Marchas de Mulheres pelo Brasil*, com destaques nos noticiários e junto à Academia , inclusive na UNIRIO onde proferiu Aula Magna, em programação pelo *Dia Internacional da Mulher*. O documentário, da cineasta Daniela Broitman, é uma produção da Video Forum Filmes (www.videoforum.tv). Apresenta a realidade vivida por Gaúcha e tantas outras lideranças comunitárias que vivem na luta por garantia de direitos e melhorias para onde vive.

Quando perguntada sobre a sua participação na comunidade de Santa Cruz:

Tudo começou em 2000. Eu, viajando nos trens da Central, começou o diálogo, a gente quando senta ao lado de uma mulher, a conversa nasce, é incrível ainda mais com 60 Km, tem muito assunto. Aí quando chega na Central do Brasil, é troca de telefones, e ali se conquista uma amizade das mulheres...Ouvindo as histórias de cada uma ...cada vez que eu viajava e pensava – Meu Deus , mas essa mulherada não tem nada para se apoiar na sua vida, falta emprego, falta tudo... Foi então que comecei a me envolver no movimento de mulheres, busquei conhecimentos e resolvemos nos reunir e tramarmos nossa ação.... Em 2001 saiu a 1ª Marcha das Mulheres: a gente se reuniu no gabinete de Dr Jacob Gribler, Vice- Diretor da Faculdade Machado de Assis . No início era a Coordenação de Mulheres da Zona Oeste A gente foi pra rua. Colocamos cerca de 200 mulheres na rua principal do bairro com frases, cantos, palavras de ordem. Depois a Marcha de Mulheres de 2002 e 2003 e ali fundou-se o COMZO - no Solar dos Araújo. Incorporamos. Assim nasceu o COMZO e não paramos mais...

Cada vez mais ativa, Gaúcha prepara agora o **IV Seminário COMZO – Mulheres Pretas de Consciência**, no dia 26 /11 na Casa Ser Cidadão. Em sua entrevista , fomos surpreendidos ao final com sua bela voz cantando o Brasil, onde demonstra o vínculo estreitado com sua terra, agora representada por Santa Cruz.

Também para Araci Ramos da Costa, que não mora em conjunto habitacional, mas carrega uma história de lutas comunitárias desde adolescente, no aprendizado com seus

pais, “posseiros” – famílias que ocupavam terras desabitadas para cultivar- do que restou da Fazenda de Santa Cruz, criar a ZOART foi consequência de sua militância como moradora de Santa Cruz e artesã. Buscou organizar os artesãos da localidade e abrangências para, fortalecidos, poderem expor e escoar sua produção em praça pública. Todos esses exemplos mostram, portanto, a capacidade criadora de membros e lideranças comunitárias que transformaram em suas as causas coletivas e, num estágio mais avançado, conseguiram transpor obstáculos e reinventar a vida.

Provavelmente é o quadro que esperamos ver em Nova Sepetiba - conjunto de implantação ainda recente - e que já deve estar num processo de incubação de lideranças que, no futuro, farão a diferença. Observamos sinais dessa expectativa na fala do Padre Geraldo:

A relação ainda é com o local de origem...Estão muito mais vinculados ao local de origem. Quem veio de Manguinhos tem relação com Manguinhos, quem é de Campo Grande, vinculado com Campo Grande estão muito mais identificados com o local de origem, tentando criar uma relação cultural transversal articulada internamente com Nova Sepetiba ...

Sobre a integração dos moradores do conjunto com o bairro de Santa Cruz, ele nos afirma que o vínculo é apenas de interesse comercial, busca de empregos, oportunidades aumentando a desesperança diante das buscas inúteis. Até mesmo com relação à Sepetiba, não há a menor possibilidade **ainda** de criar vínculos, pois sequer conhecem a praia. Transplantados para uma região sem oportunidades de trabalho, tinham a casa, mas se perguntavam onde era o lixão de onde catariam o que vender para comer. Por isso, o Padre Geraldo considera difícil o processo de construção de uma identidade pelos moradores do Conjunto:

Acho que não dá para dizer isso assim de uma forma categórica. Nós estamos torcendo. A construção de uma cultura local é um processo que demora, não é de uma hora para outra...Então, durante os três ou quatro primeiros anos as pessoas ficaram aturdidas...quem veio de fora como adulto não tem em Nova Sepetiba uma relação de afetividade com o local... estão aqui de repente lamentando porque não conseguiram uma casa em outro local, por isso estão aqui num local de baixa renda. Essa relação de identidade virá com a geração que já nasceu aqui, que veio pra cá criança, que vai crescer aqui e no momento percebe-se as pessoas procurando, aí a facilidade de alguns grupos, interesse de alguns grupos políticos e outros

interesses ... cultura própria do local ainda não dá para falar... está em processo...algumas iniciativas pequenas vão aparecer , mas ... frágeis.

A maioria esmagadora é pobre, pessoas empobrecidas com o processo, há o catolicismo diversas igrejas evangélicas pentecostais com uma relação forte com o sagrado ...Você vê uma relação muito forte com a religião, muitas pessoas transformaram suas casas em templos, muitas pessoas buscando respostas para os seus porquês.

Lembro que quando o conjunto foi recém - inaugurado, foi feito o filme Cidade de Deus... as primeiras cenas do filme Cidade de Deus foram feitas aqui e alguns diziam como vozes proféticas que Nova Sepetiba seria no futuro uma Cidade de Deus, marcada pela violência pelo domínio do crime.

O que vai impedir que Nova Sepetiba se torne outra vez uma Cidade de Deus dos crimes, tráfico da violência e se torne uma cidade de Deus mesmo, de fato, serão as políticas públicas, uma estrutura de qualidade, condições de educação que passe pela profissionalização, campos de trabalho, espaços de lazer com qualidade, isso é possível para a qualidade de vida...

A Igreja Católica teve sua presença nos 15 anos desse processo pela evangelização, pela busca de parcerias ... para as cestas básicas, pelo reforço educacional... cursos de inglês e cursos de informática (para jovens, adultos e idosos), cursos de artesanato de onde saíram grupos de geração de rendas , além de todos os domingos termos o sopão.... São essas as formas de estar presentes. A Igreja sempre presente, atenta, evidentemente, sem a pretensão de resolver nenhum problema, solucionar , mas estar de uma forma solidária , consolidando a auto-estima para uma melhor qualidade.

A criação que se espera acontecer em Nova Sepetiba provavelmente vai se ancorar na solidariedade de outras comunidades e nas pequenas iniciativas locais, ainda que incipientes, tal a demanda dos 30.000 habitantes, muitos ainda sem qualquer fonte de renda.

Esse é o aprendizado que mais sobressai do caso específico de Santa Cruz. Não fossem o empobrecimento generalizado e o abandono das comunidades à própria sorte, ou a não continuidade de projetos de apoio ao desenvolvimento local, muito mais rápido teriam se dado a adaptação e a hibridação cultural, que também é o foco desse estudo. O que estamos confirmando é que as condições “impostas” às duas populações envolvidas – os moradores originais e os chegantes, levaram à construção de

estratégias de resistência, tanto no caso dos imigrantes como no dos transplantados compulsoriamente para os conjuntos habitacionais, que, muitas vezes, estimularam os confrontos desnecessários, nascidos das situações adversas a que foram submetidas.

No caso dos imigrantes, explorada na pesquisa para o mestrado, percebemos que, pelo fato de uma situação diferenciada mais favorável – vinham em busca de um recomeçar a vida, a adaptação foi menos traumática: as famílias, dedicando-se integralmente ao trabalho no campo ou no comércio, não tiveram tempo nem espaço para ceder às rejeições e gradativamente se integraram à nova sociedade, restando da vida anterior somente marcas saudosas das terras distantes. Nesse caso, uma memória híbrida pôde se constituir mais facilmente. Mas no caso daqueles que não escolheram, de fato, a mudança, esta não se fez sem despertar nos transladados compulsoriamente fortes sentimentos de oposição ou, para utilizar os termos foucaultianos, uma resistência por oposição – que, como vimos, é disciplinar por excelência.

Ratificamos assim a construção de formas diferenciadas de resistência: inicialmente uma resistência movida pela lógica binária disciplinar, que promoveu o conflito tanto entre os próprios remanescentes da Santa Cruz antiga quanto entre esses remanescentes e os novos moradores, os chegantes e instalados nos CHs. Por outro lado, a criação de outra forma de resistência com a criação do NOPH e seu desdobramento em um ecomuseu, onde percebemos a transformação não mais apenas sofrida, mas administrada ou controlada (Cf Varine, Hugues *-maîtriser le changement*). A possibilidade de administrar a mudança é capaz de produzir uma outra forma de resistência, criadora, rizomática, ambiente que favoreceu a formação da memória híbrida. Ressaltamos então que a experiência de Santa Cruz com a geração de um processo ecomuseológico comunitário sinaliza a potencialidade de comunidades subjetivarem a mudança, administrando-a, orientando-a segundo suas próprias necessidades e assim produzindo uma memória afirmativa. Isso significa que as iniciativas dos sujeitos históricos, tanto individuais quanto coletivos, são vetores das mudanças e produtoras de memória afirmativa, uma resistência que se cria pela afirmação das singularidades.

A existência dessas duas formas de resistência comprova que, no Brasil, as lógicas disciplinar e rizomática não são estanques e muito menos excludentes, sendo possível seu cruzamento numa mesma situação.

Ao mesmo tempo, foi possível perceber o mesmo cruzamento das duas lógicas na relação entre o NOPH e o Ecomuseu e as formas mais clássicas de museus, no início do surgimento da experiência santacruzense: refratários ao novo fazer museal do ecomuseu, muitas vezes tentou-se desqualificar o discurso e a prática emergentes. Simultaneamente, outras experiências no Brasil, inspirando-se neles, procuraram aplicar esse discurso e práticas, adequando-os às próprias situações, ou seja, imitando sem repetir o mesmo, diferenciando-se.

As entrevistas são hoje um testemunho, fontes primárias de um período histórico, nas quais as comunidades híbridas confirmam a construção de memória híbrida, o que pode ser observado nas falas a seguir.

Um dos exemplos mais convincentes é o depoimento de um português que, chegado a Santa Cruz para ter enfim sua própria casa, coloca toda a sua energia e atitude para melhorar a terra que adotou. Antônio Veiga traz no seu baú de lembranças alguns vínculos com a terra natal, mas coloca seu aprendizado na vivência no Rio de Janeiro, seu contato na Maré por conta de suas participações nos movimentos de solidariedade no Rio, além de aproveitar a música como pretexto para se mostrar um cidadão santacruzense responsável e partícipe.

Eu não tinha tempo para acompanhar a banda a não ser nos fins de semana. Larguei o trabalho no centro da cidade e vim trabalhar com a Banda em Santa Cruz. De certa forma foi um ganho, vir trabalhar perto de casa, mas vinha ganhar menos... isso ia ter uma mudança orçamentária.

Uma dificuldade ... a doença do Xavier(maestro) . Isso me fez assumir a frente da Banda. E eu disse: - Eu não sou músico, mas também não sou cozinheiro e sei quando que quando vou comer a comida quando está boa, quando não está... Começamos a viajar pelo Brasil, conhecer outras Bandas em São Paulo, em Minas Gerais, interagindo com outras Bandas...

Aí comecei a interagir com outros órgãos locais. Foi aí que conheci melhor o NOPH, o trabalho do NOPH e me interessei muito. Senti que havia a necessidade de pegar o Distrito Industrial e trazê-lo para junto da comunidade. Comecei a me aperceber de várias coisas que eu não podia ficar parado. Da mesma maneira que estava agindo para inserir Santa Cruz no contexto cultural da cidade, eu precisava agora ter uma atitude local, de mudar o conceito que existia de que Santa Cruz é um bairro dormitório e não vejo assim dessa forma. Porque conhecendo a história de Santa Cruz, nós

vemos que nós temos uma ilha de riqueza, que é o Distrito Industrial, cercada de pobreza enorme... Felizmente a situação financeira econômica do país deu às famílias de menor renda condições de crescer um pouquinho, mas isso foi acontecer há pouco tempo.

Mas Antônio também não se reduz ao discurso da perda. Indagado sobre sua participação nas atividades do NOPH, afirma:

Já participei de várias atividades promovidas pelo NOPH, de várias, posso citar os saraus maravilhosos, as Festas da Cultura Viva que trazem as culturas dos antigos imigrantes, as comidas. E também o trabalho do NOPH é importante porque mantém a chama da cultura do bairro. A própria Missa de Exaltação à Santa Cruz, embora seja um culto religioso, mas é uma tradição que o NOPH faz questão de manter, com ajuda da Igreja Católica, do Batalhão Escola de Engenharia ... Isso é religião, mas faz parte de nossa cultura também, faz parte de nossa história. Eu acho que as coisas poderiam estar muito piores, se não fosse a iniciativa do NOPH, iniciativa de há 26 anos de moradores do bairro terem a consciência de que havia a necessidade de preservar a rica história do bairro, isso não tem preço... esses homens tinham que ser homenageados- os fundadores do NOPH e os que continuaram, porque nenhum bairro no Rio de Janeiro tem isso.

Com seu envolvimento junto às escolas, através das Bandas Escolares, iniciou-se uma relação com outras instituições locais e um papel de incluir Santa Cruz no contexto cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Pergunta-se como um português assume a cultura local como sua e passa a trabalhar, por esse viés, a valorização do bairro com aguçado senso crítico.

Santa Cruz, a bem dizer, virou a minha terra depois de 20 anos...Gostaria muito que o bairro tivesse a visibilidade que merece....

A participação ativa nas manifestações culturais, a hibridação da cultura gerando memórias híbridas: memórias da terrinha se entrecruzando com as memórias locais fazem do seu relato a confirmação de que as memórias se reconstróem de forma criadora e junto às lembranças da Banda no Colégio Militar em Lisboa trouxe o gosto pela música que o fez criar novas iniciativas no bairro.

Da mesma forma, Gaúcha, fundadora do COMZO, diz que passou a conhecer a história de Santa Cruz, “comecei a ler, a me informar...”, pois devido às suas andanças por esse Brasil teve que se informar. Convidada a participar do *Fórum Social Mundial*, em Belém em 2009, Gaúcha revela:

Isso foi uma grande emoção, eu fui representar o Movimento Feminista de Mulheres do Rio de Janeiro - CEDIM. A Ministra Nilcéia Freire me chamou: Gaúcha, eu quero uma história do teu bairro! Aí eu fiquei em pânico! Como é que eu só sei dos jesuítas! Liguei pro Zezo – Presidente da Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz, falei com a Rosele, grande mulher, na quadra, infelizmente foi a última vez que eu falei com ela: - Tia Gaúcha, espera que eu vou buscar o histórico e duas camisas do enredo e eu tive com a Ministra e a Governadora em plena Belém entreguei as camisas e o enredo da Acadêmicos naquele ano era a Amazônia, dentro do tema que era do Fórum Social Mundial em 2009... Está lá nos Anais das Políticas Públicas para Mulheres...

Eu moro num bairro imperial... Primeiro São Cristóvão, depois Santa Cruz... Agora, eu quero até aproveitar para falar que é de grande importância que nós temos que desenvolver uma cultura negra dentro de Santa Cruz, porque é a história do bairro e eu acho que meus antepassados desenvolveram grande presença aqui na Fazenda de Santa Cruz.

Sobre o trabalho cultural do NOPH, com o qual participou diversas vezes, Gaúcha relembra:

Eu fiquei cheia de orgulho quando fizemos uma 1ª passeata que fizemos em Santa Cruz, o NOPH estava lá presente, a Base Aérea... O NOPH é um órgão que preserva a memória e todo e qualquer material que fale de nossa história, preservar para o futuro, como estamos fazendo aqui, por isso que eu digo que temos fazer a preparação dessas crianças, pois eles são o futuro de nosso Brasil.

Observamos que as falas, por mais diversa que seja a origem dos narradores, têm em comum a crença e o desejo de superação das dificuldades, alguns denotando auto-estima elevada e a confiança na valorização da localidade.

Ao se justaporem, coabitando um mesmo território, as diferentes culturas criam infinitas possibilidades de misturas e enriquecimentos mútuos, entre eles a construção de uma

memória, transpondo fronteiras que só existem como lugares de passagem e de transformação. Afirmado com Glissant que *temos necessidade de fronteiras não mais para nos deter, mas para exercermos essa livre passagem para o outro, para salientar a maravilha do aqui-lá* (GLISSANT: 2006), entendemos que a fronteira é um convite ao desafio de mudarmos no contato com o outro, transformando-nos mutuamente.

Por isso, nos anos 60, as **quermesses** da Paróquia Nossa Sra. da Conceição já mobilizavam a comunidade para a valorização das diferenças culturais com as barracas representativas das culturas imigrantes (portugueses, italianos, sírio-libaneses, austro-húngaros, espanhóis e japoneses). Durante alguns fins-de-semana que antecediam o Natal, a praça principal do bairro se vestia nas cores das bandeiras das nações, ornamentando estandes que eram verdadeiras cenografias, enquanto cheiros e sabores da culinária típica se mesclavam aos dos doces, pães, queijos e vinhos, servidos por representantes imigrantes a caráter.

Essas quermesses, bem como as eleições das rainhas de cada segmento imigrante, tinham por finalidade angariar recursos para as obras da Matriz assim como para a construção do novo templo. As moças escolhidas trajavam-se com as roupas típicas de suas origens para a venda de rifas e de peças de vestuário (xales, cachecóis, meias, coletes, chapéus típicos, entre outros). Os estandes eram praticamente coretos com estrutura em ferro e madeira, cobertos com tecidos ou pintados e representavam motivos dos países dos imigrantes. Durante muito tempo, as quermesses foram realizadas pela Paróquia até que, gradativamente, foram esquecidas.

Desde 2006, motivados pelo NOPH e pela revitalização das ações culturais do bairro, as *Feiras da Cultura Viva* têm sido realizadas não mais com o objetivo de arrecadar recursos para as Obras Sociais (creches, abrigos para idosos, a construção da nova Igreja), mas simplesmente como confraternização, celebração do convívio dessas marcas culturais, numa exposição viva do patrimônio imaterial que se preserva na comunidade. Já não são apenas as barracas das nações imigrantes; aí se mistura a cultura que resultou dessa interação: os nordestinos, os gaúchos, os ritmos e danças herdados dos escravos na fazenda, o artesanato local, a escola de samba. A *Feira da Cultura Viva* procura ser uma mostra viva da memória híbrida da Santa Cruz de hoje.

Assim, mais à frente, no caso do *Ecomuseu de Santa Cruz*, observaremos como as diferenças entre culturas teceram a trama cultural e produziram memórias híbridas.

7.4. Análise do caso de Santa Cruz

Ao chegarmos à análise do Ecomuseu de Santa Cruz, pudemos perceber como a **hibridação, tanto** como o **diálogo intercultural**, foram abrindo veredas entre os conflitos e as formas de resistência - quermesses, NOPH, Ecomuseu, *Jornal Quarteirão*, *Semana de Santa Cruz*, *Feiras da Cultura Viva* - para tecer a trama que hoje compõe a vida cultural do bairro.

Com relação aos primeiros tempos do Ecomuseu, os conflitos começaram a aflorar quando a ação iniciada pelo NOPH passava a ser reconhecida como museu, muitas vezes na clandestinidade por se tratar ainda de um museu que não priorizava a formação de coleção, e sim a ação da comunidade. Por diversas vezes em que fomos chamados a falar do Ecomuseu como protagonistas da experiência viva, fomos questionados sobre o porquê de falarmos em nome da comunidade. Causava estranhamento a muitos que pessoas da comunidade - e não técnicos ou especialistas- falassem desse processo museológico pela comunidade. Muitos confrontos em seminários e fóruns foram necessários até que o Ecomuseu pudesse ter legitimidade pela fala de quem o estava vivendo. Somente quando ingressei, em 1994, no Curso de Museologia na UNIRIO, pude entender porque éramos tratados com alguma rejeição ou descrédito, como museu clandestino ou herético, tomando por empréstimo as palavras de Hugues de Varine. Percebi que a Museologia apresentava saberes institucionalizados que estavam sendo questionados com a emergência de novas concepções e práticas do Ecomuseu. No interior do ecomuseu, membros da comunidade também apresentavam alguns questionamentos que punham à prova o que entendíamos como museu. Se Santa Cruz estava construindo seu museu, qual era a coleção? De que museu estavam participando? - indagavam os que buscavam ver no ecomuseu os parâmetros do museu clássico.

Por fim, o conhecimento sobre a museologia me instrumentalizou para o reconhecimento e a argumentação de que a comunidade de Santa Cruz estava num processo de criação e consolidação de museu diferenciado – o ecomuseu.

Esse fato como que se propagava lentamente nas camadas sociais, podendo ser atribuída às ações do ecomuseu essa propagação, perceptível na fala de Araci :

Hoje em dia eu conheço alguma coisa da história de Santa Cruz, através do NOPH, junto com vocês, com a comunidade, nesse trabalho...através de leituras, palestras etc. Antes disso, muita gente como eu não conhecia nada e nós temos muita coisa bonita para apresentar , outros estados como Minas apresentam muita história do Brasil do tempo da colônia e do Império, nós temos toda uma história e é desconhecida...

Agora eu conheço o trabalho do NOPH, sobre a cultura, sobre movimentos nossos, projetos dos quais já participei como catalogar fotos, documentos antigos , exposições , feiras culturais ...

Essa é uma das narrativas em que, junto ao discurso da perda, percebemos noções como identidade rizomática e a construção de uma memória híbrida no reconhecimento dos benefícios da ação do NOPH e do Ecomuseu, positivando a transformação e a criação.

Tentamos mostrar, através das ações patrimoniais do NOPH e do Ecomuseu, o envolvimento dos diversos tipos de atores, sociais, culturais e econômicos, conforme foi detalhadamente descrito no Capítulo IV. Ratificamos, ainda, que a entrada em cena desses atores - a comunidade, as suas culturas vivas e os parceiros econômicos ligados ao comércio e à indústria - materializa as subjetividades no comando da ação, impulsionados por suas próprias crenças e desejos.

Ainda que, de forma ainda assistemática e lenta, o retorno está acontecendo ao longo do processo nesses 27 anos. Encontramos suas evidências na forma pela qual o ecomuseu vem sendo interpretado não só pelos membros da equipe dinamizadora, da qual faço parte, como pelos professores que desenvolveram ou desenvolvem projetos ligados à temática patrimonial, como por segmentos antes refratários a esse tipo de ação – setores militar e religioso, como também por defensores anônimos do patrimônio local-Guaxinim que se tornou conhecido com o frustrado roubo das colunas graníticas originais da Ponte dos Jesuítas. Em diferentes situações pudemos confirmar a valorização da auto-estima, a participação direta de diferentes segmentos nos projetos, a

defesa do patrimônio local, a realização de dois *Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários* e uma *I Jornada de Formação em Museologia Comunitária* – da concepção à proposição e realização e demais iniciativas e tomadas de decisões.

Uma memória mesclada foi gradativamente se construindo a partir dessa identidade múltipla ou rizomática e esta, ao afirmar-se nas ações, na criação do museu ou nas estratégias de resistência, fortalece nossa tese de que o fazer museológico singular da comunidade, esse modo próprio de fazer museu é a museologia da libertação, cerne desse trabalho.

Ao nosso modo de ver, Santa Cruz vive uma **pedagogia patrimonial libertadora** e com seu **museu educador – libertador** pode referendar um novo fazer museológico comprovadamente viável. Esse fazer construiu um canteiro onde a potência da hibridação tanto em relação às culturas quanto na produção de memórias se apresenta como um processo aberto, produzindo-se e transformando-se a partir da relação com o diferente, descolonizando o saber e desconstruindo a idéia de identidade raiz e a sua perspectiva homogênea e unitária.

Afirma Corsini:

Para Glissant, a verdadeira descolonização passa pelo rompimento ou ultrapassagem dos limites da dialética pela recusa dos universais, do monolinguismo...e assim podemos pensar a identidade na relação, ou seja, a “ identidade” assume múltiplas formas e facetas..... (CORSINI: p 212)

Aqui, na hibridação, além do encontro de diferentes, há o cruzamento, a mistura e a criação de uma memória, a partir da mistura de memórias outras trazidas à cena atual.

Se quisermos trazer a **creolização**, segundo o conceito de Glissant, para a situação de Santa Cruz, perceberemos que o que houve no encontro entre as línguas dos imigrantes com a língua portuguesa, herdada da colonização, não foi uma distorção dentro da língua oficial, mas apenas a assimilação de características de outras línguas, acrescidas à língua oficial por empréstimos e depois assumidas, o que configura um produto novo, uma língua enriquecida com os novos aportes e não a sujeição de uma língua a outra. Assim, mesmo se estivermos tratando de línguas, o caso do encontro de diferentes idiomas com a língua portuguesa não gerou assujeitamento ou submissão de umas à outra.

Por outro viés, é preciso sinalizar que a **resistência por oposição**, muito presente nos primeiros tempos em que a experiência foi assumida como um ecomuseu, se deu em função de este estar involuntariamente na contra-mão da corrente hegemônica dos museus clássicos - de história, de ciências ou de artes - valorizando, mais do que a formação de coleções, o prédio ou público visitante, a idéia de patrimônio, de espaço vivido e de comunidade participante. Essa resistência foi durante muito tempo o campo de defesa da identidade e da memória da comunidade, o que pode ser percebido na fala de alguns entrevistados, na fase inicial da pesquisa para o Mestrado :

*. . “A grande mudança foi proporcionada pela vinda dos grandes conjuntos habitacionais e favelas também. Mudou radicalmente a vida dos santacruzenses. Influuiu enormemente, tirou-nos a liberdade completa, não só dentro de casa, mas também nos passeios diários pelas ruas de Santa Cruz. Ficamos tolhidos de dar esses passeios diários que dávamos”.*³²

*“... houve um achatamento da área rural: aqueles que estavam na ativa, tiveram que continuar, pois não tinham outra opção. Somos agricultores. E os que vinham de fora não sabiam o que era uma agricultura, viam aquelas plantações, tudo colhendo, achavam que era tudo fácil, havia invasões e tivemos grandes problemas com o que nós chamamos de “sociedade anônima” (risos) entre aspas Sociedade Anônima ... [] ... eles invadiam as propriedades para pegar os produtos e não entendiam que aquilo era cultivado durante um ano, bastante sacrifício; quando viam bastante produto achavam que a ruindade era dos agricultores de não dividir com eles, mas era o sustento da família do agricultor. Deve ser vertido em monetário. Os “sociedade anônima” houve época, depois da enchente, invadiram um sítio, invasões isoladas até acabarem com a plantação todinha de aipim. Foi um episódio muito triste e que de vez em quando acontece”*³³

“A transformação foi intensa e trouxe para a nossa comunidade grandes problemas, porque houve um grande aumento de população, contudo a infra-estrutura que deveria ter sido colocada pelo estado nunca

³² Solé, Alcyr de Souza. Entrevista 01 para o projeto História Oral em Santa Cruz. 1999.

³³ Miyata, Kukiko Murakami. Entrevista 08 para o projeto História Oral em Santa Cruz. 1999.

veio ... [] esse impacto, esse crescimento trouxe para as pessoas da época, elas se sentiram de repente envolvidas por esse crescimento ao qual não estavam acostumadas. Muitas que não estavam preparadas, elas acabaram se mudando para outros bairros, perdendo sua identidade e começando uma nova vida com uma série de dificuldades, envolvimento com outras comunidades e aqueles que aqui permaneceram deram prosseguimento a essa luta que tenta uma aproximação com as novas famílias que aqui estavam chegando.”³⁴

Nesses três relatos, um ponto em comum: o sentimento de perda, o lamento, o conflito exposto. No primeiro, a comunidade de origem, os moradores da antiga Santa Cruz, oprimida e impactada pelas mudanças. No segundo, o mesmo conflito, visto agora por outro viés, do ponto de vista de uma comunidade descendente de imigrantes, ligada à colônia japonesa chegado para a agricultura em 1938 e já adaptados à comunidade de origem da antiga Santa Cruz. No terceiro, não apenas a constatação, mas a reflexão para a busca de uma saída para o problema instaurado, a necessidade da ação.

Se a **resistência por oposição** é conflitante, provoca embates, disputas - pois a trama de suas relações é feita de fios menos flexíveis, através dos quais culturas e memórias tentam ser reconhecidas, se afirmar, não ser esquecidas e por isso, se represadas, entram em confronto - , podemos afirmar que esse mecanismo foi usado em alguma fase inicial do processo de Santa Cruz, em cuja vivência se constatou um imobilismo prejudicial ao próprio desenvolvimento comunitário.

A comunidade de Santa Cruz acabou por aprender, na forja do movimento, uma outra forma de resistir, permeável - a **resistência criadora**, que deixa passar nas tramas da relação o que cada cultura tem de diverso. Estamos falando agora de **múltiplas identidades ou identidades de múltiplas facetas** ou, se quisermos nos valer de Glissant, **“identidades na relação”**, produzidas no encontro com o outro. É o caso das colônias de imigrantes ou das comunidades transplantadas para os CHs que, paulatinamente, passaram a integrar a população do bairro. Do estranhamento inicial, pela diferença linguística e de costumes, à convivência cordial, até que todos se sentissem pertencentes ao mesmo bairro, muito tempo se passou. Só com a passagem

³⁴ Priosti, Walter V. Entrevista 0B para o projeto História Oral em Santa Cruz. 1999.

dos anos, o constrangimento de se sentir intruso ou de ser assim percebido pelos moradores originais foi substituído gradativamente pelo sentido de pertencimento.

Dissemos anteriormente que nossa idéia acerca das memórias híbridas havia sido forjada a partir do conceito de culturas híbridas de Glissant. Vemos em Santa Cruz que tanto a comunidade que chega quanto aquela que recebe deixam-se mesclar, formando uma **cultura híbrida** e, em conseqüência, **memórias híbridas**. A hibridação de memórias, ou seja, o cruzamento de memórias dos moradores originais com as dos chegantes, revelou em Santa Cruz a construção de uma **identidade rizomática**, aberta e permeável, que estende braços às diferentes manifestações, tanto dos imigrantes quanto dos removidos das favelas em risco do Rio de Janeiro. A hibridação e a construção de uma identidade rizomática foram resultados do processo de **encontro e convivência** entre culturas diversas e sob sua égide a emergência do novo: memórias híbridas concebendo museus híbridos, praticando museologias híbridas. Como uma forma de **resistência criadora, a hibridação e a identidade rizomática** assumem assim a superação das adversidades, dos constrangimentos e estranhamentos e incitam os cidadãos à participação e ao protagonismo, criando novas ações, novas instituições, no aprendizado coletivo do ser-com-os outros, afirmando por si mesmas a diversidade e pluralidade, enfim, a diferença.

Recuperando as falas de moradores coletadas na fase de pesquisas para o mestrado, em 1999, percebemos um discurso cheio de esperanças e expectativas positivas sobre o futuro :

“O NOPH eu acredito que seja a grande esperança para Santa Cruz. O grupo fundador do NOPH foi o grupo que optou por ficar em Santa Cruz, não saiu de Santa Cruz, não procurou fora de Santa Cruz teatro, literatura, nada disso. Sentia a necessidade de ter tudo isso em Santa Cruz. Então essa foi a idéia da fundação do NOPH. Antônio Nicolau, José Tofani, Sinvaldo, Milton Pena, Gastão, essa turma, muita força de vontade, sentia a necessidade de fazer de Santa Cruz um local onde se pudesse reunir, discutir, debater algum assunto e acho que foi essa necessidade que fez surgir o NOPH ...O Ecomuseu veio complementar a atividade do NOPH. O NOPH estava tolhido, sem abranger algumas áreas, o Ecomuseu veio complementar, veio ocupar esses lugares não abrangidos pelo NOPH. Sem

*dúvida alguma foi uma grande iniciativa e o futuro do NOPH será o Ecomuseu”.*³⁵

*“... E com todas as parafernalias produtivas, industriais, instituições financeiras, lojas de departamento já existentes na nossa região, constatamos que nada disso acrescentou especificamente para a nossa comunidade de Santa Cruz e aprofundando mais essa análise vimos que só uma coisa poderia trazer mudanças ou transformações para a nossa comunidade e que seria a cultura, fortemente ligada à Educação, fortemente ligada com desenvolvimento do potencial humano. O homem pela vida, o homem pelo homem. Acho que aí está a grande contribuição do NOPH e do Ecomuseu que vêm há quase duas décadas articulando e levando a todos os segmentos essa proposta de transformação, ou seja, como inicialmente vivencio nesse trabalho que iniciamos há 3 anos, vimos como uma forte coincidência a nosso favor essa contribuição do NOPH e do ecomuseu, uma vez que nós, concluindo nossas reflexões, entendemos que tínhamos que trabalhar nesse contexto que buscávamos nada mais se tratava do que um projeto de vida.”*³⁶

*“... realmente a mudança foi grande e todos nós que estávamos no bairro precisávamos fazer com que elas se integrassem à nova realidade. É quando, a partir de 83, é criado no bairro o NOPH, o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, que começa a fazer um trabalho de levantamento da nossa História para que seja preservada e divulgada. É quando esse movimento cultural começa a trabalhar nosso passado, levando-o para as novas comunidades chegadas, fazendo com isso uma espécie de ponte, fazendo com que as pessoas passem a conhecer a nossa história e a ter uma relação com ela. A partir de então, e só a partir daí, é que os filhos dessas pessoas que vieram para cá, que são os primeiros naturais dessa nova leva, começaram a tomar conhecimento dessa nova história.”*³⁷

“... Nós vivemos esse museu, nós vivemos essa história, nós vivemos de uma tal forma que vamos não só preservando, mas sempre dando um aspecto de evolução dentro do mundo atual, vamos lá para o ano 2000

³⁵ Solé, Alcyr de Souza. Entrevista 01 para o projeto História Oral em Santa Cruz. 1999

³⁶ Gribbler Neto, Jacob. Entrevista 04 para o Projeto História Oral em Santa Cruz. 1999.

³⁷ Priosti, Walter V. Entrevista 0B para o projeto História Oral em Santa Cruz. 1999.

*querendo uma Santa Cruz dentro do estilo da época, mas mantendo a essência, mantendo assim forte o que há de mais bonito, o que há de mais grandioso nessa terra: a beleza, sua origem e o trabalho das pessoas, o amor pelo que fazem e uma vontade muito grande de crescer, não pessoalmente, mas crescer em grupo, crescer onde se percebe: não sou eu, não é ele, não é ela que cresce, é Santa Cruz, é todo mundo. Que bonito!”*³⁸

Comparando as falas acima com as dos moradores dos CHs, observamos que o discurso desses últimos não fala do passado, antes exaltam sua capacidade de superação, sua iniciativa voltada para a criação do bem comum, que tanto pode ser uma nova instituição, como um novo movimento ou simplesmente um gesto pontual de solidariedade.

Pela Educação, recuperamos na Dissertação de Mestrado a fala de Prof. Paulo César Resende, 1999:

*“Nós tivemos a oportunidade de receber vocês nos oferecendo a possibilidade de trabalhar juntos essas questões da cultura que muitas vezes era esquecida, a cultura do bairro. Muitas das pessoas, se preocupando com as questões acadêmicas de suas aulas em nossas escolas, não percebem que existe um outro filão a ser explorado, que é a questão de sua própria região. Isso passa despercebido e muitas vezes um aluno consegue descobrir quais todos os afluentes da margem esquerda do Amazonas e não consegue conhecer nosso riozinho que passa aqui atrás dos Jesuítas e que tem um comprometimento histórico muito grande”.*³⁹

Por fim, o meu próprio depoimento como educadora, que há 18 anos acompanha o processo pedagógico do museu educador-libertador e principalmente como um membro dessa comunidade que percebe o reflexo desse processo museológico, ressalta os resultados dessa intervenção:

Foi uma descoberta...aconteceu em maio de 1992, durante o I Encontro Internacional de Ecomuseus, no Rio de Janeiro. Eu tinha ido com o grupo do NOPH para participar de um encontro internacional, atraída pelo desconhecimento do termo “ecomuseu”. Éramos 17 pessoas de Santa Cruz e a Prefeitura do Rio havia disponibilizado um ônibus que sairia de Santa Cruz, passaria por Campo Grande e Bangu, também para levar

³⁸ Silva, Iracema C. Ferreira da. Entrevista 02 para o Projeto História Oral em Santa Cruz.

³⁹ Resende, Paulo César. Entrevista 03 para o projeto História Oral em Santa Cruz. 1999.

representantes de comunidades, mas eles não foram. O objetivo do Encontro era criar na Zona Oeste o primeiro ecomuseu da Cidade do Rio de Janeiro...

Em meio às conferências, palestras, mesas redondas, descobríamos um universo novo de pensamentos e práticas – falava-se de museus completamente diferentes daquilo que entendíamos por museu; apresentavam-se experiências que se consolidavam em diversas partes do mundo. No entanto, algo nos era muito familiar e nos reconhecíamos como um ecomuseu, surgido da crise e a partir das ações do NOPH :

Eu sou... representante da associação de moradores da zona oeste, moro em Santa Cruz, sou professora do município. E venho aqui para mostrar que me identifiquei perfeitamente com as palavras do sr. hugues de varine quando ele fala de crise, que uma sociedade em crise tem de partir para uma reação. foi exatamente isso que aconteceu conosco em santa cruz. éramos um grupo, uma sociedade fechada, vimo-nos de repente cercados de grupos que foram levados para essa região por ação política .

E imediatamente, isolados naquele núcleo, cercados por todos os lados, vimos que era impossível continuar desse jeito então partimos para a reação. O nosso ecomuseu prático, porque ainda não temos metodologia, não temos ainda forma concreta de trabalho, é a reação da comunidade ao que lhe foi imposto, que é o convívio com essas comunidades. E sentimos já que há necessidade de integração, essas comunidades que vieram de fora estão sendo integradas a nós e o meio de integrar , o meio encontrado foi justamente esse intercâmbio no dia a dia, pois nossos alunos nas escolas são outros agora, são alunos da periferia , são filhos desses grupos que vieram.

E nós temos que conviver com eles e aprender com eles. Eu queria também colocar que essa mudança de atitude para nós decorreu de uma degradação da nossa qualidade de vida. Então, nós tivemos que ter uma reação desse tipo... não sei se estou falando claramente, mas essa é a posição das comunidades de Santa Cruz.(SMC: 1992, p. 325)

Ali estávamos no momento da descoberta. Cada dia desse museu tem sido um aprendizado constante; de resistência, de partilha, de liberdade, de criação.

“Quando estavam fazendo a restauração da Ponte dos Jesuítas, eu lembro que algumas pessoas estavam retirando uma pedra que fica na parte central da cartela que orna a Ponte, isso num domingo... eles montaram um canteiro de obras e começaram a fazer o trabalho, era um trabalho de restauração e domingo de manhã cedo ligaram para minha casa, falando: - olha, estão

roubando a Ponte! E eu fiquei naquele desespero, fui lá, mas não era roubo nenhum, eram os restauradores que estavam trabalhando. Mas isso mostra que o trabalho do NOPH teve uma resposta, uma ressonância. Também quando se encontrava alguma coisa, um marco de pedra, eram pessoas ligando. Então, o NOPH teve uma importância muito grande nesse sentido e principalmente de fazer com que as pessoas passassem a valorizar mais o seu bairro ...”⁴⁰

Mais tarde, já em 2005, novamente a Ponte é alvo de um clamor na comunidade quando numa madrugada de abril de 2005, um caminhão guincho arrancava as colunas originais em granito, para roubá-las e quase conseguiu o intento – duas delas já estavam na carroceria, não fosse a intervenção de Marcos Aurélio- Guaxinim- morador da localidade que enfrentou a situação e denunciou a tentativa de violação e roubo daquele patrimônio:

O reconhecimento dos frutos desse ecomuseu pode ser analisado no seu depoimento. Conhecido por suas defesas em relação à Ponte dos Jesuítas, temos nele uma amostragem de como a ação do NOPH e desse museu interveio na comunidade, fazendo-a apropriar-se daquele patrimônio:

Ali eu cresci, em torno da ponte ... Minha família veio do Espírito Santo... O bairro tem muitos sítios, a Ponte é uma referência...Minha infância foi brincando na Ponte e na Fazenda do Picapau Amarelo... a vida era soltar pipa, tomar banho na lagoa da Fazenda ... A maior dificuldade é o transporte... morar em Jesuítas. Na verdade nós somos muitos visitados... Vem muita gente visitar a Ponte, passear por ali...

Eu já ouvia falar da História de Santa Cruz... em 1994, eu já tinha uma visão do valor histórico daquela Ponte. Um engenheiro meteu a máquina na Ponte, era engenheiro da Galvão.Eu intervi, avisei ao Prof. Sinvaldo e ele “pagou geral” pra ele quando ele passou a draga.

O NOPH pesquisa a História de Santa Cruz , faz eventos, é interessante isso, é muito importante, a gente precisa levar essa cultura ao povo...

Uma das questões era por que ele foi considerado um defensor da Ponte dos Jesuítas:

Foi em 2005 ou 2006. Eu estava vindo de uma festa, era madrugada, havia um caminhão- muque em cima da Ponte , fiquei observando e começaram a bater. E avisei à Polícia que não veio. Procurei um vigilante e fui com ele

⁴⁰ Souza, Sinvaldo do N. Entrevista 05 para o Projeto História Oral em Santa Cruz. 1999.

conversar com a pessoa, indagar o que ele estava fazendo. Ele disse : - Essas pedras vão para restauração em Bonsucesso... eram duas horas da manhã...Eu então perguntei se tinha alguma autorização da Prefeitura e ele disse que não tinha problema porque era policial e me mostrou a carteira. Eu disse : mas isso não está certo, o senhor tem que ter a autorização. Então a viatura chegou e deu ordem de prisão às três pessoas. Chegamos à delegacia às 3:00 h da manhã. Duas colunas estavam arrancadas e no caminhão que seguiu para a delegacia. Lá tivemos que esperar o responsável acordar para fazer o registro. Ele disse pra mim: - Você está cansado... vai embora... E depois para o motorista do caminhão: - Você vai , pega essas pedras e joga essas as pedras lá onde você tirou. Então eu disse: - Vamos fazer melhor. o Senhor chamar o escrivão para registrar que o senhor, delegado, está liberando as pedras e me liberando , o senhor assina e depois se vira com a Federal. E ele respondeu; - Então, o sr vai atrás de quem se interessa por essas pedras... Procurei o Sr. Márcio Azevedo, o Prof. Sinvaldo que ligou também para Walter Priosti, Coordenador do NOPH. Da delegacia, fomos com os detidos para a Polícia Federal, eu e Sr. Walter e ficamos o dia inteiro por lá...

Essa fala demonstra amor e cuidado de uma pessoa da comunidade local por um monumento tombado. Durante muito tempo, o fato, que teve repercussão nacional nos noticiários televisivos e impressos, foi comentado e foi cobrada a ação da autoridade para a reposição das colunas, inclusive com campanhas na internet. Guardadas pela Fundação Parques e Jardins, as colunas só retornaram ao devido lugar, em 2008, quando foi reinaugurada a obra de restauração da Ponte. O que ficou evidente na entrevista com Guaxinim é que o laço afetivo do morador de Santa Cruz é o melhor guardião do patrimônio contra o tráfico ilícito de bens patrimoniais e que somente a divulgação do seu valor histórico na comunidade poderá protegê-lo da sanha dos vândalos e dos irresponsáveis. Essa é desde a sua fundação a missão do NOPH e que deveria continuar se desdobrando em ações e projetos de Educação Patrimonial nas escolas.

Identificamos o período entre a fundação do NOPH e o reconhecimento da existência do ecomuseu como o período em que a ação era concebida e realizada sob a ótica da **lógica disciplinar**, abordada no capítulo III. Foi o período das crises, dos confrontos da resistência por oposição: afirmava-se o museu, mostrando em que ele se opunha aos demais, polarizando-se a discussão.

Era um tempo em que na própria seara do museu, ou seja, junto aos profissionais de museus, não havia espaço para legitimar os que não se enquadrassem no tripé **prédio, coleção, público**. Como o Ecomuseu de Santa Cruz não trabalhava com o conceito de coleção, apesar de ter formado um conjunto de objetos doados pela comunidade e como a formação desse acervo não foi condição para se proclamar a existência do museu, tornou-se difícil aceitar o **museu sem coleções a priori**. Por outro lado, a questão público contrariava visceralmente o trabalho do ecomuseu que, sem excluir o visitante, afirmava a necessidade de sensibilizar a comunidade não apenas para a visita como simples consumidor de uma exposição pronta e acabada, mas para criar o discurso e as ações do ecomuseu. Pela primeira vez, os próprios dinamizadores falavam e agiam como protagonistas desse museu, defendendo de igual para igual com técnicos o direito de ter o museu à imagem e semelhança da comunidade. Mais ainda, feito por ela.

Por seus relatos como vozes desse museu, alguns membros da comunidade fincaram bandeira em sua defesa, sempre que o embate discutia o reconhecimento ou não do museu. Subjetivava-se a ação, mas ainda se posicionava numa infrutífera oposição binária, que colocava essa tipologia de museus na clandestinidade.

Entretanto, a postura binária foi gradativamente substituída por um modo de ser em que o museu encontrou forças em si mesmo, na afirmação de si pela ação singular, pela exigência de sobreviver num campo que lhe era adverso. E se recriou o museu sobre o discurso da pluralidade e da diversidade já então proclamado no universo museal, cuja ação fugiu ao controle e se propagou. Foi nesse período que adotaram a estratégia de resistir pela afirmação da experiência, desconcertando o embate puro e simples, pela não-oposição, esvaziando-o. Percebeu-se que, com o esvaziamento do confronto, mais o caso de Santa Cruz serviu de fortalecimento às experiências embrionárias. Nessa época, surgiram o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e o Projeto do Ecomuseu da Amazônia, enquanto outros traçaram novos percursos, inspirados no caso de Santa Cruz.

No Brasil, percebemos que ainda convivem as duas lógicas – **a binária / disciplinar** polarizando toda e qualquer discussão e aquela criada a partir da constituição de redes, **a rizomática**, que propaga em movimento crescente as saídas bem-sucedidas.

Acreditamos que, justamente porque essas correntes permanecem e muitas vezes se entrecruzam, como sistemas vivos de sobrevivência, podemos apontar no campo museal

- no seio da comunidade de Santa Cruz, e na medida em que essa própria comunidade se institui como museu - a construção de uma **memória híbrida**, onde podemos imitar o museu sem produzir o mesmo.

Essa dualidade ressalta no caso de Santa Cruz e, numa análise mais imparcial, explica a própria dinâmica vital gravitando em dois eixos – a conservação e a transformação, entendendo o futuro contido no presente que contém o passado, da mesma forma que o fluxo se nutre do refluxo para formar o movimento das marés. Forças que se opõem e forças que se unem estrategicamente em momentos diferentes para avançar ou retroceder ao sabor do acaso, ou seja, das crenças e desejos do sujeito histórico.

No jogo de forças que tentam aprisionar o poder, aprisionando as subjetividades – ao buscar constranger as crenças e os desejos - chegamos às forças centrípetas e forças centrífugas que regem o confronto entre as instituições e políticas públicas, e aquelas que as comunidades buscam instaurar.

No caso de Santa Cruz, podemos relacionar essas forças ao movimento que gerou o ecomuseu e produziu a hibridação da memória. Reconhecemos aqui a potência dessa museologia que liberta as forças vivas da cultura com esse museu feito pela comunidade como forças centrípetas que promovem a coesão de crenças e vontades. Cria-se com elas um fluxo positivo que resulta na produção de memórias híbridas, aproveitando a mescla como reflexo da pluralidade e da diversidade, escapando desse modo ao negativismo e à monotonia das lamentações, do choro das perdas, refluxo produzido pelas forças centrífugas. Parte-se para a nova onda, neutralizando o negativismo e a perda, promovendo e enraizando o futuro.

Entendemos que, por isso, nesse movimento alternado entre conservação e transformação, o ecomuseu, tendo optado pela estratégia da hibridação, tornou-se um museu que preserva forças simbólicas e tradicionais, mas também liberta as que foram esquecidas ou silenciadas para que elas também participem da mescla com as memórias trazidas pelas populações chegantes. É no cruzamento ou na hibridação das culturas que se constroem as memórias híbridas, que, ao nosso ver, se produzem na prática da museologia da libertação.

A museologia contemporânea caminha em busca de um equilíbrio entre forças que conservam e forças que transformam, buscando assim libertar as comunidades para

serem autoras e gestoras de seu museu. Como parte integrante dela, ou mesmo como uma nova imitação, compreendemos a museologia da libertação como o berçário/viveiro de iniciativas museológicas onde os dois movimentos – conservação e transformação - representam a sintonia dinâmica da vida e são regidos pelas comunidades que assumem a gestão de sua memória. A sua propagação ultrapassa fronteiras linguísticas, sociais, econômicas, técnicas, pois não há fronteira que não possa ser vencida para crescer com a diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória dessa pesquisa, critica-se o papel de uma sociedade que nega suas próprias funções, mostra-se insensível aos problemas, produzindo mais insegurança e uma necessidade de se voltar às causas do desenraizamento⁴¹ das comunidades no seu espaço praticado.

Ante uma sociedade que não responde ou não traz soluções para as crises, menos ainda segurança e fidelidade, os indivíduos voltam-lhe as costas (dissolução de laços identitários) e fechando-se em si mesmos ou buscando a segurança por outros meios, exacerbam a necessidade de se enraizar na dimensão local, no bairro, na comunidade, onde enfim depositam suas últimas cartas para se sentirem seguros.

Cabe então teorizar sobre essa **comunidade**, o que é, como se mantém coesa ou não, que espécie de liames tecem essa coesão, que adversidades a ameaçam, como se defende delas e dessa forma fundamentar a *práxis* comunitária. Afirmar Bauman:

“...Para nós em particular – que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos por nossa própria conta, quando só os bancos ansiosos por hipotecar nossas posses sorriem desejando dizer “sim”, e mesmo eles apenas nos comerciais e nunca em seus escritórios- a palavra “comunidade” soa como música aos nossos ouvidos. O que essa palavra evoca é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes.” (BAUMAN : 2003 , p.9)

Entretanto, por mais que se persigam a segurança e a confiança mútua na vida em comunidade, a perda da liberdade, da autonomia, do direito à auto-afirmação e dos traços distintivos mostra a outra face não desejada da moeda, comprometendo a panacéia da propalada segurança. Vale a lei do silêncio.

Por outro lado, a dissolução de laços e a política do medo cotidiano, encerrando a comunidade em guetos reais- as favelas - e voluntários- os condomínios de alta renda, retroalimentam a autofagia das identidades culturais e remetem a uma necessidade cada vez mais presente do sentido de enraizamento e de pertencimento a um lugar e a uma comunidade como resposta possível contra a guetificação programada e anunciada por equivocadas políticas centralizadoras e de controle social. Essa tem sido a resposta

⁴¹ Nesse trabalho, entendido como a dissolução de laços identitários.

mais facilmente encontrada nos tempos atuais. E é justamente ela que nessa tese nomeamos como resistência por oposição – no caso, oposição entre global e local.

Entretanto, se a idéia de enraizamento remete a de pertencimento a um lugar, portanto inserida na dimensão espacial e temporal, já que o enraizamento é um processo que demanda tempo, a ela contrapomos uma outra - a de imitação. Nessa última parte-se de um modelo que não é apenas imitado, mas recriado segundo as circunstâncias do aqui-agora/ espaço-tempo do sujeito que imita , sugerindo uma linha rizomática de criações que se propagam no tempo e no espaço, como ocorre com uma pedra jogada na superfície líquida. Essa também é uma forma de resistir, e a ela damos grande importância neste tese: a resistência criativa, por imitação ou hibridação.

Todavia, o que estamos querendo afirmar é que as duas formas de resistência podem ser diferentes, mas não necessariamente excludentes: ambas são chamadas à cena, cada uma a seu turno, segundo as demandas de cada momento.

Num jogo de sobrevivência , onde não há regras, como num vale-tudo da economia de cassino (Neil Christie), e onde se segrega e se isola a comunidade, imobilizando-a, reproduz-se *ad infinitum* o desrespeito mútuo, a desconfiança, o desenraizamento, a desintegração social, ambiente propício à geração estrutural da “não- comunidade”. Na busca da superação dessa problemática, sinaliza-se o **desenvolvimento endógeno** como possibilidade viável, supondo

(...)dentro de uma escala menor, o desenvolvimento das comunidades. Nesse sentido, trata-se de um desenvolvimento voltado para as comunidades , de dentro para fora, com respeito às suas tradições, à sua cultura,etc... (D´ÁVILA NETO, 2006, p.08)

Mas, se abandonamos o binarismo como argumentação única por insuficiência ou inadequação de respostas, não cabe a ele retornar para fomentar a oposição entre local e global, mas para assegurar as inúmeras possibilidades de cruzamento de conceitos, métodos e práticas. Esclarecemos aqui que o **enraizamento** de que tratamos é muito mais o que finca as bases para o futuro, portanto, para o novo e que não pode descartar a célula-tronco do passado, pois nelas estão contidas as sementes de futuro.

Ressalta D´Ávila Neto a incapacidade da contemporaneidade de incorporar a pobreza – reflexo humano-material da desigualdade .Em tempos em que a ideologia mercantilista visa o consumidor potencial, as comunidades tornadas ou consideradas

incapazes de consumir (conceito tomado por empréstimo a Canclini) tornam-se também comunidades dos sem-poder, párias à margem do desenvolvimento e, sob essa mesma ótica, seus espaços de vida, simples depósitos de novos pobres, cada vez mais miseráveis, face às atualizações cotidianas pelas políticas públicas concentradas em determinadas áreas, em detrimento de uma descentralização que beneficiaria outras mais.

A produção sistêmica da pobreza se confirma nas estatísticas amplamente divulgadas que apresentam um significativo distanciamento entre os 20% da população mais rica e os 20% da mais pobre, espelho perverso de uma profunda desigualdade. Por outro lado, a ECO 92 desencadeou uma busca de conceitos para que a humanidade responda de forma consciente e responsável pelo que se designou de “nosso futuro comum”, no eixo do desenvolvimento sustentável. Porém, a necessidade de um conceito de desenvolvimento para além da própria sustentabilidade que contemple a iniciativa comunitária, visceralmente endógena, com respeito às tradições e à cultura locais, precisa sobretudo incluir a pobreza, mantida sempre fora dos benefícios. A exclusão dos despossuídos das políticas de bem-estar social os torna invisíveis pelo descaso ou esquecimento de suas necessidades mais primárias e cria guetos onde partilham estigma, preconceitos, humilhação e privações reais e simbólicas. Dilacerados pela baixa-estima e pelo medo de serem identificados fora do gueto, omitem informações quanto ao seu endereço e destroem qualquer possibilidade de construção de laços sociais e de solidariedade.

Nesse contexto, trata-se de construir não mais uma solidariedade em comunidade, mas uma sociedade solidária. Para isso, D’Avila Neto propõe a sua construção por meio de uma trama de laços de diferentes texturas e com ela atingir desde o desenvolvimento comunitário ao desenvolvimento global, construindo assim o futuro:

- *o ideal de justiça e não-violência para todos , no exercício de uma cidadania mais universal para cada um, como laço político;*
- *a expansão da participação autogerida e criativa como laço comunitário;*
- *a durabilidade do desenvolvimento como laço econômico;*
- *a expansão dos direitos universais do homem, da mulher , da criança, jovens e velhos, estrangeiros e autóctones como laço cultural;*
- *e a reinvenção da relação com a natureza como laço ecológico*

(Idem : 12)

Indagamos, então, a quem interessa o isolamento e o imobilismo das comunidades transplantadas das áreas de risco e das favelas das grandes metrópoles? O que há nos bastidores da elaboração das políticas públicas na criação de megaconjuntos habitacionais na periferia das grandes cidades? Por que se dificulta na prática a participação comunitária nas decisões que afetam as populações originárias e as que são reassentadas onde não há infraestrutura social básica, ou quando as audiências públicas parecem ser um pano de fundo para obscuras intenções? Por outro lado, como se explicam as construções de memória sob a forma de museus diferenciados do padrão tradicional de museu? De que forma a memória produzida pelas comunidades participa da construção da trama de laços sociais no “novo museu”? Por que as novas formas de museu, nascidas das necessidades culturais das comunidades, travam ainda, após mais de três décadas da sua emergência, lutas pelo seu reconhecimento e legitimação?

O museu, herança européia, como criação das elites do ter e do saber na Europa do século XIX, não escapou às contradições da contemporaneidade. Vivemos um paradoxo na partilha de muitas inquietações a fustigar o mundo dos museus. Do gabinete de curiosidades, evoluiu para o templo das musas e deste à sacralização e entesouramento do saber e do ter que concedem aos seus públicos a possibilidade de contemplar, pesquisar e conhecer a vida pelos objetos que a humanidade produz e conserva.

O museu tem assumido diferentes faces, distanciando-se cada vez mais do modelo original. Essas faces caleidoscópicas fazem justiça à dinâmica social e comprovam a capacidade dos grupos de criarem museus não apenas para guardar fragmentos do passado, mas também para resistir às forças das mudanças, para afirmá-los enquanto grupos e inventar o futuro, concebendo-se assim o **museu comunitário**.

O paradoxo entre o desejo de participação da comunidade pelos gestores dos museus e a dificuldade de reconhecimento e de convalidação das iniciativas museológicas comunitárias por profissionais de museus converge para uma análise conceitual sobre a construção processual de museus comunitários, investigação sobre por quê e como os museus podem ser criações que deságuam em um processo emancipatório das comunidades que os criam. Trata-se aqui de produção de memória e de modos diferenciados de subjetivação, como processos amalgamados e indissociáveis.

Na análise que empreendemos nessa pesquisa, foram colocados em correlação conceitos como comunidade / população, participação, espaço vivido ou praticado (dimensão local), participação comunitária, ecomuseu, memória, patrimônio, sujeito coletivo, cultura viva, iniciativas comunitárias / educação libertadora, desenvolvimento local, em acontecimento na sociedade de controle. Além disso, foram revisados e atualizados os conceitos de moradia, enraizamento /desenraizamento, favela, incorporando a favelização dos atuais conjuntos habitacionais na Zona Oeste do Rio e modificando o enfoque do crescimento da cidade com a produção de novas favelas por políticas equivocadas. Tais ações ocasionam o seqüestro ou apagamento de memórias, cuja ação é alijada do seu *habitat* , simultaneamente aos transplantes decorrentes de remoção das comunidades das áreas de risco da cidade do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais. Incorporam-se, no repertório léxico dos ecomuseus e museus comunitários, palavras-chaves como: memória , museologia , libertação, comunidade, participação, educação, cultura, patrimônio, desenvolvimento, resistência afirmativa, autonomia e hibridação.

As narrativas dos novos habitantes do bairro e dos antigos moradores, postas em relação de partilha e solidariedade, numa contínua e necessária interação, podem ativar novos núcleos/centros de memória e integrá-los aos já existentes, participando dessa forma da gestão compartilhada do patrimônio e da construção responsável do futuro, pela via do desenvolvimento local e comunitário.

Cada vez mais se firmam novas competências e missões nos museus contemporâneos. Mais eles se aproximam das populações, mais deixam antever o potencial dessas sociedades que se tornam conscientes de sua força . O museu deixa de ser depósito de passado para abrigar o presente e com ele o futuro, museu que se preocupa em tirar lições do passado, mas que contém, na participação ativa, consciente e cidadã no presente, o futuro que se deseja. Museu que educa e liberta as sociedades, museu que contribui para a inclusão Eis o canteiro das novas missões, novas competências e novas museologias.

Podemos constatar a abertura do leque das tradicionais missões e competências descobertas nas trilhas que a museologia ilumina com as iniciativas comunitárias referidas. Abandonando a condição de mero espectador , assistido ou consumidor cultural, o público vai retomando seu sentido de grupo / comunidade e desponta no

cenário da museologia mundial como potencial ator e gestor do desenvolvimento de sua localidade, criador de novos patrimônios, a partir da herança recebida.

Fiéis às missões de inventariar, conservar, guardar e comunicar esse patrimônio, os criadores e gestores desses museus não abdicam do direito de dizer qual é o seu patrimônio, como e por que desejam preservá-lo, e, ainda que não contem com especialistas e profissionais nos seus quadros, desenvolvem metodologias próprias para cumprir as missões tradicionais, nascendo daí uma **museologia popular** muito afinada com o sentido de pertencimento ao grupo.

O futuro mostrará até que ponto essa museologia popular, muito autêntica porque exigida pelas necessidades culturais coletivas, consegue cumprir a função social do museu, até que ponto são benéficas para a comunidade a tomada de iniciativas, a intervenção nos rumos do desenvolvimento, o exercício do questionamento e da crítica a projetos ligados ao desenvolvimento local, bem como o aprendizado difícil da negociação entre os que representam momentaneamente o poder e os que não querem mais receber passivamente as decisões que afetam o seu futuro. O equilíbrio entre essas duas forças determinará uma distribuição menos injusta e uma diminuição no fosso das desigualdades que tanto oprimem as populações mais desfavorecidas. Dessa forma, podemos acreditar no despontar de uma “museologia que liberta as forças criativas de uma população” que precisa não de modelos impostos ou copiados, mas de construir seu próprio figurino para a contemporaneidade.

Concluimos que é nesse ponto que a museologia para o futuro antecipa, nas iniciativas das próprias comunidades, trilhas possíveis para a permanência e transformação de sua cultura viva. Museologias que aplicam a pedagogia libertadora que Paulo Freire descobriu com a educação popular, não a formal, bancária, que violenta uns e domina outros, mas a que ensina as sociedades a caminhar com seus próprios pés, traçar seus caminhos para a conquista de sua autonomia e liberdade.

Reinventar-se o museu na pós-modernidade com as novas maneiras de criar museus, respondendo criativamente ao fim das Grandes Narrativas, ao fim da autoridade, à crise de sentidos, à falta de limites, à perda das referências dessimbolizando o mundo na incessante busca de um novo Outro. Há a resistência que lhe oponho, mas também a que afirma, no caso museu, a resistência ao assujeitamento e à tendência

uniformizadora, resistência que se engendra a partir da ação comunitária. Poderá de fato a sociedade resistir a ela?

Se a ideologia do mercado não dá conta da condição humana, como construir um Outro que o faça? Estará a humanidade condenada eternamente às correntes prometéticas e aos abutres que lhe devoram as entranhas? Como, em meio às tensões provocadas pela construção da autonomia, poderemos chegar a resistir através da invenção de uma nova maneira de ser e de viver?

Ainda que a ideologia do mercado mundial nos cerque por todos os lados, é possível criar estratégias de resistência e ultrapassar fronteiras para a transformação(NEGRI & HARDT: 2000) e se estamos todos incluídos/ aprisionados nas malhas do poder, cúmplices de Negri, não poderíamos pensar de outra forma? Não poderíamos, ainda que limitados pela servidão de muitos, afirmar:

(...) Mas esse mesmo mundo, podemos transformá-lo exclusivamente de dentro, metamorfoseando a nós mesmos, tornando-nos quimeras e monstros, libertando-nos de todas as subjetivações capitalistas. (NEGRI, s/d)

e indagar com ele que “ existe serenidade após a tempestade, mas ... e depois?”

“... Com certeza saímos dessa tragédia purificados. E depois? Tudo recomeçará. Há apenas a potência ontológica de uma multidão de novos saberes e a paixão pelo comum, isto é, a metamorfose do conhecer e do querer, que nos podem colocar diante da superação da tragédia.” (Idem)

A impossibilidade de fechar definitivamente a questão não nos faz menos convictos de que as comunidades saberão encontrar sempre suas próprias respostas, explicitando sua potência criadora a serviço do bem coletivo.

O museu do futuro poderá ser ou não um espaço de visitação onde a população busca o diálogo com seu passado, mas certamente será um novo e potente instrumento para revelar aos sujeitos coletivos que se abrigam, simultaneamente, na ambivalência do indivíduo ser-com-os-outros, a força de sua ação. Aqui , a moeda de valor é a produção da memória híbrida, com a qual se lança para a construção do novo. A potência da hibridação é, portanto, a força que neutraliza as oposições , ultrapassa as fronteiras e produz a memória mesclada, enriquecida com os fragmentos das culturas

híbridas, cuja diversidade e pluralidade em articulação com a museologia da libertação podem justificar e explicar o surgimento de um ecomuseu nas terras de Santa Cruz.

Encontrando e cruzando com outras ações, como na interseção das ressonâncias da pedra atirada na superfície do lago, talvez o novo museu possa inaugurar uma nova inscrição sobre a superfície do campo museal. Metaforicamente comparando: se um desenho aparece inscrito no espelho d'água, significa que um sólido atravessou a liquidez, moveu as águas, buscando seu espaço e criando a propagação num movimento concêntrico regular até que um novo sólido inaugure nova propagação, nunca igual e na mesma potência do anterior, pois cada um tem seu tempo-espaço único de subjetivação e, conseqüentemente, de libertação.

Em resumo: a partir da análise da experiência protagonizada pela comunidade de Santa Cruz na criação e dinamização do seu museu, tentamos alargar os conceitos de museu para além da coleção, do prédio e do público, trazendo a possibilidade de pensar a memória híbrida, produto da relação entre diversos, articulada com uma museologia que educa e liberta as forças vivas dessa comunidade, usando como instrumento o ecomuseu e combinando estratégias de resistência sob a forma da oposição e da criação. No fluxo da transformação, no refluxo da conservação, faz-se a vida nas enchentes e vazantes das marés da musealidade comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003
- ARROYO, Miriam. *Cultura, Democracia Participativa Y Educación Popular*. In: Atas do III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM , Rio de Janeiro,2004.(CDRom)
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003
- BERGSON, Henri. *A Evolução Criadora (Trad. Bento Prado Neto)* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BOFF, Leonardo e Clodovis. *Como fazer a Teologia da Libertação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 8ª ed. 2001
- BOFF, Leonardo. *Discurso no Fórum Social Mundial – Porto Alegre, jan.2003*.In: A exclusão, segundo Leonardo Boff – Félix Concolor , publicado na Revista JB Ecológico- Ano I nº 13, fev. 2003
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A Editora,2001
- BRUNO, Cristina. *Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar*. C adernos de Sociomuseologia Nº 9 - Museologia e Comunicação.1996. ULHT - [www. mestrado-museologia.net/cristinab.htm](http://www.mestrado-museologia.net/cristinab.htm)
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão Trad. Da introdução Gêneses Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano-1. Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994
- CORSINI, Leonora. A potência da hibridação- Edouard Glissant e a creolização. .In: Lugar Comum – Nº2-25 pp. 211-221.
- COSTA, Marcela Tomás de Sousa de Lima . *Uma análise do contributo da acção teatral para a Função Educativa dos museus da Região Autónoma da Madeira*. Dissertação de Mestrado em Museologia-ULHT, 2006
- D' AVILA NETO, Maria Inácia. *Os “novos” pobres e o contrato social: receitas de desenvolvimento,igualdade e solidariedade ou da solidariedade, seus mitos, laços e utopias* .(Texto analisado e discutido em aula na disciplina Psicossociologia de Comunidades, UFRJ/EICOS, 2006)
- _____. *Identidade da Psicologia Social Latino-americana*. In: Campos, R.H. e GUARESCHI,P. (org.) Paradigmas em Psicologia Social – A perspectiva latinoamericana. Rio de Janeiro: Ed. Vozes,2000
- DECAROLIS, Nelly. *Museología y Desarrollo Sustentable: el valor de un desafío-* . In: Atas do II EIE – II Encontro Internacional de Ecomuseus /IX ICOFOM LAM, Rio de Janeiro, maio 2000.
- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle* . In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *Notas de Deleuze Inéditas no Brasil – Desejo e Prazer* In: Cadernos de Subjetividade- Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica; PUC , São Paulo, 1996

_____. *Foucault*. Lisboa: Vega, s/d.

_____. & Guattari, Félix. 1. Introdução: Rizoma in *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____.& Guattari, Félix. 1933- *Micropolítica e segmentaridade*. In: *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*- Vol. 3 – Trad. Aurélio Guerra Neto e outros. São Paulo: Editora 34,1996.

DUFOUR, Dany- Robert. *A arte de reduzir as cabeças*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005

FREIRE, Ana Maria Araújo(org).*A pedagogia da libertação em Paulo Freire*. São Paulo: Editora UNESP, 2001

FREIRE, José R. Bessa. *A descoberta do museu pelos índios*. Terra das Águas - Revista semestral do Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília, ano 1, n.1, sem.1999 ; Disponível em ABREMC – Coletânea de artigos www.abremc.com.br

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 24^a ed. 2000

_____. Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire- Entrevista por Paulo Freire ao Instituto de Ação Cultural de Genebra , 1973.In: Freire, Paulo. *Ação Cultural pela Liberdade e outros escritos*. S.Paulo, Paz e Terra, 2002

_____. *Ação Cultural Para a Liberdade –e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 10^a. Ed., 2002

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977

_____. *História da sexualidade II*. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984

_____. *O sujeito e o poder*. In: Rabinow, Paul e Dreyfus, Hubert. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998

GIULIANI, Gian Mario. *Sociologia e Ecologia: Um diálogo Reconstruído*. In: DADOS- Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 41, n°1, 1998.

GLISSANT, Édouard.. *Introdution à une poétique du divers*. Paris: Gallimard, 1996

_____. *Poétique de la relation*. Paris: Gallimard, 1990

GONDAR, Jô. *Memória, Poder e Resistência*.In: Gondar, Jô e Barrenechea,Miguel Angel de (Org). *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003

GRABAUSKA, C.J. e Bastos, F. Da P. *Investigação-ação educacional: possibilidades críticas e emancipatórias na prática educativa*. Santa Maria, UFSM, 1998 In: <http://www2.uca.es/HEURESIS/heuresis98>

GRINSPUN, Denise. *Educação para o Patrimônio: conceitos, métodos e reflexões para a formulação de política*. Conferência para o Simpósio Internacional Museu e Educação : conceitos e métodos. São Paulo: MAE/USP, 2001

HARDT, Michael. *A sociedade mundial de controle*. In: Alliez,Éric (org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica.Coord. da trad. de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 2000.(Coleção TRANS)

HARDT, M. e Negri, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001

ICOM- *Statuts de l'ICOM, adoptés par la 22e Assemblée générale de l'ICOM (Vienne, Autriche, 24 août 2007)*

ICOM.BR. *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documento e depoimentos*. Org. Marcelo Mattos Araújo e Maria Cristina Oliveira Bruno. São Paulo: USP / ICOM.BR, 1995

KHOURY, Yara Aun. *Narrativas Oraís na investigação da História Social*.Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC-SP, São Paulo: EDUC, jul/2001, vol 22: História e Oralidade

LA BOËTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982

LAZZARATO, Maurício. *La Mémoire Sociale: représentations et croyances.- Cap. 5 . In: Puissances de l'invention- La psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique. Les Empêcheurs de penser en rond: 2002*

LEFORT, Claude . *O nome de Um*. In: La Boétie, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária – Trad.* Laymert Garcia dos Santos . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982

LERSC,T. Morales e Ocampo, C.Camarena. *El concepto del museo comunitario: ¿historia viviente o memoria para transformar la historia?*, presentada en la mesa redonda "Museos: nuestra historia viviente", en la Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 6-10 octubre, 2004

_____. *O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?* Trad. Odalice Priosti. In: NOPH, Jornal Quarteirão, no. 77 - Ano 2008 , p. 15.Rio de Janeiro:2008

LYOTARD, Jean- François. *A condição Pós-moderna*. RJ: José Olympio, 2002

LUGO, Raúl Mendez. *Teoría y método en la Nueva Museología*. Ponencia en la I Jornada Hacia una Nueva Museología, Buenos Aires, 2001

MARTINS, M. Terezinha Resende. *Metodologias alternativas exitosas e a busca do desenvolvimento humano sustentável*. In: www.abremc.com.br- Coletânea de artigos, 2008

MATTOS, Yara. *Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária*. In : Mattos,Y. e Priosti,O. *Caminhos e percursos da Museologia Comunitária-XII Atelier Internacional do MINOM, Lisboa/ Setúbal:2007*. In: www.minom-icom.net e www.abremc.com.br / Coletânea de Artigos, 2008

MAYO, Peter. *Gramsci, Freire e a educação de adultos*. Porto Alegre: Artmed, 2004

MAYRAND, Pierre.*Ce qu'il faut savoir sur la Nouvelle Muséologie comme mouvement* , mai 2002 (Arquivo recebido por e.mail)

- MORIN, A. *Pesquisa-ação Integral e Sistemática: uma Antropopedagogia Renovada*. Tradução: Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004
- NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle- III In: *Mémoire et Société*. Paris: Méridiens Klincksiek, 1987 (Collection Sociétés)
- NASCIMENTO, Antônio C. de Souza do & CASTRO, Dagmar S. P. de- *Nossa Escola pesquisa sua Opinião- um encontro entre Freire e Gramsci*- CAPESP, Junho 2009 – Ano 11- Nº 21- Cadernos de Cultura e Educação
- NEGRI, Toni. *Angelus Novus do porvir*- Entrevista com Toni Negri. In: *Exílio seguido de Valor e afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva – Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003- (Conexões : 20)
- NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA – *II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM – Comunidade , Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: NOPH, 2000
- PRIMO, Judite. *Documentos Básicos de Museologia: Principais conceitos* . Cadernos de Sociomuseologia, Vol. 28 - Nº 28- <http://www.ulusofona.pt/>
- PRIOSTI, O. e Varine, H.de. *O Novo Museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários* .XII Atelier do MINOM – Portugal – Lisboa / Setúbal : 2007 In : *Musealorando / Fórum* - www.minom-icom.net
- PRIOSTI, Odalice Miranda. *Museologia da Libertação e a construção democrática do patrimônio do futuro*. In: *Atas do III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM* , Rio de Janeiro, 2004.(CDROM)
- _____. *A vocação política dos processos museológicos comunitários- Origens e processos*- Mesa Redonda no XI Atelier Internacional do MINOM, Molinos II, Espanha, 2005
- _____. Carta aberta aos membros da Lista Interactions-Online In : www.interactions-online.com. 2007
- _____. *Ecomuseu urbano e iniciativas comunitárias: autonomia, liberdade e cidadania*. In: *Atas do II Encontro Internacional de Ecomuseus- Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: NOPH- Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, 2000.(CDROM)
- _____. *Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade*. Dissertação de Mestrado em Memória Social , UNIRIO- Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2000
- SANTOS, B. Souza. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. S. Paulo: Cortez Editora, 2006
- SANTOS, Maria Célia Moura. *Museu e Educação: conceitos e métodos*. Conferência para o Simpósio Internacional Museu e Educação: conceitos e métodos, MAE/USP,: São Paulo: 2001
- _____. *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário* . Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT, 1996
- _____. *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário em Itapuã*. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, 1995. Tese (Doutorado em Educação)

_____. *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993

SANTOS, Maria do Rosário Nogueira Pinto dos. *O Museu Escolar : sentido(s) do processo e da prática pedagógica* – Dissertação de Mestrado em Museologia– ULHT , 2007

SOUZA, Maria Emília Medeiros de. *Ecomuseu de Itaipu*. In: www.abremc.com.br, 2008 – Coletânea de artigos

TARDE, Gabriel de . *As Leis da imitação*. Trad. Carlos Fernandes Maia com a colab. de Maria Manuela Maia. Porto: RÈS –Editora, s/d

_____. *Les Lois de l' Imitation*. Une édition électronique réalisée à partir du livre de Gustave Gabriel Tarde, *Les lois de l'imitation*. Première édition : 1890. Texte de la deuxième édition, 1895. Réimpression. Paris : Éditions Kimé, 1993, 428 pp.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*, 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, 132 p.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da UNESCO*, 2003.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978

VARGAS, Eduardo Viana. *Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006

VARINE, Hugues de. *Les racines du futur: le patrimoine au service du développement local*. Crissey: ASDIC : 2002

_____. *Le Capital Culturel*. Capturado em www.interactions-online - Editorial- Décembre 2006

_____. *O museu comunitário é herético?* In: *Jornal Quarteirão*- no. 67 - Maio/Junho 2006 . Rio de Janeiro, NOPH : p. 12-15. Disponível em www.interactions-online.com – março/abril-2005

_____. *Ethique et Patrimoine- La décolonisation de la muséologie*. In: *Nouvelles de l' ICOM* – Paris: ICOM, 2005 n° 3 – vol.58

_____. *Partilhar o Patrimônio: Por quê? Como?* – Atas do III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM, em arquivo digital (CD Rom) Rio de Janeiro: NOPH, 2004, 70.

_____. *Patrimônio e Educação*. In: www.interactions-online.com, fev.2003

_____. *A nova museologia: ficção ou realidade*. In: *Museologia social*. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 2000, 22-33 pp.

_____. *Entrevista para Odalice Priosti* .1997. In: *Jornal Quarteirão* n° 26.1998

_____. *Entrevista para Mário Chagas*. 1995. In: *Jornal Quarteirão* n° 21. 1997

_____. *A Respeito da Mesa Redonda de Santiago*, in: *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos*. São Paulo: Comitê Nacional Brasileiro do ICOM. p. 17 – 19 (mimeo), 1995

_____. *Rapport sur Un Voyage d'Études au Brésil – Colloque d'Itaipu*, avril 1989. ASDIC,1989 (por e.mail)

_____. *O tempo social*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987

Outras Fontes: Texto oficial das Conclusões da Conferência de Puebla – Evangelização no presente e no futuro da América Latina – Edições Paulinas- 3ª edição.

ANEXOS

ANEXO 01

Declaração de Santiago	3
------------------------------	---

ANEXO 02

Estatuto Brasileiro de Museus(<u>Lei nº 11.904/2009</u>).....	9
---	---

ANEXO 03

Estatuto do NOPH/ Regimento Interno	20
---	----

ANEXO 04

Documentos do II EIE	20
----------------------------	----

ANEXO 05

Rapport sur Un Voyage d'Études au Brésil – Colloque d'Itaipu, avril 1989	27
--	----

ANEXO 06

Carta de Belém	51
----------------------	----

ANEXO 07

Benedicto Freitas	58
-------------------------	----

ANEXO 08

Inventário Participativo de Santa Cruz – Questionários.....	60
---	----

ANEXO 09

Inventário Participativo de Santa Cruz - Relatório parcial.....	68
---	----

ANEXO 10

Jornal Quarteirão 85 – Centro Cultural D. Pedro II	73
--	----

ANEXO 11

Samba-enredo da Escola de Samba Mirim Unidos da Resistência Cultural	74
--	----

ANEXO 12

Reportagem no Jornal QUARTEIRÃO sobre o atentado à Ponte dos Jesuítas....	76
---	----

ANEXO 13

Samba- enredo do GRES Acadêmicos de Santa Cruz/2004..... 80

ANEXO 14

Entrevista de Hugues de Varine 82

ANEXO 15

Entrevistas (Modelo básico)..... 97

ANEXO 16

Lista de entrevistados 100

ANEXO 17

Bloco de ilustrações (16 imagens)

ANEXO 01

Declaração de Santiago do Chile - 1972

Mesa-Redonda de Santiago do Chile

ICOM, 1972

I. Princípios de Base do Museu Integral

Os membros da Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina.

Pareceu-lhes necessário, para a solução destes problemas, que a comunidade entenda seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos. Eles consideraram que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade.

Santiago, 30 de Maio de 1972.

II. Resoluções adotadas pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

1. Por uma mutação do museu da América Latina,

Considerando:

- Que as transformações sociais, econômicas e culturais que se produzem no mundo, e, sobretudo em um grande número de regiões em via de desenvolvimento, são um desafio para a Museologia;
- Que a humanidade vive atualmente em um período de crise profunda; que a técnica permitiu à civilização material realizar gigantescos progressos que não tiveram equivalência no campo cultural; que esta situação criou um desequilíbrio entre os países que atingiram um alto nível de desenvolvimento material e aqueles que permaneceram à margem desta expansão e que foram mesmo abandonados ao longo de sua história; que os problemas da sociedade contemporânea são devidos a injustiças, e que não é possível pensar em soluções para estes problemas enquanto estas injustiças não forem corrigidas;
- Que os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvidos em seus múltiplos aspectos; que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adotadas, e sua aplicação, não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os setores da sociedade;
- Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele

serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais;

- Que esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servir à sociedade; que, em certos casos, a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial;
- Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem; que, de outro lado, o museu integral necessitará, a título permanente ou provisório, da ajuda de especialistas de diferentes disciplinas e de especialistas de ciências sociais.
- Que por suas características particulares, o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para uma ação em nível regional, em pequenas localidades, ou de médio tamanho;
- Que, tendo em vista as considerações expostas acima, e o fato do museu ser uma "instituição a serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem", a Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide de uma maneira geral

- **1.** Que é necessário abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional, a fim de conscientizá-lo do desenvolvimento antropológico, sócio-econômico e tecnológico das nações da América Latina, através da participação de consultores para a orientação geral dos museus;
- **2.** Que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar que ele seja dispersado fora dos países latino-americanos;
- **3.** Que os museus devem tornar suas coleções o mais acessível possível aos pesquisadores qualificados, e também, na medida do possível, às instituições públicas, religiosas e privadas;
- **4.** Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu caráter de instituição permanente, sem que isto implique na utilização de técnicas e de materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latino-americanos;
- **5.** Que os museus devem criar sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade;
- **6.** Que, levando em consideração os resultados da pesquisa sobre as necessidades atuais dos museus e sua carência de pessoal, a ser realizada sob os auspícios da UNESCO, os centros de formação de pessoal existentes na América Latina devem ser aperfeiçoados e desenvolvidos pelos próprios países; que esta rede de centros de formação deve ser completada e sua influência se fazer sentir no plano regional; que a reciclagem de pessoal atual deve ser garantida em nível nacional e regional; e que lhe seja dada a possibilidade de aperfeiçoamento no estrangeiro.

Em relação ao meio rural

Que os museus devam, acima de tudo, servir à conscientização dos problemas do meio rural, das seguintes maneiras:

- **a)** Exposição de tecnologias aplicáveis ao aperfeiçoamento da vida da comunidade;
- **b)** Exposições culturais propondo soluções diversas ao problema do meio social e tecnológico, a fim de proporcionar ao público uma consciência mais aguda sobre estes problemas, e reforçar as relações nacionais, a saber:
 - **i.** Exposições relacionadas com o meio rural nos museus urbanos;
 - **ii.** Exposições itinerantes;
 - **iii.** Criação de museus de sítios.

Em relação ao meio urbano

Que os museus devam servir à conscientização mais profunda dos problemas do meio urbano, das seguintes maneiras:

- **a)** Os "museus de cidade" deverão insistir de modo particular no desenvolvimento urbano e nos problemas que ele coloca, tanto em suas exposições quanto em seus trabalhos de pesquisa;
- **b)** Os museus deverão organizar exposições especiais ilustrando os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo;
- **c)** Com a ajuda dos grandes museus, deverão ser organizadas exposições, e criados museus em bairros e nas zonas rurais, para informar os habitantes das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades;
- **d)** Deverá ser aceita a oferta do Museu Nacional de Antropologia do México, de experimentar, através de uma exposição temporária sobre a América Latina, as técnicas museológicas do museu integral.

Em relação ao desenvolvimento científico e técnico

Que os museus devam levar à conscientização da necessidade de um maior desenvolvimento científico e técnico, das seguintes maneiras:

- **a)** Os museus estimularão o desenvolvimento tecnológico, levando em consideração a situação atual da comunidade;
- **b)** Na ordem do dia das reuniões dos ministros de educação e (ou) das organizações especialmente encarregadas do desenvolvimento científico e técnico, deverá ser inscrita a utilização dos museus como meio de difusão dos progressos realizados nestas áreas;
- **c)** Os museus deverão dar enfoque à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos, por meio de exposições itinerantes que deverão contribuir para a descentralização de sua ação.

Em relação à educação permanente

Que o museu, agente incomparável da educação permanente da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe, das seguintes maneiras:

- **a)** Um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu;
- **b)** Deverão ser integrados à política nacional de ensino, os serviços que os museus deverão garantir regularmente;
- **c)** Deverão ser difundidos nas escolas e no meio rural, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes;
- **d)** Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o museu possuir em muitos exemplares;

- e) As escolas serão incentivadas a formar coleções e a montar exposições com objetos do patrimônio cultural local;
- f) Deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário).

As presentes recomendações confirmam aquelas que puderam ser formuladas ao longo dos diferentes seminários e mesas-redondas sobre museus, organizadas pela UNESCO.

Pela criação de uma Associação Latino Americana de Museologia

Considerando

- Que os museus são instituições a serviço da sociedade, que adquire, comunica e, notadamente, expõe, para fins de estudo, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem;
- Que, especialmente nos países latino-americanos, eles devem responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos;
- Que os museus e os museólogos latino-americanos, com raras exceções, sofrem dificuldades de comunicação em razão das grandes distâncias que os separam um do outro, e do resto do mundo;
- Que a importância dos museus e as possibilidades que eles oferecem à comunidade ainda não são plenamente reconhecidas por todas as autoridades, nem por todos os setores do público;
- Que durante a oitava e a nona conferência geral do ICOM, que ocorreram, respectivamente, em Munique em 1968, e em Grenoble em 1971, os museólogos latino americanos que estiveram presentes indicaram a necessidade de criação de um organismo regional;

A Mesa-Redonda sobre o papel dos museus da América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide:

1. Criar a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), aberta a todos os museus, museólogos, museógrafos, pesquisadores e educadores empregados pelos museus com os objetivos e através das seguintes maneiras:

- Dotar a comunidade regional de melhores museus, concebidos à luz da experiência adquirida nos países latino americanos;
- Constituir um instrumento de comunicação entre os museus e os museólogos latino americanos;
- Desenvolver a cooperação entre os museus da região graças ao intercâmbio e empréstimo de coleções e ao intercâmbio de informações e de pessoal especializado;
- Criar um organismo oficial que faça conhecer os desejos e a experiência dos museus e de seu pessoal aos membros da profissão, à comunidade a qual eles pertencem, às autoridades e a outras instituições congêneres;
- Afiliar a Associação Latino Americana de Museologia ao Conselho Internacional de Museus, adotando uma estrutura na qual seus membros sejam ao mesmo tempo membros do ICOM;
- Dividir, para fins operacionais, a Associação Latino Americana de Museologia em quatro seções correspondentes provisoriamente às regiões e países seguintes:
 - - América Central, Panamá, México, Cuba, São Domingos, Porto Rico, Haiti e Antilhas Francesas.
 - - Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e Bolívia.

- - Brasil.
- - Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

2. Que os abaixo-assinados, participantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, se constituem em Comitê de Organização da Associação Latino Americana de Museologia, e notadamente em um Grupo de Trabalho composto de cinco pessoas, quatro dentre elas representando cada uma das zonas acima enumeradas, e a quinta desempenhando o papel de coordenador geral; que este Grupo de Trabalho terá como objetivo, no prazo máximo de seis meses, elaborar o Estatuto e os regulamentos da associação; definir com o ICOM as formas de ação conjunta; organizar eleições para a constituição dos diversos órgãos da ALAM; estabelecer a sede desta associação, provisoriamente, no Museu Nacional de Antropologia do México; compor este grupo de trabalho com as seguintes pessoas, representando suas zonas respectivas:

- Zona 1: Luis Diego Pígnataro (Costa Rica),

- Zona 2: Alicia Durand de Reichel (Colômbia),

- Zona 3: Lygia Martins Costa (Brasil), e

- Zona 4: Grete Mostny Glaser (Chile); coordenador: Mario Vasquez (México).

Santiago, 31 de Maio de 1972.

III. Recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

À Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 e 21 de maio de 1972, apresenta à UNESCO as seguintes recomendações:

- **1.** Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência.
- **2.** A UNESCO prosseguiria e intensificaria seus esforços para contribuir com formação de técnicos de museus - tanto no nível de ensino secundário quanto ao do universitário, como ela tem feito, até agora, no Centro Regional "Paul Coreanas".
- **3.** A UNESCO incentivará a criação de um Centro Regional para a preparação e a conservação de espécimes naturais, do qual o atual Centro Nacional de Museologia de Santiago poderá se constituir em núcleo original. Além de sua função de ensino (formação técnica) e de sua função profissional no campo da museologia (preparação de conservação de espécimes naturais), e de produção de material de ensino, este Centro Regional poderá desempenhar um papel importante na proteção das riquezas naturais.
- **4.** A UNESCO deverá conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento para técnicos de museus com instrução de nível secundário.
- **5.** A UNESCO deverá recomendar aos ministérios de Educação e de Cultura e (ou) aos organismos encarregados de desenvolvimento científico, técnico e cultural, que considerem os museus como um meio de difusão dos progressos realizados naquelas áreas.
- **6.** Em razão da importância do problema da urbanização na América Latina e da necessidade de esclarecer a sociedade a este respeito, em diferentes níveis, a UNESCO deverá encorajar a redação de um livro sobre a história, o desenvolvimento e os problemas das cidades na América Latina, o qual seria publicado sob forma de obra científica e sob forma de obra de divulgação. Para atingir um público mais vasto, a UNESCO deverá produzir um filme sobre esta questão, adequado a todos os

tipos de público.

Fonte: PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação*. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, Págs.95-104; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal.
Tradução: Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno.

ANEXO 02

Estatuto dos Museus

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009.

[Mensagem de veto](#)

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

[Vigência](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3º Conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

I – como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;

II – como seccional a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;

III – como núcleo ou anexo os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.

Art. 4º O poder público estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.

Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

§ 3º [\(VETADO\)](#)

Art. 6º Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

CAPÍTULO II

Do Regime Aplicável aos Museus

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público.

§ 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a [Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984](#).

§ 2º A criação, a fusão ou a extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do poder público.

Art. 9º Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público.

§ 1º Os museus, à medida das suas possibilidades, facultarão espaços para a instalação de estruturas associativas ou de voluntariado que tenham por fim a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus.

§ 2º Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado, dotando-se de

um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. A denominação de museu estadual, regional ou distrital só pode ser utilizada por museu vinculado a Unidade da Federação ou por museus a quem o Estado autorize a utilização desta denominação.

Art. 12. A denominação de museu municipal só pode ser utilizada por museu vinculado a Município ou por museus a quem o Município autorize a utilização desta denominação.

Seção I

Dos Museus Públicos

Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas no território nacional.

Art. 14. O poder público firmará um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades.

Art. 15. Os museus públicos serão regidos por ato normativo específico.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o museu público poderá estabelecer convênios para a sua gestão.

Art. 16. É vedada a participação direta ou indireta de pessoal técnico dos museus públicos em atividades ligadas à comercialização de bens culturais.

Parágrafo único. Atividades de avaliação para fins comerciais serão permitidas aos funcionários em serviço nos museus, nos casos de uso interno, de interesse científico, ou a pedido de órgão do Poder Público, mediante procedimento administrativo cabível.

Art. 17. Os museus manterão funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.

Seção II

Do Regimento e das Áreas Básicas dos Museus

Art. 18. As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento.

Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários.

Art. 20. Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

Subseção I

Da Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 26. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

Parágrafo único. (VETADO)

Subseção II

Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

Subseção III

Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.

Parágrafo único. O museu regulamentará o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança.

Art. 32. Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 33. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

§ 1º Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2º Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 34. A política de gratuidade ou onerosidade do ingresso ao museu será estabelecida por ele ou pela entidade de que dependa, para diferentes públicos, conforme dispositivos abrigados pelo sistema legislativo nacional.

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 36. As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do poder público, na forma fixada pela respectiva entidade, quando solicitadas.

Art. 37. Os museus deverão disponibilizar um livro de sugestões e reclamações disposto de forma visível na área de acolhimento dos visitantes.

Subseção IV

Dos Acervos dos Museus

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de

outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

Subseção V

Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus

Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.

Parágrafo único. A disponibilização de que trata este artigo será fundamentada nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade dos museus e da garantia dos direitos de propriedade intelectual, inclusive imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 43. Os museus garantirão a proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

Seção III

Do Plano Museológico

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

a) Institucional;

b) de Gestão de Pessoas;

- c) de Acervos;
- d) de Exposições;
- e) Educativo e Cultural;
- f) de Pesquisa;
- g) Arquitetônico-urbanístico;
- h) de Segurança;
- i) de Financiamento e Fomento;
- j) de Comunicação.

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

CAPÍTULO III

A Sociedade e os Museus

Seção I

Disposições Gerais

Art. 48. Em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido nesta Lei, poderão ser promovidos mecanismos de colaboração com outras entidades.

Art. 49. As atividades decorrentes dos mecanismos previstos no art. 48 desta Lei serão autorizadas e supervisionadas pela direção do museu, que poderá suspendê-las caso seu desenvolvimento entre em conflito com o funcionamento normal do museu.

Art. 50. Serão entendidas como associações de amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham, ao menos, os seguintes requisitos:

I – constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II – não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III – ser vedada a remuneração da diretoria.

Parágrafo único. O reconhecimento da associação de amigos dos museus será realizado em ficha cadastral elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente.

Art. 51. (VETADO)

Art. 52. As associações de amigos deverão tornar públicos seus balanços periodicamente.

Parágrafo único. As associações de amigos de museus deverão permitir quaisquer verificações determinadas pelos órgãos de controle competentes, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente cópias de balanços e dos relatórios do exercício social.

Art. 53. As associações de amigos, no exercício de suas funções, submeter-se-ão à aprovação prévia e expressa da instituição a que se vinculem, dos planos, dos projetos e das ações.

Art. 54. As associações poderão reservar até dez por cento da totalidade dos recursos por elas recebidos e gerados para a sua própria administração e manutenção, sendo o restante revertido para a instituição museológica.

Seção II

Dos Sistemas de Museus

Art. 55. O Sistema de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.

Art. 56. Os entes federados estabelecerão em lei, denominada Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto.

§ 1º A instalação dos sistemas estaduais ou regionais, distritais e municipais de museus será feita de forma gradativa, sempre visando à qualificação dos respectivos museus.

§ 2º Os sistemas de museus têm por finalidade:

I – apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;

II – promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais;

III – contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;

IV – elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a eles adstrito;

V – colaborar com o órgão ou entidade do poder público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

Art. 57. O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes de órgãos e entidades com representatividade na área da museologia nacional.

Art. 58. O Sistema Brasileiro de Museus tem a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema;

V – a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação.

Art. 59. Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, a atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 60. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o órgão competente, os museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da museologia e as entidades afins, na forma da legislação específica.

Art. 61. Terão prioridade, quanto ao beneficiamento por políticas especificamente desenvolvidas, os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Os museus em processo de adesão podem ser beneficiados por políticas de qualificação

específicas.

Art. 62. Os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus colaboram entre si e articulam os respectivos recursos com vistas em melhorar e potencializar a prestação de serviços ao público.

Parágrafo único. A colaboração supracitada traduz-se no estabelecimento de contratos, acordos, convênios e protocolos de cooperação entre museus ou com entidades públicas ou privadas.

Art. 63. Os museus integrados ao Sistema Brasileiro de Museus gozam do direito de preferência em caso de venda judicial ou leilão de bens culturais, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º O prazo para o exercício do direito de preferência é de quinze dias, e, em caso de concorrência entre os museus do Sistema, cabe ao Comitê Gestor determinar qual o museu a que se dará primazia.

§ 2º A preferência só poderá ser exercida se o bem cultural objeto da preferência se integrar na política de aquisições dos museus, sob pena de nulidade do ato.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 64. [\(VETADO\)](#)

Art. 65. [\(VETADO\)](#)

Art. 66. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, em especial os arts. [62](#), [63](#) e [64 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#), o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens dos museus sujeitará os transgressores:

I – à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a dez e, no máximo, a mil dias-multa, agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, pelo Distrito Federal, pelos Territórios ou pelos Municípios;

II – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de cinco anos;

III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;

IV – ao impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos;

V – à suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o transgressor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 2º No caso de omissão da autoridade, caberá à entidade competente, em âmbito federal, a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

§ 4º Verificada a reincidência, a pena de multa será agravada.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 67. Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados da sua publicação.

Parágrafo único. Os museus federais já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de dois anos.

Art. 68. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o governo brasileiro prestará, no que concerne ao combate do tráfico de bens culturais dos museus, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I – produção de prova;

II – exame de objetos e lugares;

III – informações sobre pessoas e coisas;

IV – presença temporária de pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;

V – outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor pelos tratados de que o Brasil seja parte.

Art. 69. Para a consecução dos fins visados nesta Lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deverá ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional, rápido e seguro, de informações sobre bens culturais dos museus.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2009; 188^o da Independência e 121^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Roberto Gomes do Nascimento

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.1.2009

ANEXO 03

Estatuto do NOPH * Não disponível em PDF

ANEXO 04

Documentos do II EIE

SÍNTESIS DE LA DECLARACIÓN DE SANTA CRUZ

RÍO DE JANEIRO - BRASIL

En Santa Cruz, Río de Janeiro, Brasil, a los veinte días del mes de mayo de 2000, los asistentes al IX Encuentro Regional del ICOFOM LAM, llevado a cabo en el marco del

II Encuentro Internacional de Ecomuseos, con el apoyo especial de las autoridades de la ciudad de Río de Janeiro y de la comunidad de Santa Cruz, reafirman la vigencia de las Recomendaciones emanadas de la Mesa Redonda de Santiago de Chile (1992) y de las Conclusiones de Coro (1999).

Asimismo agradecen a todos aquellos que en forma institucional o individual colaboraron en la realización de este encuentro; destacan la trascendencia que reviste la reunión de representantes de trece países del mundo para debatir los temas Museología y Desarrollo Sustentable y Comunidad, Patrimonio y Desarrollo Sustentable e informan que dentro del marco de los principios enunciados se constituyeron dos grupos de trabajo que identificaron y analizaron los subtemas propuestos y arribaron a las conclusiones que se transcriben a continuación.:

COMISIÓN 1

Museos, comunidades, preservación y desarrollo sustentable.

Capacitación para la acción.

Coordinadora: Norma Rusconi (Argentina)

Moderadora: Cristina Bruno (Brasil)

Secretario: Jorge Terpín (Argentina)

Considerando que es necesario analizar críticamente el rol que ocupa el patrimonio intangible dentro de las políticas de preservación del patrimonio, creemos necesario:

Considerar al patrimonio intangible como un nexo entre el patrimonio natural y el patrimonio cultural a efectos de reconocer la integralidad del patrimonio en el uso de políticas y acciones sustentables.

Promover el análisis de los periodos de exclusión valorativa del patrimonio intangible frente al mundo material.

Conformar espacios interdisciplinarios de investigación científico-museológica para lograr una correcta comprensión de las problemáticas generadas en el ámbito de las actividades socioculturales por el paradigma de la globalización.

A fin de :

Valorar la diversidad cultural de América latina como fuente de recursos creativos para "dominar la dominación".

Identificar las ventajas que ofrece el modelo global, utilizando el desarrollo tecnológico, informático y virtual como herramienta y no como sustento de la realidad material e inmaterial de los bienes patrimoniales.

Reconociendo:

Que los museos han tenido y tienen históricamente la capacidad y responsabilidad de definir las características específicas del patrimonio a preservar, ya que el mismo constituye el vínculo que une la comunidad con el bien.

Que los museos han asumido el compromiso de integrar al sujeto con su Patrimonio Integral.

Será necesario:

Construir un lenguaje museológico que permita generar un espacio participativo y autogestionante de la comunidad, a fin de superar paulatinamente estructuras de poder vertical.

Capacitar a los nuevos profesionales de museos, teniendo en cuenta que generan en las comunidades un nuevo paradigma socioeconómico y cultural, ya que el análisis crítico de tales situaciones promoverá las consecuentes estrategias de acción.

Por lo tanto se concluye que el ámbito museo y la profesión museológica están formados para superar meras actitudes "nostálgicas" acerca del patrimonio y lo comunitario, ya están especialmente capacitados para elaborar argumentaciones sustentadoras de acciones estratégicas para un desarrollo socioeconómico y cultural.

Aidar, Gabriela	Brasil
Alcántara, Aureli Alves	Brasil
Baldez, Nanete	Brasil
Baldin, Renato	Brasil
Balestra, Marta	Uruguay
Barcellos, Myriam Arantes	Brasil
Berdague, Camila da Silva	Brasil
Borghoff, Yolanda	Brasil
Cándido, Manuelina M. Duarte	Brasil
Carpio, Manuel Julio Vera del	Brasil
Carvalho, Paulo Roberto A. F. de	Brasil
Chicanel, Marize Souza	Brasil
Costa, Luiz Tadeu	Brasil

Cumbra, Marcelo N. Bernardo da	Brasil
Cury, Marillia Xavier	Brasil
Decndido, Amelia	Argentina
Dias, Mnica	Brasil
Feitosa, Antonio M. Diniz	Brasil
Ferrari, Aida	Brasil
Ferrari, Claudia	Brasil
Frantz, Valéria L.	Brasil
Girão, Tatiane F.	Brasil
Gomes, Elaine Cavalcante	Brasil
Gomes, Sylvia R. R.	Brasil
Lafrate, Mnica	Brasil
Lopes, Constantino Ramos	Brasil
Lopes, Nívea	Brasil
Luz, Valéria	Brasil
Magyar, Jorge	Brasil
Martins, Luciana Conrado	Brasil
Mattos, Juliana Braga de	Brasil
Mattos, Rita de Cássia	Brasil
Molina, Paula Regina B.	Brasil
Mourad, Tamima Orra	Brasil
Munholi, Flávia Diamante	Brasil
Mura, Mercedes	Argentina
Oliveira, Gilberto Habid	Brasil

Romero, Elba Sánchez de	Argentina
Santos, Álvaro Guimarães dos	Brasil
Savartano, Ángela	Brasil
Silva, Ana Cláudia dos Santos	Brasil
Souza, Célio Pinto de	Brasil
Tenório, Tânia	Brasil
Torresagasti, Susana	Argentina
Tronca, Leda	Brasil
Vasconcellos, Mima	Brasil
Vilela, Adriana	Brasil
Wilhelm, Vera B.	Brasil

COMISIÓN 2

Museología y políticas ambientales.

Museología y museos: impacto ambiental y equilibrio ecológico.

Coordinadora: Heloísa Costa (Brasil)

Moderadoras: Elizabeth Hernández (Venezuela)

Mónica Mercuri (Argentina)

Secretaria: Graciela Palella (Argentina)

El Desarrollo Sustentable es un proceso social original de cada comunidad y en este proceso la incidencia de las bases estructurales y las prácticas culturales locales y regionales es fundamental para identificar sus particularidades y salvaguardar su autoestima.

En la Cumbre Hemisférica de las Américas sobre Museos y Comunidades Sustentables, realizada en Costa Rica en 1998, se definió el desarrollo como un proceso que mejora la calidad de vida en el presente y el futuro, promoviendo el equilibrio entre el medio ambiente, el crecimiento económico y la autoafirmación.

Este grupo de trabajo entiende como Desarrollo Sustentable al proceso comunitario que convoca la participación de la mayoría de los componentes sociales, debiendo facilitar la democratización y circulación del conocimiento, la reapropiación de los recursos locales y la igualdad de posibilidades de acceso a la satisfacción de necesidades vitales en el respeto de los valores éticos y en armónica convivencia.

Esta Comisión trabajó sobre cuatro ejes vertebradores: museo social, investigación, educación significativa y desarrollo autostentable.

La Muesología, como ciencia social, debe asumir la responsabilidad que en la cultura no preponderen en forma negativa los valores económicos y sí una línea de pensamiento destinada a promover un desarrollo autosustentable, fundamentado en los valores éticos de la comunidad.

Siendo el Museo un espacio de participación constructiva y creativa, puede y debe tender a lograr cambios actitudinales: reflexión, compromiso, solidaridad y aún otros que sirvan de base para afrontar las problemáticas actuales y futuras a las que las comunidades están expuestas.

El Museo, como espacio de participación, debe dar cabida a las diversidades culturales, alentándolas para que aporten soluciones a la problemática global desde sus saberes previos y sus marcos teóricos y valorativos, ya que es este corpus -su patrimonio intangible- el que garantizará la sustentabilidad de los abordajes y de las soluciones.

La teoría y la praxis museológicas deben coadyuvar a que los estudios de impacto ambiental no sólo releven el patrimonio intangible de las comunidades en riesgo, sino también que lo hagan en función de su identidad.

Basándose en la Carta de Coro 99 se refuerza la definición de lo real como totalidad y se considera que este principio deber ser la base desde la cual se "definan" las problemáticas de la relación del hombre con su entorno.

El Museo ha de favorecer la construcción colectiva de una conciencia ambiental con sentido de pertenencia, participación y responsabilidad, lo que requiere un enfoque situado en el presente, vinculado al pasado y en función del futuro.

La problemática ambiental es un objeto complejo de conocimiento que solicita, no solamente la concurrencia de los saberes académicos, sino además la de los saberes populares. Esta múltiple visión es un planteo holístico que permitirá la re-definición de la misma.

El Museo, desde su rol de educador-facilitador, puede y debe diseñar políticas y estrategias tendientes a lograr soluciones -ya no sustentables sino autosustentables- para el desarrollo de la comunidad donde se encuentra inserto.

Participantes:

Angélica, Silvia	Argentina (este nombre es incorrecto ¿podrías verlo?)
Asouskis Curtis, Marlene	Brasil
Cinquini, Nora	Argentina
Fontineli, Jackeline	Brasil
Jarriet, Maria	Brasil
Larazin, Marco	Brasil
Patricio, Adriana	Brasil
Queiroz, Silvia	Brasil
Rodríguez García, Jessica	Brasil
Souza, María José	Brasil
Carnevale, Fabiana	Brasil
Vitagliano, Carol Edith	Argentina
Xavier, Andre Seabra da Silva	Brasil
Xavier, Marco	Brasil

MANIFESTO DE SANTA CRUZ

ANEXO 05

Rapport sur Un Voyage d'Études au Brésil – Colloque d'Itaipu, avril 1989

Hugues de Varine

RAPPORT

SUR

UN VOYAGE D'ETUDES AU BRESIL

Colloque d'Itaipu, avril 1989

ASDIC

Juillet 1989

SOMMAIRE

<i>Introduction</i>	2
<i>Note liminaire</i>	3
<i>Considérations générales</i>	4
<i>Quelques principes</i>	8

Notions de muséologie populaire

12

Suggestions diverses

26

Annexes

INTRODUCTION

J'ai été invité à me rendre au Brésil, et plus particulièrement à Paz de Iguazu (Parana), par la société "Itaipu Binacional", afin de prendre part à un ensemble d'activités d'observation et d'évaluation de l'écomusée d' Itaipu et à un colloque de muséologues brésiliens. Le voyage s'est déroulé du 1^{er} au 8 avril, le séjour proprement dit à Itaipu ayant lieu du 2 au 7.

Le tout a été organisé et accompagné par Dra. Fernanda de Camargo Moro, conseillère muséologique du projet de l'écomusée d' Itaipu.

Si pour la société invitante, le but de ma venue à Itaipu était d'observer et de réagir, dans le cadre réel de l'institution et du colloque, pour moi ce fut une occasion d'apprendre et de réfléchir à certains aspects de la muséologie et de l'action communautaire.

Le Brésil d'aujourd'hui est en effet sans doute un cadre idéal pour inventer des solutions muséologiques et muséographiques à des problèmes aigus de société, d'autant plus que le colloque d' Itaipu a montré qu'il y existe, de la part de certains muséologues, non seulement une conscience vive de leur responsabilité communautaire et sociale, mais encore une considérable capacité d'innovation dans la pensée et dans l'action.

Mon voyage faisait suite à de nombreux contacts par correspondance et à une visite à Itaipu réalisée en 1987, dans le cadre de la conférence Triomus de Rio de Janeiro. Il pouvait donc prendre en compte les changements intervenus depuis plus de deux ans, dans le projet.

Le texte qui suit, qui se veut seulement un ensemble de notes de voyage, constitue un témoignage et une contribution, modeste parce que très partielle, au travail collectif considérable entrepris par Itaipu Binacional, ses conseillers muséologiques et l'équipe de l'écomusée.

Je tiens à les remercier tous de leur accueil et de l'occasion qu'ils m'ont donnée d'enrichir mon expérience et ma réflexion sur le développement communautaire. Ma gratitude va tout particulièrement à Dr. Veiga Lopes, directeur de la coordination d'Itaipu Binacional et à Dra. Fernanda de Camargo Moro: à tous deux, je dédie ce travail.

Note liminaire

Tout ce qui suit est tiré des notes prises pendant le voyage, mais reclassées pour leur donner un caractère ordonné, Je n'ai pas cherché à effectuer un travail d'élaboration scientifique, ni de commentaire "a posteriori".

Ce travail est donc de nature essentiellement subjective.

La méthode utilisée a été la suivante; dépouillement page par page des notes prises "au vol", notation des mots clés et des idées sur des fiches, classement des fiches par thèmes, rédaction directe sur traitement de texte, relecture et correction.

Je sollicite donc l'indulgence du lecteur pour les erreurs matérielles ou d'interprétation que j'aurais pu faire, et qui pourront facilement être corrigées si l'on souhaite donner à ce texte un statut plus durable.

J'ai fait par ailleurs, largement en réaction aux leçons et aux impressions reçues à Itaipu, un projet de livre sur la muséologie communautaire qui, s'il se réalise, comprendra, à partir d'Itaipu et d'autres sites de la même importance, une réflexion plus nourrie et plus ordonnée sur ce thème.

CONSIDERATIONS GENERALES

Le monde a changé...

Le monde, aujourd'hui, est devenu complexe et interdépendant. La gestion de notre vie quotidienne fait appel à des techniques qui échappent complètement à l'individu ordinaire: celui-ci devient donc l'assisté de professionnels - de la politique, de la santé, de l'informatique, des transports, de la finance, etc.

Dans le même temps, est né un concept de culture, fabriqué également par des professionnels, par lequel ceux-ci choisissent et valident, dans le stock des productions matérielles et spirituelles de l'humanité, des objets, des valeurs, des comportements selon des codes qu'ils ont eux-mêmes préalablement définis et dont ils maîtrisent parfaitement les diverses manipulations.

Pour la communauté de base, tout se passe comme si elle était déchargée de toute nécessité de création: réduite à un ensemble de ratios et de moyennes statistiques, elle est administrée d'en haut, Malheureusement, ce système, qui pourrait annoncer un monde idéal, laisse de côté une forte minorité de personnes dans les pays riches et une forte majorité dans les pays pauvres.

Pour ces personnes, la survie quotidienne est la préoccupation principale, la technique est une dépendance, la culture est création perpétuelle de nouvelles solutions aux problèmes que lui posent la société et l'environnement.

... l'action communautaire est plus que jamais nécessaire. . .

Si elle porte sur des groupes opprimés, exploités, marginalisés, ou encore sur des territoires où

coexistent des communautés très différentes d'origine, de statut, de relation avec les systèmes de pouvoir, l'action communautaire doit notamment:

- dé-quantifier (dé-statistifier) et ré-humaniser les problèmes et leurs solutions,
- prendre en compte le milieu, non comme un tout, mais comme un ensemble de facteurs, à géométrie variable,
- - considérer l'individu sous ses différents aspects: prédateur (actif), consommateur (passif), aménageur (actif). conservateur (actif-passif),
- organiser la relation entre l'espace, qui appartient à tous, et le lieu qui n'appartient qu'à soi,
- susciter l'initiative et la capacité d'agir en sujet de son développement (conscientisation) , par l'éveil de la confiance en soi, qui comprend la conscience et la valorisation de l'identité culturelle, mais qui va bien au delà de cela,

. . . et le musée doit y participer

La mémoire, le patrimoine, l'héritage total de la communauté, de ses composantes et de ses membres, sont indispensables, parce qu'ils expliquent le présent et qu'ils constituent des matériaux pour la construction de l'avenir,

L'écomusée a été, et reste parfois (notamment dans le cas de celui d'Itaipu), une formule innovante qui prétend et peut répondre aux besoins de la communauté et servir d'instrument de développement.

Mais je préfère parler de musée communautaire, pour éviter les confusions avec les différents types d'écomusées (naturels, de parc, d'archéologie industrielle, de village...).

Un tel musée est rarement, du à l'initiative communautaire elle-même; comme dans le cas d'Itaipu, son fondateur est une entité publique ou privée (municipalité, entreprise, fondation); ou bien, c'est une personnalité-leader qui en donne l'idée et qui lance le projet.

Il faut alors se méfier de deux dangers: le paternalisme - même celui de l'Etat - qui recrée des rapports de dépendance et d'assistance; l'usure des leaders, tant par la fatigue que par la perte de crédibilité auprès de la communauté.

Le musée communautaire, par sa nature même, engendre des conflits, tant au sein de l'équipe technique, que dans la communauté; ces conflits peuvent être facteurs de blocage ou cause de progrès. Leur gestion nécessite une capacité de détection, d'interprétation, de négociation, de la part des responsables, qui ne peut s'acquérir que par la formation et la réflexion.

Ces conflits peuvent être internes ou externes, impliquer des membres de l'équipe technique, les responsables du musée, ses principaux partenaires, la communauté ou certains de ses éléments: ils sont des moments privilégiés d'éclaircissement de toutes les zones d'ombre du projet et d'approfondissement de la place de chacun et de ses compétences.

De là découle le caractère indispensable de l'évaluation: je parle ici de l'auto-évaluation assistée et permanente, c'est à dire du processus d'analyse critique, par les acteurs de l'action eux-mêmes, des objectifs, des méthodes, des pratiques et des résultats de cette action, avec l'aide d'un regard extérieur jouant le rôle de catalyseur,

Quel est l'avenir du musée, dans sa communauté ? Son caractère créatif, innovant, ne peut pas se

maintenir éternellement. Il convient donc d'admettre, dès le début, qu'il changera et qu'il s'éloignera progressivement de la pureté des intentions originelles. Ce changement peut prendre plusieurs directions:

- *la disparition pure et simple, par échec ou par achèvement de la mission initiale: il ne correspond pas ou plus à un besoin, ou il est mal adapté à son environnement communautaire, institutionnel, politique;*
- *l'institutionnalisation, soit sous sa forme innovante "normalisée", soit sous une forme classique "banalisée", qui est à la fois reconnaissance du fait et absorption dans un système établi;*
- *la renaissance avec de nouveaux objectifs, de nouvelles méthodes, de nouvelles personnalités, pour répondre à de nouveaux besoins, dans une communauté elle-même changée.*

Les aspects artistiques

Nous avons tendance à souvent confondre culture et art, patrimoine et production artistique, musée et musée d'art. Et nous croyons qu'il est essentiel au musée de contribuer à l'éducation esthétique de la population qu'il "sert".

D'autant plus que l'art, savant ou accepté par les savants comme ayant une valeur patrimoniale, est d'une manière générale l'expression socioculturelle d'une classe sociale dominante qui a les moyens politiques, matériels et intellectuels d'imposer ses choix et ses modes.

Le musée communautaire a pour devoir d'organiser la confrontation entre les arts de production locale et les arts d'autres origines, y compris, mais non pas exclusivement, les arts savants ou seulement reconnus.

Un accent particulier doit être mis sur les formes populaires de création fonctionnelle ou décorative, connues au Brésil sous le nom de "succata", ailleurs sous celui de "tanakè", qui constituent des expressions originales de l'adaptation de la communauté à son environnement et de sa capacité de réutiliser des matériaux hérités de la société industrielle et trouvés gratuitement dans le milieu,

Concernant les arts traditionnels liés à une filiation ethnique (indiens dans le cas d'Itaipu), le problème se pose au musée de l'interface entre la signification spirituelle de ces objets pour leurs créateurs et leur compréhension par un public se référant à d'autres codes. Je ne pense pas que l'on puisse se contenter de présentations occasionnelles ou éphémères: l'éducation du regard et de la conscience, comme les rapports profonds entre personnes de cultures différentes, exige la continuité d'une démarche de rapprochement dont une exposition temporaire peut être un moment fort, mais qui doit s'inscrire dans la durée.

QUELQUES PRINCIPES

Sur l'action communautaire

Ici, il ne s'agit pas encore du musée, mais de l'action communautaire en général, dont les principes naturellement s'appliquent au musée, dès lors que celui-ci décide de servir une communauté.

Tout d'abord, il ne peut y avoir de modèle. ni de recette, car les territoires, les populations, les caractéristiques culturelles ne sont pas identiques.

Il est ensuite nécessaire d'éclaircir les relations entre la communauté et son environnement, cela avant de pouvoir déterminer une partie des paramètres dont il faudra tenir compte pour établir un projet.

Ce projet devra être global, économique, social, culturel, intégrant d'une part ces différentes démarches, d'autre part les composantes de la communauté: espaces, groupes humains, contexte, usages...

La mobilisation populaire peut se faire sur un élément du patrimoine: un cas a été présenté a Itaipu concernant Campinas (sauvetage d'un ensemble industriel); on connaît d'autres exemples ailleurs, notamment en France (relance du développement de la Thiérache à partir de la sauvegarde des églises fortifiées par les communautés villageoises).

Le travail communautaire peut se faire à différents niveaux de territoire, à la condition de choisir le niveau pertinent au moment de l'établissement du projet: l'échelle, les moyens et méthodes ne pourront pas être les mêmes selon qu'il s'agit d'une ville ou d'un village, d'un quartier, d'un groupe de familles ou de maisons.

En milieu rural comme un milieu urbain, il existe plusieurs techniques, parfois complémentaires, de mobilisation et de conscientisation:

- *l'écoute active, qui suppose échange et dialogue,*
- *l'approche par l'observation et l'analyse critique des "faits divers". selon la méthode d'Arlindo Stefani,*
- *la provocation (voir la "Sala Memória" de Sao Cristovão),*
- *l'action-prétexte, par laquelle le groupe est incité à mener une action, non pour la réussir mais pour tester sa capacité d'initiative et de création. .*

La recherche est une composante essentielle de l'action communautaire: sur la communauté, sur ses relations à son environnement, sur son patrimoine matériel et immatériel, sur les méthodes à employer, sur la prospective, etc. Mais cette recherche qui s'applique à de la matière vivante ne peut être laissée à la discrétion des seuls chercheurs professionnels. Elle pose donc deux problèmes graves:

- *comment associer de façon totale et responsable les membres de la communauté, en raison de leurs propres compétences et de leur intérêt personnel dans le sujet et le résultat (conséquences opérationnelles) de la recherche ?*
- *comment restituer les résultats à la population de manière à ce qu'ils puissent s'en emparer et les mettre à profit comme matériaux du développement ?*

Ceci s'applique évidemment à la collecte scientifique d'objets, de traditions, de données, qui souvent sont détournés du terrain pour servir à des institutions extérieures, voire a des carrières personnelles.

Le musée (ou l'exposition) n'est pas le seul instrument au service de la communauté et de son développement: il doit être un outil parmi d'autres, qui sera choisi en fonction de la nécessité. A d'autres moments, sur d'autres sujets, dans d'autres communautés, d'autres méthodes ou langages devront être employés.

Le musée

Il s'agit, pour moi, d'un processus, et non pas d'un "établissement". Ce processus, s'appliquant au développement d'une communauté humaine sur un territoire donné, ne peut être qu'intégral, selon l'expression créée lors du colloque de Santiago (1972). Il est donc complexe, adapté à une multitude de facteurs provenant de l'intérieur (endogènes) et de l'extérieur (exogènes) de la communauté, évolutif, dynamique.

Il établit un nouvel ordre de choses entre l'homme et le groupe humain (communauté), son passé, la nature, la technique, le monde extérieur. Il est par son contenu une banque de données, par son action un interface avec la vie moderne,

En présentant la nature (dimension écologique), le musée tente d'établir des relations de coopération, et non d'antagonisme, entre la communauté et son environnement.

En sauvegardant et en présentant la culture matérielle (dimension anthropologique), il maintient la continuité de l'histoire de l'homme dans un monde qui avance par sauts et mutations,

Il est une réponse à la préoccupation mentionnée plus haut, celle d'une restitution utilisable des fruits de la recherche au profit de la communauté (dimension d'interprétation),

Il peut enfin jouer le rôle d'atelier de construction de projets, par la communauté, pour la communauté, et d'observation/évaluation du changement dans la communauté, et dans le monde qui l'entoure (dimension de catalyse).

Le musée dispose d'un langage, celui de l'exposition qui peut être utilisée seule, en dehors de l'institution, dans celle-ci ou en relation avec celle-ci. On oublie trop souvent, dans le milieu de la muséologie, de traiter l'exposition comme un média en soi.

Des musées

Le mot musée a été tellement galvaudé depuis des années qu'il ne peut suffire à décrire le processus mentionné ci-dessus. De même l'écomusée n'a été qu'un moyen illusoire de remédier temporairement à cette dérive dont il a ensuite souffert,

De toute manière, il faut distinguer soigneusement le musée de la collection: un musée peut ne pas posséder de collection significative et le musée communautaire, par définition, s'appuie sur l'ensemble de ce qui existe sur son territoire, sans nécessairement avoir une politique ou des moyens d'acquisition.

Il ne faut pas non plus confondre le musée avec la discipline "académique" qui encore trop souvent le qualifier le musée communautaire est global et utilise toutes les disciplines pour remplir ses missions.

Dans la catégorie des musées communautaires, on peut proposer des sous-catégories, qui conditionnent une grande partie de leur formation et de leur évolution:

- *certains sont créés sur des zones normales, urbaines ou rurales (la Haute-Beauce, Totten, Le Creusot première manière): ils visent à faire des habitants des acteurs du développement;*
- *d'autres couvrent des zones en crise (Seixal, Fourmies, Montréal—Centre Sud): ce sont des instruments de lutte d'une population victime de circonstances;*

- *d'autres enfin cherchent à compenser l'impact soudain, culturel et naturel, de grands chantiers sur une large zone comportant des communautés multiples (Itaipu).*

Dans tous les cas, les responsables et les muséologues-conseil doivent soigneusement distinguer entre l'idéal, le réel et le possible. L'idéal est ce qui est déterminé à distance, selon une théorie: c'est un bon départ, à condition de ne pas s'y accrocher de façon dogmatique. Le réel est le projet élaboré au plus près du terrain, en fonction de ce que l'on sait des caractéristiques de celui-ci, des besoins de la ou des communautés, des exigences et contingences de la personne ou de l'organisme qui prend l'initiative. Le possible, est ce que devient le projet après confrontation avec la pratique, abandonnant le plus souvent une partie de ses objectifs ou les reclassant dans un ordre de priorité ou dans une chronologie différents,

Une autre classification commode des musées pourrait être pratiquée en fonction de leur tendance dominante; musée-silo (collection d'abord), musée-interface (communication d'abord), musée-laboratoire (recherche d'abord).

On distinguera en outre les musées en fonction de l'origine du projet:

- *communautaires proprement dits, comme les musées scolaires mexicains, ou le musée agricole de Fermentões (Portugal), lorsque l'origine est réellement endogène;*
- *de service communautaire, comme Itaipu, lorsqu'une institution extérieure en prend à l'origine la responsabilité;*
- *professionnels, comme Toten, lorsqu'ils sont créés dans le cadre d'une politique muséologique nationale, régionale ou locale. Tout le problème est alors de savoir comment ils évoluent et comment ils sont pris en compte par ces trois types de partenaires qui doivent en tout état de cause coopérer pour assurer le succès du projet.*

Quelle légitimité?

Il n'est pas important de définir l'écomusée (celui d'Itaipu), ou le musée communautaire, comme je préfère l'appeler. Cela ne pourrait mener qu'à des querelles byzantines, Par contre, il faut élaborer un projet, donc un discours, et ensuite le traduire en termes concrets, c'est à dire faire ce qu'on a dit.

Puis, il faut donner à ce musée d'un nouveau type sa légitimité auprès de la communauté, du système réglementaire culturel en vigueur, de la profession muséale et des milieux scientifiques. C'est une question de sérieux, de qualité, de professionnalisme, de continuité.

D'où la nécessité de former les responsables salariés et militants de ces musées, et toutes les personnes qui participent à son action, en ce qui concerne tant la muséologie que le travail communautaire.

Le site de Foz de Iguazu / Itaipu me paraît, par ses caractéristiques, un excellent endroit pour offrir ce genre de formation: diversité des communautés, des situations et des formes d'action, qualité des intervenants, capacité d'accueil, proximité de plusieurs pays, etc.

NOTIONS DE MUSEOLOGIE POPULAIRE

Une nouvelle branche de la muséologie

La muséologie populaire (ou communautaire) est en train de devenir, sous ce nom ou de façon spontanée et non codifiée, une discipline à part entière. Maude Céré, au Québec, l'enseigne dans les villes et les villages. Le colloque d' Itaipu et les activités qui l'ont entouré étaient, en quelque sorte, un premier essai, au Brésil, pour aller dans la même direction.

Il serait certainement utile d'aller plus loin et de faire connaître la nécessité et la faisabilité de la promotion d'une telle discipline: contenu, pédagogie, références, lieux et modes d'application, etc.

Dans le même sens, une collection de publications multilingues pourraient être lancée sur le développement communautaire, avec la participation de personnes de diverses origines; la muséologie populaire y trouverait sa place, soit dans chaque livre au titre de moyen de communication, soit dans des ouvrages spécialement dédiés à cet aspect.

Quelques fonctions et missions du musée

Nous avons déjà abondamment répété que le musée était un instrument potentiel du développement communautaire,

Il peut être fait pour la communauté, mais alors attention à la version "acte de contrition" ou "alibi" qui vise à atténuer la culpabilité d'un pouvoir qui a des choses à se reprocher vis-à-vis de cette communauté.

Il peut aussi être un produit de la communauté et de sa décision, émaner de ses forces vives.

Dans tous les cas, il doit la servir, susciter son initiative et son autonomie de décision, ou sa participation intelligente à la décision.

Révéléateur de la communauté à elle-même, il est aussi une fenêtre et une porte ouvertes sur l'extérieur: fenêtre pour regarder et connaître, porte pour sortir de chez soi et participer à ce qui se passe en dehors, mais aussi pour laisser entrer le reste du monde chez soi.

Le musée est un explorateur des choses et clés gens, un détecteur des ressources et des malaises de la communauté. C'est ainsi que l'écomusée d'Itaipu a permis de repérer et de signaler l'apparition de la malaria dans le nord de son territoire, et de découvrir l'existence d'une colonie à fortes tendances nazies dans un autre secteur.

Un rôle culturel

C'est ainsi que le musée peut adapter, simultanément ou successivement deux attitudes par rapport à la communauté (aux communautés diverses dans le cas d'Itaipu): l'information sur la communauté ou en direction de la communauté (observatoire, enquêtes participatives): ou bien l'action de développement, par des expositions, des initiatives (la fête du 2 avril, ou bien celle du Centre communautaire de Vila C).

Le rôle de communication qu'il assume appelle le musée communautaire à innover sans cesse, à inventer de nouvelles formes de convivialité et de participation, ouvertes à tous.

Il est alors une fois de plus un interface, cette fois entre la culture orale, qui est celle de la majeure partie de la communauté, et la culture écrite qui est celle de la société environnante,

Un rôle naturel

Face à l'environnement naturel, qui est le cadre de la dimension physique du développement, le musée doit faire comprendre et maîtriser non seulement la connaissance, mais encore l'usage, expliquer ce qui est fait en matière d'exploitation (forestière par exemple) ou de transformation (cas du barrage).

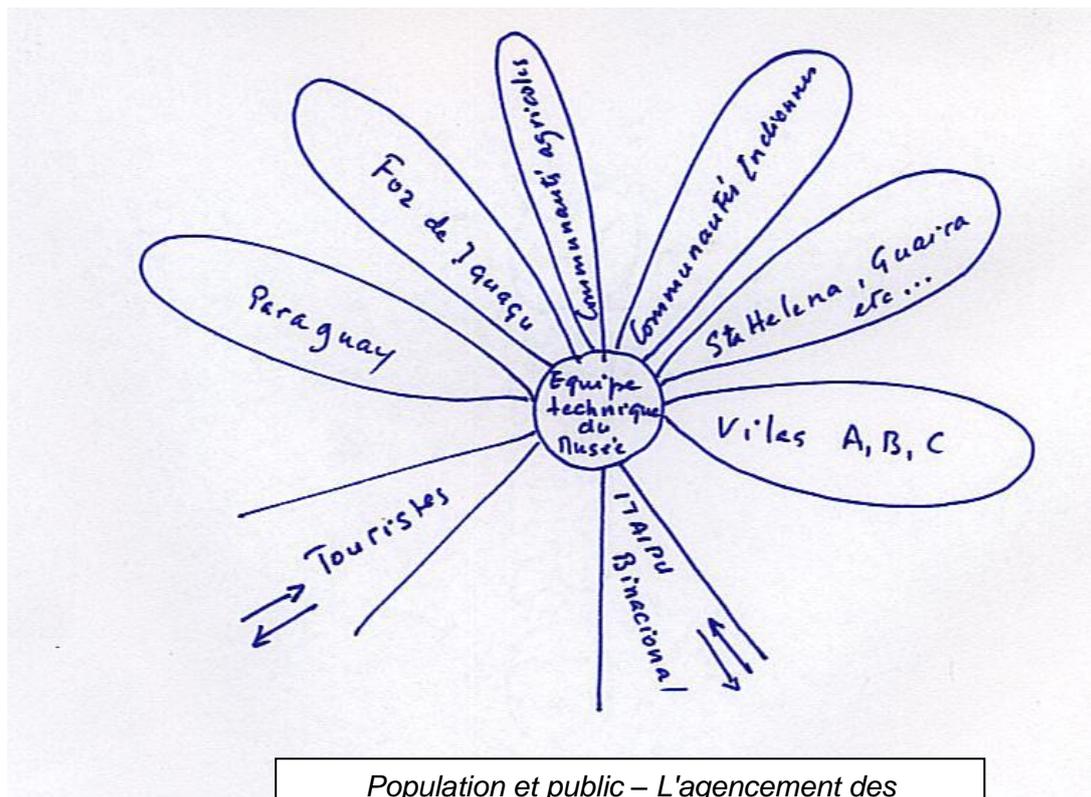
L'exemple de ce qui s'est passé dans les années 70 au Sénégal, lors de la mise en œuvre du Parc National du Niokolo, où des experts français ont fait adopter des règlements sortis de théories écologiques ne tenant pas compte de l'histoire, des habitudes animales et humaines locales, peut servir d'argument "a contrario". La suppression des brûlis a entraîné la révolte des habitants et la mort de nombreuses bêtes, faute de pâturage, tandis que les lions importés vivants des zoos français étaient incapables de survivre dans les conditions de la vie sauvage.

Itaipu est à ma connaissance le lieu le plus avancé dans la réflexion sur ce thème, même si, de façon remarquable, les objectifs fixés à l'écomusée par les responsables d'Itaipu Binacional ont profondément changé depuis ma première visite, mettant maintenant au premier plan les préoccupations sociales, sans pour autant abandonner les aspects écologiques.

Des publics aux populations

Un musée habituel a un ou plutôt des publics: chercheurs, amateurs, scolaires, étudiants, touristes. L'écomusée d'après la théorie élaborée depuis 1972, et plus nettement encore le musée communautaire, sert une population. Dans le cas d'Itaipu, il s'agit même de plusieurs populations très diversifiées, auxquelles viennent s'ajouter des publics. Ce sont ces populations qui forment à la fois les communautés présentes sur le territoire et "la" communauté globale à laquelle s'adresse le Musée et qu'il doit représenter.

Nous rencontrons là une extrême complexité (voir schéma), d'autant plus que chaque communauté se subdivise en groupes spécifiques (quartiers, ensembles socioprofessionnels, classes d'âge, etc.) dont les attentes et les attitudes sont différentes. Même s'il est impossible à une muséologie du possible (voir plus haut) de servir en même temps tous ces secteurs de la population, il est du ressort de la muséologie du réel d'y tendre et de leur donner un minimum de satisfactions.



Une catégorie de membres de la communauté a été citée comme devant recevoir une attention particulière: celle des "superdotados", de ces enfants possédant une intelligence ou une capacité d'apprendre particulière qui, de par leur appartenance à une famille et à un groupe social défavorisés, ont peu de chance d'utiliser leurs dons au maximum de leurs possibilités. Le Musée, pense-t-on, peut leur offrir une autre chance et des moyens d'apprendre et de progresser intellectuellement. Encore faut rechercher comment: méthodes, moyens, langage.

Cette pédagogie extrascolaire pourrait s'appliquer également aux handicapés mentaux (inconscientes) et à des quantités de personnes "ordinaires" qui éprouvent des difficultés avec les systèmes classiques d'apprentissage.

En dehors de la communauté, on trouve les touristes qui forment, eux, un public. Ce sont des consommateurs quasiment professionnels, qui viennent au musée pour consommer de la culture ou trouver de l'information. Il faut, de toute évidence, leur faire acheter le service ainsi rendu, en l'assortissant de produits complémentaires répondant à leur demande et adaptés à leur qualité de public étranger à la communauté, donc ne possédant pas les codes implicites des habitants du lieu.

On peut aussi, naturellement, distinguer entre le touriste motivé et le touriste moutonnier, de manière à se rapprocher encore plus d'une utilisation optimale du musée.

Les acteurs

C'est volontairement que je parle ici d'acteurs, et non pas seulement de personnel du musée. Il semble en effet qu'à Itaipu comme dans d'autres musées communautaires le personnel ne soit pas le seul acteur.

Les décideurs

Ce sont les responsables de Itaipu Binacional et, au premier rang, Dr, Veiga Lopes, Ils ont pris la décision et le risque de susciter un projet, puis d'en modifier les objectifs, passant de la protection de l'environnement naturel à l'intervention sociale,

Il me paraît essentiel de continuer à les associer à chaque étape de la vie du musée et de les considérer non seulement, comme des financeurs, mais encore comme de véritables acteurs, qui peuvent apporter des compétences, une prospective, des vues politiques, une cohérence avec l'évolution des projets industriels, etc.

Il doit également y avoir un effet d'échange de formation entre les muséologues et muséographes d'une part, l'encadrement de la compagnie d'autre part. Cet effet peut contribuer à modifier de façon significative les décisions tant techniques que muséologiques des partenaires.

L'assiduité du Dr, Veiga Lopes aux réunions du colloque a été remarquée, mais on peut regretter l'absence d'autres membres du personnel d'encadrement d'Itaipu Binacional.

Les Initiateurs

Ici, il s'agit d'une part de ceux ou celles qui ont été ou sont encore responsables de la conception, de l'orientation et de l'auto-évaluation du projet: Fernanda de Camargo Moro, Lourdes Novaes. On peut aussi classer dans cette catégorie ceux ou celles qui ont été impliqués dans les premières phases du travail et dont le rôle a été déterminant, comme ce fut le cas de Jurema à Itaipu.

Sur d'autres sites, on retrouve ces personnages, en quelque sorte charismatiques, parfois exclus (au personnage de Jurema correspondent au Creusot celui de Jo Lyonnet, dans la Haute-Beauce celui de Maude Céré, qui disparaissent après peu de temps pour diverses raisons, non sans avoir marqué durablement le projet).

Ils jouent un rôle d'inspirateurs, de formateurs, de référence. Ils ne doivent pas nécessairement être à l'intérieur de l'équipe technique et scientifique du musée, mais avoir sa confiance. Ils sont aussi des relais vers l'extérieur, des apporteurs d'information et d'imagination lorsque le personnel de l'intérieur risque de se scléroser.

Ils sont également des intermédiaires entre les décideurs et les professionnels.

L'équipe technique

Elle constitue la "communauté" centrale du musée et doit fonctionner réellement de façon communautaire. Ses membres peuvent (ou devraient dans toute la mesure du possible) appartenir à des groupes ou à des sous-groupes de la ou des communautés servies par le musée. C'est actuellement le cas à l'écomusée d'Itaipu, où les "vilas" du chantier sont représentées ainsi que diverses catégories de la population de Paz de Iguçu.

Il faut cependant relativiser cette notion car il sera toujours impossible de représenter tous les secteurs de la communauté, surtout lorsque l'espace géographique est aussi grand que la zone du barrage.

Quoiqu'il en soit, et ce fut aussi l'expérience du Creuset, de Seixal, de la Haute-Beauce, ce personnel recruté en majorité sur place n'a pas la formation professionnelle initiale requise par le travail d'un musée. Cela n'a guère d'importance dans la mesure où il s'agit d'un musée hors-normes, mais il faut prévoir une formation permanente, à la fois théorique et pratique, sur le tas et sur d'autres sites.

Ce personnel doit savoir tout faire, tout partager, donc acquérir une vraie polyvalence, et une complémentarité. Cela suppose une conception nouvelle de la hiérarchie indispensable à toute structure organisée: chacun est successivement chef (quand sa spécialité et sa fonction sont concernées) et subordonné (quand il participe à l'activité relevant d'une autre spécialité).

Le directeur

J'ai été frappé, tout au long du colloque, par la qualité de l'expression des membres de l'équipe de l'écomusée, preuve de leur aisance et de leur maîtrise des sujets traités. Comme on dit en France : "ce qui se conçoit bien s'énonce clairement et les mots pour le dire arrivent aisément".

La qualité et l'harmonie du travail de l'écomusée avec la communauté dépend naturellement du directeur, qui s'avère être un des problèmes majeurs à Itaipu. Peut-on imaginer une direction collective (utopie de l'autogestion), ou bien faut-il désigner quelqu'un d'extérieur à l'équipe (un muséologue professionnel ou un cadre supérieur de la Compagnie ?), ou encore est-il préférable de confier l'écomusée à un administrateur de qualité, laissant les questions de muséologie et de muséographie ainsi que le travail communautaire à l'équipe technique ?

Quoiqu'il en soit, il n'est pas possible de se passer d'un leader, à la fois animateur de l'équipe et responsable devant le décideur (Itaipu Binacional ici, mais municipalité ou Conseil d'Administration ailleurs).

Le muséologue

Dans un musée communautaire, et au sein de l'équipe technique, c'est à la fois:

- un chercheur avec la communauté,
- un catalyseur de la créativité de la communauté,
- un interface entre la communauté et les autres entités (Itaipu Binacional, ou une municipalité, ou une administration...)

Il réalise le Projet et les projets du musée, ainsi que ceux qui émanent de la communauté .mais qui ne prennent pas nécessairement place dans le musée. Il anime les interventions de la communauté et dans la communauté. Il est un facteur de créativité.

C'est aussi évidemment un muséologue classique, qui possède et maîtrise les différents aspects de sa discipline et de la muséographie, en étant capable de les transposer en termes communautaires et de les transférer à d'autres.

Il est modeste dans ses prétentions professionnelles et sait faire appel à l'expertise d'autres personnes, soit disponibles sur place, soit à aller chercher à l'extérieur,

Les membres de la communauté

Ils peuvent être membres de l'équipe technique, associés occasionnels (sur des projets particuliers), professionnels exerçant leur métier dans la communauté mais en dehors du musée (travailleurs sociaux, enseignants, chefs d'entreprises, fonctionnaires...), militants et coopérants bénévoles. Ils émanent de la communauté, sans pour autant en être mandatés, mais ils jouent un rôle essentiel de communication, de lien avec la population;

- faire circuler l'information,
- servir de relais associatif et faire bénéficier le musée de leur expérience et de leurs réseaux de relations,
- susciter et aider la création d'activités,
- récolter des objets, des données,
- créer des antennes décentralisées,
- observer les tendances et les événements (les "faits divers").

Un modèle pour ce type d'implication réciproque de la communauté et du musée reste le musée du Niger à Niamey (période des années 60).

Il y a aussi des dangers à ces pratiques, dont il faut être conscient: notabilisation du musée, luttes d'influences, récupération du pouvoir délégué par le musée à des fins personnelles, etc.

Les antennes

Un musée-bâtiment, tout seul sur un territoire vaste et dans une communauté multiforme, n'a pas de sens. C'est toute la communauté qui constitue le musée, avec des lieux particuliers d'action et d'animation, sortes de foyers museaux, appelés antennes (nœuds).

La théorie des antennes est encore à faire et je suggère que chacun des musées communautaires s'y efforce, à commencer par Itaipu, en fonction de sa structure propre et de ses besoins. Voici quelques indications et propositions.

On peut envisager trois types de cas, pour la création de ces antennes:

- cette fonction est donnée à un organisme, une institution, un musée existant, par exemple le musée-jardin -zoologique qui existe sur le versant paraguayen d' Itaipu, de manière à intégrer le plus grand nombre possible de points d'intérêt spécialisé ou local, sur le territoire, dans le réseau des antennes;
- le musée accueille et labellise ainsi des initiatives locales, notamment associatives, émanant de communautés particulières (comme "La Mine et les Hommes" à Blanzay, près du Creusot);
- le musée crée lui-même, avec la population locale, des antennes là où il estime devoir intervenir, mais où l'initiative communautaire est impossible ou n'existe pas encore. De toute manière, le musée doit avoir un plan cohérent et raisonné de décentralisation et de création d'antennes, suffisamment flexible pour s'adapter à l'initiative, mais aussi suffisamment structuré pour permettre une planification, la mobilisation de moyens, le recrutement et la formation du personnel correspondant..

Certaines antennes peuvent être autonomes, d'autres dépendantes avec un statut d'autonomie, pour que la population et la communauté concernées ne soient pas dépossédées de leur lieu

culturel.

Une autre classification possible distinguerait le noyau central, les antennes communautaires, les antennes spécialisées, le tout regroupé dans un réseau coopératif. Cette notion de coopération est importante; chaque antenne doit contribuer à l'ensemble et en être aidé. À Itaipu, deux problèmes se posent:

- *comment servir efficacement, de Foz de Iguaçu qui est au Sud de la zone et au Brésil, aussi bien Guaira au Nord que le Paraguay à l'Ouest, ou les micro-communautés à l'Est (exemple la demande de Sta Helena) ?*
- *avec quels moyens en personnel, en déplacements, en équipements locaux, en formation ? actions prétexte ? muséobus ?*

Les partenaires

Instrument de développement communautaire, le musée a besoin de coopérer également avec des partenaires nombreux, aussi bien dans sa discipline qu'en dehors, à l'intérieur de son territoire comme en dehors de lui.

Avec les autres musées, ce partenariat est évident et a été bien illustré par le colloque d'avril 89 à Itaipu, comme par la visite sur ce site de quelques participants de Triomus en 1987. Les musées de la région, de l'Etat, du pays, de la zone linguistique ou culturelle sont un facteur de complémentarité professionnelle et scientifique, ainsi que d'ouverture sur l'extérieur (échanges d'expositions, de données, d'expériences).

De même sont partenaires potentiels les professionnels qui ont un niveau, des vocations comparables (missions universitaires par exemple): pour la recherche, le savoir-faire, ils peuvent apporter au musée et à sa communauté au moins autant de services qu'ils en recevront. Un accord pourrait être passé entre l'écomusée d'Itaipu et la Société Nationale d'Agriculture, pour la création de jardins familiaux ou de cours populaires d'horticulture,

Hors de sa spécialité, le musée doit absolument coopérer avec tous les autres instruments communautaires de développement, afin, d'assurer une complémentarité aussi parfaite et fructueuse que possible, en évitant les double-emplois, la concurrence et les pertes d'énergie.

Le rôle de l'Eglise, ou plutôt des Eglises, et des autres institutions ou mouvements bénévoles ou professionnels à vocation communautaire est important et doit donc être pris en compte par le musée. Ainsi à Itaipu la visite de la mosquée a permis de découvrir des possibilités importantes d'échanges et de coopération.

De même les centres communautaires des "Vilas" A et C m'ont paru des relais essentiels du travail du musée et de l'information auprès de communautés autrement difficiles d'accès car assez fermées par leur conception urbanistique elle-même.

Les collections

Ici encore, la théorie des collections, et de la collecte d'objets, en matière de musée communautaire, est à faire. Ce musée n'est pas un "conservatoire", ni un "trésor", du moins tant que la communauté

n'éprouve pas le besoin de se doter de ce type d'institution. Il faut donc se poser un certain nombre de problèmes de fond:

- *quel est le sens de l'objet et de la collection pour le musée communautaire: valeur économique, scientifique, culturelle, sentimentale, matériau pour une création individuelle ou collective ultérieure ?*
- *qui doit en être le propriétaire: le propriétaire naturel, la communauté, la collectivité (municipalité, entreprise, par exemple), une institution, déléguée comme le musée ou l'une de ses antennes ?*
- *quel usage doit ou peut en être fait: recherche, conservation, présentation permanente ou occasionnelle, vente ou échanges, pédagogie, ... ?*

Il est bon que l'équipe technique du musée et ses principaux partenaires se posent ces problèmes, explicitement, de temps à autre, de manière à adopter une attitude consciente et concertée. Ceci d'autant plus que qui dit collecte ou acquisition, ou conservation d'un patrimoine, dit choisi: quels sont les critères à utiliser, objectifs, subjectifs, externes, etc. ? Qui doit avoir la responsabilité de décider des critères, et d'effectuer les choix ?

L'immense majorité des objets ou documents utilisables par le musée se trouvent en dehors de celui-ci, soit dans la nature, soit en possession de particuliers ou d'institutions. Il faut les inventorier (tâche permanente du musée, en raison du nombre pratiquement illimité des éléments à prendre en compte), les étudier un minimum, en assurer une certaine reconnaissance, de manière à éviter leur destruction sans raison.

Certains objets doivent rester in situ, pour leur valeur d'usage, d'autres également pour leur valeur sentimentale, même lorsqu'ils ont perdu toute utilité. Par contre, les objets "morts", qui n'ont plus ni valeur d'usage, ni valeur sentimentale, peuvent, selon les cas, soit être consommés ou détruits, soit être acquis par le musée ou une de ses antennes, en vue de leur "stérilisation" et de leur mise à la disposition collective de la communauté et des usagers en général.

Les documents et objets destinés à appartenir au musée constituent une banque de données et d'objets, selon trois modes de décision:

- *ils sont désignés par la communauté (consensus) comme des "monuments" à conserver et à mettre en valeur, parce que représentant la communauté ou l'une de ses composantes;*
- *ils sont désignés par un individu, sous la forme d'un don ou d'une proposition d'acquisition à titre onéreux;*
- *ils sont désignés par les professionnels du musée comme indispensables au bon fonctionnement de l'institution, en raison de son programme et -de ses objectifs.*

Mais comment le personnel du musée doit-il se comporter devant les objets offerts par des particuliers, dont le nombre doit normalement croître avec la notoriété de l'institution et son implication dans la vie quotidienne de la communauté ? Il ne faut pas oublier que ce sera l'une des activités normales du musée et de son équipe technique, que de régler ces problèmes, comme une des relations normales de coopération avec la population.

Le musée étant souvent identifié avec le musée d'art, il peut être utile de proclamer bien haut que le musée communautaire, comme c'est le cas à Itaipu, considère comme équivalant à une oeuvre d'art tout objet qui possède ou pourrait posséder une signification exceptionnelle pour la communauté ou pour l'une de ses composantes, car il en exprime l'âme, profonde et la créativité, cela en dehors même de toute connotation esthétique,

La présentation

L'examen des expositions et clés modes de présentation à l'Écomusée d'Itaipu m'a permis de penser à nouveau aux différents modes d'exposition. D'abord, comme il a été dit déjà, il ne faut pas confondre le musée (institution qui utilise l'exposition comme langage) et l'exposition qui peut parfaitement constituer une expression à elle toute seule.

L'exposition temporaire, ou isolée, doit être comprise seule par les membres de la communauté, ou un public spécifique, où qu'elle soit installée. Il semble indispensable d'en limiter au maximum la taille et le nombre de composants.

*L'exposition permanente ou semi-permanente ("évolutive", selon la terminologie de G. H. Rivière) **est le musée**: elle se compose de l'espace, aménagé ou non, des antennes, du paysage, du patrimoine mobilier ou immobilier in-situ, y compris traditions et savoir-faire, du barrage, etc... et de parties plus organisées, comme des commentaires, des explications, des interprétations (voir les centres d'interprétation québécois).*

Les réserves exigent une autre sorte de présentation, moins sophistiquée, mais qui permette de restituer la totalité de ce qui constitue le musée à sa population/communauté. C'est l'un des attraits de l'Écomusée d'Itaipu que d'avoir volontairement rendu tout ce qu'il détient accessible à tous. C'est aussi ce qui distingue l'Écomusée ou le musée communautaire du musée-conservatoire classique où les réserves appartiennent aux espaces "privés" ou au "musée-laboratoire" (toujours dans la terminologie de G.H. Rivière), ce qui nécessite l'adjonction d'une galerie d'étude, comme au Musée des ATP à Paris, entraînant une nouvelle sélection arbitraire de la part du personnel scientifique.

Le mode de présentation, avec tous ses éléments (objets, mise-en-scène, textes, audiovisuel...), doit rendre l'exposition accessible et compréhensible. Mais pour qui ? J'ai moi-même constaté que je ne pouvais pas comprendre un panneau relatif à la géologie du bassin du Parana: sur ma remarque, il m'a été répondu que tous les membres de la communauté pouvaient aisément le comprendre, car il faisait référence à des notions apprises par tous les brésiliens dès l'école primaire.

Cela m'a amené à distinguer entre la compréhension par la communauté. en fonction de ses connaissances acquises et de sa propre expérience, qui constituent nécessairement la base de l'exposition elle-même, et la compréhension par le public "étranger", à qui il est nécessaire de donner, mais peut-être seulement verbalement, des explications complémentaires, qui peuvent justifier un service supplémentaire payant (visite guidée). Je ne pense pas que l'Écomusée d'Itaipu ait encore bien réfléchi à cette possibilité d'autofinancement et de démultiplication de ses services.

L'exposition sur les indiens pose d'ailleurs un autre problème, celui du rapport entre les objets locaux et les objets d'ailleurs, lorsqu'ils ne sont pas de même importance, et aussi entre objets authentiques et documents d'interprétation (comme les peintures exposées). Attention aux malentendus.

La communication

On a vu que le musée communautaire était un instrument du développement, dont la muséologie populaire forme la base théorique. L'exposition est son langage, la muséographie est, sa grammaire. Que l'on parle d'action éducative et culturelle ou de communication, le musée offre un variante de

l'éducation informelle, réciproque, destinée à la communauté et surtout aux groupes les plus défavorisés auxquels l'école et les institutions de la culture savante n'apportent que peu d'outils directement maîtrisables.

Lors de la préparation du colloque Unesco de Santiago, en 1972, Paulo Freire avait offert de réfléchir à l'adaptation de sa méthode de conscientisation au musée (application de la théorie de l'éducateur/éduqué, par exemple). Pour des raisons politiques, à l'époque, son offre n'avait pas été retenue, mais l'idée mériterait sans doute d'être reprise.

Car le musée comme moyen de communication communautaire exige l'écoute, l'échange et la participation. C'est aussi un moyen, déjà souvent relevé, d'attraction des parents par l'intermédiaire des enfants, plus facilement amenés au musée ou qui peuvent prendre part à ses activités.

Ma théorie de l'action-prétexte, comme mode d'éveil de la confiance en soi et de la capacité d'initiative, s'applique également particulièrement bien au musée dans la mesure où l'exposition est sans doute l'une des actions-prétexte les plus utilisables.

Un exemple pourrait être de donner à la suite d'un concours public, des noms aux trois "vilas" et à leurs rues et places, ce qui permettrait également une cérémonie médiatique,

Les moyens

Ils n'ont malheureusement pas été abordés clairement à Itaipu pendant le colloque. Je le regrette, La raison en est peut-être que la responsabilité financière de Itaipu Binacional est totale, ce qui réduit, sinon les préoccupations matérielles de l'équipe du musée, du moins sa capacité de les exprimer.

Or il me semble essentiel pour le musée de diversifier ses sources de financement, l'origine de ses personnels, son approvisionnement en matériel. A mon sens, trois sources de moyens devraient coexister, dans un certain équilibre:

- *l'auto-financement, par la création d'activités rentables, par exemple en direction des touristes,*
- *le financement privé, de commanditaires comme Itaipu Binacional ou de mécènes plus désintéressés.*
- *les financements publics, de l'Etat et des collectivités locales.*

Si l'une de ces sources de financement est temporairement dominante, il est souhaitable de réduire les déséquilibres dès que possible, de manière à conserver un minimum d'indépendance,

Le bâtiment du musée central et celui des antennes sont des cas à part. Leur statut est particulier, car ils doivent être non seulement un espace fonctionnel, mais encore représenter un objet communautaire, ayant une signification. Le cas de l'édifice central du musée d'Itaipu, comme le château de la Verrerie au Creusot, comme aussi l'usine Nestlé de Toten ou le presbytère de St Evariste en Haute Beauce en sont des exemples.

SUGGESTIONS DIVERSES

Cette visite, même rapide, et surtout les débats du colloque d'Itaipu m'ont donné quelques idées, pas forcément liées à l'écomusée, que je propose ici, sans développements,

*** L'activité commerciale du Musée**

En direction du marché touristique, national et international, le musée devrait se charger de l'ensemble des activités organisées à l'intention de ses visiteurs, qui ne concernent ni les chutes de l'Iguaçu, ni le trafic transfrontalier lié aux marchandises hors-taxes.

Cela pourrait comprendre:

- *l'organisation de visites au barrage et la découverte de la nature (forêt, lac, etc.),*
- *des excursions dans la région, jusqu'à Guaira, avec visite des antennes de l'écomusée,*
- *le guidage au musée proprement dit,*
- *la vente de documents, d'objets-souvenirs, de produits de l'artisanat des indiens, à condition de vendre des choses différentes et de meilleure qualité que les bazars à touristes existants.*

Les agents (rémunérés) de cette activité seraient des vendeurs, des guides, des accompagnateurs fournis par l'écomusée, formés par lui, rémunérés par lui. Un véhicule de transport en commun avec chauffeur permettrait en outre de s'affranchir de la tutelle des compagnies de transport privées,

Une structure juridique autonome devrait sans doute être créée qui aurait concession de l'ensemble et réserverait ses bénéfices au musée.

*** La réserve des trois frontières**

Un accord international devrait permettre de créer, sous autorité scientifique indépendante, une réserve naturelle-zone franche couvrant l'ensemble du paysage du confluent Iguaçu-Parana. Sinon il y a fort à craindre que l'accroissement du trafic touristique ne finisse par dégrader gravement ce site peut-être encore plus exceptionnel par la diversité de ses aspects, que les chutes.

*** Développement local à Guaira**

Il semble que les pertes entraînées à Guaira dans le domaine du tourisme par la création du barrage exige, non pas tellement une action muséologique, mais surtout une politique globale et dynamique de développement économique local, destinée à recréer des ressources pour la population et pour la ville.

L'écomusée et Itaipu Binacional pourraient ensemble apporter une aide à la ville et à ses forces vives pour faciliter la recherche, la gestation et la réalisation d'une telle politique. Cela aurait l'avantage de démontrer qu'un musée est à même de se préoccuper aussi des priorités non-culturelles qui s'imposent localement (voir les actions menées par l'écomusée de Toten à partir d'une friche

industrielle).

*** Projet de "colloques de Carimã"**

Le colloque de Santiago n'a pas réellement eu de suites en Amérique Latine, du moins au plan de la réflexion. Le Brésil est particulièrement bien placé pour aller plus loin dans la réflexion en prenant comme base les constats et les intuitions de Santiago.

Ce pourrait être l'objet de "colloques" périodiques tenus dans l'hôtel Carimã à Foz de Iguaçu, proche de l'écomusée d'Itaipu, cadre politiquement neutre et professionnellement provocant. Chaque colloque rassemblerait, tous les deux ans, une vingtaine de professionnels de toute l'Amérique Latine, volontaires et invités "intuitu personae".

Chaque fois une personnalité de la région comme Paulo Freire, Jorge Hardoy, Mario Vazquez, serait invité. Ce serait essentiellement la nouvelle génération de muséologues (les 30-40 ans) qui serait visée, de manière à rendre possible un mouvement de "muséologie nouvelle".

*** Formation en muséologie communautaire**

De même, on pourrait créer sur le même site d'Itaipu un module d'accueil-formation en muséologie communautaire ou en écomuséologie, si ce terme est préféré. Deux ou trois jours de stage plusieurs fois par an, avec logement et cantine offerts à bon marché par Itaipu Binacional, permettraient de soulager le personnel du musée en canalisant et en groupant des visites professionnelles, de planifier ces visites, de participer à l'auto-financement de l'écomusée, de rendre la formation plus efficace, de participer à l'approfondissement des doctrines et à l'analyse des problèmes et des pratiques,

*** Vilarinho das Furnas**

L'écomusée devrait pouvoir obtenir de la Fondation Gulbenkian, à Lisbonne, une copie gratuite du film anthropologique "Vilarinho das Furnas", réalisé dans un village communautaire du Nord du Portugal (Serra de Gerês), juste avant et après sa disparition suite à la mise en eau d'un barrage (années 60 et 70).

Une vidéothèque/filmothèque devrait d'ailleurs exister à Itaipu, sur les films de barrage, avec l'aide des principales compagnies d'électricité (et pourquoi pas un festival annuel des films de barrage, un centre de documentation sur l'impact culturel et naturel des barrages '?).

*** Corumba**

Lors du colloque d'Itaipu, Maria Estela Almeida m'a posé le problème du projet formé par la municipalité de Corumba, en vue de la mise en valeur, particulièrement à des fins touristiques, du patrimoine de cette ville frontrière,

J'ai suggéré une formule qui a du succès ailleurs en pareil cas: emmener en visite un groupe de responsables locaux, à Itaipu, pour une étude précise de ce cas, sans en faire un modèle, mais un

prétexte à réflexion.

Encore faudrait-il, au préalable, disposer sur place, à Corumba, d'un futur animateur de l'action culturelle à mener.

*** Coopération avec l'Argentine**

La présence d'une collègue argentine et de muséologues des régions frontalières du Rio Grande do Sul au Colloque d'Itaipu semble montrer qu'il serait possible d'entamer une coopération avec certains muséologues argentins "ouverts": échanges de visites, de publications, de savoir-faire, projets concrets de coopération professionnelle, extension du rayon d'action de l'écomusée au territoire argentin proche (une antenne permanente à Puerto Iguassu ?).

*** Décennie du développement (ONU, Unesco)**

L'originalité de l'action menée à Itaipu me fait penser que l'on pourrait y trouver matière à plusieurs projets internationaux de qualité et de grande envergure, par exemple:

- *jumelage et coopération entre similaires dans divers pays plusieurs continents: barrage ou de grands quartiers défavorisés,*
- *impact naturel et culturel des barrages et des grands chantiers sur le milieu et moyens dynamiques d'y remédier,*
- *le phénomène culturel international du tanakè/succata, ou du recyclage des déchets de la civilisation industrielle, dans un but utilitaire et créatif.*

Naturellement chacun des points mentionnés dans ce-texte mériterait un long développement et un débat avec les principaux intéressés. Ce n'était évidemment pas possible et de toute manière le colloque d'Itaipu a effectivement débattu de certains. L'essentiel est que la réflexion de s'arrête pas et que toutes les personnes de bonne volonté s'attachent à la poursuivre et à la renouveler sans cesse à la lumière des innovations et des nouveaux besoins.

Hugues de Varine

ANNEXES

Itaipu, 05-04-89

SIMPÓSIO: O MUSEU FACE AO IMPACTO AMBIENTAL

Intervenção de Hugues de Varine

A visão do meio ambiente como um todo integrado.

Realidade ou utopia?

Agradecimentos. Desculpas para um vocabulário limitado e uma gramática errada.

Nem realidade, nem utopia, A realidade é invisível: o mundo é mais complexo, mais técnico e nossa visão do meio ambiente deve ter conta de um grande número de fatores que excluem a simplificação dum todo integrado. A utopia, por sua parte, é perigosa.

O meio é um conjunto de elementos:

- diferentes nas suas lógicas,
- interdependentes,
- interativos.

A ação do homem sobre este meio faz parte deste conjunto:

- - é um fator de mudança,
- - suscita reações dos outros elementos,
- - deve responder com inteligência as reações do meio.

Uma parte dessa ação é cultural. A intervenção cultural abrange:

- - as condições da própria ação: explicar, dar acesso aos dados,
- - suas conseqüências: facilitar adaptação do meio,
- a capacidade, da parte das comunidades interessadas, de participar, de adaptar-se, de tomar iniciativas, para, contra, com...

Para uma intervenção museal, temos de imaginar uma aplicação destes princípios, usando os caracteres específicos da instituição e da sua linguagem.

- estabelecer um banco de dados/objetos,
- criar uma expressão compreensível por todos,
- servir como instrumento das comunidades (e não só da sua equipe científica e técnica).

Isto è um verdadeiro desafio para uma instituição envelhecida, estabelecida num tempo onde problemas, a interação ente homem e meio apareceram mais simples, lineares.

No caso duma zona natural como aquela onde estamos, o trabalho esta complicado pela complexidade das interações, entre muitos parceiros do desenvolvimento, muitas comunidades, um território enorme, dois paises...

Não sou especialista da ecologia, nem da museologia, mas tenho interesse nas vossas respostas e experiências.

Obrigado.

Hugues de Varine

12 juillet 1989

PROJET

La muséologie communautaire

Une troisième dimension pour la communauté

Hugues de Varine

Plantons le décor

- *La troisième dimension: à côté de l'espace et du temps, les choses de la vie, tout ce qui fait de l'homme un animal culturel. La communauté doit prendre l'initiative à partir de son environnement, de son patrimoine et d'apports extérieurs, Elle a besoin d'un outil qui utilise le langage du concret.*
- *Le langage de la chose réelle: apprendre, comprendre, inventer, créer, communiquer.*
- *L'exposition comme média, grammaire et syntaxe de la communication a trois dimensions.*
- *Le musée comme institution, support d'une politique et d'un programme utilisant le média de l'exposition,*
- *De l'action prétexte à la stratégie de développement; l'exposition et le musée parmi la gamme des outils du développement,*

Des aventures particulières

- *Le Creusot (France): la mémoire de l'homme industriel, musée de site des révolutions industrielles du 18^e au 20^e siècle.*
- *La Haute Beauce (Canada, Québec): le monde rural reprend l'initiative, se mobilise et s'ouvre.*
- *Seixal (Portugal): la mémoire d'une ville, de ses métiers, de ses luttes, la recherche d'une renaissance de la culture ouvrière.*
- *Toten (Norvège) : développement local global d'une zone semi-rurale, du patrimoine à la création d'entreprises, à partir des communautés villageoises.*
- *Itaipu (Parana, Brésil): un gigantesque barrage bouleverse nature et culture de trois pays, change la vie d'une mosaïque de populations; le musée sert d'interface entre l'homme et la technique .*

Un peu d'histoire

- *La prépondérance des scientifiques; le musées d'hier, la culture populaire et l'environnement*
- *Un essai manqué de modernisation : la confusion éco-muséologique, un phénomène de mode*
- *Le défi du développement: "el museo integral", Santiago de Chile, 1972*
- *Une typologie des "nouveaux musées", manifestation de mouvements de contestation et de proposition*

Pour une muséologie populaire

- *L'espace, intérieur, extérieur*
- *Le temps, passé, présent, avenir*
- *La population, agent/acteur, usager/spectateur*
- *L'objet, richesse, symbole, donnée, matériau*
- *L'écoute, la participation, l'interaction*

Le musée dans l'action communautaire

- *Les partenaires*
- *Les formes d'action, spécifique ou coopérative*
- *Les techniques communautaires de gestation, de réalisation, d'évaluation, appliquées à la recherche, à la communication, à la gestion institutionnelle*
- *Le musée, partie intégrante du développement*

250 pages, cartes, photos, schémas

ANEXO

ANEXO 06

Carta de Belém (port., fr., ing., esp.) - 2007

Os participantes do Seminário de Implantação do Ecomuseu da Amazônia, realizado em Belém, no período de 08 a 10 de junho de 2007, fundamentados nas experiências pioneiras nacionais e internacionais de museus comunitários e ecomuseus que reforçam e convalidam a militância da Nova Museologia e as Declarações de Santiago do Chile (1972), Québec (1984) e Caracas (1992), em apoio aos movimentos das populações e comunidades locais,

Considerando que:

- Os direitos à diferença, à singularidade, às especificidades, às pluralidades, à auto-determinação, ao pertencimento e à fraternidade, devem ser reconhecidos e respeitados como patrimônio universal da humanidade e de cada comunidade como garantia da diversidade dos processos museológicos comunitários e da autonomia de ações segundo objetivos e funções diferenciados;
- Os habitantes de uma comunidade, de uma aldeia, vilarejo, bairro ou cidade, construtores, criadores, herdeiros e defensores das culturas, compreendidas como bem comum que integram as comunidades ao seu patrimônio e ao seu território, são legítimos detentores e proprietários desses bens;
- A esses mesmos habitantes compete interpretá-las e valorizá-las, ancorados no sentido de pertencimento e de empoderamento e ao poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, compete apoiar e garantir as iniciativas populares de valorização da cultura e do patrimônio;
- Os habitantes das comunidades, na condição de mediadores estratégicos da cultura e do patrimônio, têm direito à formação no campo da museologia, da gestão do patrimônio e das diversas áreas do conhecimento, visando à construção da sustentabilidade local e global;
- As populações e comunidades têm o direito de participação direta nas iniciativas de proteção, conservação e preservação de seu patrimônio integral
- Os efeitos do turismo predatório resultam em sérios prejuízos às comunidades e ao meio ambiente;
- O uso de metodologias adequadas à realidade de cada comunidade na proteção, conservação e preservação do seu patrimônio cultural e natural, por meio do desenvolvimento de museologias e museografias específicas, deve ser inteiramente respeitado;

Propõem:

- Estimular o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais para o planejamento de ações integradas que respeitem e contribuam para a conservação do patrimônio natural e cultural;

- Incentivar a participação das comunidades na formulação e implementação de políticas públicas de curto, médio e longo prazos, bem como nos processos de arranjos produtivos sustentáveis e outros projetos de geração de trabalho e renda;
- Contribuir para a superação do analfabetismo em todas as suas formas e garantir o acesso democrático ao processo de escolaridade;
- Contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas visando a atenção integral às famílias da região amazônica;
- Garantir que os ecomuseus, museus de território, museus comunitários e outras formas museais, sejam regidos por princípios democráticos que possibilitem o exercício da cidadania;
- Defender o direito à produção e acesso ao conhecimento e à informação, por meio do trabalho permanente e do desenvolvimento da consciência crítica;
- Garantir a articulação com atores e instituições para o cumprimento das propostas acordadas neste documento.

Belém, 10 de junho de 2007.

CARTA DE BELÉM (esp.)

Los participantes del Seminario de Implantación del Ecomuseo de la Amazonia, realizado en Belém, en el período del 08 al 10 de junio del 2007, basados en las experiencias pioneras nacionales e internacionales de museos comunitarios y ecomuseos que refuerzan y convalidan la militancia de la Nueva Museología, así como en las Declaraciones de Santiago de Chile (1972), Québec (1984) y Caracas (1992), en apoyo a los movimientos de las poblaciones y comunidades locales,

considerando QUE:

- Los derechos a la diferencia, la singularidad, a las especificidades, las pluralidades, la autodeterminación, la pertenencia y la fraternidad, deben ser reconocidos y respetados como patrimonio universal de la humanidad y de cada comunidad, como garantía de la diversidad de los procesos museológicos comunitarios y la autonomía de acciones acordes con objetivos y funciones diferenciados;
- Los habitantes de una comunidad, una aldea, villa, barrio o ciudad, constructores, creadores, herederos y defensores de las culturas, comprendidas como bien común, que integran las comunidades a su patrimonio y a su territorio, son legítimos detentores y propietarios de esos bienes;
- A esos mismos habitantes compete interpretarlas y valorizarlas, arraigados al sentimiento de pertenencia, de posesión y al poder público, en las esferas municipal, estadual y federal, así como apoyar y garantizar las iniciativas populares de

valorización de la cultura y del patrimonio;

- Los habitantes de las comunidades, en la condición de mediadores estratégicos de la cultura y del patrimonio, tienen derecho a la formación en el campo de la museología, de la gestión del patrimonio y de las diversas áreas del conocimiento, con vista a la construcción de la sustentabilidad local y global;
- Las poblaciones y comunidades tienen el derecho a la participación directa en las iniciativas de protección, conservación y preservación de su patrimonio integral;
- Los efectos del turismo depredador producen serios perjuicios a las comunidades y el medio ambiente;
- El uso de metodologías adecuadas a la realidad de cada comunidad en la protección, conservación y preservación de su patrimonio cultural y natural, por medio del desarrollo de museologías y museografías específicas, debe ser enteramente respetado;

PROPONEMOS:

- Estimular el desenvolvimiento de políticas públicas intersectoriales para el planeamiento de acciones integradas que respeten y contribuyan a la conservación del patrimonio natural y cultural;
- Incentivar la participación de las comunidades en la formulación e implementación de políticas públicas de corto, mediano y largo plazos, así como en los procesos de convenios (arreglos?) productivos sustentables y otros proyectos de generación de trabajo y dinero (renda?);
- Contribuir a la superación del analfabetismo en todas sus formas y garantizar el acceso democrático al proceso de escolarización;
- Contribuir al desarrollo de políticas públicas dirigidas a la atención integral de las familias de la región amazónica;

- Garantizar que los ecomuseos, museos de territorio, museos comunitarios y otras formas de museo, se rijan por principios democráticos que posibiliten el ejercicio de la ciudadanía;
- Defender el derecho a la producción y el acceso al conocimiento y a la información, por medio del trabajo permanente y del desarrollo de la consciencia crítica;
- 1. Garantizar la articulación con actores e instituciones para el cumplimiento de las propuestas acordadas en este documento.
- 2. Belém, 10 de junio del 2007.

(Trad. Mercedes Esteva Boronat)

DECLARATION DE BELÉM

Les participants au Séminaire d'inauguration de l'Écomusée de l'Amazonie, tenu à Belém du 8 au 10 juin 2007, se fondant sur les expériences pionnières nationales et étrangères de musées communautaires et d'ecomusées qui affirment et renforcent le caractère militant de la Nouvelle Muséologie et les Déclarations de Santiago du Chili (1972), de Québec (1984) et de Caracas (1992), et en appui aux initiatives des populations et des communautés locales,

CONSIDÉRANT QUE :

- Le droit à la différence, à la singularité, à la spécificité, au pluralisme, à l'autodétermination, à la solidarité et à la fraternité doit être reconnu et respecté comme un patrimoine universel de l'humanité et de chaque communauté, afin de garantir la diversité des processus muséologiques communautaires et l'autonomie des actions locales, selon des objectifs et des fonctions différenciés;
- Les membres d'une communauté, les habitants d'un village, d'un quartier ou d'une ville sont les constructeurs, les créateurs, les héritiers et les défenseurs de leurs cultures, comprises comme un bien commun par lequel les communautés se sont attachées à leur patrimoine et à leur territoire. Ils sont les détenteurs légitimes et les propriétaires de ce bien commun.
- À ces mêmes habitants il appartient d'interpréter ce patrimoine et ce territoire et de les mettre en valeur, en s'appuyant sur le sentiment d'appartenance et de responsabilité. Aux pouvoirs publics, que ce soit au niveau municipal, régional ou fédéral, il appartient d'appuyer et de garantir les initiatives populaires de mise en valeur de la culture et du patrimoine ;

- Les membres des communautés, en tant que médiateurs stratégiques de la culture et du patrimoine, ont droit à une formation en muséologie, en gestion du patrimoine et dans plusieurs autres secteurs de la connaissance, en vue de la construction de la durabilité locale et globale ;
- Les populations et les communautés ont un droit de participation directe aux actions de protection, de conservation et de préservation de leur patrimoine global ;
- Les effets d'un tourisme sauvage et prédateur provoquent de graves dommages aux communautés et à leur environnement ;
- Le droit à l'emploi de méthodes adaptées à la réalité de chaque communauté pour protéger, conserver et préserver son patrimoine culturel et naturel, à travers le développement de muséologies de et muséographies spécifiques, doit être respecté ;

PROPOSENT:

- de stimuler l'adoption de politiques publiques transversales visant à planifier des actions intégrées qui respectent le patrimoine naturel et culturel et contribuent à sa conservation;
- d'encourager la participation des communautés à la formulation et à la mise en œuvre de politiques publiques à court, moyen et long terme, ainsi que dans les processus de production durable et pour d'autres projets générateurs d'emploi et de richesse;
- de contribuer à la disparition de l'analphabétisme sous toutes ses formes et de garantir un accès démocratique au processus de scolarisation;
- de contribuer à l'adoption de politiques publiques visant à prendre en considération dans leur globalité les familles de la région amazonienne ;
- de garantir que les écomusées, les musées de territoire, les musées communautaires et les autres formes muséales soient régis par des principes démocratiques favorables à l'exercice de la citoyenneté;
- de défendre le droit à la production et l'accès à la connaissance et à l'information, grâce à l'exercice permanent et au développement de la conscience critique;
- de garantir la coopération entre les acteurs et les institutions pour la réalisation des propositions qui figurent dans ce document.

Belém, 10 juin 2007.

Trad. Hugues de Varine

LETTER FROM BELÉM

WE the participants in the Seminar for the Establishment of the Ecomuseum of Amazonia, held in

Belém, State of Pará, Brazil, from the 8th to the 10th of June 2007,

based on the national and international pioneering experiences of community museums and ecomuseums that support and validate the movement of New Museology and the Declarations of Santiago (Chile - 1972), Québec (1984) and Caracas (1992), which express full commitment to local communities' organizations and initiatives,

RECOGNIZE THAT:

- Each community is entitled to keep and sustain its singularity, specificity, distinct characteristics, auto-determination and sense of fraternal belonging; and each must be supported in its rights to be different and to sustain that diversity as part of its legacy and as part of the human heritage, these rights being a way to guarantee that museological processes echo autonomous initiatives based on a full range of aims and purposes.
- The inhabitants of a hamlet, village, city or town – heirs, creators and protectors of cultural traits seen as common assets that help integrate them with their social heritage and their territory – are the legitimate owners of all aspects of their culture.
- As owners of their cultural assets, thus empowered by a sense of belonging and a feeling of their strength, it is up to the same inhabitants the job of interpreting and appreciating their cultural traits, products and values, while it is their governments' responsibilities to help and support local initiatives aiming at the preservation and appreciation of the cultural heritage at all levels: local, regional, and national.
- The community, strategically acting to relate cultural heritage and the dynamics of social change, has the right to have access to the body of knowledge comprising Museology, management of historic heritage and the various fields of study that aim to build a local and global sustainable development.
- The members of a community are entitled to a direct participation in the decision-making process involving issues of protection, preservation and maintenance of their heritage as a whole.
- Predatory tourism seriously affects the communities and their environments.
- Specific museologies and museographies must be developed out of respect for the diversity of local communities, aiming at the protection, preservation and maintenance of cultural and natural heritage.

IN THE LIGHT OF THE ABOVE WE THE AFOREMENTIONED:

- Recommend the implementation of public intersectoral policies that not only respect the natural diversity of different communities' cultural legacies but also contribute to their preservation.
- Affirm that local communities must take part in the planning and implementing phases of public

policies in the short, medium and long terms, as well as in the organization of sustainable productive activities and other projects aiming at creating job opportunities and financial benefits.

- Stress that actions should be taken to overcome illiteracy in all forms and to ensure democratic access to formal education.
- Reiterate that sound public policies, integral to actions promoting the assistance of Amazonian families, should be implemented.
- Understand that ecomuseums, territory museums, community museums and other types of museological practices must follow democratic principles that allow the fulfillment of citizenship rights.
- Defend that every man has the right to have access to information, as well as to the means for acquiring and creating knowledge, and that this is achieved by the provision of permanent jobs and the development of critical awareness.
- Emphasize that the fulfillment of the present recommendations must be guaranteed by incorporating all stakeholders into the processes.

Belém, June 10th, 2007.

[Arquivo completo em PDF](#)

ANEXO 07

BENEDICTO FREITAS

Nascido em Santa Cruz, Rio de Janeiro, no dia 08 de janeiro de 1910, o Escritor, jornalista, pesquisador autodidata e historiador Benedicto Freitas participou da fundação de diversas entidades na sociedade de Santa Cruz como o Grêmio Procópio Ferreira, em 1934, e o NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, em 1983. Fundou o periódico “Imprensa Rural” em 1942, informativo que circulou durante 15 anos e em 1952, nos 200 anos da Ponte dos Jesuítas, fundou a AAPJ- Associação dos Amigos da Ponte dos Jesuítas. Dedicou mais de 50 anos de sua vida à pesquisa da História de Santa Cruz, recorrendo à documentação manuscrita e impressa no Arquivo Nacional, arquivos pessoais de D. Pedro de Orleans e Bragança, Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, Museu Imperial, Diários Oficiais, Livros de Registro de Ofícios e Portarias da Superintendência da Real Fazenda de Santa Cruz, relatórios e atas da Companhia Central de Abastecimento- COCEA para a História do Matadouro de Santa Cruz, além de buscar fontes fora do Brasil, destacando-se a Torre do Tombo, em Portugal. Divulgou a História de Santa Cruz em revistas e jornais do Rio de Janeiro e do sul fluminense. Colaborou com os jornais “O Triângulo”, “Renascença”, com as Revistas Sul América, Revista do Ateneu de Letras e Artes. Em artigos para jornais e revistas divulgou obras raras sobre a Fazenda de Santa Cruz, relatos e iconografia dos viajantes que no século XIX estiveram na região. Editou a revista da Sociedade Musical Francisco Braga e participou da edição do informativo NOPH e de sua versão atualizada Quarteirão. Em 1950 publicou sua primeira obra, História do Matadouro Municipal de Santa Cruz, pela Editora Pongeti, republicada em 1977, devidamente ampliada e revisada com o título “O Matadouro de Santa Cruz- Cem anos a serviço da comunidade. Na década de 80, publicou a obra “Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial” em três volumes, o 1º dedicado à Era Jesuítica (1567-1759), em 1985, o 2º, aos Vice-Reis e Reinado (1760-1821), em 1986, e o 3º, ao Império (1822-1889), em 1987, que reuniu todo o resultado de suas pesquisas ao longo de 50 anos. Em 2000, encerrou sua produção com a edição de “O Simbolismo - a boêmia festiva e a belle époque

na Cidade Maravilhosa”, que reúne pesquisas sobre o Simbolismo e memórias da belle époque na cidade do Rio de Janeiro, pela Editora BOOK Link, uma saborosa crônica do glamour dos cafés literários e das noites festivas da cidade nas décadas de 20 e 30 com o movimento simbolista como pano de fundo. Participou das atividades do NOPH e do Ecomuseu em Oficinas de História Local, Jornadas “Encontro com o Historiador”, Oficinas de História Oral, tertúlias e palestras, atividades dos Projetos Santa Cruz Culturitiba : terra de muita cultura(1995), Santa Cruz Cultura Ativa : 430 anos de tradição cultural (1997), Santa Cruz Cultura Viva (1998/2000). Representou Santa Cruz em seminários e fóruns e foi homenageado pelo Batalhão – Escola de Engenharia Villagran Cabrita com a designação de seu nome a uma das salas temáticas do Museu Lyra Tavares, referente à Era Jesuítica. Participou da Mesa de Encerramento do II Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado em Santa Cruz, em 2000, sendo laureado pela comunidade com o Prêmio Piracema. Publicou no Quarteirão, nº 37 – edição histórica o artigo “Memorável o Encontro Internacional de Ecomuseus/IX ICOFOM LAM”, relato de suas impressões sobre o acontecimento. O conjunto de sua obra valorizou a história local, estimulou outros pesquisadores e historiadores da localidade, direcionando-os para a pesquisa histórica, sobretudo, revelou aos santacruzenses a sua própria história, capacitando-os para o movimento cidadão de responsabilidade com o patrimônio comum. Faleceu em 20 de maio de 2002, no ano em que a Ponte dos Jesuítas, que tanto defendeu, completava 250 anos, deixando um incontestável legado à comunidade de Santa Cruz.

ANEXO 08

Inventário Participativo de Santa Cruz – Questionários.....

FICHA DE COLETA (1ª versão)

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE SANTA CRUZ

Identifique nossos bens patrimoniais.

Nome: _____

Endereço: _____

Contatos: _____

1) Cite um patrimônio edificado de Santa Cruz:

2) Você conhece outros patrimônios? Sim () Não ()

3) Se você respondeu SIM, assinale e complete:

() naturais: _____

() edificados (prédios): _____

() tradições (festas, danças, comidas, bebidas, rezas, etc):

() outros: _____

4) Quais desses patrimônios fazem parte do seu dia-a-dia?

5) Dos patrimônios citados, qual o mais importante para você?

6) Por que?

7) Qual a sua origem?

8) Qual o seu estado de conservação?

9) Qual o seu uso atual?

10) De que modo poderia ser usado pela comunidade?

11) A quem cabe preservar o patrimônio?

12) Observações:

Núcleo: _____

Data: _____

Pesquisador: _____

FICHA (2ª versão)

FICHA DE COLETA DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE SANTA CRUZ

Identifique nossos bens patrimoniais.

Nº _____

Nome: _____ Sexo: () M () F ; Idade : ____ anos

Endereço: _____

Contatos: _____

1) Cite um patrimônio construído de Santa Cruz:

2) Você conhece outros patrimônios? Sim () Não ()

3) Se você respondeu SIM, assinale e complete:

() naturais: _____

() construídos: _____

() tradições (festas, danças, comidas, bebidas, rezas, ritos,
ritmos, lendas, mitos, fazeres, saberes):

() outros: _____

4) Quais desses patrimônios fazem parte do seu dia-a-dia?

5) Dos patrimônios citados, qual o mais importante para você?

6) Por que? _____

7) Qual a sua origem? _____

8) Qual o seu estado de conservação?

9) Qual o seu uso atual?

10) De que modo poderia ser usado pela comunidade?

11) A quem cabe preservar o patrimônio?

12) Você conhece algum patrimônio perdido? Qual?

13) Se você possui algum objeto , documento ou fotografia que considere importante ou contenha valor afetivo ou histórico, cite-o e descreva-o brevemente. (Apenas para fins de cadastro)

Núcleo: _____ Data: _____

Pesquisador/Órgão: _____

Ecomuseu / NOPH - Tel: 2418.3140

**FICHA DE COLETA DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE SANTA CRUZ(Modelo 01
A- até 10 anos de idade)**

Conhecendo nosso patrimônio:

Nº _____

Nome: _____ Sexo: () M () F ; Idade : ____ anos

Endereço: _____

Contatos: _____

1) Você mora ou estuda próximo a um lugar histórico de Santa Cruz? Qual ?

2) O que sabe sobre o Matadouro ?

3) Onde lhe contaram sobre o Matadouro(em casa? Na escola? Em outro lugar? Qual ?)? Quem lhe falou?

4) Você já visitou o antigo Matadouro? Sozinho ou em grupo da escola ?

5) O que se fazia no Matadouro antigamente?

6) E atualmente , o que existe lá agora?

7) Você conhece outro prédio importante no Quarteirão do Matadouro? Cite-o.

8) O que é a Vila Operária do Matadouro?

9) Nessa região há restos de trilhos no chão. Você sabe por que?

10) Marque os patrimônios da localidade do Matadouro.

() Palmeiras imperiais

() Estação do Matadouro

() Vilas Operárias

() Vala de esgotos

() Ruínas do Matadouro

() Palacete do Matadouro

() Trilhos da estrada- de- ferro

() Festa de São Jorge

() Figueiras centenárias

() Barraquinha de doces

11) Diga um patrimônio dessa localidade que não foi citado.

Núcleo: _____ Data: _____

Pesquisador/Órgão: _____

Ecomuseu / NOPH - Tel: 2418.3140

FICHA DE COLETA DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE SANTA CRUZ (Modelo 02)

Identifique nossos bens patrimoniais.

Nº _____

Nome: _____ Sexo: () M () F ; Idade : ____ anos

Endereço: _____

Contatos: _____

1) Qual o tipo de comércio desse estabelecimento(firma) ? (Nome da firma e o endereço completo)

2) Desde quando o sr. /sra o administra?

3) Desde quando existe esse negócio / firma nesse endereço?

4) Sabe o que ele foi antes ?

5) O que ele comercia no momento?

6) Cite um patrimônio construído de Santa Cruz.

7) Você conhece outros patrimônios? Sim () Não ()

8) Se você respondeu SIM, assinale e complete:

() naturais: _____

() construídos: _____

() tradições (festas, danças, comidas, bebidas, rezas, ritos,
ritmos, lendas, mitos, fazeres, saberes):

() outros: _____

9) Quais desses patrimônios fazem parte do seu dia-a-dia?

10) Dos patrimônios citados, qual o mais importante para você?

11) Por que?

12) Qual a origem desse patrimônio?

13) Qual o seu estado de conservação?

14) Qual o seu uso atual?

15) De que modo poderia ser usado pela comunidade?

16) A quem cabe preservar o patrimônio?

17) Você conhece algum patrimônio perdido? Qual?

18) Se você possui algum objeto , documento ou fotografia que considere importante ou contenha valor afetivo ou histórico, cite-o e descreva-o brevemente. (Apenas para fins de cadastro)

Núcleo: _____ Data: _____

Pesquisador/Órgão: _____

Ecomuseu / NOPH - Tel: 2418.3140

ANEXO 09

Inventário Participativo de Santa Cruz - Relatório parcial

CONCLUSÕES DO IP DE SANTA CRUZ- Relatório parcial /2004

Apresentado no III EIEMC / X Atelier Internacional do MINOM- em Santa Cruz , Rio de Janeiro, setembro de 2004.

1. Processo aberto e inconcluso
2. Confirmação do reconhecimento do patrimônio pela população autóctone
3. Sentimento de perda da qualidade de vida pelo adensamento populacional, agravando problemas de infra-estrutura sócio-cultural
4. Ausência de identificação do patrimônio por uma grande maioria da população migrante, vinda de diversas localidades da Cidade do Rio de Janeiro (queda do poder aquisitivo/transplante ou remoção de comunidades das áreas de risco) ou de versas partes do país por necessidade ou por transferência imposta.
5. Necessidade de um intensificado trabalho de reconhecimento do patrimônio

Nas escolas, associações, clubes, setores econômicos, ampliandoas pioneiras ações culturais do NOPH, a partir da adoção de um plano estratégico de ações e de um sistema pedagógico que contemple os temas histórico-culturais valorizados pela comunidade local, incluindo-os nos currículos e programas político-pedagógicos em todos os níveis de educação formal (fundamental, de 1º e de 2º graus e universitário) e não- formal – o que poderíamos chamar informalmente de PLANO DE AÇÕES PATRIMONIAIS e que poderia , no futuro, ser incorporado aos Planos políticos- pedagógicos das escolas, colégios e universidades.

6. Criação e implantação de oficinas de formação continuada de mediadores do patrimônio para a comunidade, junto aos diferentes segmentos da sociedade – FORMAÇÃO REGIONAL (citada nas experiências mexicanas por Miriam Arroyo e Raúl Lugo)
7. Criação de oficinas regulares e sistemáticas de formação continuada para professores de 1º e 2º graus, a cada início de ano letivo, integrando-os e os seus projetos às necessidades e reivindicações culturais da comunidade local.
8. Implantação de um programa nacional de “Ações culturais libertadoras”, inspiradas na filosofia e na pedagogia de Paulo Freire.

9. Adoção de uma metodologia de ação cultural fundamentada no respeito ao outro, no amor no ato de educar e na esperança de mudança de estruturas, a partir da mudança individual para atingir a mudança coletiva: conscientização, valorização da auto-estima da comunidade, difusão sistemática da informação sobre o local e sua inserção no mapa cultural da cidade, do estado e do país, recusa à sedução do paternalismo, assistencialismo e reformismo que conduzem à passividade e à conseqüente manutenção do *status quo*.

COMO ?

1. Continuar o processo de conscientização, pela busca das causas do abandono, marginalização ou discriminação das culturas das populações desfavorecidas (opressão cultural), preteridas pela hegemonia das culturas dominantes
2. Estimular a missão do ecomuseu como museu educador-libertador pela conquista da vida digna para todos.
3. Imprimir ações que levam a comunidade a refletir sobre as causas da opressão cultural, visando a resistência pela mobilização cultural, por ações educativas e museológicas libertadoras (o pensar e o agir) e a conquista da inclusão da população da população da Zona Oeste e da autonomia das comunidades na co-gestão ou gestão compartilhada do desenvolvimento local.

PATRIMÔNIOS RECONHECIDOS PELA COMUNIDADE:

1. Sede da Fazenda de Santa Cruz (atual Batalhão- Escola de Engenharia Villagran Cabrita)
2. Ponte dos Jesuítas
3. Centro Cultural de Santa Cruz (antiga Sede Administrativa do Matadouro)
4. Baía de Sepetiba, fonte de vida e sobrevivência das colônias de pescadores de Sepetiba e Guaratiba
5. Rios e manguezais da região
6. A cultura viva dos imigrantes
7. Festas tradicionais (juninas, religiosas, carnaval etc)
8. Jogos e brincadeiras infantis

9. Lendas locais
10. Culinária e medicina caseiras
11. Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz
12. Saberes e fazeres ligados à presença do Matadouro na região
13. Sítios arqueológicos de Sepetiba e Guaratiba
14. Lembranças e memórias dos mais velhos
15. O caminho / trajeto da Estrada Real de Santa Cruz
16. A toponímia de ruas e localidades (nomes indígenas, nomes ligados ao passado jesuítico e ao Império)
17. O Hangar do Zeppelin
18. A Fonte Wallace na Praça Dom Romualdo
19. Colégio Estadual Barão do Rio Branco
20. Solar dos Araújo, ao lado do Shopping Santa Cruz
21. Casarios característicos de uma época (casas tipo chalé)
22. Sobrado dos Cirauco, esquina da Ruas Álvaro Alberto com Lopes Moura
23. Fórum de Santa Cruz (ex- Hospital D. Pedro II)
24. Os oitis da praça central do bairro e da alameda que leva ao CE Barão do Rio Branco
25. Antigas Igrejas: N.Sra. da Glória, São Benedito, São Pedro(Sepetiba)
26. Colônia Japonesa de Santa Cruz
27. As marisqueiras de Sepetiba

PATRIMÔNIOS AMEAÇADOS:

1. Antiga Estação Imperial do Matadouro
2. Ruínas do Matadouro
3. Área rural , reduzida para implantação de conjuntos habitacionais
4. Área do extinto Abrigo Cristo Redentor , durante décadas sob a ameaça de invasões e recentemente ocupado pela CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico

5. A pesca artesanal na Baía de Sepetiba

PATRIMÔNIOS RECUPERADOS OU A RECUPERAR:

1. Batalhas de confete
2. Técnica artesanal das máscaras carnavalescas de papel machê (diabinho, morcego, caveira, carão, burro, pai-joão etc)
3. Vilas Operárias do Matadouro (descaracterização de fachadas e telhados)
4. Uso da área do Mirante pela comunidade
5. Cultura dos imigrantes sírio-libaneses, italianos, portugueses , espanhóis e austro- húngaros
6. Ruínas do Matadouro como Escola de Restauradores e anfiteatro para eventos culturais
7. Ponte dos Jesuítas e seu entorno
8. Espaços de Lazer(cinemas, teatros, balneários)
9. Casa do Sal

PATRIMÔNIOS PERDIDOS:

1. Os pastoris de Natal
2. As retretas das Bandas Centenárias
3. As praias de Sepetiba e Guaratiba (poluição , assoreamento etc)
4. O Bloco da Crítica
5. As Sociedades Carnavalescas : Furrecas, Democráticos e Progressistas
6. A antiga Igreja Matriz de N. S. da Conceição (demolida em 1967)
7. Sociedade Musical Francisco Braga
8. O Prado de Santa Cruz
9. O Grêmio Procópio Ferreira
10. O *footing* na Felipe Cardoso

NOVOS PATRIMÔNIOS:

1. Vila Olímpica Oscar Schimidt
2. Cidade das Crianças Leonel Brizola
3. As Bandas Escolares
4. O Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz
5. O CETEP – Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante
6. A Festa de São Jorge
7. O Tapete de Sal na procissão de Corpus Christi
8. As palmeiras Imperiais hoje também usadas como símbolo na localidade
9. A cultura gaúcha e a cultura nordestina na localidade de Santa Cruz
10. A nova imagem reurbanizada do centro do bairro

ANEXO 10

Jornal Quarteirão 85 — Ano 2009

CENTRO CULTURAL D. PEDRO II EXPÕE SUAS PESQUISAS

Enquanto os participantes da I Jornada preparavam a exposição SANTA CRUZ : Ecos do tempo, chegava do Centro Cultural D. Pedro II o convite para a Exposição dos trabalhos desse colégio, produto de um processo pedagógico de estudos e pesquisas sobre a História de Santa Cruz e os seus patrimônios. Segundo seus organizadores, a exposição nasceu de um conflito em sala de aula, onde alunos eram rejeitados por sua condição social desfavorecida. A direção e coordenação pedagógica entenderam que só um trabalho de valorização do lugar onde moram poderia unir a comunidade e promover a elevação da auto-estima.

Começaram com palestras ministradas por membros do NOPH / Ecomuseu, distribuição do Jornal Quarteirão, visitas e pesquisas no acervo do NOPH, coleta de depoimentos na comunidade.

O resultado foi muito enriquecedor, comprovaram os participantes da Jornada que foram à inauguração da exposição. Conhecer bem o passado é uma ferramenta para preparar um futuro de mais qualidade.

ANEXO 11

ESCOLA DE SAMBA MIRIM UNIDOS DA RESISTÊNCIA CULTURAL (2001)

SAMBA-ENREDO:

DE PIRACEMA À INDÚSTRIA, UMA VIAGEM A SANTA CRUZ

LETRA E MÚSICA (E M Chico Mendes):

- Adílio Santos da Roza
- Cristiano dos Santos Belo
- Thiago de Lima Alexandre
- Bruno Felipe Alves Theodoro
-

INTÉRPRETE: Flávio André Ferreira

COORDENAÇÃO: Prof. Pedro José de Assis

Levado por um sonho fascinante,

Eu toco a lira da imaginação.

E vou subindo o Morro do Mirante

Pra buscar a minha inspiração.

Vejo lá de cima a piracema e o lugar

Paz e Natureza toda forma de amar

Éramos índios, até Cristóvão chegar.

O branco então a tudo conquistou,

Erguendo na planície a Santa Cruz,

Fazenda, Igrejas, Residências,

Era a Companhia de Jesus.

Abram alas minha gente, o Rei chegou de Portugal (bis)

O Convento hoje é Palácio lá na Fazenda Real (bis)

Independência, tenha santa Paciência,

Nossa História é o caminho onde passa o Imperador.

A consciência viu chegar o matruquinho,

No brilho do Matadouro Santa Cruz se iluminou.

O tempo passa e o trenzinho não para,

Logo chega a Guanabara e a Era Industrial.

Mas a História não mudou, o Eldorado fracassou,

Eu de teimoso grito neste carnaval.

Se a favela é a senzala, o negro nunca sorriu (bis)

Santa Cruz é o retrato da História do Brasil. (bis)

ANEXO 12

Jornal QUARTEIRÃO 62 – Maio / Junho 2005

PÁGINA 7 - PATRIMÔNIO

NOVO ATENTADO À PONTE DOS JESUÍTAS FERE PATRIMÔNIO NACIONAL BRASILEIRO

Outros Nomes da Ponte: Ponte sobre o rio Guandu

Descrição: Ponte-comporta em cantaria, edificada pelos jesuítas, em 1752, em suas terras de Santa Cruz, com o fim de regularizar o curso do Rio Guandu, desviando parte de suas águas por um canal artificial, para o Rio Itaguaí. No centro de um dos lados do guarda-corpo, existe uma cartela de feição barroca. Segundo historiadores, era uma ponte-represa. Tem quatro arcos por onde passavam as águas do rio Guandu, controladas por comportas de madeira.

Endereço: Estrada do Cortume, Santa Cruz , Rio de Janeiro

Tombamento: 1) Livro Histórico: Inscrição: 003; Data: 05-04-1938; Livro Belas Artes: Inscrição: 019; Data: 05-04-1938; 3) Processo: 0100-T-38

Arquivo Noronha Santos – IPHAN – Livros do Tombo

FAMÍLIA DEPREDA PATRIMÔNIO

Pai, mãe e filho tentam roubar colunas da Ponte dos Jesuítas em Santa Cruz e acabam presos (FOTO)

Fábio Levy Lourenço da Costa Filho, 54 anos, oficial da reserva da Militar, sua mulher Sara Souza da Costa e o filho do casal, Fábio Souza Costa, 30, foram presos na madrugada do dia 16 de abril, flagrados roubavam duas colunas da Ponte dos Jesuítas, em Santa Cruz. O crime registrado na 36ª DP, contudo, em virtude da Ponte ser patrimônio histórico nacional sob a guarda do IPHAN, constituiu o ato crime na área, sendo os mesmos transferidos para a Polícia Federal, que conduz as investigações. O monumento, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, foi construído em 1752.

Fábio Levy fazia fretes com seu caminhão-guincho e disse ter sido procurado por uma pessoa que se dizia restaurador e que solicitou os seus serviços para conduzir duas pedras que estavam em Santa Cruz. Os ladrões retiraram as peças da ponte e as depositaram no caminhão-guincho, com placa de Niterói.

Segundo as testemunhas que denunciaram o fato aos policiais do 27º BPM (Santa Cruz), eles já haviam extraído peças de grande porte e estavam deixando o local quando os policiais chegaram.

Fábio Levy teria afirmado também que prestou serviços para a construtora que fez a obra de restauração do monumento, mas não recebeu o pagamento pelo trabalho. Para recuperar o prejuízo, ele planejou retirar as peças e vendê-las. Mas não disse onde pretendia comercializar as colunas.

Walter Vieira Priosti, Coordenador de Assuntos Administrativos do NOPH e Diretor do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, acompanhou todo o desenrolar do processo junto à Polícia federal, onde cooperou com informações sobre o monumento, relativamente ao seu tombamento e valor histórico nacional..

Falando, ainda à imprensa assim se expressou o Coordenador: “Denunciamos esse absurdo. Não há dinheiro que pague o valor desse monumento. É uma ofensa à cultura nacional. Custa a acreditar que tal atentado tenha acontecido. Não entendemos o que pensavam essas pessoas na hora dessa prática”.

Outras Declarações da comunidade:

“A ponte é uma

No mesmo dia 16 de abril a Coordenação do NOPH e a direção do Ecomuseu entraram em contato com órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e do IPHAN na área federal, pedindo a cooperação desses órgãos para a liberação o mais rapidamente do patrimônio.

A Prefeitura do Rio assumiu de imediato as obras de recolocação das duas peças no conjunto arquitetônico, na localidade de Jesuítas, enquanto o IPHAN assumiu a liberação das peças junto à Polícia Federal.

Levamos ao conhecimento da comunidade que as duas peças surrupiadadas já foram devolvidas ao Município do Rio de Janeiro, no final do mês de maio, onde se encontra sobre a guarda do Departamento de Parques e Jardins que já preparou o projeto de reinserção das duas colunas no conjunto da Ponte, apresentando-o ao IPHAN para o devido APROVO.

Discutimos agora com as autoridades a necessidade de algo ser feito, além das obras de colocação do material roubado. È necessário que um projeto seja feito para o local e a Ponte dos Jesuítas mereça finalmente ter um lugar ao sol dentro do programa turístico de nossa Cidade . Precisamos tornar esta Cidade Una e acabar com essa divisão, que tantos prejuízos tem causado a Cidade do RIO.

futuras gerações um monumento que faz parte da História do Brasil.

Ao nosso Guaxinim, herói da defesa do Patrimônio, nosso reconhecimento. Que esse exemplo inspire muitas outras ações, individuais ou coletivas, pela preservação de nossa memória e de nossa identidade cultural! SANTA CRUZ e todo o BRASIL agradecem a sua coragem e sua fidelidade na guarda de nossos bens mais caros(OMP)

ANEXO 13

Samba Enredo 2004 - " Nas páginas do Brasil, Santa Cruz escreve sua história":

Presidente: Moysés Antônio Coutinho Filho

Autores: Ditão, Marquinho Bombeiro, Doutor, Gil e Fernando de Lima

Intérprete: Luizinho Andanças

Mestre de Bateria: Marquinhos

Vamos viajar

E retratar em poesia

As origens deste chão

Fascinação, pura magia

Depois da colonização

Foi ficando neste solo

Um símbolo de paz

Era a Santa Cruz ,abençoada e imortal

Patrimônio cultural

O clero gerou ...riqueza

A Ponte Guandu ... represa

Abri as comportas das recordações

E desagui as emoções

Você foi pioneira em orquestra e coral

As correntes quebrou afinal

Libertando o Brasil (Brasil)

Jóia que o amor poliu

Mergulhei meus sonhos em tua baía

O correio no país nascia

És a cidade industrial

Princesa do meu carnaval

Pintei de amor meu coração

Deixei entrar a sedução

Brindo esta terra que a História traduz

Santa Cruz !

ANEXO 14

ENTREVISTA CONCEDIDA A O. M. PRIOSTI

POR HUGUES DE VARINE EM SETEMBRO/97

1) No seu depoimento “A respeito da Mesa Redonda de Santiago” (In: A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo - documentos e depoimentos - Comitê Brasileiro do ICOM 1995), o sr. afirma que os museus de hoje vivem dois fenômenos que estavam no embrião do Movimento de Santiago:

- O nascimento de museologias nacionais “incultas”, ilustrado pela multiplicação de formações universitárias em Museologia e de grupos locais de jovens museólogos.
- A multiplicação de museus locais devida à iniciativa comunitária, sem especialização disciplinar e muitas vezes sem muito profissionalismo, mas levando em consideração a identidade e os projetos de um território e uma população.

Até que ponto isto é positivo para a Museologia mundial?

Antes de tudo, o termo “museologias nacionais incultas” é uma tradução incorreta de minha intervenção. Eu quis dizer museologias aculturadas, quer dizer,

museologias que interiorizaram a cultura e que servem às necessidades profundas do país, que cessaram de ser calcadas sobre modelos de países da Europa ou da América do Norte.

Os dois fenômenos que você menciona são efetivamente importantes para a Museologia mundial, na medida em que permitem ao museu escapar do pensamento único saído dos grandes museus de arte, de história e de ciências do século XIX; museus de grandes metrópoles servindo antes a uma elite, depois um público cativo sobretudo escolar, enfim, um público essencialmente turístico, em todos os casos um público de consumidores.

O museu local comunitário é uma nova forma, inovadora e criativa, que vem da base e, longe de ser inculta, parte da cultura viva dos grupos. Por outro lado, é um processo em movimento, uma criação contínua e não um produto acabado, realizado por profissionais para um consumo cultural.

Não creio que a multiplicação das formações universitárias de museologia seja um índice suficiente: isto depende do que é ensinado nessas formações. Depende também de sua relação com o terreno real. Temos na Europa inúmeras formações museológicas de altíssimo nível que não fazem mais que tornar cada vez mais “hermética” e esotérica a disciplina museológica. E a formação em museologia “popular”, que era dada por Maude Céré em Quebec, não tinha nada de universitária.

2) Qual o ponto comum entre as diferentes experiências de ecomuseus de que se tem notícia?

*Entre os museus comunitários (e os ecomuseus que têm essas características) que eu conheço, não há senão um só ponto comum, o de emanar de sua comunidade sobre um território. O dia em que eles não correspondem mais à sua comunidade, em que não emanam mais dela, em que não são mais reconhecidos por ela, tornam-se museus institucionais comuns. Então, eles não servem mais a uma **população**, mas a um **público**, como o teatro ou a televisão.*

É claro que há outros pontos comuns entre eles e todos os museus: o patrimônio, o objeto (a coisa real), a linguagem da exposição.

*Mas não é preciso que os museus comunitários, muito menos os ecomuseus, constituam uma categoria de museus com uma definição única. Cada museu desse gênero se define pela **sua** comunidade de pertencimento e suas relações com os outros não podem se dar senão respeitando essa particularidade, portanto, na troca.*

3) O reconhecimento do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, em Santa Cruz, Rio, se deu como decorrência do trabalho iniciado pelo NOPH desde 1983. Portanto, o Ecomuseu é consequência do NOPH e as duas entidades se completam. Como o sr. vê essa dualidade, tendo em vista que algumas pessoas defendem a separação definitiva das duas entidades?

Para mim, é difícil julgar este problema. Certamente, cada entidade possui sua originalidade e suas características próprias e é preciso, sobretudo, não perder isso, É preciso separá-las, e até que ponto? Talvez seja preciso fazê-lo, se a separação não traz prejuízo para uma e para outra, ou para as duas: para os recursos financeiros, para a atividade dos membros, para a imagem junto à população

É verdade que a atividade do museu se confunde com a do NOPH, por exemplo no que concerne ao jornal. Por outro lado, se o museu não tem sede, portanto, sem meios habituais de exposição, pode ele ter uma verdadeira existência independente? Seria preciso estudar esses diferentes aspectos e realizar uma espécie de “escuta” ou de avaliação das duas estruturas, questionar os membros da comunidade.... Em todo o caso, não fazer nada apressadamente e, havendo separação, criar um laço forte, ao nível da “direção” e nos estatutos.

4) A prática ecomuseológica pode representar ameaças de desestabilização para os museus ditos oficiais (de Arte, de História e Científicos)?

A nova museologia não pode ameaçar os museus “oficiais”. Estes têm um público cativo: os turistas, as elites urbanas e escolares. Além do mais, eles têm o dinheiro público e as grandes fundações. Enfim, seus responsáveis têm, geralmente, a confortável certeza de ter razão e de estabelecer a norma, via suas administrações e suas organizações profissionais.

A única coisa que pode acontecer e que já acontece, felizmente, é que os museus oficiais se abrem para a comunidade, como o fez a Smithsonian Institution de Washington nos anos 60, ajudando a criação do Anacostia Neighborhood Museum, ou atualmente o Museu Imperial de Petrópolis com sua ação em direção aos grupos locais. Não é uma desestabilização, é um enriquecimento que não atrapalha as funções tradicionais.

5) Até que ponto a ecomuseologia ou a nova museologia estimulam a cidadania das comunidades?

A nova museologia estimula a cidadania quando oferece aos membros da comunidade um novo meio de expressão, de dar relevo à memória individual e coletiva, de tomada de confiança em si mesma pela valorização da cultura viva.

Aliás, é talvez o critério que permite melhor definir a nova museologia, com relação à antiga. Como, no Evangelho, se diz que é preciso reconhecer uma árvore pelos seus frutos, é preciso reconhecer um museu pelo que ele representa. A cultura dominante? A cultura das pessoas comuns? Pode-se também reconhecê-lo por aqueles que o fazem: são eles antes especialistas ou são mediadores?

6) Se experiências dentro do espírito da nova museologia acontecem em diversos pontos do mundo, sem que haja comunicação entre elas, poderíamos considerá-las como prática natural de uma sociedade em crise?

Fui tocado, com efeito, pelo nascimento simultâneo de exemplos típicos da nova museologia em diferentes países. Em certos casos, não há vínculos visíveis, mas geralmente se encontra este vínculo na filiação de Santiago. Em Portugal, são as visitas de Per-Uno Agren, da Suécia, nos anos 70. Na Índia, são as leituras de um professor de museologia aposentado. Em Quebec, é a influência do Creusot...

Mas é verdade que há sempre uma crise, uma vontade política de desenvolvimento, a busca de instrumentos de mobilização da comunidade. Em certos casos (Silveira Martins, Molinos) isto não conduz formalmente ao museu, mas a qualquer coisa de muito próximo. Em outros casos, tem-se um Ecomuseu. Às vezes, isso dá um museu mais ou menos clássico. Mas é verdade que a nova museologia é uma museologia de crise, comparada aos museus tradicionais que são museus de sociedades ricas e triunfantes.

Desse ponto de vista, não é preciso separar o “novo” museu dos outros fenômenos que participam do desenvolvimento, porque ele utiliza o patrimônio de uma comunidade e porque o patrimônio é uma das principais fontes de desenvolvimento.

7) A atividade ecomuseológica é um aprendizado de libertação?

Que tipo de museu está “pronto para desempenhar seu papel libertador das forças criativas da sociedade, que não vê o patrimônio apenas como objeto de deleite, mas como fonte de desenvolvimento”?

Creio, com efeito, que a melhor maneira de descrever o objetivo final da nova museologia é o serviço de libertação de uma comunidade por ela mesma. Ela não está só, evidentemente, e não pode tudo fazer, mas ela é indispensável, pois constitui o tesouro da comunidade e também sua abertura criadora para o exterior.

O patrimônio pode ser um objeto de deleite para pessoas que já têm todo o resto, o ter, o poder, o saber, quer dizer, pessoas “cultas”.

Para a grande maioria dos outros, que não têm nem o ter, nem o poder, nem o saber, resta-lhes o patrimônio e sua capacidade de criar um novo patrimônio a partir do antigo e de um enriquecimento pelos aportes exteriores (trocas). Mas é preciso antes que eles reconheçam seu patrimônio como tal, em seguida que tenham confiança neles mesmos como detentores e usuários deste patrimônio, enfim, que se tornem capazes de iniciativa, portanto, de criação.

O museu comunitário, o ecomuseu como museu da ecologia humana, a nova museologia têm essa capacidade de libertar o que as pessoas têm, coletivamente, de melhor nelas mesmas.

Pode-se, sem dúvida, traduzir as obras de Paulo Freire em linguagem museológica e lamentarei sempre que ele não pudesse, por erro dos políticos, animar a mesa redonda de Santiago, na qual ele tinha aceito se traduzir.

(Póvoa de Lanhoso - Portugal - trad. O. M. Priosti)

INTERVIEW DONNÉE À O. M. PRIOSTI

PAR HUGUES DE VARINE EN SEPTEMBRE 1997

1) Dans votre document “À propos de la table ronde de Santiago” (In: A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo - Documentos e Depoimentos - Comitê Brasileiro do ICOM 1995), vous affirmez que les musées d’aujourd’hui vivent deux phénomènes qui étaient dans l’embryon du mouvement du Santiago.

- La naissance de muséologies nationales “inculturées”, illustrée par la multiplication des formations universitaires en Muséologie et des groupes locaux de jeunes muséologues.
- La multiplication de musées locaux à partir de l’initiative communautaire, sans spécialisation disciplinaire et fréquemment sans préoccupation professionnelle, mais prenant en compte l’identité et les projets d’un territoire et une population.

Jusqu’à quel point cela est-il positif pour la muséologie mondiale?

Tout d'abord, le terme "museologias nacionais incultas" est une mauvaise traduction de mon intervention. J'ai voulu dire des muséologies "inculturées", c'est-à-dire des muséologies qui ont intériorisé la culture et qui servent les besoins profonds du pays, qui ont cessé d'être copiées sur des modèles des pays d'Europe ou d'Amérique du Nord.

Les phénomènes que vous mentionnez sont effectivement importants pour la muséologie mondiale, dans la mesure où ils permettent au musée d'échapper à la pensée unique issue des grands musées d'art, d'histoire et de sciences du XIXe. Siècle, musées de grandes métropoles, servant une élite d'abord, puis un public captif surtout scolaire, enfin un public essentiellement touristique, dans tous les cas un public de consommateurs.

Le musée local communautaire est une nouvelle forme, innovante et créative, qui vient de la base et, loin d'être inculte, part de la culture vivante des gens. D'autre part il est un processus en mouvement, une création continue, et non pas un produit fini, réalisé par des professionnels pour une consommation culturelle.

Je ne crois pas que la multiplication des formations universitaires de muséologie soit un indice suffisant: cela dépend de ce qui est enseigné dans ces formations. Cela dépend aussi de leur relation au terrain réel. Nous avons en Europe de nombreuses formations muséologiques de très haut niveau qui ne font que rendre de plus en plus "hermétique" et ésotérique la discipline muséologique.

Et la formation en muséologie “populaire” qui était donnée par Maude Céré au Québec n’avait rien d’universitaire.

2) Quel est le point commun aux différentes expériences d’Ecomusées connues?

*Entre les musées communautaires (et les écomusées qui ont cette caractéristique) que je connais, il n’y a qu’un seul point commun, celui d’émaner de leur communauté, sur un territoire. Le jour où ils ne correspondent plus à leur communauté, où ils n’en émanent plus, où ils ne sont plus reconnus par elle, ils deviennent des musées institutionnels ordinaires. Alors ils n’ont plus affaire à une **population**, mais à un **public**, comme le théâtre ou la télévision.*

Bien entendu, il y a d’autres points communs, à eux et à tous les musées: le patrimoine, l’objet (la chose réelle), le langage de l’exposition.

Mais il ne faut pas que les musées communautaires, pas plus que les écomusées, constituent une catégorie de musées, avec une définition unique. Chaque musée de ce genre se définit d’abord par sa communauté d’appartenance et ses relations avec les autres ne peuvent se faire que dans le respect de cette particularité, donc dans l’échange.

3) La reconnaissance de l’Écomusée du Quarteirão Cultural do Matadouro à Santa Cruz, Rio est arrivée comme conséquence d’un travail initié par le

NOPH, depuis 1983. D'ailleurs, l'Écomusée est un résultat du NOPH et les deux organismes se complètent. Comment est-ce que vous regardez cette dualité, s'il y a quelques uns qui défendent la séparation définitive des deux entités?

Il m'est difficile de juger de ce problème. Certainement chaque entité possède son originalité et ses caractéristiques propres et il ne faut surtout pas perdre cela. Faut-il les séparer et, jusqu'à quel point? Peut-être faut-il le faire, si la séparation ne porte pas tort à l'un ou à l'autre, ou aux deux: pour les ressources financières, pour l'activité des membres, pour l'image auprès de la population.

Il est vrai que l'activité du musée se confond avec celle du NOPH, par exemple en ce qui concerne le journal. D'autre par, tant que le musée n'a pas de siège, donc pas de moyens habituels d'exposition, peut-il avoir une vraie existence indépendante? Il faudrait étudier ces différents aspects et réaliser une sorte d'audit" ou d'évaluation des deux structures, questionner des membres de la communauté... En tout cas ne rien faire trop vite et, s'il y a séparation, créer un lien fort, au niveau de la "direction" et dans les statuts.

4) Est-ce que la pratique ecomuséologique peut-elle représenter des menaces de destabilisation pour les musées dits "officiels" (d'Art, d'Histoire et Scientifiques)?

La nouvelle muséologie ne peut pas menacer les musées “oficiels”. Ceux-ci ont un public captif: les touristes, les élites urbaines et les scolaires. De plus, ils ont l’argent public et les grandes fondations. Enfin, leurs responsables ont généralement la confortable certitude d’avoir raison et d’établir la norme, via leurs administrations et leurs organisations professionnelles.

La seule chose qui peut arriver, et qui arrive déjà parfois heureusement, c’est que les musées officiels s’ouvrent vers la communauté, comme l’a fait la Smithsonian Institution de Washington dans les années 60 en aidant à la création de l’Anacostia Neighborhood Museum, ou actuellement le Museu Imperial de Petrópolis avec son action en direction des groupes locaux. Ce n’est pas une déstabilisation, c’est un enrichissement qui ne porte pas atteinte aux fonctions traditionnelles.

5) Jusqu’à quel point l’écomuséologie ou la nouvelle muséologie stimulent la citoyenneté des communautés?

La nouvelle muséologie stimule la citoyenneté en ce qu’elle offre aux membres de la communauté un nouveau moyen d’expression, de mise en valeur de la mémoire individuelle et collective, de prise de confiance en soi par la valorisation de la culture vivante.

C’est d’ailleurs peut-être le critère qui permet le mieux de définir la nouvelle muséologie, par rapport à l’ancienne. Comme, dans l’Evangile, il est dit qu’il

faut reconnaître un arbre à ses fruits, il faut reconnaître un musée à ce qu'il représente. Est-ce la culture dominante? Est-ce la culture des gens ordinaires? On peut aussi le reconnaître à ceux qui le font: sont-ils d'abord des spécialistes ou bien des médiateurs?

6) Si des expériences dans l'esprit de la nouvelle muséologie arrivent dans de divers points du monde, sans avoir de la communication entre elles, est-ce que nous pourrions les considérer comme une pratique naturelle d' une société en crise?

Je suis frappé en effet de la naissance simultanée d'exemples typiques de la nouvelle muséologie dans différents pays. Dans certains cas, il n'y a pas de liens visibles, mais en général on trouve ce lien dans la filiation de Santiago. Au Portugal, ce sont les visites de Per-Uno Agren, de Suède, dans les années 70. En Inde, ce sont les lectures d'un professeur de muséologie retraité. Au Québec, c'est l'influence du Creusot....

Mais il est vrai qu'il y a toujours une crise, une volonté politique de développement, la recherche d'instruments de mobilisation de la communauté. Dans certains cas (Silveira Martins, Molinos) cela n'aboutit pas formellement au musée, mais à quelque chose de très proche. Dans d'autres cas, on a un Ecomusée. Parfois, cela donne un musée plus ou moins classique. Mais il est vrai que la nouvelle muséologie est une muséologie de crise, par comparaison aux musées traditionnels qui sont des musées de sociétés riches et triomphantes.

7) L'activité écomuséologique est-elle un apprentissage de libération?

Quel type de musée est-il prêt pour jouer son rôle de libérateur des forces créatives de la société, qui ne voient pas le patrimoine comme une ressource de délectation, d'abord comme une ressource de développement?

Je crois en effet que la meilleure manière de décrire l'objectif final de la nouvelle muséologie est le service de la libération de la communauté par elle-même. Elle n'est pas seule évidemment et ne peut pas tout faire, mais elle est indispensable car elle constitue le trésor de la communauté et aussi son ouverture créatrice sur l'extérieur.

Le patrimoine peut être un objet de délectation pour les gens qui ont déjà tout le reste, l'avoir, le pouvoir, le savoir, c'est à dire les gens "cultivés".

Pour la grande majorité des autres, qui n'ont ni l'avoir, ni le pouvoir, ni le savoir, il reste leur patrimoine et leur capacité de créer un nouveau patrimoine à partir de l'ancien et d'un enrichissement par des apports extérieurs (échanges). Mais il faut d'abord qu'ils reconnaissent leur patrimoine comme tel, ensuite qu'ils aient confiance en eux comme détenteurs et utilisateurs de ce patrimoine, enfin qu'ils deviennent capables d'initiative, donc de création.

Le musée communautaire, l'écomusée comme musée de l'écologie humaine, la nouvelle muséologie ont cette capacité de libération de ce que les gens ont, collectivement, de meilleur en eux- mêmes.

On pourrait sans doute traduire les oeuvres de Paulo Freire en langage muséologique et je regretterais toujours qu'il n'ait pas pu, pas la faute des politiciens, animer la table ronde de Santiago, pour laquelle il avait accepté de se traduire lui-même.

Póvoa de Lanhoso - Portugal - Setembro de 1997

ANEXO 15

ENTREVISTA A1* - C. H. João XXIII

APRESENTAÇÃO

Hoje , dia...../.../....., estamos iniciando a coleta de memórias de moradores de Santa Cruz, especificamente , os que residem ou trabalham na abrangência dos conjuntos Habitacionais . Essa entrevista destina-se a contribuir para a reflexão da pesquisa Memória, Comunidade e Hibridação: museologia da libertação e estratégias de resistência, em processo por Odalice Miranda Priosti no Programa de Pós Graduação em Memória Social – Doutorado na UNIRIO – Universidade Federal do estado do rio de Janeiro. Participam desse momento além da pesquisadora, o gerente do Ecomuseu de Santa Cruz, Walter Vieira Priosti, alguns membros do NOPH e o fotógrafo Marcelo Londoño que registra imagens .

O conteúdo dessa coleta, devidamente cedido e autorizado pelos entrevistados , será utilizado nas reflexões e na argumentação da tese e depois será preservado como acervo do NOPH , para futuras pesquisas.

Contato : Tel.; e.mail :

Agendamento: 25/01/2010

Horário: 13h 30

Local : Espaço Cultural da COOSTURART

End. Rua Victorino Pereira de Souza Ant. Rua O, nº 395

CEP 23 560-340 – Conjunto João XXIII – Santa Cruz – Rio de Janeiro

a- Identificação : Nome, brasileiro/a, nascido/a em ... (Estado,cidade, bairro), estado civil, residente em (endereço completo), profissão atual , filhos?

b- Fale de seu tempo de criança, o que mais marcou essa época?

c- Sua família é originária de Santa Cruz? Fale sobre isso.

**d- Fale de sua relação com a comunidade do conjunto em que mora,
localizado na Av. João XXIII**

e- Como é morar num conjunto habitacional localizado em Santa Cruz ?

f- O que é a Coosturart? Como surgiu a idéia de criar a Coosturart?

Quando? Por que ? Para quê?

**g- Como tudo começou ? Fale sobre o desenvolvimento dessa idéia e onde
chegaram.**

h- Que relação você vê entre a criação da Cooperativa e a cultura local?

i- Você conhece o NOPH e fruto dessa ação (Ecomuseu de Santa Cruz)?

Fale sobre isso.

**j- O que a criação da COOSTURART provou a vocês? Que lição tirar disso
tudo?**

**l- Como a comunidade vê atualmente a presença da COOSTURART no
Conjunto?**

m- Alguma experiência que gostaria de contar ...

n- Finalização da entrevista / Agradecimentos

- Modelo básico de entrevista aberta, suficientemente flexível para ser adaptado às demais entrevistas do Projeto Inventário Participativo de Santa Cruz – Memórias, realizado pelo NOPH.

ANEXO 16

LISTA DE ENTREVISTADOS

A- MORADORES/ TRABALHADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

- 01- Cláudia Pereira de Siqueira – Conjunto Habitacional João XXIII – Fundadora e Presidente da Coosturart
- 02- Antônio Adelino Manteigas Veiga - Conjunto Habitacional João XXIII – Agente Cultural , Coordenador da Marching Band D. Otom Mota
- 03- Getúlio Rocha – Conjunto Liberdade – Membro fundador do Conselho Distrital de Saúde da AP5.3, líder comunitário
- 04- Nivaldo e Raimunda Moraes– Conjunto Habitacional Otacílio Camará(= Cesarão) – Primeiros moradores do Conjunto
- 05- Ana Maria Lobo - Diretora da EM Aldebarã – Conjunto Habitacional Antares
- 06-José Félix de Lima – Profissional da educação e mestre capoeirista
- 07- Cleonir Alves – Gaúcha – Líder Comunitária – Fundadora do COMZO – Conselho de Mulheres da Zona Oeste
- 08 -Padre Geraldo –Pároco da Igreja de Santa Edwiges- Conjunto Habitacional Nova Sepetiba

B- VÍNCULO COM O PATRIMÔNIO

- 09- Marcos Aurélio Rodrigues de Souza (Guaxinim - defensor do Patrimônio)
- 10- Araci Ramos (artesã, Presidente da AMASC e coordenadora da ZOART)

C- IMIGRANTES/ DESCENDENTES :

- 11- Família Crim Valente – Carlos Ludovico , Prisciliana e André Crim Valente (sírio-libaneses)
- 12- Antônio Fernandes da Silva – empresário e comerciante aposentado (português)

ANEXO 17

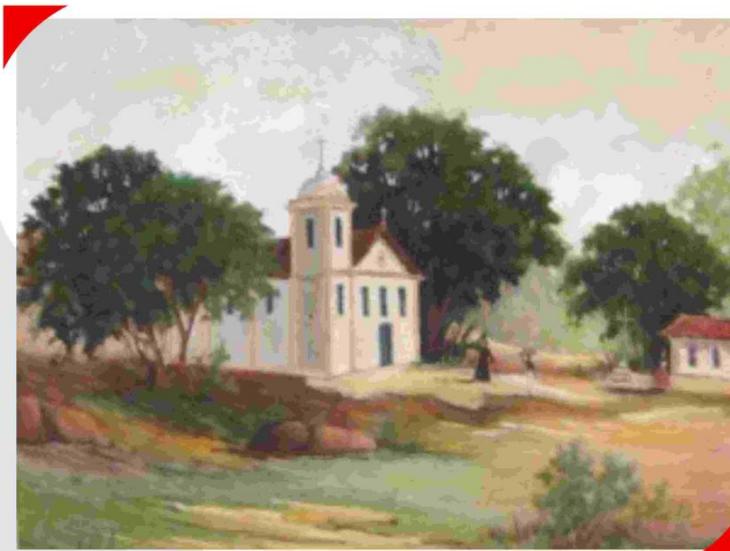
BLOCO DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Projeto Santa Cruz Revisitada – Capela de Santa Bárbara – Original de Onild´Aquino
2. Sede da Fazenda de Santa Cruz – reprodução de óleo sobre tela de Onild´Aquino
3. Santa Cruz- Rua Felipe Cardoso- Anos 50 – Acervo NOPH
4. Matriz de N.Sra. da Conceição- 1894 – demolida em 1967
5. Carnaval – Coreto de Santa Cruz – Acervo NOPH
6. Atual Matriz de N. Sra. da Conceição. Em uma das salas das Obras Sociais instalou-se o NOPH em 1983
Sala do NOPH – Anos 80
7. I Encontro Internacional de Ecomuseus- Rio de Janeiro-1992
Logomarca do Ecomuseu de Santa Cruz
II Encontro Internacional de Ecomuseus /IX ICOFOM LAM – Santa Cruz 2000
III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários/X Atelie Int. do MINOM – Santa Cruz 2004
8. Atividades do NOPH :Sarau 430 anos de Santa Cruz -1997;Concerto Sinfônico – II EIE/IX ICOFOM LAM -2000
9. Pedagogia Patrimonial – Museologia da Libertação: Abraço ao Patrimônio – Palacete Princesa Isabel/ Ponte dos Jesuítas
10. Exposição Patrimônio Jesuítico – 250 anos - Sede da Fazenda de Santa Cruz – 1751-2001
Ruínas do Matadouro Imperial
11. Exposições no Centro Cultural Municipal de Santa Cruz Dr. Antônio Nicolau Jorge / Palacete Princesa Isabel
12. I Jornada Formação em Museologia Comunitária – Santa Cruz 2009
Logomarca / Mesa de Abertura / Apresentação O Sonho do Aviador – Escola Especial Municipal Dr. Hélio Pellegrino
13. Oficina de Facilitadores de museus Comunitários ministrada por Teresa Morales – UMCO /México
Oficina de Carimbó, ministrada pelo Ecomuseu da Amazônia – Belém/PA
14. Oficina de Elaboração de Projetos ministrada por Giane Escobar- Museu Treze de Maio- Santa Maria/RS
15. Roda de Lembranças com moradores e pescadores de Sepetiba- Atividade itinerante da I Jornada Formação em Museologia Comunitária
16. Praia de Sepetiba após o desastre ecológico
Lançamento do Movimento Ecomuseu de Sepetiba - 2010



Presença dos Jesuítas



Capela Jesuítica - Pintura de Onil'd Aquino

Em 1589, os Jesuítas tomam posse das terras na região e aqui permanecem até 1759, quando foram expulsos do Brasil. Eles ampliaram bastante suas terras.

A Fazenda Jesuítica de Santa Cruz tornava-se uma das maiores do Brasil e das mais importantes. Seus limites atingiam Mangaratiba e Vassouras. A agropecuária era muito forte. Produzia de tudo. O rebanho chegou a atingir 12.000 cabeças e a Fazenda possuir 2.500 escravos. A produção era conduzida à cidade do Rio de Janeiro, através do “Caminho dos Jesuítas”, uma autêntica picada aberta na mata, que partia da Fazenda de Santa Cruz e alcançava o Colégio Jesuítico na cidade que começava a nascer.

Ilustração 02



Óleo sobre tela – Onild ´Aquino - Acervo BESENG

Ilustração 03



Santa Cruz – Rua Felipe Cardoso – Anos 50

Ilustração 04



Matriz de Nossa Sra. da Conceição – 1894 – demolida em 1967

Ilustração 05



Carnaval – Coretos de Santa Cruz – Acervo NOPH

Ilustração 06

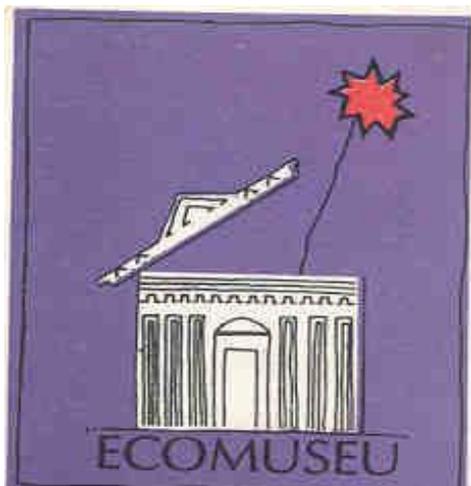


Atual Matriz de Nossa Sra. da Conceição



Sala do NOPH em anexo da Matriz de N. Sra. da Conceição - Anos 80

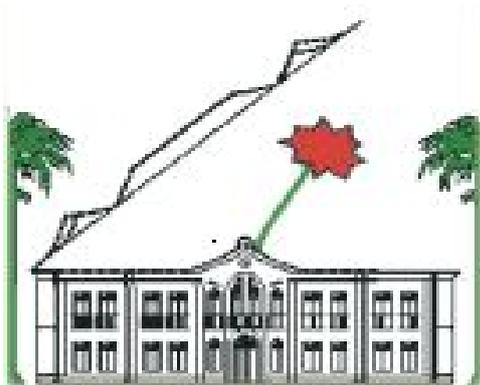
Ilustração 07



I Encontro Internacional de Ecomuseus
Rio de Janeiro – 1992



Logomarca do Ecomuseu de Santa Cruz- 1993



II Encontro Internacional de Ecomuseus
IX ICOFOM LAM

Rio de Janeiro/ Santa Cruz – 2000



III Encontro Internacional de Ecomuseus
e Museus Comunitários-III EIEMC

X Atelier Internacional do MINOM

Rio de Janeiro/ Santa Cruz – 2004



**I Jornada
FORMAÇÃO EM
MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA
23/10 a 07/11/2009
Rio de Janeiro / Santa Cruz**

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ilustração 09

PEDAGOGIA PATRIMONIAL - Museologia da Libertação



Abraço ao patrimônio – Palacete Princesa Isabel (1881) e Ponte dos Jesuítas (1752)



Ilustração 08 – Atividades do NOPH



Sarau - 430 anos de Santa Cruz – Palácio Real e Imperial de Santa Cruz - 1997



Concerto Sinfônico - II Encontro Internacional de Ecomuseus - 2000

Ilustração 010 – Exposição Patrimônio Histórico em Santa Cruz (250 anos da Sede da Fazenda de Santa Cruz-1751- 2001)



Visita às ruínas do Matadouro Imperial



Ilustração 011 - Exposições no Centro Cultural Municipal de Santa Cruz Dr. Antônio Nicolau Jorge/ Palacete Princesa Isabel





Exposição sobre Santa Cruz no Centro Cultural de Santa Cruz - II EIE / IX ICOFOM LAM - 2000



Ilustração 012 – I Jornada Formação em Museologia Comunitária 2009 Santa Cruz – Rio



Mesa de Abertura



Apresentação O sonho do aviador – Escola Especial Municipal Dr. Hélio Pellegrino na abertura

Ilustração 13 – Oficina de Facilitadores de Museus Comunitários ministrada por Teresa Morales e abaixo Oficina de Carimbó, ministrada pelo Ecomuseu da Amazônia – Belém- PA



Ilustração 14 - Oficina de Elaboração de Projetos – Museu Treze de Maio – Santa Maria – RS



Ilustração 016 -



Praia de Sepetiba – após o desastre ecológico



Lançamento do Movimento Ecomuseu de Sepetiba - 2010